

Maria Lygia Quartim de Moraes Nehring

FAMÍLIA E FEMINISMO : REFLEXÕES SOBRE PAPEIS FEMININOS NA
IMPrensa PARA MULHERES

Tese de Doutorado em Ciências
Políticas, apresentada ao Depar-
tamento de Ciências Sociais da
Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo
São Paulo, 1981

The course of true love runs never smooth
(Shakespeare)

PARA A MARTA

INTRODUÇÃO

O processo de produção desta tese e a realidade que ela pretende analisar são, em grande medida, frutos de uma mesma circunstância histórica: o aparecimento em nosso país, nos últimos anos, de grupos atuando na defesa dos direitos da mulher, do homossexual, do negro e do índio. O que não quer dizer que o racismo, a repressão sexual e a opressão da mulher sejam problemas novos, nem que esta seja a primeira grande tentativa das mulheres de se organizarem em torno de seus direitos. É a primeira vez na história contemporânea, entretanto, que uma profunda transformação cultural está ocorrendo sem que para isto tenha sido necessário uma revolução econômica ou, ainda, o emprego da violência armada. O feminismo está propondo não apenas a revisão do que foi dito e escrito sobre a mulher mas, fundamentalmente, a valorização de novas atitudes, relações e objetivos sociais. Algo que pode ser sintetizado na expressão "feminizar o mundo" e que supõe métodos e práticas sociais anti-autoritárias harmônicas com sua principal finalidade que é o fim das relações baseadas na dominação.

As mulheres se conhecem ; ganham consciência através de "grupos de reflexão", nos quais o conhecimento pessoal é a base do relacionamento e aprendem a conviver com tendências diversificadas dentro do movimento feminista. Em diversos países capitalistas, assim como no Brasil, as feministas recusam participar muito diretamente nos partidos e outros agrupamentos organizados em moldes políticos tradicionais, o que não impede que algumas bandeiras de luta das mulheres - como vem acontecendo no caso da legalização do aborto - tenham marcado a vida política dos países em que foram reivindicadas. Estimulada pela entrada na cena política da questão feminina, vem se desenvolvendo uma produção teórica a partir de temas que tratam do trabalho doméstico, da família, das relações pessoais. Novas perspectivas e métodos de análise passam a ser utilizados. Ensaia-se uma nova linguagem. O discurso dominante sobre o "ser mulher" começa a ser contestado de novas maneiras.

Inúmeras são as circunstâncias históricas que podem ser apontadas como importantes para a emergência do feminismo, a começar pela própria dinâmica do capitalismo e das relações assalariadas de produção. Entretanto, do ponto de vista de suas origens políticas, a luta de libertação das mulheres, tanto nos Estados Unidos como na Europa, é legítima filha dos movimentos contestatários de meados dos anos sessenta. Já no Brasil a geração maio de 68, vivendo sob ditadura militar desde o golpe de abril de 64, ocupava-se quase que exclusivamente da questão da tomada do poder, da derrubada da ditadura através da luta arma

da. É por isto que a nova esquerda brasileira, diferentemente da européia ou da norte-americana, consumia prioritariamente os livros de Guevara e "A Revolução na Revolução" do intelectual francês Régis Debray. A questão sexual, mesmo quando analisada de um ponto de vista marxista, como no caso de Reich ou de Marcuse, era considerada secundária; todos os esforços devendo se concentrar na "luta principal".

Nos cinco primeiros anos da década dos setenta, enquanto parte considerável da nova esquerda brasileira vivia exilada, em Cuba, na França, no Chile, o país conheceu anos de sombria repressão política: o movimento sindical sob intervenção; os partidos políticos reduzidos à situação e oposição oficiais; as organizações estudantis obrigadas à clandestinidade e qualquer reunião com um certo número de pessoas causando suspeita de atividade subversiva. A sociedade é levada a se organizar a partir do cotidiano - os estudantes reunindo-se nas salas de aula; as mulheres em suas casas ou nas igrejas; os operários aproveitando o local de trabalho - as discussões dando-se em torno de problemas imediatos, como a inflação, o desemprego, o custo dos transportes, etc. Enfim, discute-se em pequenos grupos onde a confiança pessoal importava muito, dado o medo de infiltrações e perseguições político-policiais. Foi, portanto, a partir da criação de novos canais de comunicação política - como bem exemplificam as comunidades eclesiais de base; os clubes de mães; as associações de moradores, etc - que as mulheres começaram a intervir na política nacional de maneira mais direta e permanente.

A partir de 1975, com as comemorações do Ano Internacional da Mulher, promovidas pela Organização das Nações Unidas (ONU), ampliou-se o espaço legal das feministas, que se reuniram no Rio de Janeiro e em São Paulo para comemorar a data. Muitas das mulheres dispostas a colaborar na criação de um amplo movimento de protesto e de luta em torno da questão feminina vinham do exílio, bastante influenciadas pelo feminismo em ascensão, especialmente na França. As militantes políticas brasileiras aprenderam, no exterior, a importância da organização das mulheres a partir de sua opressão específica e da autonomia do movimento feminista. Ao mesmo tempo, assimilaram de suas origens políticas a preferência pelos temas econômicos ou considerados políticos propriamente ditos, como sucedia com a luta pela anistia. Razão pela qual a primeira fase de reflexões feministas deu-se em torno do trabalho doméstico; da dupla jornada de trabalho feminino e da autonomia do movimento de mulheres, mesmo quando ainda não existia clara consciência de seu significado político.

Neste ponto a história da tese encontra-se com o feminismo. A presença visível das mulheres e de suas reivindicações começa a encontrar eco na aber-

tura de novos campos de pesquisa. Em concurso iniciado em 1977 a Fundação Ford passa a financiar projetos de pesquisa sobre mulher, através de uma seleção a cargo da Fundação Carlos Chagas, em São Paulo. Cynthia Sarti e eu, que pertencíamos ao mesmo grupo feminista, concorremos ao financiamento, como maneira de obter alguma ajuda de custo para as pesquisas que estávamos tentando levar a cabo. Através do nosso jornal, o Nós Mulheres, mantínhamos relações com operárias, donas de casa de periferia, militantes políticas, etc.. Conhecíamos de perto nossas leitoras e estávamos interessadas em analisar as razões pelas quais liam nossa imprensa, ao mesmo tempo que pretendíamos entender o que lhes atraía tanto nas revistas femininas tradicionais. Assim, a pesquisa, aprovada, - "A imprensa para mulheres no Brasil contemporâneo" - tinha como objetivo principal fazer a crítica do modelo tradicional de mulher veiculado pela ideologia dominante, além de nos ajudar a entender melhor o sucesso deste tipo de literatura, quando a nossa própria imprensa nos parecia cada vez mais maçante e doutrinária.

Quando, em junho de 80, apresentamos o resultado final de nossa pesquisa, sintetizado no artigo "Aí a porca torce o rabo", já tínhamos ultrapassado a fase dos lugares comuns sobre a imprensa feminina, graças à decisão de acompanharmos as diversas fases da produção das revistas, pensando estas últimas também como mercadorias cujo valor de uso realiza-se através de um consumo de caráter ideológico. As leitoras aprendem a "ser mulher" segundo os modelos dominantes mas, concomitantemente, impõem temas e novos valores: o conservadorismo imperante em Claudia (a mais antiga revista feminina brasileira da atualidade) convive com os artigos inovadores da psicóloga Carmen da Silva, que já escreve há mais de vinte anos. Além disso, as produtoras das revistas são, em grande parte, mulheres que vivem problemas similares aos de suas leitoras: pode-se mesmo dizer que elas são suas próprias leitoras. Neste sentido, enxergamos estas profissionais como mulheres iguais a nós, fazendo uma revista que tratava muitas vezes de maneira mistificada de seu próprio cotidiano de jornalistas, de mulheres discriminadas.

Ao mesmo tempo, nós, feministas, vivíamos as contradições políticas oriundas da rápida expansão de nosso movimento, especialmente agudas no interior do Nós Mulheres que, não obstante suas limitações, permanece a mais radical experiência feminista dos últimos cinco anos. Percebíamos que a passagem do feminismo dos pequenos grupos para o de movimento de massa introduzia, em nosso universo de atuação, questões para as quais não tínhamos nos preparado adequadamente, principalmente a referente à problemática do poder. A satisfação de ver nossas teses (defendidas através da imprensa feminista constituída por dois jornais editados em São Paulo) transformadas em palavras de ordem repetidas por

operárias, donas de casa da periferia e outras mulheres de classes sociais distintas da nossa, sucedeu-se o medo e a insegurança frente a disposição das correntes políticas organizadas de dominar o movimento das mulheres, impondo modelos monolíticos de feminismo. Isto sem se falar do autoritarismo surgido no interior do movimento feminista, tornando urgente a transformação da prática política a partir de nós mesmas, de nossa forma de atuação. Pudemos, então, fazer o balanço de nossas próprias concepções economicistas que reduziam a problemática da mulher aos problemas salariais ou de custo de vida, deixando de tocar nas espinhosas questões relacionadas ao cotidiano familiar de nossas leitoras. Então nos demos conta que tínhamos tentado falar da opressão da mulher sem relacioná-la ao seu espaço de exercício : o lar. A família.

* * * * *

O primeiro capítulo, "Família e Opressão Feminina", introduz o tema sobre as origens da situação de inferioridade da mulher e suas justificativas. A articulação de um discurso coerente que rebatesse as diversas manifestações da misoginia social tornou-se uma preocupação constante desde os primórdios do movimento feminista. Era preciso enfrentar os preconceitos cotidianos, que atribuem ligações mágicas das mulheres às vassouras ou ao fogão. "Lugar de mulher é em casa". A idéia de que a "casa" - esfera onde se desenvolve o essencial das relações consideradas pessoais - é, por definição, o espaço feminino; a idéia de que nas diferenças existentes entre os gêneros está a explicação para as aptidões e tarefas da mulher, entre outras, passaram a ser questionadas. A busca de uma identidade feminina distinta do modelo dominante - que valoriza, ao mesmo tempo que define precisamente, os papéis de mãe de família, de dona-de-casa - colocou em questão a própria idéia da universalidade da família nuclear patriarcal e monogâmica, em poucas palavras, da família tal como a conhecemos. As feministas relacionaram logo sua opressão aos papéis que lhe são atribuídos pela estrutura familiar e por sua subordinação aos homens. E na tentativa de articular a teoria de sua opressão, enquanto mulheres, as intelectuais feministas foram destacando alguns temas e autores como interlocutores privilegiados. Sem condições nem mesmo de se perguntarem sobre a necessidade de provar teoricamente que a mulher não é inferior ao homem - em outras palavras, vítimas desta operação de prestidigitação ideológica em que o oprimido sente-se obrigado a justificar seu direito a ser sujeito do próprio destino - as feministas lançaram-se à caça aos vestígios do passado que pudessem explicar o quê, afinal, aconteceria com o sexo feminino nestes milênios de vida humana.

A produção de uma literatura especializada na questão das origens encontrou material especialmente sugestivo na economia com Marx, na psicanálise com Freud e Reich, na antropologia com Engels e Lévi-Strauss, assim como politicamente as propostas anarquistas - do antiautoritarismo à autonomia dos indivíduos livremente associados - foram as que maior influência exerceram na organização do movimento de libertação da mulher, em várias partes do mundo. A obra de Marx tornou possível pensar cientificamente a questão da economia, ao desvendar as regras reais, mas invisíveis - "pois se toda a essência se confundisse com a aparência toda a ciência seria inútil" - que determinam as relações de cooperação produtiva entre homens no sistema econômico capitalista. É na análise do sistema capitalista que Marx introduziu a distinção entre valor do trabalho e valor da força de trabalho, base da teoria da exploração da mais-valia. Foi aí, principalmente, que o feminismo contemporâneo descobriu importantes referências à opressão da mulher, bem como à transitoriedade da instituição familiar, além das denúncias sobre as péssimas condições de trabalho e de vida das operárias contemporâneas ao Capital. Na clássica obra de Engels, a Origem da Família, da Sociedade e do Estado, além de uma explicação de ordem econômica para sua opressão - relacionada à transmissão da propriedade privada através da herança e as necessidades masculinas de ter bem definida a paternidade social - as feministas encontraram também alusões à uma espécie de eldorado mítico, o matriarcado prevalescente no comunismo primitivo, primeiro modo de produção que a humanidade teria conhecido. Freud, com a descoberta da psicanálise, permitiu não somente a construção de uma teoria da sexualidade como força vital determinante, re colocando a questão da "loucura" e da infância como idade da inocência, temas de agrado especial da moral sexual repressiva. Com a descoberta de três instâncias psicológicas distintas - o Ego, o Superego e o Id - e do caráter polimórfico da sexualidade - Freud redefiniu o espaço teórico em que as diferenças entre os sexos e indivíduos do mesmo sexo costumam ser pensadas : o processo de socialização (ou de introdução do infans no universo simbólico) passou a ser entendido como o principal condicionante das características psíquicas de uma pessoa, diferentemente do racismo genético pregado pelo pensamento de direita. Além disso, combateu vigorosamente a moral sexual burguesa, denunciando seus efeitos repressivos, principalmente no tocante às mulheres. Lévi-Strauss, por sua vez, realizou a integração da psicanálise à antropologia, situando a passagem da humanidade da natureza para a cultura na esfera da sexualidade através da instauração da lei universal: a proibição do incesto. Incorporando as descobertas de Ferdinand Saussure no terreno da linguística, Lévi-Strauss encontrou as estruturas inconscientes dos sistemas de parentesco, reduzindo-os todos, em última instância, ao denominador comum de serem uma operação de troca de mulheres realizada por homens.

As contribuições altamente positivas do marxismo, da psicanálise e da antropologia para a construção de uma teoria da opressão feminina não impediram, entretanto, que muitas das afirmações de seus principais expoentes pudessem também ser utilizadas para o discurso misóginos: eis que Marx fala da divisão "natural" do trabalho entre homens e mulheres no interior da família, assim como Freud atribui a uma pretensa superioridade física masculina a razão da hegemonia dos homens sobre as mulheres, em seus estudos sobre as origens mitológicas do complexo de Édipo. O argumento biologizante termina por entrar pelas portas do fundo: a mulher volta a representar o lado da "natureza" enquanto o homem seria o "herói civilizador". Não é por isto de se estranhar que antropólogas da importância de Evelyn Reed aceitassem os termos do desafio tentando comprovar a maior capacidade civilizadora feminina. A análise de Reed, desenvolvida no primeiro capítulo, permite entender melhor a articulação desse contra-discurso feminista cuja conclusão é muito próxima da defesa da superioridade natural da mulher.

O capítulo termina com algumas considerações sobre a importância de "recuperar o passado" ao mesmo tempo questionando a possibilidade de uma verdade única, de um princípio primeiro e sempre uniforme que daria conta do específico feminino dentro de uma história que tem sido escrita segundo a versão masculina. Os discursos que pretendem dar uma mesma forma histórica à riqueza de situações e práticas que a humanidade tem vivido correm o risco de abafarem outras versões, produzidas por outros sujeitos, tornando-se discursos autoritários, impositivos.

O segundo capítulo, "Família e Papéis Femininos", trata dos principais papéis que o capitalismo estabeleceu para as mulheres ao transformar a família conjugal moderna no modelo familiar dominante; ao tornar os assuntos domésticos de competência exclusiva das mulheres; ao mistificar a realidade da produção doméstica e, principalmente, ao confundir indevidamente experiências afetivas essenciais para o indivíduo (ligadas à satisfação de sua energia libidinal), como a relação entre um homem e uma mulher, ou a de uma criança e sua mãe, com posições rígidas na divisão social do trabalho. A ideologia burguesa criou sua imagem ideal de família: a figura do pai, maior autoridade da família, severo porém justo; a mãe, carinhosa e desvelada; os filhos obedientes, cumpridores dos deveres Casa própria, automóvel, empregada doméstica, colégios particulares, balé para as meninas, judô para os meninos, férias na praia e caderneta de poupança: eis a imagem ideal veiculada pela televisão, ao final dos anos 70.

A diversidade das famílias, quando avaliada em termos das condições materiais de existência e posição de seus membros na estrutura produtiva, não impede, entretanto, uma similitude muito grande na situação da mulher na estrutura familiar, graças tanto a divisão sexual do trabalho (ser dona-de-casa é uma condição feminina universal, por exemplo), quanto às tarefas de cunho mais afetivo, relacionadas principalmente à maternidade. A sexualidade feminina fragmenta-se em dois comportamentos extremos -

o ser "mãe assexuada" e o ser uma "perdida" - na própria medida em que a moral vigente valoriza as capacidades reprodutivas femininas ao mesmo tempo em que estigmatiza as manifestações do desejo feminino como desviantes, jogando-as para o campo das perversões patológicas. A Mãe; a Outra. A moral burguesa apesar de contemplar a sexualidade como instinto que deve ser satisfeito, desvinculando, assim, o sexo das funções reprodutivas, continua sendo uma "dupla moral" em que tudo é permitido ao homem ao passo que a não virgindade feminina constitui razão suficiente para pedido de anulação do casamento. Por outro lado, ao reduzir a sexualidade feminina aos objetivos da procriação, sem que os homens estejam submetidos à mesma lei, cria-se a dupla moral sexual que, para Freud, era a prova prática da arbitrariedade das normas sociais: "a dupla moral existente para o homem é a melhor confissão de que a própria sociedade que promulgou os preceitos restritivos não acredita na possibilidade de seu cumprimento" (Freud, 1973, p.1962). A consequência: divisão das mulheres em duas categorias fundamentais; as "mães" - mulheres com as quais o ato sexual é "puro", voltado para a procriação (ou tendo-a como referência importante) - e as "prostitutas" - aquelas com as quais é permitido o sexo "sujo". Não se trata, pois, apenas das diferenças entre mulheres que se submetem ao ato sexual por imposições legais (o casamento assegura ao marido o uso do corpo da mulher, guardadas certas regras, evidentemente) ou, então por imposições monetárias. As consequências da existência de relações sexuais pagas, do exercício violentador e deformador de submeter o corpo de uma mulher aos caprichos do pagante, são muito mais profundas e irreversíveis do que a moral burguesa poderia suportar. De fato, a dicotomia mãe/prostituta se estabelece na cabeça de cada mulher: o espaço de expressão de sua libido encontra-se delimitado pela deserotização do "ser mãe" (em termos do modelo vigente) e pela violência do "ser prostituta". Mais ainda, para fugir ao estigma - que só ameaça as mulheres, cujos órgãos genitais passam a ser sacralizados pois o homem não se sente diminuído por colocar seu corpo em contato íntimo com uma mulher, enquanto o oposto não é verdadeiro - a mulher camufla seu desejo na forma exclusiva do Amor romântico. (*).

A primeira opção ideológica foi, portanto, afirmar a diferença qualitativa entre libido masculina e feminina: os homens têm "instinto sexual" que precisa ser satisfeito. A solução: prostitutas para satisfazê-los, permitindo que as "outras" possam permanecer puras e intocadas, tal como lhes dita sua "natureza". Dessexualizando a mulher/esposa a sociedade qualifica o desejo sexual feminino como aberração. A segunda operação ideológica, por sua vez, consiste em negar o espaço da sexualidade à mu-

(*). Estas reflexões alimentaram-se das sucessivas discussões sobre a sexualidade feminina realizadas no grupo Nós Mulheres a partir de 1979. Além disso, beneficiaram-se das discussões sobre a pesquisa sobre prostituição de Cida Aida e Inês Castilho, com quem tenho aprendido muito.

lher ou comprometê-lo com o fantasma da prostituição. A expressão "perdida" é significativa: sô as mulheres se perdem... E a terceira operação da ideologia sexual dominante é a purificação do desejo feminino no altar do Amor: entrego-me por amor; pequei por amor; perdi-me por amor...

Desta maneira, o sexo, em se tratando das mulheres, sô se justifica plenamente quando voltado prara fins exclusivamente reprodutivos. A maternidade passa a ser extremamente valorizada, ao mesmo tempo em que se processa a ampliação e especialização das tarefas maternas, pois o capitalismo foi impondo modificações na estrutura do parentesco e na organização familiar. Os papêis da mulher na unidade familiar deslocam-se para a esfera da reprodução ideológica dada a importância da mãe na estruturação psíquica e na socialização primeira da nova geração, sem que com isso as tarefas domésticas, da cozinha à lavanderia, deixem de estar produzindo valores de uso, isto é, sem que a unidade familiar perca suas características de unidade de produção e consumo. É por isto que repensar a posição da mulher na família à luz das contribuições da antropologia e da psicanálise não significa desconhecer os inúmeros laços que a ligam à esfera econômica.

Já nos referimos anteriormente à importância concedida ao tema trabalho doméstico pela literatura feminista. E atribuímos este destaque à própria evidência de seu peso no processo individual de vida em sociedade. Além disso, outras duas razões poderiam ser incorporadas: a primeira delas, de ordem prática, parte da experiência marcante que é ser mulher dentro da estrutura familiar moderna (a dona-de-casa), associada à evidência de que qualquer tentativa de organização política para as mulheres passa pela discussão de suas funções domésticas. A segunda diz respeito à concepção economicista do marxismo que predominou na produção teórica da esquerda, nas últimas décadas, em vários países do mundo ocidental. Tentando manter-se dentro dos cânones do marxismo oficial, as primeiras teóricas feministas contemporâneas preocuparam-se em fundamentar na esfera do econômico a opressão da mulher, igualando de alguma maneira sua situação à do operário.

Falar do trabalho doméstico, concretamente, é falar das diferenças existentes entre as famílias segundo suas condições materiais e espirituais de existência. É falar da dupla jornada de trabalho que caracteriza a relação da mulher à estrutura produtiva, além das outras discriminações sofridas na esfera do trabalho remunerado. E estes são outros tópicos discutidos no segundo capítulo, de forma a situar melhor - pelo esclarecimento de minha compreensão acerca dos papéis familiares da mulher em nossa realidade atual - a leitura dos capítulos voltados à pesquisa propriamente dita sobre família na imprensa para mulheres.

O terceiro capítulo, "Ideologia e Papéis Femininos", está centrado na questão da entrada do "infans" no universo simbólico, no universo humano, e no papel das mães como porta-voz do discurso dominante, na transmissão da ordem patriarcal e capitalista. Nesta medida, essa parte retoma temas e conceitos abordados no capítulo anterior sobre papéis femininos, principalmente no tocante à sexualidade feminina. Sem os conhecimentos dos estudos da psicanalista francesa Piera Aulagnier e as inúmeras discussões travadas no grupo Nós Mulheres - em torno da problemática do inconsciente - as reflexões que compõem este capítulo não teriam sido possíveis.

No quarto capítulo, "A História das Revistas Femininas", encontra-se a maior parte do material colhido por ocasião do trabalho conjunto com Cynthia Sarti, quando desenvolvíamos o projeto de pesquisa "A imprensa para mulheres no Brasil contemporâneo", no decorrer de 1978. Sua contribuição mais positiva está no relato das condições históricas do surgimento da imprensa especializada para mulheres, de modo a entender a emergência de um discurso sobre a família, deveres, direitos e demais "coisas de mulher", a partir das características apresentadas pela sociedade brasileira nestes últimos trinta anos de desenvolvimento capitalista. Partimos da história do produto - a revista feminina - e aprofundamos a análise de algumas revistas "modelo", segundo o critério de maior vendagem. A presença dominante da Editora Abril no mercado editorial facilitou a definição da empresa através da qual acompanharíamos o processo de produção das publicações femininas. E, assim, tivemos as coleções das revistas escolhidas - Claudia, a pioneira, (1961) cuja criação está intimamente ligada à história da Editora Abril e à sua preponderância no mercado editorial infantil e feminino na década dos anos sessenta; NOVA, iniciada como cópia fiel da Cosmopolitan norte-americana em inícios dos anos setenta, a mais atualizada das revistas femininas; Carícia, a revista da adolescente, em pequeno formato e mais acessível em termos econômicos; as coleções de contos de amor de Sabrina, do final dos anos setenta - ao mesmo tempo em que acompanhávamos a rotina diária das mulheres que trabalham nas editorias das revistas, situadas às margens da Marginal do Tietê, em São Paulo. Os resultados destes encontros compõem este capítulo que é complementado pelo depoimento de jornalistas representativas da imprensa feminina. A maneira pela qual cada uma delas relaciona-se com seu texto e seu público, dito de outra maneira, com seu próprio trabalho profissional, encontra-se aí registrada segundo suas palavras.

No quinto capítulo, "Papéis Femininos e Família na Imprensa para Mulheres", encontram-se os resultados de dois anos de pesquisa, financiadas pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), sobre a imprensa feminina, tendo como eixo a questão da família, a partir do aprofundamento e atualização do material coletado anteriormente em colaboração com Cynthia Sarti. O capítulo se inicia com uma reflexão sobre o sentido da imprensa especializada e as características da especialização quando

a produção é dirigida ao sexo feminino. Realiza o balanço de duas décadas de imprensa para mulheres, tentando compreender a dialética do velho e do novo nas páginas coloridas de Nova, Carícia e Claudia. Foi esta leitura das coleções de revistas dos anos 79 e 80 que permitiu, em grande medida, avaliar o impacto das teses feministas sobre o conteúdo editorial. Outra fonte de informações sobre as influências do feminismo foi constituída pelos sucessivos encontros que tivemos com jornalistas reponsáveis pelas edições das citadas revistas: em algum deles tratou-se justamente da discussão das críticas realizadas pelas feministas à imprensa tradicional.

As páginas da tese fluíram com maior facilidade, tornando o escrever mais prazeroso, quando analisei, à luz das reflexões da já citada Piera Aulagnier, o sucesso da fórmula do príncipe encantado, no ítem "O Mito Amoroso" que encerra o quarto capítulo. Afinal, entender com quem sonham as mulheres é também explicar porque sonham tais sonhos e não outros; é entender que o espaço do sonho amoroso, dada a moral vigente, é o de conhecer o homem certo e casar para formar uma família. Neste sentido, nada esclarece melhor a dupla moral sexual que a leitura da imprensa dita masculina: as "coelhinhas" e outras mulheres na função de objetos sexuais constituem a versão masculina erotizada dos mais inocentes sonhos femininos com os príncipes encantados dos contos de amor. Este capítulo deve muito às sugestões de Telmo Cunha Zanini, que me permitiram entender melhor a visão masculina sobre o conto de amor.

No sexto capítulo, "O Feminismo em Ascensão", discuto o desenvolvimento da luta feminista no período 76/80, principalmente em São Paulo. O ano de 75 marca o ponto de partida da organização das mulheres em torno da questão feminina, graças à oportunidade criada pelo Ano Internacional da Mulher, que permitiu uma série de encontros públicos no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Este é o ano de formação de vários grupos de mulheres e do aparecimento do jornal Brasil Mulher. Meses depois surge o Nós Mulheres, declarando-se feminista e propondo a organização política das mulheres a partir de sua opressão. A experiência da organização em torno dos problemas do cotidiano, em São Paulo, antecedeu cronologicamente o feminismo, como já nos referimos anteriormente. É porque as mulheres já se encontravam agrupadas nos clubes de mães nas associações de moradores, etc. que as feministas logo encontraram leitoras interessadas para seus jornais. Ao mesmo tempo, a disposição das feministas de procurar outras mulheres reunidas, onde quer que elas estivessem, possibilitou a rápida expansão numérica da organização das mulheres. Neste sentido, a história da imprensa feminista é parte indissociável da história do feminismo, como logo entendi quando realizei a análise de conteúdo dos jornais feministas, tendo em vista uma comparação com a imprensa feminina tradicional. A presença das metalúrgicas; as permanentes referências ao custo de vida, à associação das donas-de-casa, das empregadas domésticas ao problema das creches, em poucas palavras, os temas tratados e a forma de tratamento exigiam, a todo o momento, referências às circunstâncias concretas em que os jornais eram escritos. Por que

tantas referências aos clubes de mães ; ao custo de vida; às metalúrgicas ? Por que as matérias do Nós Mulheres não eram assinadas? São as próprias participantes poderiam explicar as ausências e presenças de sua imprensa. Foi assim que iniciei a reconstituição da história do feminismo através dos arquivos particulares, dos depoimentos, das notícias saídas em órgãos da imprensa tradicional. E, também, através de minhas recordações e anotações. Talvez um pequeno fato do cotidiano seja mais eloquente do que páginas de erudito saber acerca da problemática da opressão feminina. Ainda tenho na memória um fato de anos atrás : abrindo a correspondência que chegava para o Nós Mulheres, Inês Castilho e eu deparamos com um desenho obsceno, realizado com a ilustração feminina da capa do número 3. O que mais espantou foi a importância que a agressão tinha para o agressor: horas de trabalho para deformar uma capa, transformando-a no símbolo da humilhação feminina. O que assustou é que mesmo antes de termos tido a ousadia de colocar a questão da opressão sexual propriamente dita (da violência existente em qualquer relação sexual consumada contra a vontade de um dos parceiros), apesar de estarmos tratando dos mesmos temas que preocupavam a imprensa alternativa de modo geral, enfim, simplesmente por se tratar de um jornal feminista, dirigido, redigido e distribuído por mulheres o agressor não considerou importante nos chamar de comunistas ou subversivas: chamou-nos de prostitutas.

Apoiado na própria dinâmica dos movimentos de base e, entre eles, nos grupos feministas, o movimento de mulheres desenvolveu-se especialmente em São Paulo, com a luta pela anistia, contra a carestia, por liberdades democráticas, pelas creches, a favor dos congressos das trabalhadoras, etc. Em 1979, as paulistas realizaram seu 1º Congresso, cujas repercussões demonstraram a falácia do argumento que o feminismo só interessava às burguesas. O sucesso do tema mulher trouxe seus inconvenientes, entretanto, atraindo a presença de correntes políticas antifeministas dispostas a aproveitar o poder de mobilização da questão feminina. Em 1980, a tensão política cresceu dentro dos grupos feministas refletindo tanto as contradições existentes entre as diversas correntes da esquerda brasileira quanto as dificuldades oriundas dos próprios trabalhos que as feministas vinham desenvolvendo. O 2º Congresso, encerrado no meio de pancadarias, revelou que a coexistência com correntes antifeministas exigiria uma reformulação nos métodos de trabalho das feministas. Reunidas, três meses depois em um encontro de fim de semana em Valinhos, as feministas procederam ao debate sobre os rumos de seu movimento e as lições do 2º Congresso, concluindo pela necessidade de se enfrentar a violência contra mulher através de atendimento público às vítimas. Assim, nasceu o SOS Mulher, cujas fichas de atendimento registram, atualmente, outras realidades da vida familiar: pais que espancam os filhos; pais que cometem abusos sexuais contra suas filhas; maridos que só aparecem em casa para pegar dinheiro e impor suas arbitrariedades às mulheres e crianças; enfim, o outro lado da moeda do "calor doméstico e familiar".

Do momento em que as feministas submeteram sua prática à uma análise crítica não puderam deixar de reconhecer o autoritarismo e o monolitismo imperante no movimento de mulheres : outras hierarquias haviam sido criadas ao mesmo tempo em que um discurso feminista "oficial" tentava calar as falas individuais e, principalmente, a diversidade de concepções de feminismo. Foi neste momento que as participantes do Nós Mulheres iniciaram seus estudos e reflexões sobre a sexualidade feminina, sobre o "não revelado" de cada uma de nós. A reformulação de nossas concepções partiu do mais elementar, que era reconhecer-nos como oprimidas e, portanto, também interessadas na transformação de nossa condição. Assumir-se como sujeito significou, ademais, perceber que nossa insistência em tratar da situação da "mais oprimida" - a operária - também se explicava pela ânsia de legitimação aos olhos de nossos interlocutores políticos. Voltamos, então, nossos olhos para o "feminino", nos perguntando, afinal, por que valorizar mais a força do que a ternura quando reconhecíamos nossa carência como a característica humana mais comum aos dois sexos. Deixamos de lado os preconceitos e fomos conhecer melhor as manifestações femininas na literatura, na poesia : a descoberta da "feminização" do mundo, proposta por intelectuais como Yuko Ono e Anaïs Nin. E entendemos que uma primeira etapa de lutas tivera seu término simbólico no 8 de março de 1980 : daí por diante era preciso inovar sob pena de testemunharmos (tal como terminou sucedendo no 3º Congresso, de 1981) profundas crises dentro do movimento de mulheres.

O sétimo e último capítulo, "A Imprensa Feminista dos Anos 1975/80", resume toda a problemática anterior a partir da análise crítica das coleções completas dos dois jornais feministas Brasil Mulher e Nós Mulheres. Fala de nossos temas privilegiados - trabalho e política- ao mesmo tempo em que tenta explicar a ausência ou timidez no trato de duas questões fundamentais para qualquer política de libertação da mulher: o sexo e a família. Nele eu tento explicar porque terminamos criando alguns "tipos ideais" - a leitora típica - e a tensão permanente entre falar na primeira pessoa do singular e falar em nome de outras. Em poucas palavras: vivíamos a fase do feminismo envergonhado. E, neste sentido, a maior conquista que o movimento de mulheres realizou nestes últimos seis anos foi, exatamente, criar o espaço para que pudessemos atuar identificadas e dignificadas por nossa condição de sexo, para que as mulheres deixem de ser aquela "espécie ainda envergonhada" de que fala Adélia Prado.

* * * * *

Várias pessoas contribuíram, de maneiras diferentes, para que a redação desta tese constituisse uma atividade enriquecedora : aprendi muito em todos os anos de Nós Mulheres, daí o primeiro agradecimento; Maria da Graça Camargo Vieira realizou a revisão e padronização bibliográfica; Miriam Tanus deu a maior contribuição na datilografia; Betty Mindlin foi a primeira a ler a tese completa, sugerindo modificações ; Neddy Martin de Moraes colaborou decisivamente na revisão dos originais; Lygia Kfoury de Moraes cuidou de mim, dando todo o calor feminino ,(na verdade, ambos, pai e mãe, cuidaram de mim nestes dois últimos meses de tese) e Maria do Carmo Campello de Souza, minha orientadora, fez tudo aquilo que se espera de uma excelente orientadora, merecendo minha eterna gratidão.

FAMÍLIA E OPRESSÃO FEMININA

"Nenhuma lei humana poderia apagar de qualquer forma o direito natural e primordial de todo o homem ao casamento, nem circunscrever o fim principal para que ele foi concebido desde a origem: 'Crescei e multiplicai-vos' (Gn 1,28). Eis, pois, a família, sociedade muito pequena certamente, mas real e anterior a toda sociedade civil, à qual, desde logo, será forçosamente necessário atribuir certos direitos e certos deveres absolutamente independentes do Estado. (...)

A natureza não impõe somente ao pai de família o dever de alimentar e sustentar seus filhos; vai mais longe. Como os filhos refletem a fisionomia de seu pai e são uma espécie de prolongamento de sua pessoa, a natureza inspira-lhe cuidado do seu futuro e a criação de um patrimônio que os ajude a defender-se, na perigosa jornada da vida, contra as surpresas da má fortuna. Mas esse patrimônio poderá ele criá-lo sem a aquisição e a posse de bens permanentes que possa transmitir-lhe por via da herança?" (Leão XII, Rerum Novarum, 1961, p.17 e 18).

"A família, na sua forma atual, não é outra coisa senão uma das ruínas do passado" (Kollontai, 1979, p.49).

1. Introdução

Impossível pensar a problemática dos papéis femininos em nossa sociedade — entre eles o de socializadora e transmissora de ideologias — sem fazer referência à questão da família. De fato, ao longo da história da humanidade, assim como nos sucessivos e diferenciados discursos sobre o processo histórico, a mulher tem sido relacionada à família — à esfera do privado — enquanto que o homem parece pertencer à esfera pública, à sociedade. Desta maneira, Aristóteles em A Política distingue o "político" como governo da cidade, utilizando o termo "econômico" para caracterizar o governo da casa: a cidade é governada por homens livres, cidadãos por natureza livres e iguais, ao passo que a casa é o lugar em que o poder é exercido pelo homem sobre a mulher, os filhos (que são livres mas desiguais por natureza) e os escravos que, por natureza, não são livres nem iguais (Mercier-Josa, 1978, p.304). A cisão entre "econômico" e "político", neste caso, reflete a própria cisão entre vida pública e vida privada, entre direitos e deveres do marido e da mulher.

É interessante notar que a antropologia aristotélica impregna toda a teologia escolástica medieval que define as mulheres como "homens defeituosos" (Reauther, 1977, p.88), identificando a divisão entre a carne e o espírito com a feminilidade e a masculinidade (Novinsky, 1979, p.10). Para os contratualistas, como Rousseau, a família monogâmica e patriarcal (ou seja, a mulher submetida ao marido) constituía o princípio da sociedade humana e a crença na instituição familiar como uma entidade natural e permanente, prévia a qualquer sociedade organizada, continua influenciando importantes segmentos da produção sociológica, como bem o demonstram as análises realizadas por Adorno e Horkheimer (1969, p.130 a 148).

A leitura de textos filosóficos acerca da questão da família, como os de Kant e Hegel, remete-nos constantemente a esta dicotomia — à desigualdade entre homens e mulheres no interior da família e da sociedade — por mais que ideologicamente apresentada como constitutiva de uma comunidade de interesses e fundamentada no amor. Esta concepção idealista foi criticada por Marx (1968, p.45) ao comentar, referindo-se a Fierbach e aos jovens hegelianos, que, no desenvolvimento histórico, os homens:

renovam cada dia sua própria vida, põem-se a criar outros homens, a reproduzir-se: é a relação entre o homem e a mulher, pais e filhos, é a família. Esta família, que no começo era a única relação social, torna-se em seguida uma relação subalterna (...) logo que novas necessidades engendram novas relações sociais e que o crescimento da população engendra novas necessidades. Conseqüentemente, devemos tratar e desenvolver o tema da família a partir dos fatos empíricos e não do "conceito de família", tal como se costuma fazer na Alemanha.

E quais seriam estes fatos empíricos senão os elementos, historicamente determinados, que moldam os diversos tipos de sociedade que a humanidade tem conhecido? Algo muito diferente, portanto, das leis imutáveis, dos princípios eternos, das categorias ideais (Marx, 1965, p.84) com que trata a filosofia idealista: o concreto é concreto porque é a síntese de inúmeras determinações, logo, unidade da diversidade (Marx, 1965, I, p.225). E o concreto, nas sociedades primitivas, é tão distinto do existente na sociedade inglesa contemporânea, como o são as relações familiares e o status da mulher em cada uma destas sociedades. Assim, Evans-Pritchard (1971, p.47) comenta a relativa pouca intensidade das relações familiares entre os povos primitivos, para os quais a sociedade é uma extensão das relações familiares, levando com que a diferenciação entre vida privada e vida pública apresente um caráter muito menos marcante que o imperante na família nuclear monogâmica de nossos dias.

Em outras palavras: a possibilidade de "historicizar" as relações familiares está determinada pela própria necessidade do homem ser um animal que não pode se individualizar a não ser dentro das sociedades (Marx, 1965, I, p.236) na medida em que a idéia de uma produção realizada por um indivíduo isolado, vivendo fora da sociedade (...) não é menos absurda do que a idéia de um desenvolvimento da linguagem sem que existam indivíduos que vivam e falem em conjunto. Na verdade, quanto mais retrocedemos cronologicamente na história mais visível se torna a dependência do indivíduo a um conjunto maior, no seio e por o intermédio do qual sua sobrevivência é garantida. A existência biológica do homem, portanto, encontra-se profundamente marcada por sua existência cultural/social: a produção da subsistência material e a reprodução da espécie realizando-se e definindo-se dentro de um espaço social bastante delimitado. O que equivale dizer que se a união da mulher e do homem é um dado da Natureza as regras que ela obedece para consubstanciar-se dizem respeito à Cultura.

2. Cultura e Subordinação da Mulher : a proibição do incesto.

A passagem da Natureza para a Cultura, segundo a grande maioria dos autores, processa-se simultaneamente à subordinação da mulher ao homem (quando não é já um suposto "natural" que nem exige explicações...), o que equivale a dizer que a opressão da mulher funciona como uma espécie de princípio civilizador. Para Freud (1973, III, p.1.838) a origem da sociedade relaciona-se à passagem da horda paterna à associação fraterna e, em ambos os momentos a mulher já está subordinada ao homem; mais ainda, ela é o próprio objeto da disputa entre o *violento e tirânico pai* e a *horda fraterna*. *Os irmãos odiavam o pai que tão violentamente se opunha às suas necessidades de poderio e às suas exigências sexuais*. A necessidade de colaboração entre os homens, pondera Freud, surgiu quando o homem primitivo descobriu que poderia melhorar seu destino na Terra através do trabalho. Aliás, em períodos ainda mais remotos - em sua pré-história de antropóide - *já havia adotado o hábito de constituir famílias, de modo que os membros destas foram provavelmente seus primeiros auxiliares*. Além disso, a família primitiva constitui-se vinculada a uma certa evolução sofrida pela necessidade de satisfação genital (grifo meu) :

esta, ao invés de apresentar-se como um hóspede ocasional, que se instala na casa de alguém para não dar depois sinais de vida por muito tempo, converteu-se, contrariamente, em um inquilino permanente do indivíduo. Com isto, o macho encontrou motivos para conservar junto de si a fêmea, ou, em termos mais gerais, os objetos sexuais; as fêmeas, por sua vez, não querendo se separar de sua prole inerme, também se viram obrigadas a permanecer, no interesse desta última, junto ao macho mais forte (Freud, 1973, III, p.3.038).

O argumento, portanto, é de ordem biológica : o macho "naturalmente" mais forte (força esta, diga-se de passagem, contestada por muitos antropólogos para os quais não faz sentido pensar as sociedades primitivas a partir de modelos de homem e de mulher das sociedades contemporâneas) entra em contradição com outros machos - sua prole - por causa da posse sexual da fêmea/esposa/objeto sexual. Desta maneira, a passagem da "família primitiva" para a "família cultural", na expressão de Freud, diz respeito à luta entre homens pela apropriação das fêmeas :

Nesta família primitiva ainda falta um elemento essencial da cultura, pois a vontade do chefe e pai era ilimitada. Em Totem e Tabu tratei de mostrar o caminho que conduziu desta família primitiva à fase seguinte da vida em sociedade, isto é, as alianças fraternas. Os filhos, ao triunfarem sobre o pai, descobriram que uma associação pode ser mais poderosa do que o indivíduo isolado. A fase totêmica da cultura baseia-se em restrições que os irmãos impuseram-se mutuamente para consolidar este novo sistema. Os preceitos do tabu constituíram, assim, a primeira lei. A vida em comum dos homens adquiriu, portanto, duplo fundamento: por um lado, a obrigação do trabalho imposta pelas necessidades exteriores; de outro, o poderio do amor, que impedia ao homem de prescindir de seu objeto sexual, a mulher, e a esta, desta parte separada de seu seio que é o filho. Desta maneira, Eros y Anankê (amor e necessidade) converteram-se nos pais da cultura humana, cujo primeiro resultado foi o de facilitar a vida em comum a um maior número de seres (1973, III, p. 3039).

A assimetria com que Freud pensa o "destino" da mulher e do homem, a partir do desvendamento dos mitos sobre a origem da civilização, não poderia deixar de ser mais reveladora: supõe-se uma relação privilegiada do macho em relação à fêmea que não é correspondida por esta, uma vez que o "instinto materno" determina a escolha do objeto afetivo da mulher. Assim, no mito e na análise de Freud, o homem é o macho e a mulher a fêmea-mãe; objeto cobiçado pelos machos que instituem as regras (o princípio civilizador) a partir da necessidade de organizar a partilha das mulhe-

res, tal como a antropologia estruturalista veio a colocar posteriormente, assumindo a mesma hipótese da universalidade da proibição do incesto. Lévi-Strauss, muito provavelmente, subscreveria a afirmação de Freud (1913, II, p.1847) de que *podemos deduzir como resultado que no complexo de Édipo coincidem os começos da religião, da moral, da sociedade e da arte, coincidência que se mostra perfeitamente de acordo com a demonstração trazida pela psicanálise de que este complexo constitui o nóduo de todas as neuroses*. Em síntese, submissão da mulher ao homem e proibição do incesto: eis os parceiros da civilização.

Lévi-Strauss reforça a posição freudiana quando comenta que *o instinto sexual, por ser ele natural, não constitui o passo da natureza à cultura, já que isto seria inconcebível, mas explica uma das razões pelas quais o terreno da vida sexual, antes de qualquer outro, é onde pode e deve operar, forçosamente, o trânsito entre as duas ordens* (Lévi-Strauss, 1969, p.45).

Enraizada na natureza mas projetando-se para a cultura, a proibição do incesto é o eixo em torno do qual se articulam os sistemas de parentesco que, segundo Lévi-Strauss, correspondem a um meio de comunicação entre os homens. Verdade que se trata de uma comunicação muito especial pois as mulheres — diferentemente das palavras, que também implicam na comunicação entre homens, mas que não podem ser senão signos — são objetos com desejo próprio. A grande questão persiste, então, em se saber o porquê desta utilização do sexo feminino como uma espécie de meio circulante do sistema de parentesco.

Poucas correntes teóricas receberam tamanha aceitação como o estruturalismo, talvez exatamente pela ambição de seus propósitos: a resposta aos mistérios do "começo dos começos". Eis que, a partir de estruturas orientadas por uma mesma lógica (no caso, a necessidade de trocar mulheres), o complexo de Édipo — o pecado original do freudianismo e do estruturalismo — possibilita explicar o universal, vale dizer, o princípio regulador das relações entre homens. Em um dos trabalhos mais interessantes acerca do caráter da "produção doméstica", Claude Meillassoux (1975) comenta que tanto para os funcionalistas como para os estruturalistas a exogamia e a "troca de mulheres" constituem a base da teoria do parentesco, criticando Lévi-Strauss pela ambiguidade que deixa pairar quanto às razões da proibição do incesto:

"Lévi-Strauss supõe que esta proibição do incesto, 'cuja raiz está na natureza' - como explicar de outra maneira sua suposta universalidade? -, poderia, não obstante, ter uma causa sociológica : a necessidade da troca de mulheres. De forma que não fica claro se, no espírito do autor, esta proibição se relaciona ao direito e à moral (produzidos pelas condições gerais da sociedade) - e neste caso eu estaria de acordo com ele - ou se é um dado natural que escapa aos homens" (Meillassoux, 1975, p.26)

A universalidade da proibição do incesto, ademais, permanece duvidosa se o objetivo é que ela sirva de elemento comum a toda a teoria do parentesco. Neste sentido, Meillassoux apoia-se no trabalho de R. Middleton ("A Deviant-Case: Brother and Sister and Father Daughter Marriage in Ancient Egypte", in American Sociological Review, XXVII,5,Oct,1962) que demonstra a frequência dos casamentos entre irmão e irmã no Egito ocupado pelos romanos, para a preservação do patrimônio familiar, negando a universalidade da referida proibição. Também Raymond Firth, a partir de 1963, afirma a tese da relatividade da proibição do incesto. Assim, afirma Meillassoux, "... se se entende por 'incesto' a cópula entre rebentos dos mesmos genitores e entre genitores e rebentos, sem nem sequer estender esta noção aos parentes classificatórios, constata-se que se trata de uma prática muito conhecida e mesmo institucionalizada em um certo número de sociedades" (1975, p.26). Lembrando os exemplos dos irmãos e irmãs no Hawaii; o pai e a filha azande; a mãe e o filho entre os Mbuti, Meillassoux conclui que "longe de estar inscrito na natureza a proibição do incesto é a transformação cultural de proibições endogâmicas (isto é, prescrições de caráter social) em proibições sexuais (isto é 'naturais' ou morais) a partir do momento em que o controle matrimonial torna-se um dos elementos do poder político.

A luta pela sobrevivência material, a tentativa de garantir o usufruto ou a posse das mulheres, enfim, a necessidade de assegurar a presença de um dado número de representantes do sexo feminino e com isto a re-

produção mais harmônica dos grupos sociais, exigiu o estabelecimento de regras (entre elas a proibição do incesto) que controlassem a enorme margem de arbítrio deixada pela natureza. Voltaremos, mais adiante, a discutir a questão do porquê o sexo feminino aparece como elemento estratégico a ser regulado. Por ora, ficamos no registro das considerações de Meillassoux, enquanto apresentamos a perspectiva da antropologia feminista de orientação marxista.

3. Evelyn Reed e a reintrodução contemporânea do tema do matriarcado

A oposição à clássica explicação da proibição do incesto como regra de origem "natural" recebeu um forte impulso com a apresentação dos trabalhos e conclusões de Evelyn Reed. Esta autora pensa o estabelecimento das regras sociais a partir da questão do tabu e das relações específicas entre a esfera da vida sexual (proibição do incesto e/ou de determinadas categorias de práticas sexuais) e a alimentação (tabu do canibalismo). Em outras palavras, apontando as necessidades básicas para a sobrevivência da espécie (animal ou humana), a alimentação e o sexo, Reed pondera que a proibição de ingerir determinados alimentos especialmente do reino animal, relaciona-se à separação que os primitivos faziam do "nós" e os "outros", ou seja, diz respeito a aquilo que deve ser preservado e o que pode ser destruído. Uma determinada categoria do reino animal poderia ser considerada como "nós" e preservada da mesma maneira que os homens pertencentes a um mesmo grupo tribal. A possibilidade de que - no momento da caçada, por exemplo - alguém utilizasse de sua arma para ferir um companheiro constituía motivo de profunda tensão grupal e de quebra de solidariedade. É por isto, argumenta Reed, que *"nada além de um absoluto e inviolável tabu poderia impedir tal desastre e este foi o papel do totemismo, a mais antiga instituição social"* (1975, p.37). Esta prática de prevenção social, por assim dizer, estende-se às outras esferas da vida em comum, sempre com a mesma finalidade de socializar a interação grupal e a relação homem-natureza.

Convencida de que o totemismo e o tabu representam a mais antiga forma de regular as necessidades humanas, a questão que se coloca para Reed é saber quem o instituiu, porquê e como. Os homens se impuseram a proibição de comer certos animais e de ter relações sexuais com certas mulheres ou, contrariamente, foram as mulheres que criaram tais institui-

ções para protegerem-se e à sua prole? Já vimos como Lévi-Strauss e seus seguidores respondem a esta questão. Reed, entretanto, chega a resposta bem diversa: aprofundando a análise de Engels relativa ao matriarcado primitivo, reintroduz o argumento naturista agora para roborar a tese da superioridade inata do sexo feminino, sua "capacidade civilizadora". Reed atribui esta capacidade à maior propensão desenvolvida pelas mulheres no que diz respeito às práticas de cooperação mútua, dada sua ligação privilegiada - enquanto mãe biológica - à prole. Em outras palavras, a autora estabelece para o sexo feminino uma relação de causa e efeito entre função biológica (natural) - procriação e aleitamento - e função social - cooperação. Neste aspecto a análise converge com a de Freud (que fala da ligação da mulher à mãe) mas as consequências que tira deste fato são bem distintas ao afirmar que a sociedade (a cultura) começa tendo como unidade o clã materno e não a família paterna. Em outras palavras, as mulheres têm o predomínio na medida em que são socializadoras; os instrumentos e as por-vozes da cultura. A partir de sua relação íntima com a prole se estabelece um determinado tipo de relação com o meio ambiente: o cultivo de alguns alimentos, a domesticação de pequenos animais e pássaros, os primeiros passos na tecelagem, na medicina e nas artes constituem, segundo material apresentado por Reed, obras do sexo feminino. Além disso, explica a importância do tabu relacionado à menstruação como mais uma manifestação da preocupação social em proteger a mulher, pois, em sua origem, ele não estaria referido à idéia de impureza do sangue menstrual e sim ao fato de que o sangue era visto como sinal de ferimento. Assim, estar perto de uma mulher menstruada poderia significar o risco, para o homem, de ser confundido com um agressor.

As primeiras regras sociais, portanto, visam a proteção do sexo feminino em função do papel que ocupa na reprodução da espécie. Não é, pois, a proibição do incesto o passo para a cultura; a subordinação da mulher ao homem tampouco é sua condição universal. O trabalho social e a mãe social: eis as chaves para o rompimento com a esfera natural. Desta maneira, a autora, que critica a projeção de instituições e valores contemporâneos para as sociedades do passado (tal como é realizado por muitos estudos antropológicos), termina por inverter a ordem das razões, propondo sempre determinações femininas como expli-

cação de conhecidos tabus sexuais. Partindo da premissa de uma sexualidade diferenciada entre os dois sexos, ela afirma que os longos períodos de segregação da mulher - durante a menstruação, o ciclo maternal, as expedições de guerra e caça, etc. ela era impedida de manter relações sexuais - se devem ao fato da mulher sentir menor desejo sexual e de precisar se proteger da volúpia masculina. Em tempos históricos posteriores as necessidades sexuais femininas teriam aumentado mas a razão desta mudança permanece obscura para Reed. Cumpre notar, aliás, que a defasagem no apetite sexual de cada um dos dois sexos é também um pressuposto da análise de Freud, que insiste nos laços preferenciais da mãe com a prole, Mas a utilização que Reed faz deste argumento é bem distinta da freudiana : para ela trata-se da impossibilidade do casamento e da figura do pai na época da selvageria. Mulher e prole encontram-se unidos contra muitos perigos, entre os quais a presença masculina. Assim, os dois sexos estariam segregados nos primórdios da civilização e as mulheres, através da organização matriarcal da vida em sociedade, foram capazes de desenvolver formas de solidariedade muito abrangentes, não conhecendo a propriedade privada nem formas de exploração do trabalho alheio.

Neste aspecto a análise de Reed retoma as clássicas colocações de Engels para quem a opressão da mulher só começa quando a propriedade privada é introduzida. Para ela esta instituição surge, primeiramente, com a "propriedade móvel", ou seja, objetos que podem passar de um possuidor a outro, e com a acumulação tornada possível por um incremento de produtividade na agricultura. A autora em questão supõe que esta acumulação tenha se processado com os estoques de grãos (Engels aponta o gado como primeira riqueza acumulada) e que a abundância alimentar tenha permitido uma maior concentração populacional e o aprofundamento da divisão do trabalho. Os passos seguintes são conhecidos: a acumulação realizada traz o problema de sua utilização. Primeiramente, supõe Reed, os mais velhos receberam os benefícios do excedente alimentar mas, pouco a pouco, alguns homens *"elevaram-se à categoria de sacerdotes, nobres, proprietários de terra, colocando-se acima do povo comum, recebendo produtos alimentares, gado e artesanatos como tributos e, mais tarde, como taxas. A riqueza privada começou a acumular-se nas mãos de uma elite, a classe dominante"* (Reed, 1975, p. 412).

A passagem é um pouco rápida, na verdade. Ao se referir à acumulação na agricultura, Reed aponta para a redefinição da divisão social do trabalho, argumentando que os antigos caçadores - os homens - passam a realizar tarefas antes especificamente femininas sem que haja qualquer explicação para tal mudança. Eis que os homens "elevam-se" - este é o termo empregado - à condição de classe dominante, permanecendo obscuras as condições que propiciaram a exploração do trabalho alheio por esta "classe dominante". Somos jogados à sociedade de classes e a uma nova ordem social com um embrião de exército permanente, escravos e a mulher destituída de sua antiga posição social.

A indiscutível importância da obra de Evelyn Reed e o seu esforço para analisar, do ponto de vista marxista, as origens da opressão da mulher, justificam o espaço concedido na apresentação de suas teses. Vimos como ela reintroduz a problemática da passagem da natureza à cultura, lançando algumas hipóteses interessantes mas sem conseguir escapar a uma argumentação de ordem biológica bastante discutível. Sua análise deixa irrespondida alguns pontos nevrálgicos, entre os quais a questão do como as mulheres perderam a supremacia social que o matriarcado lhes garantia. Em poucas palavras, não chega a estabelecer uma teoria completa e coerente sobre a vida social nas sociedades iletradas do passado da humanidade.

4. Assimetria sexual e monopólio da violência: a questão do poder masculino.

A relação entre a vida familiar e a vida social, ou seja, a maior ou menor integração das relações de parentesco no conjunto das atividades de determinada sociedade, apresenta profundas diferenças ao longo da história humana. A separação entre público e privado, tal como nossa sociedade conhece, constitui o resultado de profundas transformações sócio-econômicas, entre elas a passagem da unidade produtiva do lar para a fábrica. Nesta medida falar de papéis sociais da mulher supõe o conhe

cimento da qualidade da participação feminina em dada formação sócio-econômica. O que hoje é uma tarefa sem aparente valor econômico, como o trabalho doméstico, por exemplo, pode ter sido, há poucos séculos, uma função social (e não familiar) de máxima importância para a reprodução das condições de sobrevivência de uma determinada comunidade.

Neste sentido, Lévi-Strauss aponta para um aspecto essencial da manutenção do equilíbrio demográfico entre os dois sexos, que é a cooperação laboral tendo em vista a produção econômica/de subsistência, tal como podemos observar no trecho seguinte:

Considerações extraídas, de modo exclusivo, do estudo das relações entre os sexos em nossa sociedade não permitem compreender o caráter verdadeiramente trágico deste desequilíbrio no seio das sociedades primitivas. Suas implicações sexuais são secundárias. Com efeito, a sociedade primitiva dispõe, ainda mais do que a nossa, de múltiplos recursos para resolver este problema. A homossexualidade em certos grupos, em outros a poliandria e o empréstimo de mulheres e, por fim, quase em todas as partes, a extrema liberdade das relações pré-maritais, permitiriam aos adolescentes esperar comodamente encontrar uma esposa, se a função desta se limitasse às gratificações sexuais. Mas, como se assinalou várias vezes, na maioria das sociedades primitivas (como também, ainda que em menor grau, nas classes rurais de nossa sociedade), o matrimônio apresenta uma importância totalmente distinta, não erótica e sim econômica. A diferença entre o status econômico do solteiro e do homem casado, em nossa sociedade, se reduz quase que exclusivamente ao fato de que o primeiro deve renovar com maior frequência seu guarda-roupa. A situação difere completamente nos grupos nos quais a satisfação das necessidades econômicas descansa totalmente sobre a sociedade conjugal e na divisão do trabalho entre os sexos. O homem e a mulher não somente não têm a mesma especialização técnica e, portanto, dependem um do outro para a fabricação dos objetos necessários para as tarefas cotidianas, como também se consagram à produção de tipos diferentes de alimentos. Por isto, uma alimentação completa e, sobretudo, regular, de-

pende desta verdadeira "cooperativa de produção" que constitui um par. "Quanto mais mulheres, mais se tem para comer", dizem os pigmeus que consideram "as mulheres e as crianças como a parte mais preciosa do capital do grupo familiar" (Lévi-Strauss, 1969, p.75/6).

A problemática da mulher enquanto "capital familiar" ganha, nesta análise de Lévi-Strauss nova faceta, que completa de alguma maneira a proposta teórica de Reed. Esta, como vimos, ressalta menos o aspecto da cooperação necessária entre os sexos e chega a propor, como maneira de contornar o problema da "abstinência sexual" das mulheres, uma modificação na sexualidade feminina que, nos primórdios, seria mais "sexualizada" vindo a se modificar posteriormente. O ponto de vista de Lévi-Strauss, neste particular, é bem mais flexível: ao invés de propor uma sempre duvidosa mudança de ordem psico-fisiológica, este autor coloca a possibilidade de uma sexualidade "polimórfica perversa", nas palavras de Freud. Mas, por outro lado, insiste no aspecto da colaboração tendo em vista a reprodução cotidiana. O "valor econômico", por assim dizer, do sexo feminino passa a constituir, então, a principal razão para a política de alianças que o sistema de parentesco estabelece.

A integração das funções econômicas (da esfera da economia e do modo de produzir) nas relações de parentesco (estas expressando normas de relação sexual/de filiação) constituirá, por estas mesmas razões que Lévi-Strauss expõe acerca da "cooperação produtiva", o específico das sociedades primitivas. Mais ainda, é através do parentesco que as próprias relações de poder — políticas e religiosas — são determinadas. Como assinala Godelier, 1970, p.139), "neste tipo de sociedade as relações de parentesco funcionam como relações de produção, relações políticas, esquema ideológico. O parentesco, neste caso, é ao mesmo tempo infra e supraestrutura." Além disso, as próprias relações de produção funcionam no interior das relações de parentesco, fazendo com que estas últimas determinem "os direitos do indivíduo sobre o solo e seus produtos, suas obrigações de receber, dar, cooperar. Elas determinam igualmente a autoridade sobre outros em matéria política e religiosa".

As relações de parentesco, ou mais especificamente, a posição ocupada por cada um dos sexos (na idade adulta/produtiva) na hierarquia familiar — e na vida social de modo amplo — revela, à sua maneira, as relações de poder entre ambos os sexos. Ao falar da imperiosidade da "cooperativa de produção" Lévi-Strauss, com o completo apoio de Godelier, está lançando alguma luz sobre a questão da opressão da mulher. E os trabalhos antropológicos de Meillassoux acentuaram o valor econômico da mulher — sua capacidade de produção econômica aliada ao papel estratégico que desempenha na procriação, ou seja, na reprodução da força de trabalho. Desta maneira, as razões pelas quais os homens, nas sociedades primitivas, tinham interesse na subordinação do sexo feminino são apontadas como sendo as seguintes:

"A subordinação da mulher torna-a suscetível a duas formas de exploração de seu trabalho: tanto porque seu produto - entregue ao marido que assume sua gestão ou a transmissão ao filho mais velho - não lhe retorna integralmente como, principalmente, através da exploração de suas capacidades procriadoras pois a filiação, isto é, os direitos sobre a progenitura, se estabelece entre os homens " (Meillassoux, 1975, p. 199).

Ao despojar a mulher de sua progenitura (garantindo o controle da futura geração de produtores) o homem a deixa incapaz de criar relações de filiação, ao mesmo tempo que não tem condições de adquirir um status a partir de sua contribuição produtiva. Assim, argumenta Meillassoux, apesar da mulher ocupar um lugar predominante *"tanto na agricultura como nos trabalhos domésticos ela não desfruta do status de produtora. Estando submetida à relações conjugais que superam suas relações de filiação, o produto de seu trabalho só entra no circuito doméstico através de um homem"* (1975, p.120).

A semente da contradição encontra-se, pois, lançada no próprio seio da sociedade primitiva, dada a assimetria sexual imperante. E, apesar da inexistência de estudos mais precisos sobre os meios utilizados pelo sexo masculino para submeter o feminino, é interessante observar como antropólogos da qualidade de Pierre Clastres fazem apologia da qualidade de vida nas sociedades primitivas (no exemplo a seguir trata-se das sociedades tribais brasileiras) sem maiores considerações sobre a condição feminina. Ele comenta que *"a vida eco-*

nômica deste Índios se fundamentava principalmente sobre a agricultura e, acessoriamente, sobre a caça, a pesca e a coleta. O grosso do trabalho, efetuado pelos homens consistia em limpar, com machados de pedra e pelo fogo, a superfície necessária. Esta tarefa, realizada ao final das estações de chuva, mobilizava os homens durante um ou dois meses. Quase todo o resto do processo agrícola - plantar, capinar e colher - ,conformemente à divisão do trabalho, era assumido pelas mulheres. Daí resulta esta feliz conclusão: os homens, isto é, a metade da população, trabalhava cerca de dois meses todos os quatro anos! O resto do tempo era dedicado a ocupações consideradas não como pena mas como prazer: caça, pesca, festas e a satisfazer seu gosto apaixonado pela guerra."(Clastres,1974,p.165, grifo meu).

A alegria com que Clastres saúda a metade masculina é bem significativa da pouca importância que concede ao restante da população, isto é, as mulheres. Nem mesmo chega a calcular as horas de trabalho feminino, para que pudéssemos avaliar o tempo que dispõe para o lazer. Sem entrar , mais uma vez, na discussão sobre a análise de sociedades diferentes à partir de critérios muito europeus e capitalistas - como é o caso da separação entre trabalho e lazer -cumpre ressaltar que a análise de Clastres pode não ser o melhor retrato das sociedades tribais mas é extremamente sugestiva da maneira pela qual a antropologia trata a questão feminina. Neste sentido, sua preocupação em definir as condições necessárias para que tais sociedades não conhecessem classes (nem o Estado) leva-o a inverter a proposição do materialismo histórico (que aponta a determinação ,em última instância, do econômico) : "antes de ser econômica, a alienação é política, o poder existe antes do trabalho, o econômico é um derivado do político, a emergência do Estado determina a aparição das classes (Clastres,1974,p.169).Para que as sociedades tribais continuem sem conhecer o Estado - e as classes - é necessário, entretanto, o controle do tamanho demográfico e a reprodução de um mesmo controle social que impeça os desgarramentos do poder. Assim, ele assinala que "a propriedade essencial (isto é, que toca na essência) da sociedade primitiva é de exercer um poder absoluto e completo sobre tudo que a compõe; é de proibir a autonomia de qualquer um dos sub conjuntos que a constituem; é de manter todos os movimentos internos, conscientes e inconscientes, que alimentam a vida social, nos limites e na direção desejados pela sociedade" (p,180).

Já sabemos, portanto, que as sociedades primitivas não poderiam dar origem às sociedades de classe (desde que sua especificidade é justamente a de ser uma sociedade sem Estado); que os homens trabalhavam na agricultura dois meses cada quatro anos; que as mulheres ocupavam-se de praticamente todas as tarefas produtivas e que o controle demográfico impedia situações de rompimento do equilíbrio homem-natureza. Apesar da relativa desvantagem da situação feminina o quadro traçado é indiscutivelmente entusiasmador. Mas, quando Clastres nos descreve as regalias do chefe - não obstante garantir que a sociedade sempre dispunha de meios de impedir os excessos do poder - a questão da opressão feminina mais uma vez se coloca pois o chefe é o homem que tem "o direito sobre um número anormal de mulheres do grupo; este, em troca, tem o direito de exigir de seu chefe generosidade de bens e talento de oratória" (1974, p.32) . Em outras palavras, as mulheres participam da vida social também como valores de uso, ao estarem incluídas no conjunto de prestações e contra prestações que os homens mantêm com seu chefe. Elas são uma espécie de repouso do guerreiro e a poligamia é um prêmio para os caçadores mais eficazes. .

A questão que se impõe, mais uma vez, é a de como as mulheres tornaram-se o objeto de troca em uma sociedade onde os sujeitos ativos são os homens. As explicações acerca das vantagens que o sexo masculino conquistou com a opressão da mulher são abundantes, como bem prova o recente exemplo das regalias dos chefes indígenas sul-americanos. Mas o meio utilizado é que permanece obscuro. E como toda teoria sobre a dominação supõe, necessariamente, uma referência à violência, não poderíamos deixar de pesquisá-la quando colocarmos a questão de como as mulheres foram submetidas.

Além das constantes referências de Clastres à paixão pela guerra demonstrada pelos homens destas sociedades primitivas - Godelier também assinala a presença masculina na guerra e na religião, nas atividades simbólicas de modo geral - os estudos de Meillassoux confirmam a hipótese de que, a partir de dotes guerreiros especiais, um indivíduo pode alçar-se a uma posição de predomínio social. Cumpre notar, ademais, que existe uma relação direta entre o que poderíamos chamar de uma "taxa de guerra" - o índice guerreiro de dada sociedade - e a emergência do autoritarismo, baseado exatamente na violência. Basta lembrar que a própria manutenção dos guerreiros - nos períodos bélicos - se dá às custas do trabalho dos não-guerreiros (as mulheres, em primei-

ro lugar) É por isto que a guerra favorece "a emergência de uma autoridade vigorosa, brutal, muitas vezes cruel mas personalizada, arbitrária e obtusa. (...) Se não existe um poder político institucionalizado, um Estado, aí se manifesta um poder pessoal, uma autoridade buscada, cobiçada e objeto de rivalidade. Esta autoridade (...) apoia-se sobre a guerra, isto é, sobre a violência, a força, a astúcia, a exploração e muito frequentemente sobre a morte, como é a característica de todos os poderes de essência guerreira ou militar." (Meillassoux, 1975, p.53).

É pelo monopólio da violência, afirma Meillassoux, que o sexo masculino, nestas sociedades, submeterá o feminino, explorando sua força de trabalho e sua capacidade reprodutiva. Outras categorias sociais, os velhos e os jovens, também serão submetido posteriormente. Logo, as contradições sociais internas são fruto, em grande medida, de extravasamento das artes bélicas, levando ao estabelecimento de um círculo vicioso na medida em que a guerra constitui um momento importante da afirmação da pretensa superioridade masculina:

"A fonte mais apta a saciar a sede de prestígio de um guerreiro é a guerra. Ao mesmo tempo, um chefe cujo prestígio está relacionado à guerra não pode conservá-lo e reforçá-lo a não ser na guerra (...). Enquanto seu desejo de guerra corresponde à vontade geral da tribo, em particular dos jovens para os quais a guerra também é o principal meio de adquirir prestígio, enquanto que a vontade do chefe não ultrapassa a da sociedade as relações habituais entre a segunda e o primeiro se mantêm inalteradas. Mas o risco de um transbordamento do desejo da sociedade pelo de seu chefe, o risco - para este - de ir mais longe do que deveria, de sair dos limites impostos à sua função, este risco é permanente". (Clastres, 1974, p.178).

Tratar, pois, o "gosto apaixonado pela guerra" como uma espécie de impulso natural, análogo ao gosto pelo esporte, não pode ser o melhor caminho para discernir as consequências da violência institucionalizada. Qualquer sociedade que abrigue a guerra como uma de suas atividades favorecidas arrisca - a todo o momento - não somente sucumbir pela força do inimigo externo como, também, ver voltadas para seus membros as armas que deveriam apontar somente para os de fora. E a "propensão masculina" à guerra - a menos de ser explicada como inerente à psicologia do homem - me-

rece maiores reflexões do que sua simples constatação. Deixar, portanto, de lado a desigualdade aonde ela aparece — recordemo-nos como Clastres se congratula pelo fato de metade da sociedade não necessitar dispendir energias em tarefas penosas pois a outra metade o faz — e tomar como dado natural o exercício da violência — qualquer que seja a forma sob a qual ela irrompe na vida social não parece ser o melhor caminho para a compreensão da dinâmica das sociedades primitivas e, concomitantemente, das relações sociais nelas imperantes.

Cumpramos relacionar a submissão da mulher ao valor econômico, por assim dizer, que sua função maternal (a reprodutora da força de trabalho) e os seus papéis na divisão social do trabalho garantem. O desvendamento dos interesses que uma fração da sociedade possa ter na subordinação de outra fração não é o bastante. Resta esclarecer como um certo tipo de dominação pode manter-se por tão longo período histórico e de maneira tão universal (pois a regra é a opressão do sexo feminino na grande maioria das sociedades passadas e contemporâneas). Não podemos descartar a questão da violência — a parteira da história — quando se trata de entender a posição social da mulher. Não nos propomos porém a defender a tese de uma continuidade lógica (de um evolucionismo vulgar) da opressão/dominação do sexo feminino para a exploração/dominação de classe pois a qualidade da dominação é distinta, em cada um destes casos. Mas a necessidade de pensarmos a realidade com categorias mais amplas — e mais criativas —, do que a redução de toda a contradição social a uma oposição binária, é evidente.

Dentro desta perspectiva, que coloca novas questões teóricas, destacam-se alguns trabalhos, como os de Mitchell (1971, p.101/6), que acentua o fato de que a pretensa menor capacidade feminina para certos tipos de trabalhos pesados, tem menos a ver com sua opressão, que com sua menor capacidade para a violência. As mulheres, em sua perspectiva, são coagidas a fazer o trabalho doméstico (o trabalho de "mulher") mesmo quando poderiam desincumbir-se das tarefas ao cuidado dos homens. A coerção (que subentende a violência coatora) precisa, portanto, ser entendida em todas suas conseqüências para que a situação da mulher — seus papéis na família e na sociedade — possa efetivamente ser transformada.

II - FAMÍLIA E PAPEIS FEMININOS

Sobre o que repousa a família de nosso tempo, a família burguesa? Sobre o capital, sobre a aquisição privada. A família plenamente desenvolvida só é conhecida pela burguesia; mas ela encontra sua contrapartida na ausência de uma vida de família entre o proletariado e na prostituição pública.

Esta contrapartida, uma vez desaparecida, a família burguesa desaparecerá simultaneamente: uma e outra desaparecem com o capital.

Seremos acusados de querer abolir a exploração das crianças pelos pais? Este crime: nós o confessamos.

Mas, então, dizem vocês, quereis quebrar as relações mais íntimas, colocando no lugar da educação familiar a educação social!

É vossa educação, não é ela também determinada pela sociedade? Não é ela obra das condições sociais nas quais praticais a educação, a consequência da intervenção direta ou indireta da sociedade por intermédio da escola, etc? (...)

Os discursos dos burgueses sobre a família e a educação, sobre a doçura dos laços entre pais e filhos são tão mais repugnantes quando a grande indústria destrói todo o laço familiar para o proletariado e transforma as crianças em simples artigos de comércio, em simples instrumentos de trabalho.

(...)

Aos olhos do burguês, a mulher não é senão um instrumento de produção. Ele ouviu dizer que os instrumentos de produção serão explorados em comum e isto lhe bastou, é claro, para pensar que o destino da mulher será pertencer a todos.

Não lhe veio a idéia de que se trata precisamente de acabar com um estado de coisas onde as mulheres ocupam o lugar de simples instrumento de produção (Marx, I, 1965, p.178/9).

1. Introdução

O artigo 233 do Código Civil Brasileiro estabelece que *o marido é o chefe da sociedade conjugal, função que exerce com a colaboração da mulher, no interesse comum do casal e dos filhos*. Tal princípio reflete a concepção dominante que a sociedade elabora acerca dos papéis femininos, notadamente os relacionados à posição que a mulher ocupa na família.

Enquanto as funções decorrentes de uma inserção direta na esfera pública cabem ao marido (administração dos bens, manutenção material da família, direito de fixar residência, etc.) a mulher se outorga a função de ser a *companheira, consorte e colaboradora* do chefe de família, *cumprindo-lhe velar pela direção material e moral desta*. (Art. 240). A direção material de fato pertence ao marido — pois é seu dever sustentar a família — a esposa cabe a gestão (bastante limitada pela possibilidade de interferência do marido) do orçamento doméstico (cujo montante a mulher é incompetente/impossibilitada de fixar). Desta maneira, a direção moral da família, entendida como a tarefa de transmissão de valores (os já consagrados, conservadores), conjuntamente com a procriação, a maternidade e as tarefas relacionadas à esfera doméstica constituem o equivalente que a mulher dá em troca do sustento material proporcionado pelo marido. Também aqui temos o caso de uma subordinação diretamente relacionada à dependência financeira, pois a mulher — dedicando-se ao trabalho "invisível" — está incapacitada de prover (em termos de recursos monetários) seu próprio sustento. A dona-de-casa é uma não-profissional que trabalha muito mas continua sendo considerada como pessoa inativa.

Perante a lei, todas as famílias são idênticas, da mesma maneira que iguais são as funções que a mulher deve desempenhar em seu interior. Mas, se nos detivermos mais cuidadosamente na análise da relação entre estrutura familiar e esfera econômica, veremos como essa pretensa identidade esconde diferenças substantivas quanto às funções econômicas das famílias para as duas classes fundamentais da sociedade capitalista. Na classe dominante a principal função econômica da família concerne à transmissão da propriedade privada (dos meios de produção) através da herança, e a mulher — neste tipo de família — está desobrigada do trabalho doméstico propriamente

dito, cabendo-lhe mais a coordenação/direção das empregadas domésticas. No caso das famílias não-proprietárias (a grande maioria da população que vende sua força-de-trabalho para poder sobreviver), a herança não tem nenhuma importância, contrariamente ao peso fundamental do trabalho doméstico.

Se a principal determinação econômica da família é dada pela função que ela exerce aos níveis dos dominadores - a transmissão da herança, significando a reprodução/continuidade do poder econômico para uma mesma família - , para a grande maioria das famílias do país o trabalho doméstico continua sendo a função econômica mais importante.

A abordagem histórica da instituição familiar e sua relação com o processo de produção da subsistência material foi realizada por Marx, ao assinalar que a divisão social do trabalho, primitivamente, não era outra coisa senão a *divisão natural do trabalho na família* (1968,p.47). O que equivale a dizer que aquelas contradições que configurarão a história humana encontram-se já em germe na família, pois a divisão do trabalho que prevalece em seu interior *conduz ao mesmo tempo à repartição do trabalho e de seus produtos - distribuição desigual, na verdade, tanto em quantidade como em qualidade -, conduz portanto à propriedade, cujo o germe reside na família onde a mulher e os filhos são escravos do homem* (Marx,1968,p.47).

As teses antropológicas de Morgan influenciaram decisivamente a abordagem materialista, levando Engels, na Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado , a assentar as bases de uma teoria marxista da família. Enquanto os socialistas utópicos, como Proudhon, definem o pacto conjugal como primeiro momento da jurisdição social, concebendo a relação entre os sexos de maneira idealista - pela afirmação de que *o homem e a mulher formam, tanto moral como fisicamente, um todo orgânico do qual as partes são complementares (...)*este organismo tem por objetivo criar a Justiça (...), isto é, a civilização e todas as suas maravilhas (Mitchell,1972;p.25) - Engels relaciona o aparecimento da família nuclear monogâmica ao advento da propriedade privada e de sua transmissão através da herança. E é, pois, esta função econômica que dá a base material da estrutura familiar dominante, ou seja, a família burguesa.

A necessidade de pensar a especificidade da família das classes dominadas (cuja função econômica, por assim dizer, não poderia ser idêntica a da família dominante) fez com que, posteriormente, os estudos de inspiração marxista se detivessem na questão do trabalho doméstico e na sua importância para a reprodução da força-de-trabalho. Trataremos dessa questão mais adiante. Outra vertente analítica, dentro da corrente marxista, dedicou-se principalmente à integração da teoria psicanalítica ao estudo da instituição familiar enquanto viveiro/instrumental da repressão sexual e da educação autoritária. Nesta medida, os papéis desempenhados pela mulher têm sua ênfase deslocada da esfera do trabalho doméstico (da produção econômica, tout court) para a esfera ideológica da conservação/transmissão de valores conservadores, ou seja, da socialização da nova geração.

Estudos históricos mais recentes — desenvolvidos principalmente na França a partir do agora clássico L'Enfant et la Vie Familiale sous l'Ancien Régime, de Ariès — enfatizam o caráter socialmente determinado da família moderna (burguesa), assinalando a privatização da instituição familiar ao longo da passagem do regime medieval para o sistema capitalista; o incremento das funções socializadoras para o âmbito mais restrito do "lar" burguês; a ampliação das atribuições de ordem psicológica decorrentes da maternidade e, finalmente, a estruturação da relação triangular — pai/mãe/filhos — com nítida divisão de papéis, como elementos constitutivos da família monogâmica, nuclear e patriarcal que conhecemos hoje e que é o padrão familiar socialmente dominante.

Desta maneira, apesar da permanência de correntes que consideram a família moderna como o protótipo de instituição familiar — uma única e mesma instituição através dos séculos — a grande maioria dos estudiosos da questão está de acordo em afirmar

que as funções que a família exerce são estreitamente dependentes do lugar que a família ocupa na organização social e na economia (Mitchell, 1972, p.72). E os papéis femininos, determinados, por sua vez, pelas funções desempenhadas pelas mulheres no interior da família, refletem esta dependência da instituição familiar à dinâmica social mais ampla.

Neste sentido, longe estamos das sociedades sem classes, caracterizadas por uma divisão do trabalho pouco complexa e pelo entrelaçamento das diversas esferas em que se processa a vida social. A família moderna é fruto da dominação do capital sobre a economia; da transformação das relações de produção, da passagem da agricultura para a indústria e da perda de autonomia da unidade doméstica enquanto unidade de produção. Mas é, também, o veículo transmissor das concepções dominantes; o locus institucionalizado das relações sexuais; o universo privado que se contrapõe à esfera pública. Síntese de determinações oriundas de esferas tão distintas como a econômica, a afetiva, a política e a social, a família moderna corresponde a um dos eixos nevrálgicos do processo de reprodução do indivíduo, da espécie e da sociedade. E dada a separação do público e do privado e a ligação privilegiada do sexo feminino com esta última esfera, o estudo dos papéis femininos — a realidade e suas representações — necessariamente prende-se à análise da unidade familiar. O destino social da mulher, em síntese, vincula-se de forma estreita aos rumos tomados pela instituição familiar.

2 - Maternidade e Sexualidade : Mãe versus "A Outra"

Para a mulher, ser mãe é sentir-se reconhecida como útil neste papel, correspondendo às expectativas do seu companheiro. É um desejo de ver-se "realizada" perante si e perante o outro nesse papel. Ela tem necessidade de se firmar no papel de mãe, de mostrar a sua feminilidade (ser carinhosa, orientadora, etc.) e com isso garantir a sua imagem diante desse papel através do bom desempenho do mesmo. Mostrar ao marido que foi capaz de lhe dar filhos e fazer com que ele veja sua vida e seu nome continuando de modo que ele sempre desejou. É nesse fato que nos parece estar a razão do modo de viver esse papel, e com isso consegue assegurar a sua felicidade como mulher, mãe e esposa, considerando este último o papel principal da sua vida (Guimarães, 1978, p.74).

O Deus é do sexo masculino. Quanto ao catolicismo, Jesus feito homem nunca possuiu uma mulher. "A ética fraternal da religião da salvação está em tensão profunda com a maior força irracional da vida: o amor sexual", explica Weber (Misse, 1979, p.13/4).

Se se procura saber por que Deus criou a mulher, só se encontra uma razão plausível: a procriação dos filhos (Santo Agostinho, De Gen. ad. litt. XX, 3).

As maneiras pelas quais as mulheres representam sua sexualidade - como pensam seu corpo à luz da função natural da procriação e do instinto sexual (libido), são temas fundamentais para a compreensão dos papéis femininos. E, entre todos, é o papel de mãe o mais valorizado conscientemente; a valorização esta que incorpora a ideologia dominante acerca da maternidade, entendida como razão suprema da própria existência da mulher. Uma mulher sem filhos, por definição, é uma frustrada. Mas a paternidade, por sua vez, não inclui, entre suas características socialmente definidas, um juízo de valor sobre o destino masculino: é possível não ser pai e "realizar-se" enquanto profissional, por exemplo.

A dicotomia dos papéis femininos e masculinos no interior da família reflete, ademais, uma oposição em termos da possibilidade de integração dos diferentes papéis que cada sexo deve desempenhar em nossa sociedade. Em outras palavras, enquanto o homem desempenha o papel ativo, do provedor da subsistência, do lutador dentro da esfera pública - o "lá fora" que se opõe ao "aqui dentro" do lar - ; de ativo sexualmente (sinônimo de macho), de pai (encarnando a autoridade) e esposo (ao qual está submetida a mulher). A mulher divide-se em funções que são consideradas opostas, contraditórias: para ser a esposa casta e a mãe ideal pede-se que abdique de sua sexualidade, ou melhor, que reduza sua feminilidade à passividade do amor maternal. O corpo a ser utilizado para fins reprodutivos: o sexo como atividade subordinada ao destino fisiológico, "natural" da mulher: ser mãe.

Os trechos acima citados poderiam ser classificados sob a rubrica "mitos e representações" acerca da maternidade/sexualidade. De fato, o primeiro deles resume as representações, de alu-

nas da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São José do Rio Pardo, acerca dos papéis da mulher casada. E é o papel de mãe — o eixo em torno do qual se articula a inserção da mulher na sociedade, como se, realmente, o ser mulher fosse sinônimo de "ser mãe". Ou, nas palavras de Ercy Parreira Guimarães (1978, p.191/2) dois pontos se destacam nas concepções elaboradas: o primeiro é que o papel de mãe é centrípeto, e para ele tendem a convergir as imagens que se constroem sobre os papéis de esposa, dona-de-casa e profissional; o segundo ponto é que o fato de assumir um novo papel não descentraliza o de mãe. Este é o mais enfatizado.

A valorização do papel de mãe — que atinge o paroxismo na frase de Santo Agostinho — assegura a aceitação social da mulher; legitima sua presença no mundo. Mas, em contrapartida, exige a renúncia dos prazeres carnaís: o ventre é para gerar e o seio para amamentar. É por isto que, no começo do século, uma tese de ginecologia e obstetrícia, intitulada Educação Sexual da Mulher contém a afirmação de que com a exceção das *nymphomanas*, as mulheres são sem exaltação erótica, que as tornam essencialmente *monogamas* (Vasconcelos, 1915, p.47). E se as mulheres são por natureza avessas aos prazeres sexuais — o que equivale a dizer que o acoplamento é um sacrifício necessário para a procriação — os homens, devendo também sujeitar seu instinto à reprodução biológica, podem usufruir do amplexo matrimonial, unindo assim o útil ao agradável:

... todo acto physiologico sexual, contrariado e incompletamente consumado é pernicioso; o homem na execução do acto matrimonial deve abandonar-se a deliciosa recompensa que a natureza lhe dá pelo cumprimento de seu dever de macho em que a sua natureza é como que empolgada no esquecimento de tudo, inteiramente absorvido, elle deve concorrer com alma, corpo e coração na realização integral da reprodução (Vasconcelos, 1915, p.50/1).

Qual a razão de se fragmentar a libido feminina? Por que as mulheres têm de viver com sentimento de culpa de sua sexualidade, negando-a mesmo, para poderem ser dignas de usufruir os privilégios da maternidade? E por que o *adultério feminino é crime grave. Das chagas do organismo social é a mais aviltante* (Vasconcelos, 1915, p.49). A resposta à necessidade de uma dupla moral sexual (pois a satisfação do "macho" supõe uma parceria que seria indecente propor à mãe/esposa casta) só poderia ser a prostituição. Esta "chaga social"; este "mal necessário", como consagra a hipocrisia oficial. E a não-possibilidade de mútua satisfação sexual no casamento está intimamente relacionada à exigência da filiação legítima/legitimada. Ou seja, somente garantindo a exclusividade sobre o corpo de uma mulher é que o homem poderá estar mais seguro da paternidade da criança. Por isto a lei, até hoje, garante ao marido a primazia, anulando o casamento se for constatado, em prazo hábil, o desvirginamento prévio da esposa. E, com mais razão, dentro da ótica dominante, é por isto que se exige de fato a monogamia por parte da mulher, fechando-se os olhos culpabilmente para as "puladas de muro" do homem.

Espera-se que a mulher realize-se enquanto mãe; que viva aí seus momentos de triunfo: as delícias da amamentação, o prazer de abdicar, de entregar-se com dedicação à satisfação das necessidades do rebento. E as mulheres respondem à expectativa dominante realizando-se na maternidade. Suas representações acerca desta função são de caráter valorativo; sua auto-estima cresce do momento em que podem responder à exigência social de procriar um herdeiro, de dar ao homem o seu sucessor em nome e patrimônio. O interesse na repressão sexual, portanto, está diretamente relacionado ao controle da mulher e de sua prole "legítima" porque, como argumentava Reich (1972, p.141) *são a forma de empresa privada da socie-*

dade é que tem interesse na repressão sexual da sociedade e dela precisa para a manutenção de duas instituições que lhes são básicas: o casamento monogâmico permanente e a família patriarcal.

Com o advento dos anticoncepcionais de massa, como nota De Beauvoir, estão preenchidas as condições para a separação de fato entre procriação e sexualidade, ou dito de outra maneira, entre ato sexual para fins reprodutivos e para fins exclusivamente sensuais. Neste sentido, criam-se as bases para uma re-integração da sexualidade feminina ao corpo monopolizado pela função procriativa: as mulheres podem praticar o sexo sem correr o risco (em princípio) de gerar e/ou engravidar um filho ilegítimo. As chamadas "conseqüências fatais" para o sexo feminino — do ato sexual — estão agora sobre o controle da intervenção dos anticoncepcionais. É o que explica, em grande medida, a relativa desculpabilização — a anistia parcial — que o sexo vem sofrendo também para as "mães-de-família"; a dessublimação repressiva, para utilizar a fórmula de Marcuse, da sexualidade feminina.

É a questão da utilização social do corpo feminino e do masculino — a fixação do campo-de-ação e das condições em que o indivíduo faz um determinado tipo de uso do seu corpo — adiciona-se esta da qualidade do discurso sobre os corpos e de sua utilização permitida e/ou estimulada pela sociedade. Pois o discurso é sempre revelador de um dado status quo, mesmo quando não passa de um não-discurso, de silêncio sobre um dado tema. E o sexo tem sido objeto de diferentes níveis de discurso a partir, principalmente, do século passado, segundo Foucault. Assim, processou-se a histerização do corpo da mulher: *tríplice processo pelo qual o corpo da mulher foi analisado — qualificado e desqualificado — como corpo integralmente saturado de sexualidade; pelo qual, este corpo foi integrado, sob o efeito de uma patologia que lhe seria intrínseca, ao campo das práticas médicas; pelo qual, enfim, foi posto em comunicação orgânica com o corpo social (cuja fecundidade regulada deve assegurar), com o espaço familiar (do qual deve ser o elemento substancial e funcional) e com a vida das crianças (que produz e deve garantir), através de uma responsabilidade biológico-moral que dura todo o período da educação: a Mãe, com sua imagem em negativo que é a "mulher nervosa", constitui a forma mais visível desta histerização (Foucault, 1977, p. 99).*

A análise de Foucault é extremamente rica por incorporar o conhecimento — e o reconhecimento — das práticas médicas, cada vez mais especializadas em torno de "saberes científicos" específicos à infância (o pediatra; o psicólogo infantil, etc); à

procriação (o obstetra, o ginecologista) etc, ao estudo da teoria e da prática que nossa sociedade vem desenvolvendo acerca do corpo humano, em geral, e da sexualidade, em particular. Neste sentido, dá continuidade ao estudo de Boltansky (1977) acerca do sentido histórico do aparecimento de algumas ciências — ou para-ciências — como, por exemplo, a "puericultura". Por volta do fim do século passado, ressalta Boltansky, aparece este savoir-faire específico, que termina por se organizar em torno de alguns princípios fundamentais — formando um corpo coerente de conhecimentos teóricos e de regras práticas —; enfim, constituindo-se em um saber autônomo cuja presença, entretanto, responde principalmente a uma lógica de dominação de classe, a um novo campo através do qual o capital vai subordinar o trabalho.

Normas higiênicas e médicas, disciplinamento do corpo e da mente, regras prontas para as diversas situações e fases da vida: transformação e passagem de um discurso normativo baseado na moral, como, por exemplo, a católica que culpabilizava o sexo não-reprodutivo, para um discurso que se apoia no saber e na experiência de caráter médico/científica. A domesticação da classe operária - e da mulher no seu interior - constitui o objetivo, o projeto comum que está por trás da instituição escolar e da instituição médica, solidárias com " *toda uma ideologia da ordem e da desordem, da civilização e da selvageria, e por isto mesmo de uma representação particular das classes populares e de seu destino*" (Boltansky, 1977, p.15).

A redução da família ao triângulo pai/mãe/filhos, a perda da autonomia da produção doméstica, a privatização da vida familiar, em uma palavra, constituem momentos da passagem à família burguesa como modelo dominante. Estas modificações espelham-se na própria arquitetura das cidades, com a "individualização" do espaço dentro das casas e com o levantamento de muros que isolem estas últimas do "mundo externo". Ariès (1973,p.XVI) comenta que é ao final do século XVII - segundo fontes francesas - que se situa "a retirada da família da rua, da praça, da vida coletiva e seu recolhimento no interior de uma casa melhor defendida contra os intrusos, melhor preparada para a intimidade. Esta nova organização do espaço privado foi obtida pela independência das peças que se comunicavam entre si através de um corredor (no lugar de abrir sobre a outra, em fileira) e pela especialização funcional (sala de visita, sala de jantar, quarto...)"

Ademais destas transformações - da estrutura da casa à estrutura da família - que privatizam e domesticam a unidade familiar (agora, cada vez mais seguindo o padrão nuclear) outras processam-se em sentido diverso. Em outras palavras, a separação que se processa entre o público e o privado - com a passagem das atividades produtivas para as grandes unidades manufatureiras, expropriando a casa de sua antiga função de unidade de produção refere-se à penetração do capital em todos os poros da sociedade: ele transforma a economia e a sociedade à sua imagem e semelhança. Mas a privatização, a individualização, por assim dizer, da vida familiar (o paraíso do lar contrapondo-se ao inferno do mundo externo...) não caminha no sentido de aumentar a margem de autonomia individual. De fato, observa-se um processo bem distinto que diz respeito à crescente influência dos "saberes" de ordem médica, psicológica, etc. e de novas instituições - "aparelhos ideológicos do Estado", para utilizar a fórmula de Gramsci, retomada por Althusser - sobre um número cada vez maior de esferas da vida cotidiana. A própria amamentação - e temos aí um bom índice do grau de intervenção na vida privada - deixa de ser um ato natural. "o dar o peito", para ser submetida a prescrições, normas e discursos cada vez mais complexos.

Privatização da vida familiar e universalização das normas de conduta doméstica: eis dois processos simultâneos. A sociedade burguesa não acirra a dicotomia público/privado visando preservar a autonomia do indivíduo, mas, sim, de disciplinar todo o corpo social à lógica da acumulação capitalista, ao império da taxa de lucro. É isto que o estudo de Jurandir Freire Costa, sobre a introdução da medicina social, revela:

A partir da terceira década do século passado, a família passou a ser mais incisivamente definida como incapaz de proteger a vida das crianças e adultos. Valendo-se dos altos índices de mortalidade infantil e das precárias condições de saúde dos adultos, a higiene conseguiu impor à família uma educação física, moral, intelectual e sexual, inspirada nos preceitos sanitários da época. Esta educação, dirigida sobretudo às crianças, deveria revolucionar os costumes familiares. Por seu intermédio, os indivíduos aprenderiam a cultivar o gosto pela saúde, exterminando, assim, a desordem higiênica dos velhos hábitos coloniais.

Restropectivamente, no entanto, nota-se que a ação desta pedagogia médica extravasou os limites da saúde individual. A higiene, enquanto alternava o perfil sanitário da família, modificou também sua feição social. Contribuiu, junto com outras instâncias sociais, para transformá-la na instituição conjugal e nuclear característica dos nossos tempos. Convertceu, além do mais, os predicados físicos, psíquicos e sexuais de seus indivíduos em insígnias de classe social. A família nuclear e conjugal, higienicamente tratada e regulada, tornou-se no mesmo movimento, sinônimo histórico de família burguesa.

Mediante esta tática, a vida privada dos indivíduos foi atrelada ao destino político de uma determinada classe social, a burguesia, de duas maneiras historicamente inéditas. Por um lado, o corpo, o sexo e os sentimentos conjugais, parentais e filiais passaram a ser programadamente usados como instrumentos de dominação política e sinais de diferenciação social daquela classe. Por outro lado, a ética que ordena o convívio social burguês

modelou o convívio familiar, reproduzindo, no interior das casas, os conflitos e antagonismos de classe existentes na sociedade. As relações intrafamiliares se tornaram uma réplica das relações entre classes sociais (Costa, 1979, p.12/3)

Eis alguns elementos da gênese da família burguesa; fatos que dizem respeito às condições necessárias para a completa transformação da sociedade à racionalidade burguesa. Neste sentido, a maternidade, assim como o espaço socialmente legitimado no que se processa a satisfação das necessidades sexuais, não deixa de ser uma criação cultural: a forma pela qual a sociedade burguesa pensa e representa a função biológica da procriação, envolvendo-a de preceitos, desdobramentos (a mãe como educadora) e consequências (a fixação - na figura materna - de um determinado comportamento psico-afetivo) absolutamente desvinculadas do ato fisiológico mas que, por efeito da ideologia dominante, passam a integrar o papel de mãe.

"Ser mãe", portanto, é uma noção culturalmente construída que envolve muito mais do que o simples ato biológico da reprodução e está diretamente relacionada ao espaço que a mulher ocupa - os papéis que desempenha - dentro da atual estrutura familiar. Assim, por um lado, a reprodução constitui para a mulher aquilo que o trabalho é para o homem: uma atividade criadora, levando Mitchell (1967, p.20) a assinalar que *a maternidade se torna uma espécie de substitutivo para o trabalho, uma atividade em que a criança é vista como um objetivo criado pela mãe, da mesma maneira que um bem é criado por um operário*. Por outro lado, como o "ser mãe" engloba a socialização primeira/educação das crianças, a relação privilegiada da mulher com a prole influi decisivamente na reprodução da assimetria sexual e nos padrões de estrutura afetiva diferenciados segundo o sexo:

O papel da mulher na família centrou-se no cuidado das crianças e do homem. Esse papel envolve mais do que o trabalho físico (...) O período inicial do capitalismo nos Estados Unidos produziu a ideologia da "mãe moral".

As mães burguesas deveriam atuar como modelos morais nutrizes para suas crianças e como apoios e guias morais para os maridos, em seu retorno do imoral e competitivo mundo do trabalho (...) Atualmente, espera-se que as mulheres de todas as classes atuem como nutrizes e como apoio para os maridos, além de fornecer-lhes a comida feita e a casa limpa.

(...)

... o ser "mãe" feminino (women's mothering) se reproduz ciclicamente. As mulheres, enquanto mães, produzem filhas com capacidade de "ser mãe" (mothering capacities) e o desejo de sê-lo (desire to mother). Essa capacidade e necessidade são construídas e desenvolvem-se dentro da própria relação mãe-filha. Contratualmente, as mulheres, enquanto mães (e os homens enquanto não-mães) produzem filhos cujas necessidades e capacidades nutrientes têm sido sistematicamente cortada e reprimida. Isso prepara o homem para seu futuro papel menos afetivo na família e para sua participação fundamentalmente impessoal e extra-familiar na divisão do trabalho, na qual as mulheres são mães e estão mais envolvidas nas relações inter-pessoais do que os homens, o que produz nos filhos e nas filhas uma divisão em suas capacidades psicológicas, conduzindo à reprodução desta divisão sexual e familiar do trabalho (Chodorow, 1978, p. 5 e 7).

A importância da "carga psicológica" que a mulher carrega, tornando-a uma espécie de doadora universal de "calor humano", tem sido também descrita em romances — diríamos até que melhor descrita, se pensarmos nas personagens de Virginia Woolf e Doris Lessing, por exemplo. Arakcy Martins Rodrigues (1978, p.95) observa o processo de recíprocos jogos de projeções e introjeções que impede que as mulheres vivam sua "masculinidade" e os homens sua "feminilidade". Cita Sonia Azambuja que afirma: *Na vida mental não há sexo. (...) Na realidade, só pode haver esta dicotomia entre masculino e feminino no mundo social, na medida em que o ser humano se parte.* E a mulher, quando penetra no mundo masculino do trabalho extra-familiar, tende a transferir a relação sexual/social entre homem e mulher que vive cotidianamente em casa (filha versus pai; irmã versus irmão; mulher versus marido) para a fábrica ou qualquer que seja seu lo-

cal de trabalho. Assim, aparece a "docilidade da mulher no trabalho" - a maior autoridade patronal exercendo-se sobre a mão-de-obra feminina - detectada nas pesquisas de Heleieth Saffioti, Eva Blay, Jessita Martins Rodrigues e outras.

A grande prescrição social relativamente aos papéis femininos situa-se, portanto, no "ser mãe". O eixo da posição social da mulher é sua relação com o ato procriativo. Por isto a conquista de uma identidade feminina é uma tarefa tão árdua e demorada. *"Olha, eu acho que a mulher é uma coisa tão difícil de explicar..."* (Neusa, 40 anos, enfermeira) é uma das frases seleccionadas no trabalho de Branca Moreira Alves *et alii* (1979, p.172) no capítulo que trata da identidade feminina. Ela chega à conclusão de que *a identidade feminina se constrói num processo onde há pouca diferenciação entre ela mesma e as diferentes figuras de sua vida, com as quais se confunde. A história que uma mulher relata é a história de sua mãe, de seu marido, da sua casa, do seu trabalho. Representa-se, de forma fragmentada, sendo difícil para ela ter um sentimento claro da sua própria identidade.*

O resultado das entrevistas que realizamos com mulheres de um clube de mães de Osasco, em São Paulo (no segundo semestre de 1978), buscando aferir o impacto das revistas femininas e das telenovelas nas representações femininas e com mulheres de classe média dos bairros residenciais da cidade de São Paulo, permite a comprovação da dificuldade da mulher em entender /assumir sua identidade; o mal estar denunciado por Betty Friedman (1971, p.27) : *"esta voz interior que repete dentro de cada mulher: 'um marido, filhos e uma casa não bastam. Tenho necessidade de outra coisa'".*

As mulheres que entrevistamos - vivendo situações sociais muito distintas - eram todas casadas e compartilhavam, em sua esmagadora maioria, de um estado de espírito que poderia ser definido na seguinte expressão :frustração frente à vida. O mal estar indefinível de Friedman aparece no discurso das jovens sob a forma de angustiada e pouco otimista perspectiva para o futuro (quase como uma intuição daquilo que para as mais velhas é uma certeza). Nas mulheres de mais de 30 anos - aquelas mesmas às quais Freud se referia como possuidoras de uma extrema rigidez psíquica, comparativamente muito maior do que a dos homens da mesma idade, rigidez esta que ele atribuía ao pesado tributo que a mulher tem de pagar para alcançar a

normalidade sexual- enfim, nas mulheres que atingiram 30 anos a amargura e o ressentimento mesclam-se à generosidade e ao despreendimento, próprios às "doadoras de calor humano". Os discursos são sempre acompanhados pela tenebrosa e simbólica confissão: "sou nervosa"; "não sei porque choro à toa"; "sofro dos nervos".

O depoimento de Lindonêia da Silva, então com 28 anos (Nós Mulheres, nº 1, 1976), internada pela terceira vez no Hospital Psiquiátrico de São Paulo é eloquente na comprovação do "feminino" de certos problemas psíquicos. Ela, classificada como "psicótica maniaco-depressiva", conta que:

Eu acho que fiquei doente assim foi de remorso porque estava grávida da Amparo, eu desprezava muito o meu marido na cama, rejeitava ele toda noite, ele que é tão bom para mim... Disse até que vai comprar um carro para nós passear quando eu ficar boa. Agora eu não rejeito mais ele, que eu sou a esposa e cumpro o que se deve fazer, toda vez que ele quer. Mas gostar não gosto não. Tenho medo de pegar outro filho, e de medo fico constrangida, e depois não gosto muito de fazer estas coisas, tenho até nojo, só aceito mesmo por dever. Já expliquei isto para as enfermeiras: o que eu sinto é pena dele, então é só por fingimento que tou gostando e pronto, ele fica feliz. Só que acho que ele é demais, não precisava tantas vezes assim. Na noite antes de eu ficar ruim dessa última vez, ele me procurou três vezes, eu tive de voltar para cá. Agora fica as outras me dizendo que é pra eu deixar o Dito e eu fico contente, mas isso eu não tenho coragem de fazer não.

À pobreza da vida afetiva — quando não a violência sexual, sofrida por Lindonêia e outras companheiras de sexo — soma-se a aridez das tarefas daquelas que se dedicam em tempo integral ao lar. Freud, na sugestiva análise que faz do caso Dora, refere-se à "psicose da dona-de-casa", normal (para ele) e sempre presente nas mulheres que se dedicam a este mister e, outras vezes, anormal (segundo ele) quando se transforma em "neurose obsessiva".

Layar, arrumar, limpar, fazer comida, sentir-se impotente para melhorar a vida da família, pois é o marido quem "traz o salário"; casar "iludida"; não ter prazer no ato sexual ou mesmo odiá-lo (depoimentos colhidos por ocasião do 1º Congresso da Mulher Paulista, realizado nos dias 3 e 4 de março de 1979, comprovam eloquentemente a frequência deste tipo de discurso) por temor a uma gravidez indesejada, por preconceito, moralismo, parceiro inadequado, quarto compartilhado com outros membros da família além do casal; cuidar das crianças, projetar-se no futuro dos filhos; abdicar de gratificações pessoais; sonhar de olhos abertos; ficar nervosa; sofrer de palpitações e "daquele sufoco aqui na garganta"; também por este prisma pode ser resumido o cotidiano de uma dona-de-casa. O discurso difícil, às vezes incoerente, reflete as dificuldades de uma realidade ainda mais fragmentada, contraditória e nebulosa.

Nas já citadas entrevistas de Arakcy Martins Rodrigues (1979, p.111/12) com alguns operários em São Paulo, a autora formula as seguintes observações, que nos parecem válidas para sintetizar o ponto de vista de muitos dos que vivem situação análoga à de migrantes aspirando melhoria social:

Seus recursos cognitivos não lhes permite analisar a viabilidade das metas de maneira mais ou menos eficiente; um cálculo mais correto da situação levaria, de resto, ao desespero. Relutam em perceber algum engano que possam ter cometido: migraram para melhorar, logo as coisas estão melhorando, logo vão melhorar ainda mais no futuro.

O universo objetivo e o cognitivo não oferecem alternativas de solução. Mais uma vez, é a nível emocional e inconsciente, no interjogo de atribuições, apropriações e doações, que todas as alternativas irão se realizar.

As mulheres referem-se à felicidade de maneira ambígua, ou seja, apontam ao mesmo tempo em que negam sua existência. O silêncio oficial acerca do assunto (afora seu tratamento do ponto de vista médico) dentro das quatro paredes do lar, somado à rigidez religiosa quanto ao sexo e os preconceitos secularmente acumulados, não deixa de ser o índice da ideologia dominante, o discurso da moral dominante. " Meu casamento foi uma decepção ,

mas é porque todo o casamento é assim mesmo, eu é que era ingênua e iludida quando me casei". O amor? "Coisa de jovem, ilusão da gente. Com o tempo a gente vê que isto também não importa, hoje, eu rezo é para ter saúde". Como é a relação do casal, perguntamos a d. Ana. "Mais ou menos. Agora que os filhos estão criando a gente acaba de carregar a cruz" e explica que "casei para fugir, e encontrei uma realidade ainda mais dura". Ela diz que o marido a maltrata e que a coisa mais importante para o casamento "é o amor, em primeiro lugar. Mas os homens são egoístas no ato sexual. A coisa que eu mais queria é que meu marido não me procurasse mais." Mais adiante, suspira: "Ah! Eu gostaria de conhecer o diferente, descobrir coisas que não sei. O que a gente conhece vira rotina". Pecado? "É uma mulher que trai o marido".

A maneira pela qual as mulheres vivem seu papel de mãe não encontra ressonância ou semelhança na vivência masculina da paternidade: "ser mãe" é uma criação social que associa, transfigurando, um ato fisiológico/natural a um papel, tão absorvente e totalizador (a maternidade), que tem o poder de sobredeterminar toda a ação/inserção da mulher na sociedade. A paternidade, no entanto, é uma opção psicológica: uma emoção a mais que o homem pode conhecer. Nossa sociedade, assim, asfixia, quando não deforma ou paralisa, a afetividade/sexualidade de ambos os sexos, privando o homem do desenvolvimento de sentimentos amorosos em relação aos filhos, ao mesmo tempo em que reprime a sexualidade feminina, tentando contê-la nos limites do ato procriativo. A mãe, desta maneira, projeta para sua prole os sonhos e projetos não vividos, deixados de lado em nome das tarefas materno-domésticas; a esposa não consegue corresponder à expectativa do marido, na medida que enfrenta, na prática, uma contradição entre as regras morais que lhe ensinaram e seus próprios meios, não sabendo mais agir em um mundo que rapidamente se transforma, reformulando a própria concepção de maternidade.

3 - Trabalho Doméstico, produção doméstica : a dona-de-casa

Lavar, passar, varrer, descobrir os flocos de poeira escondidos sob a noite dos armários, é recusar a vida, embora detendo a morte: pois num só movimento o tempo cria e destrói; a dona de casa só apreende o aspecto negativo. Sua atitude é maniqueísta. A característica do maniqueísmo não é somente reconhecer dois princípios, um bom e outro mal: é afirmar que o bem se alcança pela abolição do mal e não através de um movimento positivo; nesse sentido, o cristianismo é muito pouco maniqueísta apesar do diabo, porque é dedicando-se a Deus que melhor se combate o demônio e não se ocupando deste para vencê-lo. Toda doutrina da transcendência e da liberdade subordina a derrota do mal ao progresso para o bem. Mas a mulher não é chamada a edificar um mundo melhor; a casa, o quarto, a roupa suja, o assoalho são coisas inatas: a única coisa que ela pode é expulsar os princípios maus que nela se introduzem; ela ataca a poeira, as manchas, a lama, a imundície; combate o pecado, luta contra Satã. Mas é um triste destino ter de rechazar continuamente o inimigo, ao invés de se voltar para metas positivas; amiúde, a dona de casa suporta-o com ódio (De Beauvoir, 1960, p. 201).

"Em todo o meu desbunde sempre tinha um lado que eu tinha que segurar assim coisas objetivas: casa, empregada, babá, colégio... Mesmo nas maiores aspirações minhas: fase de drogas, fase de tudo... sempre tinha que ficar lúcida, lavar a cara e levar as crianças para o colégio, sabe? Quer dizer, nesse nível, eu dei assistência, embora a minha cabeça não desse para eu dar muito mais do que isso, mas, sabe? Segurar a barra mesmo, no sentido de não despirocar mesmo. Tinha o negócio de voltar para casa, saca? Voltar para casa, segurar a cabeça e aí ver se a vida tá indo, e voltar, sabe? Eu fiquei meio dividida, sabe..." (Moreira Alves et alii, 1979, p.154).

"Frente a esses relatos conclui-se que os serviços domésticos continuam ainda segregados, apesar de serem desempenhados de um modo diferente por parte das mulheres. Embora os maridos declarem ajudar as esposas 'quando faltam empregadas', 'quando ela está sobrecarregada de serviços', 'quando solicitados', etc. esses serviços não deixaram de ser vistos como 'próprios das mulheres', e, sendo assim, eles, ao contribuírem para o seu desempenho, o fazem com certa tensão, e sempre demonstrando um certo grau de insatisfação (Guimarães, 1978, p.159/60).

"... ser mulher dona-de-casa é saber que é ter um marido pra tudo dentro de casa. Então ela não é ela: é o marido (Neusa, 40 anos, enfermeira) (Moreira Alves et alii, 1979, p.150).

Assim, o trabalho que a mulher executa no interior do lar não lhe confere autonomia; não é diretamente útil à coletividade, não desemboca no futuro, não produz nada. Só adquire seu sentido e sua dignidade se é integrada a existências que se ultrapassam para a sociedade na produção ou na ação: isto significa que, longe de libertar a matrona, ele a coloca na dependência do marido e dos filhos; é através deles que ela se justifica: em suas vidas ela é apenas mediação inessencial (De Beauvoir, 196, II, p.210).

Enfim, deve-se lembrar que nas sociedades primitivas a mulher tem uma importância decisiva na manutenção das comunidades por suas funções reprodutivas e econômicas, e, essa importância impõe à sociedade o controle do acesso às mulheres. Mas tal controle é sempre exercido pelos homens. A relação entre os sexos nas sociedades primitivas é por conseguinte fundamentalmente assimétrica e não-recíproca. A reciprocidade existe apenas entre os homens (Godelier, 1970, p.173).

" A situação entre os Lele (e entre os Mbuti) é a mesma da grande maioria das tradicionais sociedades africanas : o trabalho realizado pela mulher é essencial para a sobrevivência econômica da sociedade. Apesar da alocação ritual de algumas tarefas aos homens e outras para as mulheres, o trabalho é igual em status e importância. O trabalho das mulheres afasta-as do vilarejo tanto quanto o trabalho dos homens obriga-os a permanecer no seu interior. Não é possível traçar uma linha demarcatória entre trabalho doméstico e trabalho economicamente produtivo: "trabalho" e "casa" estão integrados à vida total da cultura". (Oakley, 1976,p.13).

Esta seleção de textos é indicadora das dificuldades em se estabelecer verdades absolutas quanto à situação da mulher nas diversas sociedades contemporâneas. Se a oposição trabalho doméstico versus trabalho remunerado constitui, hoje, a principal característica da relação da mulher com o trabalho (refletindo também, ao mesmo tempo, a dicotomia entre trabalho e unidade doméstica e entre público e privado) esta realidade está longe de se constituírem regra universal, como bem demonstram os exemplos de sociedades africanas (os Mbuti e os Lele). Mesmo a clássica explicação, de que a mulher permanece nos limites do lar por uma fatalidade biológica (gravidez e amamentação), torna-se bastante relativa quando deparamos com situações onde é o homem que permanece trabalhando dentro do espaço domesticado, enquanto a mulher exerce suas atividades fora dos limites da comunidade.

Com o predomínio da família nuclear e da divisão do trabalho capitalista a vivência do papel de dona-de-casa passa a representar uma experiência quase que universal para as mulheres. Já fizemos referência às consequências psicológicas do isolamento dentro de casa sofrido pela dona-de-casa. Através dos depoimentos colhidos em 1978, junto a operárias do setor de eletro-domésticos de São Paulo, entendi como, em alguns casos, permanecer mais de oito horas diárias numa fábrica, repetindo os mesmos gestos mecânicos, frente a um tear ou a uma máquina, pode parecer uma ocupação razoável. Ela permite, ao menos, que o valor da força-de-trabalho seja reconhecido, diferentemente da descaracterização do esforço realizado com as tarefas domésticas. As operárias demonstram orgulho por sua condição laboral, enquanto as empregadas domésticas ainda enfrentam relações semi servidas de trabalho. E são estas considerações que explicam a importância atribuída à incorporação da mulher ao trabalho remunerado assim como ao reconhecimento social do trabalho doméstico, tal como aparece em todas as plataformas feministas.

Assim, as funções desempenhadas pela mulher no interior da família - relacionadas à maternidade e à produção de bens e serviços - conferem universalidade à situação vivida pelo sexo feminino em diferentes sociedades do mundo capitalista. Pois no momento em que é rompida a unidade entre família e unidade de produção - com a emergência da produção mercantil e a progressiva industrialização de todos os ramos produtivos - processa-se também o divórcio entre "privado" e "público". Mais ainda, redefine-se - tanto ao nível das leis econômicas quanto ao nível da representação social - a própria questão do "trabalho". Confirmando o ponto de vista daqueles que entendem ser mais importante, para a caracterização de uma dada sociedade, o conhecimento do modo como são produzidos os bens econômicos do que propriamente conhecer o que é produzido, sob o capitalismo vemos a mesma espécie de produção - quanto ao seu valor de uso - ser contabilizada como "trabalho" ou "não trabalho", segundo seja realizada remuneradamente ou não.

A transferência da unidade produtiva da casa (da família) para a empresa levou, portanto, à transformação progressiva do caráter da família nas sociedades industriais. Ao mesmo tempo, determinou modificações nas relações das mulheres com as atividades criadoras de riqueza material. Pois desde que os produtos da atividade humana passaram a ser mercadorias, valorizadas segundo uma escala de preços monetários, as atividades que permaneceram como "trabalho doméstico" ou "produção doméstica" - variando em extensão segundo o grau de desenvolvimento industrial, as relações de produção dominantes, as tradições culturais, etc. - foram perdendo sua conotação econômica, terminando por serem vistas como uma espécie de prolongamento "biológico" do sexo feminino. Como o "ser mulher" incluísse necessariamente o "ser dona-de-casa".

A importância da determinação do caráter do trabalho doméstico diz respeito, ademais da caracterização de um papel feminino fundamental, à própria definição das funções econômicas da família em nossa sociedade. O fato da herança favorecer um número muito limitado de pessoas levou com que muitos estudiosos buscassem as razões de existência da instituição familiar em outras esferas da realidade. Juliet Mitchell, uma das pioneiras do feminismo da década dos 60, termina por afirmar que a família relaciona-se com a esfera da produção através de sua função de produzir "um setor de consumo de massa", reduzindo a unidade familiar ao espaço do consumo. Ao mesmo tempo, a autora privilegia a função ideológica da família, de maneira análoga a Reich, ao defini-la como "*encarnação das noções as mais conservadoras possíveis*" desde que sua "*função verdadeira é impedir toda a transformação*" (Mitchell, 1974, p.198).

É interessante notar, neste sentido, as oscilações sofridas pelos estudos de inspiração marxista, no tocante às funções da família, em torno destes dois pólos: empresa econômica ou empresa ideológica. A própria definição das funções econômicas da família privilegia ora as características econômicas da unidade familiar camponesa - quando se pode falar adequadamente de "modo de produção doméstico"-; ora restringe-se à transmissão da propriedade privada através da herança, ou, finalmente, focaliza sua importância estratégica no processo de reprodução da força-de-trabalho.

A análise da família realizada no Manifesto Comunista ixa bem claro como os fundadores do materialismo histórico não viam condições de desenvolvimento de uma vida familiar estável para a classe operária, dadas as condições miseráveis de vida e de trabalho sofridas pelo proletariado inglês ao final do século passado. Assim, quando apregoavam o "fim da família" estavam, principalmente, atacando a moral sexual burguesa, a monogamia imposta e a herança is a família operária já estaria em extinção. Reich, o primeiro psicanalista a pensar o inconsciente do ponto de vista marxista, combateu o economicismo e o politicismo imperante no movimento comunista internacional através de estudos sobre a psicologia de massas e as forças autoritárias de governo, mostrando como a ideologia conservadora e a moral sexual repressiva criam indivíduos psicologicamente deformados e sempre prontos a se comportarem com a mesma violência e intolerância de seus líderes, tal como sucedeu com o nazismo. Afirmando que o capitalismo foi acompanhado por modificações na função da família, pois a mulher incorporou-se à produção social, Reich acentua *"sua função cardinal mantida e defendida pela ciência e pelo direito conservadores: trata-se de seu papel de fábrica de ideologias autoritárias e de estrutura mentais conservadoras"* (Reich, 1970, p. 132).

Frente a evidência de que o trabalho doméstico e a família operária continuavam existindo, que a jornada de trabalho de oito horas permitia que as mulheres pudessem servir ao capital sem descuidar dos serviços da família, as principais interessadas na questão - as mulheres - voltaram-se para o estudo deste aparente enigma: não obstante o predomínio das relações capitalistas de produção outros tipos de relações econômicas persistiam sem darem mostras de disposição à extinção. Foi assim que a teoria marxista da família voltou-se para o estudo do trabalho doméstico não remunerado. Em artigo intitulado "Para uma economia política da libertação da mulher", Margaret Benston colocou em questão a "marginalidade" do trabalho doméstico. Além de defendermos a incorporação da mulher ao mercado de trabalho remunerado é preciso também, acentua, acabar com a mistificação de que o trabalho doméstico é uma obsolescência no capitalismo. Utilizando-se da famosa distinção realizada por Marx a propósito do trabalho produtivo e do improdutivo, Benston (1975, p. 2) argumenta que *"em quantidades absolutas, o trabalho doméstico, que inclui a educação das crianças, constitui uma parcela enorme da produção socialmente necessária. Entretanto, numa sociedade baseada na produção de mercadorias, não é considerado comumente como 'um trabalho real' porque ele está fora da troca e do mercado. Ele é pré capitalista no sentido*

exato da palavra. A atribuição do trabalho doméstico como função de uma categoria especial, 'as mulheres', significa que esse grupo tem realidade uma relação com a produção, mas uma relação diversa do grupo 'homens'. Tentaremos então definir as mulheres como um grupo responsável pela produção de valores de uso simples nas atividades ligadas à casa e à família".

A integração da problemática do trabalho doméstico à da reprodução da força de trabalho permitiu, por sua vez, uma compreensão mais clara das características assumidas pela opressão da mulher capitalismo. Em outras palavras, o fato do salário não garantir a compra de todos os bens e serviços necessários para a reposição da classe operária, exigindo além da jornada remunerada outros dispêndios de energia para garantir viva sua força de trabalho, terminou por levar não somente a nomeação do trabalho doméstico (ele tornou-se um pouco mais visível) como à redefinição das funções da família operária. Meillassoux, por exemplo, critica os estudos que desconsideram a questão da base econômica da família, por relacioná-la exclusivamente à herança, argumentando que "nos meios populares a família perpetua-se segundo o modelo ético e no quadro ideológico e jurídico imposto pela classe dominante pois ela permanece a instituição no interior da qual nascem, se alimentam e se educam as crianças, graças ao trabalho gratuito dos pais, sobretudo o da mãe. Ela permanece o lugar de produção e reprodução da força de trabalho. Apesar de privada de qualquer outra função produtiva encontramos na família conjugal o mesmo paradoxo de uma associação orgânica de relações domésticas de reprodução e de relações capitalistas de produção" (Meillassoux, 1975, p.214).

Assim, o trabalho doméstico começa a ter desvendada sua lógica e o segredo de sua persistência (por mais que uma certa tecnologia e novos hábitos de consumo possam implicar na modificação de certas tarefas sua natureza essencial permanece a mesma),

e, com o artigo de Seccombe (1973) coloca-se mesmo a questão de quantificá-lo. Esta autora, partindo da definição marxista de salário, argumenta que o salário do operário é composto por duas parcelas: a primeira concerne à reposição de sua própria força de trabalho e a segunda é o pagamento da esposa pelo trabalho doméstico que ela realizou, tornando possível a reprodução da força de trabalho masculina. E sugere que a determinação do preço da força de trabalho da mulher, por sua vez, seja realizada como para qualquer outra mercadoria, isto é, pelos gastos de produção desta força. A crítica que se pode fazer a Seccombe no entanto, é de desconsiderar as categorias centrais do capitalismo que impedem, justamente, que se possa comparar produtos produzidos de modo tão distinto. Em outras palavras, para se falar em mercadoria é preciso falar em preço e lucro médio, em concorrência entre as diversas parcelas em que se constitui o capital social total (que permite a manifestação da equalização da taxa de lucro) e, finalmente, em aumento da produtividade do trabalho (nunca é demais esquecer que a maneira capitalista de se extrair excedente é através da mais-valia relativa). Ora, todas estas características não existem na produção doméstica em que a executora controla o processo de trabalho, não estando diretamente submetida ao regime de trabalho capitalista.

Desta maneira, a questão — do ponto de vista do materialismo histórico — não se resume ao exclusivo aspecto (ressaltado principalmente pelas norte-americanas, cuja formação teórica não incorpora de maneira rigorosa a dialética) do processo de circulação das mercadorias (ou seja, sua entrada no mercado) mas, fundamentalmente da lógica que obedeceu sua produção; do modo em que foi criado. Impossível, portanto, comparar a determinação do valor da força de trabalho da dona-de-casa com a do operário. Mais profícuo do que isto talvez seja entender a dinâmica que o relaciona ao processo de produção capitalista. Mas, por outro lado, entende-se as razões que levaram Seccombe e outras a privilegiarem uma teoria do trabalho doméstico que tenta reduzir ao mesmo denominador comum — a exploração pelo capital através do salário — todas as formas de trabalho criadas pela vida real. São igualando a exploração da mulher pelo homem à exploração do trabalho pelo capital é que as intelectuais feministas abriram espaço para o trabalho doméstico enquanto problematização de uma realidade importante para o conjunto da sociedade.

A referência constante à vida familiar impregna todas as atribuições e alternativas profissionais que se apresentam para as mulheres. Já a edição comemorativa da abertura de cursos para mulher no liceu de Artes e Ofícios, em 1881, justificava a necessidade de instrução feminina "*para que a filha seja obediente, a esposa fiel, a mulher exemplar,*" (Polyantheia, 1881, p.19). Posteriormente, a lei de 1911, que criava as escolas profissionais, determinava que o ensino de artes e ofícios fosse dado aos alunos do sexo masculino, reservando o ensino de "*economia doméstica e prendas manuais a alunas do sexo feminino*". Desta maneira, as mulheres praticamente só tinham acesso às pouco valorizadas categorias profissionais "femininas" que, não por coincidência, permaneciam à margem das necessidades de mão de obra diretamente vinculadas aos setores de ponta do processo de acumulação industrial. O quadro abaixo expõe, sinteticamente, a concentração que prevalece atualmente em termos da presença feminina em algumas poucas ocupações:

QUADRO A

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA FEMININA POR ALGUMAS OCUPAÇÕES ESPECÍFICAS NO BRASIL, 1970.

OCUPAÇÕES ESPECÍFICAS	NÚMERO ABSOLUTO	PERCENTAGEM
Empregadas Domésticas e Lavadeiras	1 898 545	30,9
Camponesas	1 134 546	18,4
Professoras Primárias	535 494	8,7
Funções Burocráticas de Escritório	489 395	7,9
Costureiras e Bordadeiras	364 304	6,5
Balconistas e Entregadoras	193 187	3,1
Serventes	143 883	2,3
Enfermeiras Não-Diplomadas	107 906	1,8
Tecelãs	62 308	1,0
Outras Ocupações	1 200 187	19,5
TOTAL	6 165 447	100,0

Fonte: IBGE, Censo Demográfico-Brasil, 1970. Apud Saffioti, O trabalho Feminino Sob o Capitalismo Dependente, Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 1978.

É neste sentido que podemos afirmar que as mulheres constituem a parcela mais homogênea da classe trabalhadora, na esmagadora maioria dos países do mundo, pela similitude de características que sua integração na esfera econômica apresenta. De fato, não obstante a estória diversa que possa ter seguido o desenvolvimento das forças produtivas em cada sociedade concreta, o fato é que as mulheres representam, internacionalmente, a fração mais explorada da força de trabalho. E a análise das discriminações de vários tipos que a trabalhadora sofre tem sido realizada por autoras da qualidade de Sullerot (1968), Blay (1978), Rott (1979), Ribeiro de Souza (1979), cujos trabalhos utilizaremos em seguida.

QUADRO B

PERCENTAGEM DE MULHERES EM RELAÇÃO AO NÚMERO TOTAL DE TRABALHADORES, POR FAIXAS DE REMUNERAÇÃO EM RELAÇÃO AO SALÁRIO MÍNIMO

REGIÕES	TOTAL	Até 1/4	1/4/1/2	1/2/1	1/2	2/5	5/10	10/20	+ 20
I	29,4	75,3	70,1	43,1	29,5	17,8	17,7	13,2	5,3
II	29,2	60,6	66,0	49,7	33,8	19,2	15,6	9,0	4,4
III	30,9	57,6	60,4	35,6	38,7	14,0	10,6	8,1	4,2
IV	24,7	75,3	53,5	25,8	19,1	12,0	9,6	6,7	3,8
V	28,2	74,0	47,0	48,0	13,1	12,8	14,7	11,6	3,8

Fonte: PNAD 1976 (Apud Saffioti, op. cit, 1978)

As chamadas características gerais do trabalho feminino poderiam, assim, ser resumidas nos seguintes tópicos: a) nas faixas de menor salário as mulheres são a maioria expressiva, acontecendo o inverso nas faixas mais altas, como bem serve de exemplo o Brasil. Como se observa no Quadro B, as mulheres constituem mais da metade dos trabalhadores que ganham até um quarto de salário mínimo, ao passo que ocupam uma percentagem irrisória nas faixas de mais alta remuneração; b) as mulheres são nitidamente discrimina-

QUADRO C

SALÁRIO DAS MULHERES EM RELAÇÃO AO SALÁRIO DOS HOMENS, POR NÍVEL DE INSTRUÇÃO, SEGUNDO AS REGIÕES (SALÁRIO DOS HOMENS IGUAL A 1) BRASIL - 1970

REGIÕES/ESTADOS	TOTAL	ANALFA BETÔ	ELEMENTAR	MÉDIO 1º CICLO	MÉDIO 2º CICLO	SUPERIOR
Rio de Janeiro	0,80	0,79	0,72	0,79	0,69	0,79
São Paulo	0,82	0,86	0,77	0,70	0,78	0,77
SUL	0,79	0,84	0,77	0,67	0,67	0,77
Minas Gerais e Espírito Santo	0,85	0,93	0,77	0,79	0,58	0,58
NORDESTE	0,86	0,96	0,88	0,48	0,51	0,36

Fonte: IPEA/CHRH, apud Saffioti, op. cit., 1978.

das com respeito aos salários que recebem, proporcionalmente menores do que os dos homens. Comentando os dados do Quadro , Saffioti (1978, p. 416) diz que se constata, no setor moderno da economia *uma diferença significativa entre os salários masculinos e femininos em detrimento das mulheres. Nem sempre este fenômeno é atenuado por uma escolarização mais longa.* Na verdade, mesmo entre os que possuem a mesma qualificação o salário feminino será inferior ao masculino, sendo que em média, *a remuneração percebida por mulheres situa-se em torno de 60% da recebida por homens, podendo atingir níveis absurdos, como é o caso do Nordeste, dentre o pessoal ocupado de educação superior, onde a remuneração da mulher representa apenas 36% da masculina* (Saffioti, 1978, p. 417); c) as mulheres apresentam uma qualificação profissional inferior (em termos de procura no mercado de trabalho) à masculina o que se explica entre outras razões, pela discriminação que sofrem quando ingressam em cursos profissionais, como conclui estudo da Cinterfor (OIT) , de 1977; d) as mulheres concentram-se em alguns poucos setores econômicos, normalmente do estilo de prolongamento de tarefas domésticas (alimentícia, têxtil, serviços de escritório, empregadas domésticas, etc.), como se observa nos dados da Tabela I. Neste sentido, é interessante observar uma profunda analogia entre a composição majoritária da mão de obra feminina nos setores ditos "tradicionais" (as acima citadas indústrias) e a dos homens nos setores "dinâmicos", situação que ocorre em países como o Brasil e outros do Japão, Filipinas, etc. aonde a força de trabalho feminina representa 66,8 e 72,3% da indústria têxtil (Cinterfor, 37/38,

1975, p. 67); e) a extrema dificuldade para a mulher conquistar pos-
tos de chefias — o que faz com que apareçam sempre nas posições
mais subalternas do processo de trabalho; f) a influência do estado
civil — ou seja, do fato de ter ou não de prestar serviços domésti-
cos, cuidar de crianças, etc. — na curva de oferta de força de tra-
balho feminina. No Brasil, as mulheres solteiras constituem 55,3% da
população economicamente ativa feminina, segundo dados da PNAD; g)
É na faixa dos 20/24 anos que a participação feminina atinge seu m̄-
ximo, pois nesta fase, que sucede ao período escolar e antecede o ca-
samento, sua participação é de 41,35%, demonstrando a import̄ncia
da situação que a mulher vive no interior da família; h) na relação
entre trabalho feminino e diversas fases da vida familiar é mais do
que significativa a import̄ncia — para a análise das consequências
dos critérios de sexo e classe para a consciênciã operária — do pa-
pel desempenhado pelo processo de reprodução (biológica) na ativida-
de econômica feminina, pois no período que antecede o casamento a futura es-
posa ajudaria o marido para reunir condições de formar nova unidade, libertando-
-se dos deveres de filha na sua família de origem; na fase inicial do casamento,
a mulher manteria uma situação de emprego, porém transitória, e, com o nascimen-
to dos filhos, retira-se do mercado de trabalho (Martins Rodrigues, 1979).]

A tese da semelhança de características, na participação
laboral, entre mulheres de países sob a dominação do capital é de-
fendida por Rott, a partir de uma análise comparada sobre o mercado
de trabalho feminino:

*Na história europeia pode-se distinguir dois movimen-
tos diferentes na composição da mão de obra feminina, pe-
las origens de classe. As mulheres de classe baixa nunca
tiveram opção livre, seu destino coletivo sempre foi o tra-
balho, seja doméstico, no setor subsidiário (a reprodução
da força de trabalho), seja no trabalho (emprego) assala-
riado. Durante as primeiras etapas da industrialização a
PEAF (População Economicamente Ativa Feminina) foi
atê em alta porcentagem composta por empregadas domésti-
cas, lavradoras, etc.*

*O setor industrial ofereceu à princípio emprego nas
"ocupações clássicas" como na indústria têxtil, alimenti-
cia e outros. A taxa de participação elevada, nos países
capitalistas desenvolvidos, a partir do século XX, é uma
consequênciã da oferta mais ampla ocasionada pelo cresci-
mento econômico; a falta de mão de obra masculina em tem-
pos especiais (guerra e pós guerra) e um crescimento am-
plo nas categorias mais baixas das ocupações de "colari-*

nhos brancos", especialmente no serviço público e particular (secretárias, enfermeiras, professoras primárias, etc.), que na sua maioria foram recrutadas da classe média/classe média baixa, setores que também ofereceram uma certa mobilidade ocupacional para as mulheres proletárias. Geralmente, existe até hoje uma clara tendência ao prolongamento dos trabalhos considerados classicamente "femininos" também no setor industrial. Entretanto, o emprego feminino prevalece nas pequenas e médias empresas, com problemas estruturais permanentes, um investimento limitado de capital e um uso de tecnologia relativamente baixo. No começo dos anos setenta, o salário (médio) da operária no setor industrial, nos países do Mercado Comum Europeu era quase 30% mais baixo em comparação aos operários (Rott, 1979, p. 1 e 2).

A integração da força de trabalho feminina na produção e no mercado de trabalho capitalista obedece, como vimos, tendências muito particulares — muito especificamente sexualizadas — em comparação ao comportamento dos trabalhadores do sexo masculino, ao mesmo tempo em que muito generalizadas, dada a similitude de situação e história que encontramos. Neste sentido, os países mais desenvolvidos, no bloco capitalista, apontam — para os de mais desenvolvimento das forças produtivas — as regras gerais de incorporação da mão de obra feminina ao trabalho remunerado, extra-doméstico. E este é um processo contraditório na medida em que o aumento na taxa de participação econômica da mulher não tem se processado no sentido de eliminar as discriminações que a trabalhadora, por pertencer ao sexo feminino, sofre. Mas, concomitantemente, as modificações são evidentes e estão a indicar a possibilidade do acirramento das contradições. Em outras palavras, a integração da mulher é discriminatória mas constitui a única maneira de dar origem a novas condições que possibilitam o fim do sexismo laboral. Pois é trabalhando — e pouco a pouco tomando consciência das condições diferenciadas em que este trabalho se realiza — que a mulher terá condições de exigir igualdade de direitos já que os deveres são os mesmos.

Neste sentido, os analistas da relação mulher e trabalho dividem-se quanto às conseqüências do processo de industrialização para a situação da mulher. Alguns negam a melhoria, argumentando que o sexo feminino tem sido posto à margem do "mercado formal", o que equivale a dizer que o desenvolvimento tecnológico não foi capaz de propiciar uma integração mais igualitária. Outros in

dicam a tendência oposta, principalmente nos últimos anos que (provavelmente como resultado da ampliação do poder sindical, por um lado, e da luta pelos direitos da mulher, por outro) marcaram notáveis progressos na infraestrutura de serviços públicos — tendo em vista liberar as trabalhadoras dos encargos domésticos — e na conquista de novos direitos laborais, tanto nos Estados Unidos como em países europeus.

A complexidade da questão, no entanto, não permite conclusões muito definitivas pois se os dados mais recentes registram uma notável expansão da taxa de participação feminina, os índices dos primeiros setenta anos do presente século comprovam a reprodução do esquema de segregação sexual no mercado de trabalho, ademais da participação relativamente superior da mulher nas faixas de desemprego disfarçado; maior vulnerabilidade às crises econômicas pois as trabalhadoras do sexo feminino são as primeiras a sofrerem dispensa, etc. A situação da norte-americana, dada a importância de seu país no sistema capitalista internacional, apresenta um dado interessante que talvez se repita nos demais países capitalistas que é a taxa de participação ultrapassando os 50%. De fato, estatísticas do U.S. Department of Labor (Wagenvoord, 1979, p. 267) demonstram a seguinte evolução na porcentagem de mulheres na população economicamente ativa:

ANO	NÚMEROS ABSOLUTOS	PORCENTAGEM
1978	42.300.000	50,4
1970	31.300.000	43,2
1960	23.000.000	37,4
1950	17.900.000	33,0
1940	13.800.000	28,9

Singer (1976) trabalha com estatísticas distintas, que subestimam — em termos dos dados acima — a taxa de participação feminina, se comparamos os valores que apresenta para os Estados Unidos. Em todo o caso, a conclusão a que chega, na comparação de 12 países industrializados do mundo capitalista, no período 1960 a 1970, é que fora dois países (Austria e Alemanha) que acusam ligeiro decréscimo, nos 10 países restantes as taxas de participação feminina aumentaram, sendo o aumento maior nos países em que a taxa inicialmente era menor, como na Noruega, na Bélgica e nos Estados Unidos. Na Itália e na Espanha, o

baixo nível de participação feminina deve refletir seu relativo atraso industrial. Nos demais países, há uma nítida confluência das taxas ao redor do nível de 30% em 1970/2, o que parece indicar que as peculiaridades históricas, que diferenciavam fortemente estes países, estão sendo superadas pela tendência comum, que aponta nitidamente na direção de um aumento contínuo da participação feminina no mercado de trabalho. (Singer, 1976, p. 64/5. Grifo nosso).

4 — FAMÍLIAS NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

O interesse recente que o tema família tem recebido da comunidade acadêmica, no Brasil, concerne, seguramente, à justa preocupação em retratar as condições concretas de existência de amplas camadas da população cuja luta pela sobrevivência encontra na unidade familiar o locus privilegiado. De fato, é sobejamente reconhecida a importância da família no processo cotidiano de reprodução da força de trabalho. Mais ainda, famílias de classes sociais distintas desenvolvem formas de atuação (as chamadas estratégias de sobrevivência) diferenciadas, no seu enfrentamento com as variáveis que determinam o mercado de trabalho, na própria medida em que quanto mais despojado for o trabalhador de fontes adicionais de recursos vitais (a horta; a pequena oficina de reparos etc.) maior será sua dependência relativamente ao salário monetário.

E se uma das conseqüências mais visíveis da expansão capitalista da economia é a contínua passagem da produção artesanal/ de subsistência para a esfera da produção industrial em larga escala — ou seja, a subordinação da produção de bens e serviços à lógica e forma capitalista — tal proposição não liquida a questão do trabalho doméstico a um mero problema de tempo. Na verdade, a evolução histórica das unidades domésticas tem apresentado um saldo contraditório na medida em que, não obstante a diminuição do peso mais propriamente econômico da produção doméstica e a passagem de parcela das funções relacionadas à socialização das crianças para as mãos do Estado, como observamos em países capitalistas avançados, a persistência do trabalho doméstico privado e das relações familiares é uma evidência gritante.

As unidades domésticas continuam, portanto, desempenhando um papel crucial na reprodução da força de trabalho, tanto no sentido da procriação e incorporação de novos membros, como no sentido da reprodução cotidiana da capacidade de trabalho dos membros

ativos da sociedade. Ao mesmo tempo, a posição da mulher nesta mesma sociedade é caracterizada pelo fato de sua participação na vida pública não a isentar da responsabilidade central na organização da vida doméstica.

E é exatamente esta particularidade da situação feminina — aparecer como suporte natural, dentro da divisão social do trabalho, das tarefas domésticas (entre as quais se inclui o cuidado da nova geração) — que terminou por trazer uma nova ordem de motivações aos estudos sobre a família. A consciência da unidade socialmente imposta entre mulher e família, dito de outra maneira, a consciência de que pensar/estudar a mulher implica necessariamente em entender a lógica da instituição familiar, está na base daquilo que poderíamos denominar de "nova produção" sobre a questão da família.

Assim, no mais sistemático trabalho de levantamento bibliográfico sobre a mulher brasileira (Fundação Carlos Chagas, 1979, p. 150), a avaliação do material resumido levou a responsável pelo tema família a proferir a consideração de que *"em suma, excetuando-se algumas colocações breves sobre o trabalho da mulher na família, tem-se a nítida impressão de que os autores, ao tratar do tema, não saem dos estereótipos e dos modelos presentes na ideologia dominante"*.

Ora, a bibliografia contém obras editadas até 1976 e esta data marca, dada uma conjunção de fatores de ordem sócio-políticos; entre os quais se inclui o impressionante desenvolvimento do movimento de mulheres no Brasil, um momento de ruptura ideológico/metodológica no tocante à produção teórica sobre o tema família. Em resumo, não somente nota-se uma expansão de trabalhos sobre o tema como, principalmente, uma profunda modificação no conteúdo e nos termos nos quais ele vem sendo colocado (Moraes, 1976; Jelin, 1974; Bilac, 1978; Madeira Rodrigues, 1978a, 1978b; Oliveira, 1978; Leite Lopes et alii, 1979; Ribeiro de Souza, 1979; Macedo, 1979).

A.1- A família trabalhadora

A participação da família trabalhadora à diferença da família burguesa concerne, primeiramente, ao que poderíamos definir como função econômica da unidade familiar: para a classe dominante a instituição familiar é o instrumento de transmissão do capital acumulado sob diferentes formas; para as classes dominadas o trabalho doméstico constitui a função econômica mais importante (Moraes, 1976). Não obstante tal diferença — que diz respeito aos traços mais fundamentais da reprodução do sistema capitalista: a pro-

priedade privada dos meios de produção versus a força de trabalho livre para ser vendida no mercado — a divisão de papéis dentro da unidade familiar assim como a família enquanto espaço da reprodução geracional/socialização da criança constituem características comuns a todos os tipos de família em questão.

Entretanto, na medida em que a família é uma instituição histórica - sociedades distintas conhecem diferentes sistemas de parentesco - esta flexibilidade de forma também caracteriza as relações familiares segundo as classes sociais existentes, o que não impede o predomínio de um dado modelo familiar. Esta "família ideal" é o modelo ideologicamente dominante; é aquela centrada na autoridade paterna; no mito da maternidade que transforma o "ser mãe" em condição sine qua non da "realização" feminina; nos filhos entendidos como propriedade privada dos pais e como corpos que devem ser objeto de intensa ação educativa em vistas à formação de cidadãos honestos e trabalhadores. Esta é a família louvada nos livros escolares, no catecismo, nas estórias infantis, nos contos de amor, nas revistas femininas, nas telenovelas, enfim, nos meios de comunicação de massa. É aquela que todos aspiram mesmo que, objetivamente, ela não possa se realizar para todos pois a sociedade está dividida em classes. Basta recordar, neste sentido, a formação da família operária.

A família trabalhadora especificamente capitalista -- a operária — nasce, historicamente, sob o signo da contradição. Naqueles países em que o capitalismo industrial desenvolveu-se primeiramente, como a Inglaterra, a formação do operariado implicou na destruição da economia familiar de amplas camadas da população expulsas de campo, no processo de separação entre o produtor e os meios de produção. Ademais, dada a dependência da sobrevivência familiar ao trabalho assalariado e a introdução da maquinaria, o emprego de mulheres e crianças foi uma primeira consequência do capitalismo industrial. Assim, *"não cabe dúvida que nesta primeira fase do capitalismo industrial, a família proletária foi seriamente minada pela grande extensão do trabalho feminino e do trabalho infantil, a ponto de impossibilitar serviços domésticos essenciais à reprodução do trabalhador"* (Singer, 1976, p. 32). *"A formação do proletariado fabril implicou, na verdade, na destruição da economia familiar do trabalhador. Atraídos à cidade, os operários eram obrigados a abandonar não apenas a aldeia e a ligação com a terra, mas tam*

bem a possibilidade de combinar a atividade de todos os membros da família tanto na produção social quanto na de subsistência. Todos eles — homens, mulheres, crianças — foram obrigados a se dedicar à produção para o capital e por jornadas tão longas que quase não sobrava tempo para qualquer atividade doméstica, isto é, para auto-consumo" (Singer, 1976, p. 27).

Sabemos como, através da resistência organizada dos trabalhadores, conquistando melhores condições de trabalho e de vida, (redução da jornada de trabalho; da fixação de salário mínimo, etc.) e da própria intervenção estatal na gestão da força de trabalho, a família operária pode sobreviver, ocorrendo, muito frequentemente, não somente a retirada dos menores como a da mulher das atividades fabris. O retorno das mulheres se fará, posteriormente, acompanhado de instalações como berçários e creches, enfim, em condições que evitam o esbanjar de vida humana que a conjugação da miséria com o abandono da casa pela mulher, em função do trabalho na fábrica — significou nos fim do século passado/co meço do presente.

Apesar de indiscutível melhoria nas condições de vida da classe operária, comparativamente ao século passado, a manutenção da família operária se realiza principalmente mediante a superexploração do trabalho feminino. Ou seja, o equilíbrio dos papéis na família operária (homem = trabalho remunerado fora de casa; mulher = trabalho doméstico dentro de casa) se rompe do momento em que determinadas condições sócio-econômicas obrigam a mulher a procurar também um trabalho remunerado. Pela simples e direta razão de que, diferentemente de mulheres de outras classes que podem contratar serviços domésticos remunerados, a operária passará a executar uma dupla jornada de trabalho.

Desta maneira, a manutenção da submissão da mulher ao homem, própria do patriarcalismo, serve muito bem ao capitalismo, pois impede que se questione a "naturalidade" da equação trabalho doméstico = trabalho de mulher, barateando o custo de reprodução da força de trabalho. Neste sentido, se a existência da família tivesse como base, tão exclusivamente, suas funções econômicas a própria vivência da dupla jornada levaria a mulher a uma tomada de consciência da mistificação de suas "funções naturais". Mas o problema torna-se mais complexo desde que a manutenção da família interessa não somente ao capital (rebaixamento do custo de reprodução da força de trabalho; estruturação das estereotípias sexuais através do processo de socialização; estruturação autoritária, etc.) mas é também pensada/entendida como forma de resistência dos indivíduos ao isolamento social imposto pelo capitalismo (que se expressa na oposição vida pública/vida privada). Os indivíduos con

cebem a possibilidade de uma redoma protetora — de uma instituição supra histórica —, revivendo no mito da vida familiar a segurança do útero materno. A família como a única tábua de salvação é algo que aparece muito concretamente no caso de migrantes, como descreve Durhan (1978, p. 215): *"É a família que se vê obrigada a assumir a função de intermediária entre o indivíduo e a sociedade mais ampla, recolhendo os fragmentos da experiência individual e tentando transformá-los numa interpretação coerente do universo social. Desaparece a comunidade, tal como existia na vida rural e tendem a se contrapor, como modos diferentes de participação social, a família e o grupo de parentes, de um lado, e a sociedade complexa e diferenciada de outro"*.

Assim, a passagem do mundo rural para o urbano implica, a nível da unidade familiar, em transformações referentes tanto aos padrões de consumo (e à obtenção dos recursos, ou seja, as receitas) quanto aos padrões culturais. Aliás, os estudos dos orçamentos familiares por regiões distintas do país, para grupos diferenciados de renda, demonstra, por exemplo, o peso da produção para auto-subsistência no orçamento de grande parte das famílias do Nordeste (chefiadas por pequenos produtores independentes) em contraposição à situação de dependência majoritária dos ingressos monetários, existentes entre famílias de São Paulo. O Estudo Nacional da Despesa Familiar (ENDEF) de 1978, publicado pelo IBGE, demonstra, por exemplo, que cerca de 93% das despesas com alimentação, entre famílias da área metropolitana de São Paulo, eram monetárias, em comparação aos 74,4% da área rural. E se as famílias metropolitanas tinham de comprar no mercado a esmagadora maioria de seus bens de consumo, as famílias de áreas rurais não-metropolitanas ainda obtinham através de recursos não monetários mais de 36% de seus gastos globais.

Esta diferença — entre condições "urbanas" e rurais" de reprodução da unidade familiar — e as transformações impostas pelo desenvolvimento capitalista (que vai submetendo a produção rural à lógica do lucro) levaram Oliveira (1978, p. 398) a comentar que se *"de um ponto de vista o processo de individualização da força de trabalho tende a desarticular a família enquanto unidade de produção, nas condições de vida do trabalhador rural hoje, a família constitui um grupo de cooperação fundamental na base do qual se efetivam as possibilidades de sobrevivência"*. Em outras palavras, o caráter produtivo da unidade doméstica modifica-se mas as estratégias de sobrevivência familiar passam incorporar arranjos novos *"em que a cooperação se estabelece pela soma dos ganhos de seus membros"*.

4. 2 Vida Familiar e condições de reprodução da força de trabalho na última década

Comentando a dinâmica da acumulação em cada um dos setores da indústria brasileira, no sentido de fornecer subsídios para a compreensão do caráter da atual crise brasileira, Maria da Conceição Tavares afirma que a indústria de bens de consumo não duráveis (têxtil, alimentos, etc.), diferentemente do que acontece com a de duráveis (eletrodomésticos; carros, etc.), possui ampla base de mercado de massas, ainda que de baixo poder de compra unitário (1980, p. 11). Em outras palavras, do momento em que a incorporação ao trabalho assalariado industrial se processa concomitantemente com a perda das possibilidades de auto suficiência (como o pequeno proprietário agrícola), o mercado propriamente capitalista tem parte de sua demanda efetiva garantida pela presença de uma massa enorme de assalariados que, mesmo pouco podendo consumir em termos pessoais, pesa decisivamente do ponto de vista do volume de negócios.

Ganhar novos setores para a lógica do capital constitui, pois, processo que exige a presença dos consumidores, a qual por sua vez, só poderá ser garantida se não existirem meios/métodos alternativos de reprodução da força vital. Daí a presença dupla (pelo lado da produção e o do consumo) e essencial (dada sua função no processo de valorização do capital) para o capitalismo, que é a força de trabalho assalariado.

O crescimento da indústria de bens não duráveis depende, assim, em grande medida, "*do ritmo do emprego e da elevação da taxa salarial que só mostram um dinamismo acentuado no auge da acumulação de capital!*" (Tavares, 1980, p. 11) Em outras palavras, este setor obedece a regras de comportamento reflexas, dependendo da lógica própria a um estilo de desenvolvimento capitalista historicamente determinado. Neste sentido, se a passagem pela esfera da circulação de mercadorias realiza-se mediante o desenvolvimento exagerado do setor terciário (com dispendiosos gastos em propaganda e toda a classe de gastos improdutivos), serão os trabalhadores deste setor (a massa salarial aí gerada), outros consumidores, igualmente bem vistos pela indústria de "bens-salário".

O estilo menos ou mais predatório do avanço do capitalismo sobre toda a economia — as vias que seguirá a consolidação da hegemonia da subordinação real do trabalho ao capital —, em outras palavras, o maior ou menor desperdício envolvidos na criação da riqueza, não influencia, portanto, a capacidade de realização

das mercadorias "populares": "não importa quanto segmentado ou 'informal' seja este mercado de trabalho, nem quanto pequena seja a porção diretamente produtiva porque, apesar do baixo poder de compra, a massa de consumidores aumenta inexoravelmente. Este é o caso da população urbana que, apesar de tender a se transformar em 'improdutiva' e de viver de modo miserável, se torna forçosamente consumidora de produtos industriais porque não dispõe de meios para retornar à produção e ao consumo de subsistência". (Tavares, 1980, p.11).

Nestas condições, não podemos separar a problemática da família das condições objetivas que enfrenta no processo de garantir sua sobrevivência. Isto significa captar as possibilidades oferecidas pelo "mundo externo" (o modo de produzir) frente a uma certa divisão interna de tarefas, papéis, funções e atribuições de poderes que concernem às determinações culturais anteriores ao próprio capitalismo, obedecendo a mecanismos de caráter extra-econômico tal como sucede na relação entre os dois sexos. Além disso, entender que modificações do papel feminino no interior da família — relacionadas principalmente com a saída da mulher da casa para o trabalho remunerado extra doméstico — repercutirão em grande medida sobre os hábitos "culturais" e os valores ideológicos.

O processo de urbanização e a "modernização", simbolizada pelo acesso aos produtos industriais — incluindo neste rol as mercadorias de consumo propriamente ideológicos, como são os produtos dos meios de comunicação de massa — seguem, ao mesmo tempo que estimulam, a industrialização capitalista e a submissão de toda a economia/sociedade ao império do lucro.

Desta maneira, ao fazermos o inventário das principais características hoje apresentadas pelas famílias em nosso país, estamos também qualificando com maior rigor o "estilo brasileiro de desenvolvimento" que, além de atuar socialmente (beneficiando/oprimindo alguns segmentos/classes sociais em detrimento de outros/as) leva em consideração as hierarquias sexuais.

As repercussões que o estilo de desenvolvimento econômico do país sobre a estrutura familiar, na última década, podem então, ser avaliados pelos seguintes dados: a) incremento da concentração familiar nas áreas urbanas, pois se em 1970, mais da metade das famílias (58,8%) residiam nas cidades, segundo o Censo, em 1978 esta proporção eleva-se para 69,1% (PNAD 78); b) esta concentração acarreta, como acabamos de analisar, modificações na estrutura dos rendimentos (e dos gastos) familiares, dado o incremento das rendas monetárias frente às não monetárias que a passagem do campo para a cidade, via de regra, implica; c) além disso, diminui o tamanho

médio da família. De fato, tomando as três primeiras faixas de maior incidência de casos, temos que 53,1% do total das famílias do Brasil possuem de 2 a 4 membros, proporção, na área urbana, é de 56,5% (PNAD 78); d) observa-se uma melhoria em termos dos rendimentos familiares, com o decréscimo do número de famílias que ganham até 1 salário mínimo, que representavam 41,6 (7.721 famílias) em 1970 para 19,5% (4.833,9 mil famílias), oito anos depois. Da mesma maneira, diminui em termos relativos a percentagem das famílias que ganham de menos de 1 até 5 salários mínimos (87,9% em 1970 e 73,5% em 1978) para os intervalos inferiores, incrementando-se a proporção de famílias no intervalo superior (mais de 2 a 5 salários), ao passaram de 23,5% em 1970 para 30,9% oito anos depois, segundo os dados do Censo 70 e do PNAD 78. Esta melhoria, evidentemente, não pode obscurer o fato de corresponder a um período de decréscimo do salário real (como já assinalamos anteriormente), e de aumento do número de pessoas exercendo atividades remuneradas no interior da unidade familiar. Assim, a tendência ascendente da taxa de participação da mulher na população economicamente ativa, de 21% no Censo de 70 para 28,7% em 1976 e 31,4% em 78 (PNADS 76 e 78), relaciona-se também com estas modificações na atribuição de papéis dentro da unidade familiar.

Estes dados demonstram a reprodução de esquema bastante segregacionista, no sentido de manter a grande massa da população excluída dos benefícios do desenvolvimento econômico, como já se demonstrara no estudo realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos sócio-econômicos (DIEESE), denominado Análise da Evolução Orçamentária Familiar na Cidade de São Paulo, de dezembro de 1977. Entre seus resultados e conclusões destacaremos as seguintes: a) "que tanto a renda familiar como a renda per capita tenderam a maior concentração durante o período (1934 a 1972). Contudo, nota-se que a concentração da renda familiar tende a níveis de concentração menos acentuados que a renda per capita"; b) "quando se considera todas as pesquisas nota-se uma tendência para uma elevação da renda familiar média até a década de 50 e um declínio na década de 60"; c) "a distribuição das famílias por faixas de renda aproximadas permite verificar que houve um aumento da proporção de famílias na faixa mais baixa no período de 1961/62 e 1971/72"; d) "esta conclusão — relativo equilíbrio da renda familiar entre 1961/62 e 1971/72, somente possível pela incorporação de mais pessoas em atividades remuneradas — possibilita supor que a estrutura orçamentária não deve ter se alterado de forma significativa no decorrer deste período" (grifo nosso).

Do ponto de vista das repercussões sobre a força de trabalho feminina, temos que a crescente incorporação às atividades remuneradas aproxima -- a da posição ocupacional masculina, aumentando a proporção de empregadas frente a de "membros não remunerados da família". Assim, em São Paulo, eixo geográfico da população economicamente ativa (62,6% é a cifra correspondente ao total do Brasil), sendo que a proporção de mulheres nesta categoria ocupacional -- 85,3% da PEA -- chega a superar a masculina (78%), segundo os dados do PNAD 77.

Outra consequência dos rumos tomados pelo desenvolvimento das forças produtivas do país, em termos da situação da mulher, concerne ao aumento na proporção das mulheres chefes de família, que hoje são responsáveis por 15,7% do total das famílias (PNAD 78), encontrando-se a maior porcentagem na zona urbana. Quando ao caráter da incorporação da mulher ao mercado de trabalho assalariado, temos ainda a grande preponderância dos trabalhos domésticos remunerados, absorvendo 18% da PEA (PNAD 76). Ademais, as mulheres predominam nas faixas de menor remuneração mensal, como se observa pela tabela II (p. 118 Indicadores...), com 23% auferindo até meio salário mínimo; 23,7% de meio a um salário mínimo, sem se falar dos 17,9% de mulheres que não recebem remuneração alguma. Enquanto isto, 40% dos grupos ocupacionais masculinos encontravam-se na faixa de mais de um a dois salários mínimos mensais.

A mulher constitui, assim, a parcela mais explorada e discriminada da força de trabalho do país. Situação que é ainda mais desfavorável -- em termos da carga diária de dispêndio de energias -- quando lembramos a existência do trabalho doméstico a ser realizado por cada uma das trabalhadoras antes de saírem e ao chegarem do trabalho fora de casa. A velha -- e tendenciosa -- afirmativa de que as mulheres exploram outras, quando saem para exercer trabalho remunerado, não encontra ressonância nem na vida real nem nas estatísticas a respeito. De fato, como bem demonstra Ribeiro de Souza (1979, p. 17) *a proporção de famílias que conta com este auxílio não chega a 4%, proporção que se poderia aumentar para 9%, no caso de famílias que contam com qualquer outro tipo de serviço doméstico. Isto significa que o enorme esforço dispendido por todas as mulheres que se dedicam à prestação de serviços domésticos beneficia apenas à uma ínfima minoria de famílias. A grande maioria tem que assumir as tarefas necessárias à sua subsistência sem nenhuma ajuda externa*".

III - IDEOLOGIA E PAPEIS FEMININOS

Chamamos de *ideologia* ao sistema mais ou menos coerente de imagens, idéias de princípios éticos, de representações globais e, também de gestos coletivos, de rituais religiosos, de estruturas de parentesco, de técnicas de sobrevivência (e de desenvolvimento), de expressões que chamamos agora de artísticas, de discursos míticos ou filosóficos, de organização dos poderes, de instituições e de enunciados e forças que estes últimos colocam em jogo; sistema tendo por finalidade regulamentar, no seio de uma coletividade, de um povo, de uma nação, de um Estado, as relações que os indivíduos mantêm com os seus, com os homens estrangeiros, com a natureza, com o simbólico, os deuses, as esperanças, a vida e a morte.

Este sentido corresponde, aproximadamente, aquilo que designamos, na língua alemã por Weltanschauung, por visão ou concepção de mundo ficando bem entendido que esta implica não somente no conhecimento, mas também nos desejos, nas paixões, e nas práticas."

(Châtelet, 1978 pags 10/11)

1. Transmissão de ideologias: a entrada no universo simbólico

"As representações da sexualidade desenvolvem-se no quadro de ideologias que, por sua vez determinam e orientam a prática sexual e as relações entre os sexos. Esta codificação ideológica é identificável nas diferentes formas de socialização da sexualidade ocasionando, de forma geral, uma demarcação intensa e complexa das capacidades reprodutivas da mulher. Assim, a mulher é definida como um ser cuja existência estrutura-se sobre a sexualidade, o que a diferencia sem ambiguidade dos homens, "pessoas" sociais, cuja vida apresenta finalidades mais complexas".

(Echard e Bonte, 1978, p. 73)

A constituição de uma ideologia se dá concomitantemente ao nascimento de uma certa concepção sobre a sexualidade; em outras palavras, trata-se de um mesmo processo de pensar o mundo, incluindo sua dimensão sexual. Neste sentido, o discurso que sustenta o homem como "o" representante da espécie humana é o mesmo que tenta comprovar suas teses lançando mão da biologia. Ou, ainda, tentando colocar como causa efficiens fenômenos que são, justamente, consequências de uma determinada ordem hierárquica, como trataremos a seguir.

Atualmente, não provoca maiores discussões a afirmativa de que o processo de socialização da criança envolve uma gama de circunstâncias em que a importância relativa da rede oficial de ensino é bem pequena. Em compensação, as experiências/situações protótipos vividas pela criança no ambiente familiar são verdadeiramente educativas, pois ensinam a criança através do peso fundamental do real. Aí intervêm dois aspectos distintos: primeiro, destacar em cada papel sexual da atual sociedade aquele que detém maior poder no tocante à transmissão do legado cultural à nova geração e, at last but not the least, conhecer a qualidade do papel-definidor da qualidade do "feminino": a maternidade.

Descrevendo o processo de estruturação do ego - e o da internalização da repressão social - Aulagnier (1979) argumenta que se tivéssemos de definir o fatum do homem por uma única característica, recorreríamos ao efeito de antecipação, pois o próprio do seu destino é de confrontar-se a uma experiência, um discurso uma realidade que, na maioria das vezes, se antecipam às suas possibilidades de resposta ao que ele pode saber e prever quanto às razões, ao sentido e às consequências das experiências, as quais ele é confrontado de maneira contínua (p. 35). Esta an-

tecipação é muito mais violenta para os infans, aproveitando a expressão utilizada por Aulagnier cuja possibilidade de resposta está continuamente demonstrando-se aquêm da solicitação do meio ambiente. E a importância estratégica do poder materno reside, justamente, neste papel transmissor. É a mulher que transmitirá a "ordem" (o status quo); ele sujeitará o infans às regras que este não poderia nunca antecipar: "no nosso sistema cultural, a mãe possui o privilégio de ser para o infans o enunciador e o mediador privilegiado do "discurso ambiente". De uma forma prē-digerida e prē-moldada pela sua própria psique, ela transmite as injunções, a interdições deste discurso e indica os limites do possível e do lícito. É por esta razão que a mãe será chamada porta-voz, termo que indica adequadamente o que é o fundamento de sua relação com a criança (p. 35/6).

Mas, seria ingênuo imaginar que a porta-voz produzisse um discurso autônomo. Como bem acentua Aulagnier, a ordem que rege os enunciados da voz materna nada tem de aleatório, e revela a sujeição do Eu que fala a três condições: o sistema de parentesco, a estrutura linguística e os efeitos que exercem sobre o discurso os afetos operando sobre a outra coisa. Trinômio que é causa da primeira violência, radical e necessária, que a psique do infans suportará quando seu encontro com a voz materna", pois uma radical diferença os distingue - o espaço psíquico mãe já foi "domesticado" (absorvidos pelas leis da Norma), enquanto que o do infans é impotente para poder conter esta invasão representada pela voz materna.

A mãe, neste estrito sentido, representaria a intermediação cultural - uma boca que pronunciará palavras criadas por um "primeiro" e que são dirigidas a um "terceiro". Uma psique marcada pela ação da repressão; a instância do Eu já organizada: o espaço psíquico materno já é um produto social. Está nas mãos, ou melhor, na voz da mãe, a possibilidade de instaurar uma "ordem" na psique do infans. Tal possibilidade, diga-se de passagem, é a base da violência originária que envolve o encontro da mãe com o infans. Pois como explica Aulagnier, chamaremos de violência primária a ação psíquica pela qual se impõe à psique de um outro uma escolha, um pensamento ou ação, motivado pelo desejo daquele que impõe, mas são, entretanto, apoiados num objeto que para o outro corresponde à categoria do necessário. (p. 38).

A categoria do necessário, por sua vez, remete à questão das opções, por assim dizer, libidinais que o infans encontrará, pois a violência assegura sua meta, unindo o registro do desejo de um

ao registro da necessidade do outro: ao instrumentar o desejo sobre o objeto de uma necessidade, a violência primária alcança seu objetivo, que é o de converter a realidade do desejo de quem a exerce no objeto demandado por aquele que a sofre. (p. 38)

A entrada no universo humano, portanto, constitui necessariamente uma entrada no universo simbólico. Pois, quando a boca, encontra o seio ela também encontrará - e absorverá - um primeiro gole do mundo. Afeto, sentido, cultura estão co-presentes e são responsáveis pelo gosto das primeiras gotas de leite que o infans toma. A oferta alimentar se acompanha sempre da absorção de um alimento psíquico, que a mãe interpretará como absorção de uma oferta de sentido. (Aulagnier, 1979, p. 40).

Complexos são os caminhos e os processos de instauração da instância Eu - envolvendo, principalmente, a ambivalência radical do desejo face a sua própria produção, que poderá tanto ser suporte da tendência do desejo de fixar-se, quanto suporte do desejo de destruição, porque testemunha da existência de "outro espaço", que escapa a seu poder (p. 47) - e, conseqüentemente, intrincados frente aos propósitos do conhecimento. A importância da linguagem, cujo aprendizado é concomitante à constituição de um terceiro lugar psíquico - que obriga todo o que existe a ter um status de "pensável" para que o atributo possa ser "dizível" - marca a passagem do estado de infans ao de criança. A coisa falada, portanto, sempre precede o surgimento do Eu, desde que a nomeação, a medida em que ela concerne o afeto é, ipso facto, nomeação do objeto e da relação que liga ao sujeito: nomear o outro como o termo "amado" significa designar o sujeito que nomeia pelo termo de "amante". (p. 135)

São estes processos mentais que não podem ser esquecidos quando falamos de ideologias ou, então, de processos de transmissão de valores/signos culturais. Por isto mesmo, é preciso, ponderar bem o resultado das pesquisas e "surveys" sobre a opinião de certos sujeitos e/ou sobre o impacto de certas práticas. Pois, como ressaltava Chauí as baterias de testes e questionários, tão a gosto dos cientistas sociais, parecem pedir aos "objetos" que se manifestem. Todavia, se falam, é para responder à fala do outro e não para exprimir a realidade de sua existência. Falam para que o cientista imagine tirar conclusões novas, quando desde o princípio já sabia o que iria acontecer. (1980, p. 18) A internalização do universo cultural - das leis que regem as relações entre os diversos elementos - processa-se por intermédio do "parentesco" que edita e engendra a lei relacional presente entre a totalidade dos termos do sistema. Logo, se a função simbólica dos signos é uma propriedade inerente ao

seu conjunto, se esta função tem sempre como objetivo a passagem ao universal, encontramos no campo do discurso um fragmento composto de uma série particular de signos, cuja função se manifesta de maneira direta e privilegiada pela denominação que define o lugar e a função do sujeito na sua rede familiar. Os termos pai, filho, mãe, antepassados, designam uma função que só tem sentido em função da relação que ela estabelece entre um termo e o conjunto dos termos do sistema de parentesco (Aulagnier, 1979, p. 163).

A estruturação do sistema de parentesco, vale dizer, a família, historicamente determinada, é, enquanto uma certa organização das relações (cujos critérios de existência podem se apoiar em diferentes fenômenos: da faixa etária ao sexo, passando pela organização da vida produtiva), pré-existente ao próprio nascimento do infans. A cena familiar, que marcará para todo o sempre a psique do indivíduo, pode ser sintetizada como um conjunto de relações fixas, oriundas da dinâmica especificada a cada um dos papéis (ou funções) familiares, cuja existência supõe o conjunto em "abstrato" pois, na prática, os sujeitos ocuparão de maneira transitória cada um dos espaços da cena. A função, dentro do sistema de parentesco, independe, assim, do sujeito que a encarna o breve período de sua existência. A mobilidade dos ocupantes se opõe a fixidez e a identidade do conceito da função definida pelo símbolo (Aulagnier, 1979, p. 163).

Colocada a questão dos processos de internalização da ordem/Norma, cumpre perguntar, então, sobre sua qualidade: de que ordem se trata, afinal?

A instauração da Ordem masculina, que é a ordem em questão, realiza-se mediante a atribuição do poder aos indivíduos do sexo masculino, a partir de um ritual que obriga o "projeto" de homem, por assim dizer (a criança), a submeter-se a suas condições para que, amanhã, possa desfrutar dos privilégios que hoje lhe são incômodos. É por isto que Aulagnier considera de secundária importância a rivalidade entre a criança e o pai.-na fase edipiana- em torno da posse da mãe. Antes de ocupar o lugar do rival edipiano, o pai se apresentou à psique como a encarnação, no não-eu, da causa da impotência infantil em preservar sem falhas e de maneira autônoma, um estado de prazer (...) Na cena do real aparece aquele que se impõe, conjuntamente, como o primeiro representante dos outros e como o primeiro representante de uma lei que faz do desprazer uma experiência à qual não se pode escapar (p. 142).

Em outras palavras, antes mesmo que o desejo de assassinar o pai (ou, numa maneira menos carregada, de desaparecimento do algo ligado à esfera do "não-eu") tenha surgido pelo desejo de garantir o monopólio da fonte de prazer da primeira referência (o seio materno), a criança já sentiu este desejo pela experiência direta com o pai, representante de uma lei desprazerosa. A morte será, então, duplamente presente na relação pai-filho: o pai do pai é aquele que, num passado longínquo, ele desejou matar e seu próprio filho, aquele que desejará sua morte. Este duplo desejo de morte só pode ser reprimido graças à ligação que se estabelece entre morte e sucessão e entre transmissão da lei e aceitação da morte (...). O que o pai oferece pela mediação de seu nome, de sua lei, de sua autoridade, de seu papel referente é um direito de herança destes dons, a fim de que eles sejam legados a um outro filho. (p. 143)

A transmissão da ordem masculina se faz, assim, de forma dolorosa para o herdeiro a quem, não obstante, ficarão garantidos os privilégios decorrentes da ocupação da função paterna. O discurso da passagem, ademais, tem como sujeito o sexo masculino: a estória do filho do pai é, indiscutivelmente, bastante diversa da estória da filha da mãe (e o duplo sentido da expressão "filha da mãe" já mostra a natureza da ordem reinante). Logo, cumpre conhecer estas duas ordens de realidade psíquica -estas duas especificidades- em sua trajetória própria. Mas, uma proposição tão despretenciosa não encontra eco nem na própria psicanálise, em consequência do falocratismo com que esta ciência, até muito pouco tempo, tratou a sexualidade feminina que ganhou, inclusive, foros de "enigma".

Introduzir a mulher na Ordem é, concomitantemente, introduzir a ótica do não-sujeito pois, como vimos, as transações simbólicas fundamentais realizam-se entre pai e filhos, no processo de reprodução e Norma. A persistência da ordem falocrática, cumpre ressaltar, resulta do próprio interesse dos privilegiados (neste sentido, a adesão é não violenta) ao mesmo tempo em que é mantida pela violência. Aulagnier acentua que devemos compreender que nenhuma sociedade poderia manter esta defesa se ela não utilizasse a violência (e sua estabilidade dependerá do caráter mais ou menos bem sucedido desta violência) que ela exerce, a fim de tornar-se adequada ao que responde à estrutura psíquica e que, na verdade, está a serviço da tendência conservadora (p. 144). Exemplos do tratamento que a sociedade dá às infratoras podem ser buscados nos séculos seguidos em que as mulheres foram queimadas como feiticeiras.

Tratarã melhor das mais dõceis: transformando-as em inimigas do seu sexo pela adesão ã ordem falocrãtica.

O espaço feminino define-se, entã, por exclusão ou complementação ã ordem masculina. A menina ã um pequeno homem, na fõrmula de Freud, cuja evoluçã psĩquica serã idẽtica atẽ o complexo de Édipo. Este, por sua vez, passa a ser considerado como um fenõmeno metafĩsico: vãlido para todos por todos os tempos. A grande arrogãncia teõrica de Freud foi apresentar o produto (a lei masculina) como o processo (tornar-se homem/tornar-se mulher). O processo, essencialmente cultural, ganhã uma conotaçã a temporal, sendo mesmo remetido ã comprovaçã da biologia. Mais ainda, transforma-se em lei universal (uma espẽcie de lei da gravidade), levando Irigaray (1974, p. 47) a observar que Freud elude esta questã da heterogeneidade sexual "ao afirmar qua a menina ã um menino e que sua feminilidade caracteriza-se pela "inveja do pẽnis". *È sem dũvida seu ponto de vista de homem que ele defende, assim como seu desejo de perpetuar a homogeneidade sexual: um nã-sexo, um sexo "castrado", ou "a inveja do pẽnis" nã constituindo uma heterogeneidade sexual e sim a representaçã de um tipo de negatividade que sustenta, confirmando, a homogeneidade do desejo masculino".*

No espaço sexual - tal como encontra-se definido em nossa sociedade - a dualidade impera; aos papẽis são contraditõrios entre si e uma metade da humanidade (a masculina) tem garantida o papel ativo. Em outras palavras, no campo do Desejo o homem ocupa o espaço de desejante cabendo ã mulher o de desejada/objeto de desejo. Este segundo papel leva com que a identidade feminina (a qualidade do seu desejo) subordine-se aos limites impostos pelo desejante. De que desejo ele me quer desejar? - eis a pergunta da mulher. Nunca se coloca, assim, a indagaçã: o que desejo? E, quando se coloca, a resposta jã vem pronta: desejo ser desejada.

Desvendar o "enigma" da sexualidade feminina pode, portanto, significar uma extrema subversã na ordem falocrãtica, como bem denuncia Irigaray (1974, p. 67), ao colocar em questã a "inveja do pẽnis". O carãter primitivo desta "inveja" - a importãncia que lhe dã Freud - ã muito mais uma questã de coerẽcia teõrica, por assim dizer, do que de realidade. Com efeito, depois de ter afirmado que a menina ã um menino (logo, para ela existe um clĩtoris/pẽnis) na fase prẽdipiana, Freud, em obra posterior, critica os analistas que tentam minimizar a importãncia da "inveja do pẽnis" nesta fase do desenvolvimento libidinal feminino. Ao que

Irigaray contrapõe : "este caráter primitivo, o mais primitivo, da "inveja do pênis" não é uma exigência da primazia do órgão masculino? Do fato de que o phallus deve ser o arquétipo do sexo? O sexo originário? E o pênis a mais adequada representação da Idéia de sexo? não pode existir a outro "desejo" se não o de assegurar sua dominação, mesmo que seja por cobiça, apetite de apropriação. Qualquer coisa que contradissesse - como os prazeres da menina - tal crença obrigaria a reinterpretação da economia dos afetos e das afeições sexuais. E é difícil prever até onde pode ir um remanejamento das atribuições dos poderes libidinais: desconhecimento necessário para a manutenção da ordem estabelecida nos leva a conjeturar que esta operação poderia levar longe". (1974, p. 67).

A radicalidade da questão torna-se ainda mais patente no discurso dominante, vale dizer, da psicanálise a serviço da ordem falocrática. A defesa do patriarcalismo, do autoritarismo e da inferioridade bio-social da mulher encontra-se perfeitamente exemplificada no discurso "científico" de Georges Mauco - médico/psicopedagógico - ao defender sua proposta educacional para um programa a ser difundido em toda a França (a escola de pais e educadores): se falamos em primeiro lugar do pai, uma vez que ele parece surgir (não só parece: ele surge após! mas mesmo a relação privilegiada da criança com a mãe é negada no discurso glorificador do Pai) depois da mãe dos sentimentos da criança é porque na realidade o pai simboliza o interdito e a força disciplinante que permite, através do domínio dos desejos, a construção psíquica do ser humano. Por outro lado, o pai é um dos elementos constitutivos da sensibilidade materna. A mãe não será verdadeiramente mulher senão na medida em que o pai é aceito e amado. Através do pai, é a criança, produto do falo paterno, que é igualmente admitida e assegurada pela sensibilidade materna. O filho do pai torna-se o prolongamento de uma feminidade realizada. (p. 41).

A operação ideológica não é nada sutil: como um passe de mágica a criança se torna produto do falo e, além de expropriarem o filho, tentam convencer a mulher de que ela só é capaz de amar adequadamente seu filho através do pai. Se o pai não for aceito e amado: a criança não será normal. Nada como uma fórmula destas para mexer com o sentimento de culpa da mulher: se seu marido não estiver feliz a culpa é dela - e o castigo virá na figura da criança que, então, impedirá sua feminilidade de se realizar. Confundindo o universo simbólico com universo biológico, Mauco atribui ao homem o papel civilizador - e a autoridade "natural" advindo de sua "virilidade".

O pai, nas relações pai-filho, representa a força fecundante do genitor. Socialmente é ele que lhe dá o nome. O pai é e deve ser sentido como autoridade que impõe as necessárias disciplinas que regulam as relações na vida coletiva (...). É essa razão pela qual é tão importante que o pai possa afirmar a sua natureza viril e que a mãe e os filhos o aceitem na sua função simbólica de força disciplinante sem a qual não existe renúncias nem domínio. Se a mãe, por exemplo, se substitui ao papel do pai, toda a relação familiar fica alterada, que a mãe desvaloriza o pai como incapaz e ocupe o seu lugar, que o pai se ausente ou abdique de sua função - quer ainda a mãe, num aparente entendimento com o seu marido, não aceite plenamente a virilidade de seu cônjuge. (p. 41/2)

Em síntese: fora da família nuclear falocrática não existe salvação ... A cultura, melhor a "civilização" só se mantém graças à aceitação da "virilidade" como princípio de autoridade. E a mulher, por sua vez, só alcança a maturidade quando aceita o seu papel subalterno, quando entende que não pode colocar em questão a autoridade marital para não perturbar o desenvolvimento psíquico normal do filho ... Pobres mulheres abandonadas, mães sozinhas, mulheres chefes de família: vossos filhos nunca serão normais pois não conheceram as delícias da família organizada "comme il faut". Olhando para a violência de nossa sociedade - e, principalmente, a violência cometida no interior da família e contra a criança - fica a perplexidade diante de uma postura que se supõe científica ao mesmo tempo que defende dogmas metafísicos. Associar cultura à família nuclear equivale transformá-la em forma universal de relação entre pais biológicos e criança ou, então, negar que outros povos tenham conhecido a civilização. Trata-se, verdadeiramente, de uma demonstração inequívoca da onipotência de todos os que falam a voz do status quo.

A proposta de mulher "normal" que a psico-pedagogia oferece reduz àquelas que aceitam ao destino que Adélia Prado (1976, p.23), retratou em Resumo:

*Gerou os filhos, os netos,
deu à casa o ar de sua graça
e vai morrer de câncer.*

*O modo como pousa a cabeça para um retrato
é o da que aceita, afinal, aceitou ser dispensável.*

Espera, sem uivos, a campã, a tãmpã, a inscriçãõ:

1906 - 1970

SAUDADES DOS SEUS, LEONOR

É por todas estas razões que a frase mais oportuna sobre a condição feminina foi pronunciada por Simone de Beauvoir: ninguém nasce mulher, torna-se ... Pois, o testemunho clínico de Ažambuja (1979, p. 10) confirma que "no nosso trabalho como analista, podemos verificar muito de perto a anulação dessas diferenças entre homem e mulher. Na análise, nós ultrapassamos essa diferença biológica. Na vida mental não há sexo. Tomamos aos olhos dos pacientes os mais variados papéis e ambos os sexos. O problema que se coloca, a meu ver, é de natureza ontológica. Na realidade, só pode haver essa dicotomia entre masculino e feminino, no mundo social, na medida em que o ser humano se parte. Quando é difícil pensar sobre o feminismo sem paixão, é porque estamos pensando sobre a própria mente humana no que ela tem de mais profundamente dividido. E esta divisão manifesta-se culturalmente através dos tabus que separam os sexos.

Esta separação processa-se por todos os mecanismos da vida social: da linguagem ao modo de acalentar a criança, a dicotomia masculino/feminino tornou-se um dos eixos mais permanentes da desigualdade e da opressão. Guillaumin (1972), trabalhando com as categorias mais profundas do problema do racismo, argumenta que "biologização da percepção, quando é associada à percepção da diferença social, forma o nó da organização racista". (p. 67). Vale dizer, a atribuição/categorização de diferenças físicas como base explicativa para as "raças" constitui um processo ideológico, logo, histórico, que assumiu em nosso século formas muito elaboradas. Tomada em si mesmo "uma diferença física real não existe senão quando ela é assim designada, enquanto significante, por uma cultura qualquer". (p. 67). Do momento em que alguns traços - no processo de categorização dos participantes da vida social - passam a ser símbolos fixos de determinada qualidade, ao mesmo tempo em que são legitimados pela ciência (biológica, no caso), está completada a "operação" racista. Pois na verdade, "o racismo não depende, em momento algum, da "realidade" ou da não realidade de um critério biológico concreto: é a associação consciente ou inconsciente deste critério às categorias, (na forma simbólica, não objetiva), que torna alguns grupos concretos objetos de racismo". (p. 67).

Não obstante, conhecer, o modus faciendi do racismo (entendido como biologização da opressão social) é de pouca eficácia se não adotamos uma postura crítica em relação a todas as produções categoriais. Na medida em que categorizar, é, concomitantemente, conhecer, pronunciar um juízo de valor: "quando eu digo *ju* *deu* ou *negra* (*negro*), *mulher* ou *operário*, ao mesmo tempo em que designo o real, eu movimento o fio imaginário com que o *majoritário* envolve o real (...). Esta atividade de categorização, que é uma atividade de redução, o que pode ela nos dar, quando ela reduziu toda complexidade é generalidade de um grupo? Ela pronuncia a "coisa julgada". A atividade de nomear, a primeira da relação com "a o outro" é uma atividade de liquidação. (Guillaumin, 1972, p. 183/4).

No universo das categorias existem duas que são as fundamentais: masculino e feminino. A própria estrutura de nossa língua obriga a sexualidade de toda a informação mas a grande diferença, entre os dois gêneros categoriais, uma categoria designa e a outra passa ser uma categoria diferencial: "quando 'homem' designa a categoria sexual masculina, não deixa de designar a espécie humana, a totalidade humana. Mais, ainda, a generalidade humana só é aplicável à mulher através do termo homem, que é o termo genérico. Também neste caso, como no caso das categorias por idade, uma categoria designa: a categoria diferencial é mulher. O homem que ostenta o conjunto do sentido não é categorizante: ele é o não dito, o implícito das categorias sexuais, assim como o adulto é o não das categorias de idade". (Guillaumin, 1972, p.164/15).

Eis o quadro de referências para nossa análise de conteúdo: o sexismo concerne o conjunto da vida e das representações que a sociedade realiza. O ocidental, homem e adulto simboliza a humanidade é o eixo do universal humano. As mulheres, biologicamente fixadas à função reprodutora, constituirão o "outro" a quem falta o n ou n + 1 atributos da espécie (= a sexo masculino). São as mães, esposas, donas-de-casa às quais tentam delimitar até mesmo o espaço do imaginário; do sonho e da evasão. Nossas horas de lazer deverão ser preenchidas com o "específico feminino": receitas, conselhos e contos de amor. Coisas de mulher, como é dito com um misto de desprezo e condescendência.

2. Papéis Femininos e Transmissão de Ideologias

A definição do tema da tese partiu da consideração de que a relação específica que as mulheres mantêm com a esfera da produção - tanto do ponto de vista de sua exclusão, pelo exercício em tempo integral das tarefas domésticas, quanto o de sua inserção, geralmente nos setores produtivos ditos "femininos" e sem que se desobriguem do trabalho doméstico em casa - constitui o principal determinante da posição que ocupam na sociedade. Não obstante tal fato, as funções econômicas desempenhadas pelas mulheres (trabalho doméstico não remunerado + trabalho remunerado) somam-se ao conjunto das "atribuições femininas" que dizem respeito à reprodução biológica/maternidade; à sexualidade e à educação das crianças, enfim, ao espaço social conhecido como família.

Desta maneira, não somente as representações que as mulheres desenvolvem acerca de seus papéis sociais têm como ponto de partida a universalidade das tarefas realizadas na esfera privada, no interior da família, como também a reprodução de certos padrões do que seja "masculino" e "feminino" terá na mulher um agente/instrumento fundamental. Pois a diferenciação social entre os homens e mulheres - e todas as formas de estereotipia sexual - são percebidas pelas crianças tanto pela mera observação/vivência do cotidiano familiar quanto através das formas definidas como educacionais (regras de conduta, punições, recompensas, etc.).

Neste sentido, tratava-se de saber como a mulher adulta a socializadora - recebe novos reforços ideológicos que sustentam sua concepção do mundo. Sabemos que o exemplo vivo de outros casais vivendo situações similares, as práticas religiosas, em resumo, a experiência do dia-a-dia são elementos reforçadores da crença de que a mulher deve "naturalmente" cumprir certos papéis sociais, ligados à família. Os meios de comunicação, e em especial a imprensa feminina, apareciam como veículos privilegiados de transmissão de valores, daí nosso interesse em centrar nossa pesquisa nesta questão. E após mais de um ano de leituras sistemáticas das revistas e de trabalho de campo, consideramos que a parte mais rica da pesquisa, ou seja, aquela que proporcionou os frutos mais diretos, diz respeito à análise de conteúdo e do processo de produção das revistas para mulheres da Editora Abril.

A leitora das coleções de Claudia, Carícia, Nova e Sabrina escolhidas por critérios de vendagem e representatividade de modelos editoriais, permitiu a superação de juízos convencionais so-

bre a qualidade das mensagens e análises transmitidas pelo universo editorial feminino. Da mesma maneira, a observação das condições de trabalho das produtoras possibilitou a compreensão aprofundada das revistas como mercadorias capitalistas; expressões da divisão social do trabalho e da lógica do lucro.

Produtos históricos, as revistas femininas transformam seu conteúdo, sua linguagem e sua apresentação gráfica de acordo com o próprio desenrolar da vida social. Assim, não são apenas "coisas de mulher", que falam de moda, casa, beleza, e apresentam foto-novelas para distrair; tão pouco se reduzem, como pensam alguns, a produtos alienantes que mistificam as mulheres com falsidades para evitar que adquiram consciência social. A questão é bem mais complicada, na verdade. As leitoras não são meros fantoches sem vontade, manipuladas pela monstruosa "indústria cultural". Pode-se criar falsas necessidades, condicionar e estimular o consumo de um produto mas, em última instância, ninguém pode obrigar uma mulher a comprar uma revista. A persuasão coloca exigências precisas e a mais fundamental é que responda, de alguma maneira, às necessidades daquelas que devem ser persuadidas.

As revistas femininas têm que dar respostas às inúmeras dúvidas e angústias que atormentam a vida das mulheres de hoje. Mulheres desiludidas, sentido-se traídas pelas promessas de que no casamento encontrariam toda a felicidade, a razão de sua existência. Adolescentes inquietas, ávidas por conhecer os tais "mistérios da vida"; basicamente, iniciar-se nos prazeres da sexualidade madura. Jovens inseguras, buscando novos caminhos, alternativas aos modelos femininos impostos de geração a geração. Este é, portanto, o espaço em que se movem as publicações dirigidas à mulher: limitadas, de um lado, por uma perspectiva conciliadora em relação aos valores socialmente dominantes e, de outro lado, obrigadas a levar em conta, quando não ter como ponto de partida, o nível de expectativa e as aspirações de sua leitora. Desta maneira, não tratam de levantar problemas e, quando fazem, evitam as soluções radicais. Afinal, são mercadorias - produtos de uma sociedade que aprisiona corpos (e as cabeças que os compõem) à lógica e à ideologia do capital. Mas não podem ser consideradas como puras criações "perversas" na medida em que, como mercadorias capitalistas, são, ao mesmo tempo, valor de uso e valor de troca: encontro que se fixa na expectativa de lucro dos proprietários das editoras (do lado da oferta) e na expectativa de prazer das leitoras (do lado da demanda).

Cada revista dirige-se, assim, a um público previamente definido (e esta definição exige, cada vez mais, gastos com pesquisas de mercado) em que o nível de renda e de consumo, a situação profissional e familiar e as concepções de vida (pensadas como "modernas" e "conservadoras") orientam a produção. Logo, as revistas não são apenas "sexistas" como também "classistas". Em um país onde a maioria da população é obrigada a sobreviver com um salário mínimo que está abaixo do necessário para cobrir gastos essenciais (alimentação, transporte, habitação, vestuário), os gastos com o "lazer" são restritos, como diminuto é, relativamente, o mercado consumidor de publicações - uma tiragem de 400 mil exemplares mensais, como Claudia, é considerada maravilhosa, um ato fora do comum, apesar da população em condições de ler ultrapassar vários milhões.

De qualquer maneira, a indústria editorial - e seu ramo feminino - crescem vertiginosamente, se pensarmos suas dimensões nos últimos vinte anos. Acompanhando a expansão capitalista de nossa economia, a indústria cultural expandiu seus títulos e tiragens e, conseqüentemente, sua área de influência. Relativamente às revistas femininas esta influência acentua-se na própria medida em que o conjunto dos textos ligados à área do que se convencionou chamar "comportamento" (artigos, reportagens e matérias sobre educação, sexo, casamento, etc.) aumenta frente as rubricas tradicionais de moda, casa, beleza, e lazer.

E foi a compreensão desta tendência - a partir da leitura das coleções - que nos mostrou a importância de reordenar o material já pesquisado em torno de dois eixos: o "padrão", abrangendo o conjunto de idéias e preceitos que constituem a concepção dominante de cada revista, e a "ruptura", que assinala o que de novo e contestador surge nestas publicações. Assim, as coleções já citadas, ademais, das particulares que as tornam modelos distintos de imprensa feminina (combinando-se critérios de classe social, faixa etária e profissão), serão vistas também na perspectiva da mudança e esta capacidade de ruptura será analisada tendo como quadro de referência as transformações que a economia e a sociedade vêm sofrendo nas últimas décadas.

Ademais, levando em consideração o sucesso da reintrodução da velha fórmula dos contos de amor (pequenos romances de textos não ilustrados) vamos incluir a coleção Sabrina (publicação semanal, 90 mil exemplares de tiragem, editada a partir de agosto de 1978 pela Editora Abril) em nosso universo de pesquisa. Também neste caso o eixo analítico será constituído pela tentativa de sistematizar os elementos constitutivos do "padrão" da revista (as características da trama amorosa; do herói; da heroína; etc.) e aqueles

IV - A HISTÓRIA DAS REVISTAS FEMININAS

"na. contraposição entre cultura do povo e autoritarismo das elites torna-se possível perceber o caminho percorrido pela ideologia dominante e pelo poder, isto é, o percurso pelo qual podem tornar-se invisíveis. Sua invisibilidade nasce quando, em lugar de empregarem os recursos imediatos da dominação, passam a empregar o recurso sutil do prestígio do conhecimento. Assim, o homem passa a relacionar-se com o trabalho pelo medium da tecnologia, a relacionar-se com o desejo pelo medium da sexologia, com a alimentação pelo medium da dietética, com a criança por meio da pedagogia, com o lactente por meio da nutrição racional, com a natureza pelo medium da ecologia, de uma maneira geral passa a relacionar-se com seu corpo, com sua vida e com a dos outros por meio de mil pequenos modelos científico-psicológicos ou sociológicos. Um fantástico projeto de intimidação sustenta esse discurso do conhecimento que constrange a maioria a submeter-se às representações dos especialistas, ou melhor, interiorizá-las, sob pena de não ser ninguém, de perceber-se a si mesmo como o desviante ou lixo. Neste contexto compreende-se que a indústria cultural, a cultura de massa, os meios de comunicação e o desvario da informação não são formas limites de um mundo alucinado e destrutivo, mas a realização cabal da cultura dominante. Sob esse aspecto, a barbárie define não só a cultura das elites, mas também a forma de sua transmissão, como dissera Benjamin".

(Marilena Chauí, 1979, p.133)

1 - A GUIZA DE INTRODUÇÃO

Confrontadas à riqueza dos elementos - e à rapidez de suas transformações/mutações - oferecidos pela vida social, em uma sociedade como a nossa, pode-se afirmar que as revistas femininas não têm história. Greves, golpes de estado, ascensão ou diminuição no ritmo do confronto de classes, enfim, o próprio processo do cotidiano político-social, tudo isto desaparece quando estamos imersas na leitura das páginas coloridas de Cláudia, Desfile, Carícia, etc.

Não obstante a deliberada omissão com que tratam do "público" - a realidade extra muros domésticos - e a praticamente inexistência de quaisquer informações de caráter conjuntural (o que permite, aliás, que uma revista possa ser preparada com meses de antecedência), na própria medida em que são produtos destinados especialmente ao público feminino (vale dizer, às guardiãs do lar, às eternas sonhadoras românticas, às vestais da domesticidade) - as revistas femininas têm uma história: são produtos históricos, refletindo histórias particulares. Em outras palavras, produtos/mercadorias capitalistas, as revistas femininas contam, à sua maneira, a história do desenvolvimento capitalista de nossa economia, do processo de monopolização da produção e comercialização dentro do setor editorial e estórias no estilo. Além disso, falam dos papéis sexuais, da família e da "mulher" - a adolescente, a dona de casa, a profissional etc. - E é nesta medida, que as revistas femininas veiculam concepções históricas sobre a sociedade e as funções dos homens e das mulheres. Assim, podem ignorar completamente as condições concretas de trabalho das metalúrgicas ou das tecelãs - e este silêncio/omissão também "fala", revelando o caráter de classe destas publicações, - mas saberão sugerir toaletes charmosas para agradar ao patrão, transformando a trabalhadora na esposa/amante do escritório, como aparece em Nova:

Em oposição à imprensa feminina - burguesa, colorida, de presença garantida nas bancas - surge, em meados dos anos setenta, uma imprensa de oposição, feminista ou para-feminista - a pequena imprensa anti-burguesa, em branco e preto, dificilmente encontrável nas bancas. As primeiras, vendendo cifras superiores aos 200 mil exemplares: as segundas, de periodicidade variada, nunca ultrapassando os 5 mil números, sob pena de acumular estoques invendáveis.

Sem negar a história - das lutas das mulheres contra sua opressão e dos instrumentos que forjaram para saírem do silêncio imposto pela sociedade patriarcal - acredito que a qualidade nova da

imprensa feminista surgidas nos últimos anos corresponde a um momento totalmente distinto das experiências anteriores. O que não implica em desconhecer a importância das lutas pretéritas e a necessidade de torná-las conhecidas. Mas, não obstante outras experiências no passado, a moderna imprensa para mulheres, no Brasil, tem seu ponto mais importante no nascimento de Claudia em 1961 — do ponto de vista da grande imprensa — e no aparecimento do Nós Mulheres em 1976 — do ponto de vista da imprensa feminista.

Falar da imprensa para mulheres significa, portanto, levar em conta a grande produção e produção artesanal; os lucros da Abril e o rateio das perdas do Nós Mulheres e do Brasil Mulher; em resumo, conhecer as condições e o processo concreto de produção de tais produtos — as produtoras; o ritmo de trabalho, etc. Ao mesmo tempo, conhecê-las em sua realidade específica: apesar de produzidas na mesma empresa uma revista como Nova é bem diferente de outra como Claudia. Ademais, talvez em muitos aspectos, a análise de conteúdo/forma da imprensa feminina versus imprensa feminista revele pontos de acordo que, à primeira vista, pareceriam impensáveis.

O universo em questão -- revistas femininas e jornais feministas no Brasil contemporâneo -- será estudado, portanto, a partir de uma tríplice ótica: a) o processo de produção das publicações (a empresa, as produtoras, as redações); b) a estória de cada uma das publicações e c) a análise de conteúdo/forma das publicações, na qual a família e os papéis femininos constituem, concomitantemente, o eixo temático fundamental.

2 — AS ORIGENS

"Com efeito, reconhecer e constatar que os investimentos dos capitais e a troca de mercadorias capitalistas reinam hoje sobre a arte de modo quase absoluto não significa, de maneira alguma, entender que o capitalismo proíba, reprima e condene ao silêncio toda forma de arte que não serve diretamente aos interesses imediatos de lucro capitalista".

(Georg Lukacs "Arte Livre ou Arte Dirigida?", in Revista Civilização Brasileira, nº 13, maio de 1967, pág. 168)

A moderna imprensa para mulheres, caracterizada pelas altas tiragens e pela produção industrializada, tem suas raízes no final do século passado, nos Estados Unidos. E seu surgimento relaciona-se à difusão de magazines contendo moldes de costura, iniciativa pioneira da empresa Butterick, em 1863. Além de serem enviados pelo correio, os moldes começam também a ser vendidos no comércio o que facilita a circulação, possibilitando que a Butterick Company vendesse, em 1871, 6 milhões de exemplares (Notes et Documentaires nº 3575). Gradativamente, os magazines diversificaram-se, passando dos moldes e dos anúncios de medicamentos para os artigos sobre educação da criança; as regras de polidez e outros no gênero. Em 1870 aparece o MaxCall's, marcando a era dos grandes hebdomadários. Em 1978, esta revista apresentou tiragem de aproximadamente 9 milhões de exemplares mensais, uma das maiores em termos de imprensa feminina mundial, sem se falar de suas publicações conexas, como McCall's Needlework and Crafts; McCall's Fashions And Home Decorating; MsCall's Children's Wear Merchandises e MacCall's Sportwear and Dress Merchandise.

É interessante observar, outrossim, a permanência de revistas criadas no fim do século passado nos Estados Unidos, como se observa no caso de Ladies Home Journal, de 1883, com aproximadamente 7 milhões de exemplares mensais e Good Housekeeping, de 1885, com cerca de 5,5 milhões de exemplares mensais. Entre as revistas femininas de maior circulação nos Estados Unidos, metade tem sua data de fundação no período 1867/1892 e outra metade nos anos 1936/1939, como se observa no quadro abaixo:

A imprensa feminina norte-americana

REVISTAS	TIRAGEM (em 1000)	DADOS DE 1968	
		PERIODICIDADE	DATA DE FUNDAÇÃO
McCall's	8.567	mensal	1870
Ladies Home Journal	6.805	mensal	1883
Woman's Day	6.562	mensal	1937
Good Housekeeping	5.519	mensal	1885
Vogue	442	quinzenal	1892
Harper's Bazaar	425	mensal	1867
Mademoiselle	664	mensal	1935
Glamour	1.244	mensal	1939
Parent's Magazine	2.032	mensal	1926
Family Circle	7.051	mensal	1932

Fonte: Notes et Etudes Documentaires nº 3575.

Na França, é o L'Écho de la Mode que inaugurou, em 1879, um novo estilo de imprensa para mulheres, incorporando às páginas de moda - que constituíam a íntegra de outras publicações femininas - artigos e matérias no estilo de conselhos para a dona de casa pois "seu público será o grande público feminino que se preocupa não somente com a moda mas com tudo aquilo que concerne material e moralmente à família e à vida familiar" (Notes et études documentaires nº 3575). Em 1930, l'Écho atingia uma tiragem de 1 milhão e 130 mil exemplares (era uma revista barata), cifra que decairá posteriormente, dado o surgimento de novos títulos e a diversificação do conteúdo das revistas femininas. Observamos, através do quadro que se segue, o aparecimento de Femmes d'Aujourd'hui, em 1933, lançada com grande publicidade e com uma edição inicial de 800 mil exemplares e de Confidences, publicação voltada para o relato de "casos verdadeiros de amor", muito em voga também nos jornais americanos (as "true stories").

A imprensa feminina na França

TÍTULOS	TIRAGEM (Tarif. Média, setembro 67 (000)	PERIODICIDADE	ANO DE FUNDAÇÃO
Pour vous Madame, Modes de Paris	1.541	semanal	1948
Femmes d'aujourd'hui	980	mensal	1933
Jours de France	780	mensal	1955
Echo de la Mode	721	mensal	1879
Marie-Claire	648	mensal	1937/1954
Marie-France	665	mensal	1944
Elle	581	semanal	1945
Femme Pratique	550	mensal	
Bonnes Soirees	479	semanal	1922
<u>Leitura</u>			
Confidences	323	semanal	1937
Intimité du foyer	584	semanal	1946
Neus Deux	991	semanal	1946

Fonte: Notes et Études Documentaires, nº 3575.

A estória do desenvolvimento da imprensa feminina em outros países europeus, como a Alemanha, a Bélgica, a Inglaterra e Itália, é bastante similar até primórdios da década dos anos 40. A guerra, entretanto, afetou seriamente a produção dos magazines de mulheres, na Europa enquanto que nos Estados Unidos a qualidade do produto continuou a melhorar, levando com que os velhos títulos passassem, de fato, a designar novos modelos editoriais. O papel, as ilustrações e as rubricas modificaram-se ao mesmo tempo em que se evidenciou uma tendên

cia ã especializaçãõ. Assim, surgiu uma imprensa para jovens de menos de 20 anos (Glamour, Charm e Seventeen); algumas revistas especializadas na família (Parent's Magazine); em noivas (Brides) e assim por diante.

O põs II Guerra apresenta duas novidades em termos de revistas de mulheres: primeiramente, a supremacia dos modelos norte-americanos, como se nota na França, por exemplo, atravês do aparecimento de Elle, em 1945, calcada no modelo de Harper's Bazaar pois sua redatora-chefe, Hêlène Gordon-Lazareff, trabalhara neste magazine norte-americano no período da guerra. Marie-Claire, fechada no período da ocupaçãõ nazista, também renasce americanizada. Em segundo lugar, temos a criaçãõ de uma nova forma de literatura popular, a fotonovela. Se bem que a primeira experiênciã em fotonovela tenha sido realizada na França, em 1949, com a revista Festival, a popularizaçãõ delas processou-se na Itãlia, onde, em 1959, jã se editavam oito revistas de fotonovelas.

Os Grupos Econõmicos na Imprensa nos Estados Unidos

TÍTULOS	GRUPOS ECONÕMICOS	OUTROS MAGAZINES DE PROPRIEDADE DO GRUPO
McCall's Ladies Home Journal	McCall's Corporation Curtis Publising Co.	Redbook Saturday Evening Post, American Home, Holiday
Woman's Day Good Housekeeping	FaWcette Publishing Co. Hearst Magazine	Harper's Bazaar, Cosmopolitan, Popular Mechanics
Vogue	Conde Nast Publications	Mademoiselle, Glamour
Family Circle	Family Circle Inc. Publishers	

Fonte: Notes et Etudes Documentaires n° 3575.

Finalmente, ã importante assinalar uma outra característi- ca da imprensa feminina contemporãnea: o impressionante aumento de tí- tulos vem acompanhado pela centralizaçãõ da produçãõ de revistas por um reduzido número de empresas, em cada paí. As profundas modifica- ções sofridas pela economia capitalista mundial no apõs guerras, prin- cipalmente o aumento nos índices de monopolizaçãõ do capital e a li- derança conquistada pelo capitalismo norte-americano, refletem-se nas tendênciãs atuais da imprensa feminina, tanto atravês do altíssimo

grau de concentração das publicações, como observamos pelo quadro que se segue, quanto pela exportação de estilos ou padrões de revistas para o mundo inteiro, algumas não mudando nem mesmo de nome (Cosmopolitan, do grupo Hearst).

Os Grupos Econômicos na Imprensa Feminina na Inglaterra

GRUPOS EDITORES	TÍTULOS	PERIODICIDADE
Odham's Press	Woman	Semana1
	Woman's Realm	Semana1
	Every Woman	Mensa1
	Housewife	Mensa1
	Mother	Mensa1
George News	Woman's Own	Semana1
	Modern Woman	Mensa1
Fleetway Publications	Woman's Weekly	Semana1
	Woman's Mirror	Semana1
	Woman and Home	Mensa1
	My home	Mensa1
	Woman's Journal	Mensa1
Condé Nast	Vogue	Mensa1
Strandbook Public.	-Family Circle	Mensa1
Hearst Magazines	Good Housekeeping	Mensa1

Fonte: dados obtidos no Notes et Documentaires nº 3575.

Na Itália, um dos países do mundo que apresenta a maior profusão de títulos, a concentração é um pouco menor, destacando-se as empresas Mandadori (com Grazia, Ariana e Confidenze) e Rizzoli (Annabela e La Donna e. Bella). O grande diário de Milão, Le Corriere della Serra, edita Amica; o grupo Del Duca controla Intimita e Confessioni e Rusconi e Paolazzi são proprietários de Gioia, Eva e Belleza. Já na Inglaterra, a imprensa feminina é dominada por três grandes grupos, Odham Press, George News e Fleetway, reunidos no super truste International Publishing Corperation (IPC). Além das revistas que aparecem no quadro a seguir este truste ainda controla uma série de publicações de leitura, como Fabulus, Valentine, Mirabelle, Marilyn, Honey (todos da Fleetway) e Flair e True Magazine (do grupo George News).

Na França, as revistas são principalmente da propriedade de grupos que também editam quotidianos e outras publicações, como é o caso do grupo Prouvest, com uma revista de interesse geral, Paris-Match; com cinquenta por cento de participação na propriedade do

diário Figaro e com a publicação feminina Marie-Claire. Além das ligações que aparecem no quadro que se segue é interessante observar que as publicações de leitura são quase todas da propriedade das Editions Mondiales, como Nous Deux, Intimité, Modes de Paris e Pour Vous Madame.

Grupos econômicos e a imprensa feminina na França

TÍTULOS	GRUPOS	OUTRAS PUBLICAÇÕES DO GRUPO
L'Echo de la Mode	Editions Montsouris	Mon Ouvrage Madame, Rustica, Lisette, Pierrot
Elle	France Editions et Publications	France-Soir Paris-Presse France-Dimanche Journal du Dimanche
Femme d'Aujourd'hui	Editions du Hennin à Bruxelles, ligadas ao grupo Hachette	Femmes Pratique, Tricots de Femmes d'Aujourd'hui
Jours de France	Société de Presse (filial do grupo Dassault)	
Marie-Claire	Editions du groupe Prouvost	Paris-Match, Télé 7 Jours, Figaro (50%), Parisien Libéré,
Marie-France	Editions du grupo Amaury	Courrier de l'Ouest, Point de vue-Images du Monde, Carrefour, l'Equipe

Fonte: Notes et Etudes Documentaires, nº 3575.

3. — As revistas femininas no Brasil

As publicações para mulheres, em todos os países do mundo capitalista, apresentam características comuns do ponto de vista de conteúdo editorial (incluindo neste último também as peculiaridades da linguagem escrita); da apresentação gráfica e das funções que assumem. Desta maneira, notamos que os discursos das publicações femininas podem ser: a) principalmente de evasão e sonho, através dos contos de amor, do correio sentimental, do horóscopo, etc.; b) versando sobre "serviços" — casa/cozinha/moda — com um maior ou menor propósito de incentivo ao consumo e c) de cunho informativo com regras sobre a vida sexual, educação dos filhos e outras atribuições "próprias" à mulher. Os diferentes discursos, por sua vez, podem ser apresentados na forma de fotonovelas; de textos ilustrados; de revistas com

estórias de amor; de reportagens e, last but not the least, através da propaganda. A linguagem pode assumir um tom coloquial ou ser mais impessoal; as leitoras podem ser chamadas na segunda ou terceira pessoa; a gíria e os modismos podem ou não ser utilizados. Em poucas palavras: nada é inocente em se tratando de publicações de massa.

As notórias diferenças entre as revistas correspondem à especialização que existe de fato na imprensa para mulheres, dadas as distintas situações sociais em que se encontram as leitoras. O preço de capa já é a primeira barreira: quantos podem pagar cento e cinquenta cruzeiros de 1981 por uma revista? Além de dirigir-se à mulheres que estão em classes sociais distintas, a imprensa feminina leva em conta a faixa etária, a situação familiar, o nível de escolaridade, etc. Ou seja, respeita as inúmeras hierarquias que cruzam a vida social, terminando por se colocar ao serviço (e fazer uso, concomitantemente) de categorias muito precisas de mulheres, apesar da aparente universalidade de seu conteúdo.

O atual estágio de especialização constitui, de qualquer maneira, um momento de síntese entre a "velha" imprensa para mulheres (quase que exclusivamente baseada nos romances de amor) e a "nova", luxuosa, utilizando de sofisticados recursos gráficos, tratando de temas ousados. Porque existe um público para todos estes temas, todas estas publicações convivem na mesma banca de jornais. Melhor ainda, estão em processo de rápida expansão.

Não se pode falar de revistas femininas, entretanto, sem fazer uma referência especial às fotonovelas que, ainda hoje, constituem um dos mercados editoriais mais promissores em nosso país. Tendo sido introduzidas pela Editora Vecchi, em julho de 1947, com a revista Grande Hotel, as fotonovelas eram, então, desenhadas com traços que faziam seus personagens parecerem aos artistas de sucesso, ao mesmo tempo que saíam ainda em capítulos, como na velha tradição dos folhetins. Almas Acorrentadas, em 50 capítulos, foi a primeira amostra daquilo que se tornou uma leitura tipicamente feminina e amplamente difundida.

Em 1951, a Artes Gráficas do Brasil, empresa situada em São Paulo, colocou no mercado a primeira fotonovela propriamente dita, ou seja, a narrativa romanesca realizada através da combinação de fotos e textos. Aproveitando-se desta iniciativa, a Editora Vecchi transformou os quadrinhos desenhados do Grande Hotel em fotonovela: a revista já estava, nesta ocasião, no seu 2019 número. Mas é a Editora Abril (até então uma simples agência de notícias que tinha os direitos de publicação do Pato Donald) quem maior proveito vai tirar da introdução da fotonovela. Utilizando-se dos modernos recur-

sos da propaganda, a Editora Abril, com "jingles" e "slogans" através do rádio, jornais e revistas, cria uma grande expectativa em torno do seu primeiro lançamento na área das fotonovelas: Capricho, nascido em julho de 1952, com uma tiragem de 30 mil exemplares.

Consolida-se, então, um público leitor sempre capaz de consumir novos títulos. Em 1958 a Editora Abril lançou Ilusão e a Bloch e Sétimo Céu, iniciando a produção nacional de fotonovelas. A partir de então brotam os subprodutos, como o Grande Hotel mensal; a Supernovelas de Capricho e assim por diante. Capricho, no apogeu, bateu o recorde de vendagem de fotonovelas na América Latina, com 502,6 mil exemplares (dados do IVC, 1º semestre de 1967). As principais revistas de fotonovelas, surgidas até 1971, podem ser observadas no quadro que se segue, aonde notamos uma certa concentração de títulos em alguns anos, como é o caso do período 1958/1963.

Fotonovelas no Brasil

INÍCIO DE CIRCULAÇÃO	EDITORORA	TÍTULO	PERIODICIDADE
1947	Editora Vecchi	Grande Hotel	Semanal
1952	Editora Abril	Capricho	Mensal (quinz. após 71)
1958	Bloch Editores	Sétimo Céu	Mensal
	Editora Abril	Ilusão	Mensal
1959	Editora Vecchi	Sentimental	Mensal
	Editora Abril	Noturno	Mensal
1960	Editora Vecchi	Romântica	Mensal
1961	Editora Vecchi	Fascinação	Mensal
1963	Editora Abril	Contigo	Mensal
	Editora Abril	Supernovelas	Bimestral (mensal após 71)
1965	Editora Vecchi	Ternura	Mensal
	Editora Abril	Grandes romances	Bimestral
1966	Editora Vecchi	Sonho	Mensal
1967	Editora Vecchi	Jacques Douglas	Mensal
1970	Editora Vecchi	Jennifer e Luck Martin	(ambas mensais)
	Bloch Editores	Amiga	Semanal
1971	Editora Vecchi	Nova Fascinação e Sonho	(Ambas mensais)
	Editora Abril	Nova Ilusão	Mensal

Fonte: Veículos Brasileiros de Publicidade (1967 e 1971)

As fotonovelas constituem, do ponto de vista das redações das empresas editoriais, uma espécie de "imprensa marron"; um produto de baixíssima categoria. Neste sentido, os jornalistas que trabalham em revistas de fotonovelas, via de regra, falam do seu trabalho com um misto de ironia e pouco caso: ou, então, tentando provar — naqueles casos em que a revista tem outras seções além das fotonovelas — a importância das demais matérias "sérias" publicadas. Da mesma maneira, nota-

-se sempre a preocupação em descaracterizar a leitora, ou seja, em afirmar, por exemplo, que não são empregadas domésticas (implícito está o julgamento de que "leitura de empregada" não é coisa que possa ser levado a sério) e sim um público de extração social superior. A título de ilustração do que pensam e, no caso, do que declaram sobre as fotonovelas, selecionamos alguns pontos de vista dos produtores.

"A revista precisa tocar a sensibilidade da leitora. Ela é a menina de 25 anos que mora em Cuiabá e é cheia de fantasias. Basta para isso ver o nosso clube de leitores, as Marias Gonçalves de Rosário do Sul, as Maria do Socorro de Altamira, os Joselitos Venancios da Silva de Senhor do Bonfim, as Ermelindas de Campina Grande, os Edmúcios do Nascimento de Pedreiras. Não se pode pensar em termos de Rio e São Paulo. A leitora de Sétimo Céu ouve novela de rádio, sonha em encontrar e príncipe encantado (de preferência o seu ídolo da televisão), quer se casar com Francisco Cuoco e parecer com Regina Duarte. Vibra com o poster seminu de um Ney Latorraca. É pra essa gente que se fazem as revistas de fotonovelas" (Lexa Penteado, diretora de Sétimo Céu, em entrevista concedida ao Jornal do Brasil, 22/11/76).

"Há detalhes importantes: a mulher boa é sempre mais bonitinha; a má nunca ri, tem o cabelo meio no rosto, é feia, antipática. Isso é quase um princípio" (Lêlia de Oliveira, diretora do departamento de fotonovelas da Bloch Editores S.A., entrevistada publicada no Jornal do Brasil, 22/11/76).

"Sétimo Céu, que existe há 17 anos, só trabalhava com cantores. Wanderley Cardoso, Vanusa, Rosemary, Francisco Carlos, Clara Nunes. Leva-se uma semana para fazer uma novela. Hoje, com a televisão — as leitoras — mulheres de 15 a 30 anos, de classe B e C — querem artistas de televisão.

Procuramos os artistas em evidência na televisão. Isso sem falar nos criados por nós, como Mário Cardoso e Paulo Ramos. Ou nas pessoas que mandam toneladas de cartas pedindo para participar das fotonovelas. A cada minuto chegam pessoas de fora, querendo fazer testes de fotografia. Ou contando sua vida dramática, a novela do mês

seguinte" (Lea Penteado, na já citada entrevista).

"Em São Paulo, a fotonovela é mais lida por mulheres da classe B; no Rio, pelas de Classe C. O que se pretende com a revistas é entreter e também mostrar a realidade da vida dos leitores. Para isso, nos baseamos nas três mil cartas que recebemos mensalmente e nas pesquisas de mercado. Depois de entendermos a realidade dos leitores que nem sempre é bonita, procuramos mostrar um caminho a ser tomado. O que não é fácil. É mais difícil falar com quem sofre do que com quem ri" (Regina Festa, diretora-geral das revistas de fotonovelas da Editora Abril, entrevista concedida ao Jornal do Brasil, 22/11/76).

"Quem lê fotonovelas são as mulheres. Temos aqui duas revistas. Uma publica principalmente fotonovelas: é Sétimo Céu. A outra, Amiga, inclui uma fotonovela em cada número". (Amiga, em 77; circulava com uma média de 150 mil exemplares semanais, com grande parte de suas páginas ocupadas com notícias sobre as telenovelas e focos dos artistas de sucesso). "Em princípio, quem lê fotonovelas é quem vê novelas na televisão. Em vez de ser uma revistas só de fotografias, Amiga trata o fenômeno da televisão com mais aprofundamento, mais didaticamente. A fotonovela também teve de entrar neste caminho. O nosso alvo, que já foi a garotinha de 16 a 18 anos, hoje é um público muito mais amadurecido".

"As fotonovelas têm de trabalhar em cima da emoção, em cima de surpresa, da expectativa e da aflição, em cima da angústia do ser humano enquanto pessoa em dúvida".

"Na verdade, o que eu faço tem um final justo, um final consequente, que tem alguma coisa a ver com a expectativa gerada e o mistério que a ensejou. O ideal seria que no jogo dramático o leitor fosse surpreendido pelo final. Se pagamos um elenco de quatro ou cinco atores, dos quais dois são muito conhecidos, é de se esperar que depois de acontecer muita coisa tudo termine bem."

"Temos problemas de mercado. Uma fotonovela brilhante, mas sem a menor possibilidade de empatia, de envolvimento, de venda, não é boa. Pode ser boa para o autor, não para o público. Todo homem moderno é desconfiado, tem medo de todos e representa muito no dia-a-dia. É em cima disso que a fotonovela trabalha. É a pessoa que quer uma

oportunidade na vida, na medida em que vivemos num sistema de oportunidades, de salve-se-quem-puder, do defenda-se, do ache-e-procure. A fotonovela paga o fato geral a partir do homem e seus problemas e trabalha com sua linguagem. Os problemas começam na carência econômica, passam por sua carência afetiva e terminam em sua mesquinhez pessoal, sua oposição à doação." (Pedro Porfírio, da Central de Fotonovelas da Bloch, entrevistada publicada pelo Jornal do Brasil, 15/06/77).

"O nível de escolaridade da população e a falta de meios para ter acesso a outros divertimentos garantem o mercado de revistas de fotonovelas. A fotonovela é alienante porque a realidade é violenta, mas ao mesmo tempo não é alienante, levando-se em conta que 94% da população brasileira não foram além de ex-ginásial. O que essa parcela da população vai ler? Sartre? Jorge Amado? (Odejaine de Holanda, editor de Sétimo Céu, entrevista publicada pe Jornal do Brasil, 15/06/77).

"Setenta e cinco por cento de meus leitores são mulheres. Grande Hotel é dirigida a mulheres, mas homens também lêem, assim como muitas mulheres também lêem revistas dirigidas aos homens. Os homens que procuram a revistas e fazem através das seções de cartas ou porque querem conhecer mais a respeito das próprias mulheres. Basicamente nosso público é feminino, jovem e altamente concentrado na faixa dos 15 aos 30 anos de idade. Há uma margem de leitoras, talvez 30%, que representa o nosso consumidor tradicional. São leitoras de mais de 40 anos, que quando a revista surgiu eram jovens de 15. Os anos se passaram e elas continuam fiéis à revista, embora esta continue dirigida sobretudo à juventude"

"O conteúdo é sempre romântico, o básico mesmo eu de finiria como sendo uma situação de triângulo ou, quando não, duas pessoas e um destino, este representando uma terceira pessoa, uma doença, o afastamento. Os obstáculos, depois de ultrapassados, levam ao final feliz".

"A leitora procura na fotonovela uma situação que lhe permita projetar algumas coisa que ela queria que fosse verdade. Durante a leitura, experimenta um certo tipo de felicidade. Não podendo viver sua realidade, vive naqueles momentos, através de seus ídolos, situações de catar-

se, idealismo e fantasias".

Nosso público é constituído por pessoas que lutam duro pela sobrevivência. Não é preciso mostrar a elas como as coisas acontecem: elas sabem. Sua luta é pela sobrevivência econômica e sentimental, a quando a situação aperta não lhe sobra tempo nem pra namorar. Minha visão particular é a de que a fotonovela é uma trêgua na vida dessas pessoas. Não é justificável que depois de 11 meses de trabalho tenhamos férias? Assim como não é imoral nem alienante tirarmos férias, também não é alienante nem imoral a leitora aceitar a trêgua que a revista lhe oferece" (Lena Alcure, editora de Grande Hotel, Jornal do Brasil, 15/06/77)

"A fotonovela é um momento de sonho para a mulher" (Roberto Barreira, diretor editorial da Bloch Editores, in Jornal do Brasil, 22/01/76).

"Fazer novela é um absurdo. Mas já fiz até novela de rádio. Precisava ganhar dinheiro. Fotonovela é absolutamente indolor. De pouco que vi, sei que é a anti-interpretação. Mas foi indispensável. Para sobreviver, o artista tem de aproveitar todas as chances: fazer o Arena de São Paulo durante quatro anos e meio, Rei da Vela, Dorotéia vai à Guerra e também fotonovela. Já está na cabeça do ator a sua marginalidade. Por isso, faço até comercial. Defender o quê? A minha virgindade cultural? Pra quê? E para quem? Ninguém quer saber dela". (Dina Sfat, entrevista concedida ao Jornal do Brasil, 22/01/76).

Quanto ao conteúdo das fotonovelas muito já foi dito a respeito. Assim, aponta-se para o fato de ser escrita de maneira a exigir pouco esforço intelectual - isto é, diálogo explícitos, vocabulário restrito - ademais de girar sempre em torno do triângulo amoroso/empecilhos para o amor/superação dos empecilhos e final feliz, dentro de um universo maniqueísta em que o bom é belo e termina recompensado sempre enquanto que o mau é irrecuperável e termina castigado. Como a ordem imperante é a do Coração as histórias abstraem os problemas relacionados à existência de classes sociais pois o Amor tudo recupera, tudo pode. De qualquer maneira, evita-se os extremos; a miséria, assim como o universo dos milionários, não aparece. Um moralismo extremo leva, concomitantemente, a excluir praticamente do Amor as relações sexuais explícitas; a punir rigorosa

mente aqueles que mantenham relações ilegítimas (e, sempre que a moça, "cãí" e "peca", precisarã passar pela expiação do seu pecado — através do trabalho duro para sustentar o filho) e a evitar situações em que o divórcio é o único meio de unir os amorosos (o que reflete a importância do catolicismo e, ao mesmo tempo, o fato das novelas serem em sua maior parte importadas da Itália).

Como toda a estória desenvolve-se em função do casal amoroso, todos os problemas e conflitos originam-se e resolvem-se no interior das relações pessoais, não existindo referências à política, à luta sindical ou a quaisquer manifestações das contradições sociais concretas. Enfim, *"o retrato da sociedade em que se inserem os personagens é tão esquemático e simplista que não chega a reproduzir realmente as condições objetivas da vida social. Apenas alguns traços indicadores da situação de status mostram-se incapazes de reproduzir um espaço social e esclarecer o relacionamento entre os personagens. Essa esquematização da vida social permite a idealização do mundo em termos éticos e constitui condição para as projeções das leitoras em uma ficção social liberada dos constrangimentos da realidade. Nesse mundo de fantasia, vislumbra-se o sonho da sociedade aberta e da conquista honesta da felicidade, por meio do matrimônio, para as mocinhas que com sua beleza, persistência e bondade conseguem ingressar nas classes superiores"*. (Berezousky e Ferreira de Camargo, 1978, pág. 51).

Através de discursos mais ou menos elaborados, de constatações realizadas com sofisticação teórica ou apenas com a força do impressionismo, a conclusão dos produtores, dos analistas e dos leitores é, entretanto, muito parecida: estamos tratando com o universo de fantasia, do imaginário, da evasão. Nenhuma leitora tem ilusões quanto a distância existente entre a fotonovela e sua vida real por isto, a definição mais contundente é a de Lenira Alcure "a fotonovela é uma trégua na vida das pessoas que lutam duro pela sobrevivência". É o que a leitora pede e o que o produtor dá: ambos são expressão do faz-de-conta que torna mais suportável, por um determinado tempo de leitura, o cotidiano pobre e sem perspectivas.

É esta capacidade de responder a uma necessidade das mulheres — não importa ter sido ela criada justamente em função das deficiências visíveis do sistema em que vivemos — que torna tão lucrativa a indústria de fotonovelas. E, segundo alguns produtores e editores, na mesma linha romântica e histórica. Pois, "o público necessita dessa leitura com evasão. Já tentei a linha social na Europa, mas vi que não produz efeitos comerciais. Em 68, no início da crise na Itália, uma editora que vinha vendendo bem fez uma experiência diferente com quatro fotonovelas. Além da trama de amar, usamos temas como o movimento estudantil francês, a ditadura na Es

panha, a guerra entre árabes e judeus. As vendas caíram, não deu certo", comentou Italo Sani, fotógrafo, editor e supervisor de fotonovelas, com vinte anos de experiência e contratado pela Editora Vecchi para o lançamento de fotonovelas nacionais (até agora realizadas somente pela Bloch), em entrevista para o Jornal do Brasil, 03/03/78).

O Brasil continua, pois, sendo um mercado promissor. Os dados divulgados por Italo Sani confirmam esta tese: no início do ano 1978 vendia-se 2,4 milhões de exemplares de revistas que contêm fotonovelas e 600 mil de revistas exclusivamente de fotonovelas, considerando o total das vendas da Bloch, Vecchi e Abril. Enquanto isto, na Itália, França, Argentina, Espanha e África do Sul a fotonovela estaria em crise, segundo o mesmo Italo Sani. Na Itália, por exemplo, dos 130 títulos existentes em 1968, só restavam 35, dez anos depois, ao passo que o número dos jornais manteve-se estável com aumento das tiragens. O que se explicaria pelo desenvolvimento industrial. "Após a Segunda Guerra Mundial, havia uma grande massa de consumidores de fotonovelas, mas à medida que o país se distanciava de uma economia agrícola, os leitores passaram a ter as necessidades próprias de uma sociedade de consumo: rádio, jornal, cinema, TV. Esta em especial tirou muito público da fotonovela. Penso que na França houve o mesmo fenômeno. Grande consumo na fase de transição para um país desenvolvido industrialmente, e que da com a elevação do poder aquisitivo da população, tendo como fator básico a existência de novas opções para um público mais exigente" (Italo Sani, na já citada entrevista).

A análise é tentadora mas arrisca ser extremamente mecânica, ou melhor, peca pelo economicismo. De fato, existe uma relação entre cultura e desenvolvimento econômico, ninguém ousaria negar. O complicado é explicar, por exemplo, porque as fotonovelas proliferaram na França e na Itália e nunca foram do agrado das leitoras anglo-saxônicas. E não é por preferirem estas últimas uma leitura mais sofisticada: o sucesso dos romances água-com-açúcar (em prosa idêntico a aquilo que a fotonovela realiza em prosa e foto) está aí para testemunhar. Mais ainda, a profusão dos romances de Corin Tellado que convivem e expandem-se junto às fotonovelas, nas bancas do país, e a recente introdução da fórmula Mills & Boon Ltd., pela Editora Abril com "Sabrina" e "Júlia" (como trataremos adiante) demonstram como o comércio do Coração é rentável. Se a Itália é a mãe da fotonovela a Inglaterra é o pai dos romances vendidos em bancas de jornal.

E se observamos a evolução das fotonovelas, através das três revistas mais vendidas — Grande Hotel, Capricho e Sétimo Céu — notaremos que, de fato, sofreram uma queda de vendagem nos últimos dez anos. Grande Hotel, que vendia 161 mil exemplares em 1967 e 200 mil em 70 tem sua edição reduzida para 68 mil em 75, aumentando um pouco em 77: em síntese de 67 para 76 sofreu uma redução de 54% na tiragem. Processo parecido verificou-se com Capricho que, dos 462 mil exemplares de 67 passa para 313 em 76, ou seja, redução de 34% (dados da IVC). Assim, é só Sétimo Céu que aumenta de 127 mil exemplares para 206 mil, no mesmo período. Por outro lado, a queda nas tiragens de algumas das fotonovelas é acompanhada pelo aparecimento de novos títulos o que equivale a dizer que, em termos absolutos, a tendência é para a expansão do consumo. Da mesma maneira, é interessante observar que uma maior demanda de assuntos sobre comportamento (especialmente no tocante à afetividade e ao sexo) vem acompanhada de uma resistência à fotonovela "engajada". Pier Luigi Bracco, por exemplo justifica a queda na vendagem de Capricho ao fato de não terem sido respeitadas as leitoras "cativas" que, segundo ele, tem uma expectativa muito definida em relação a sua revista predileta. E, como a revista, de 74 até 76, teria sido tocada pelo problema de libertação da mulher, a consequência foi a queda na vendagem. Após uma grande pesquisa, realizada em fins de 1978,

a redação de Capricho acredita que a fórmula do sucesso seja fotonovelas mais informações sobre sexo/afetividade. Talvez a própria leitora é quem esteja determinando o produto que consumirá, separando a "evasão" (o puro sonho, a fantasia) do "real": para satisfazer sua fantasia ela recorre às fotonovelas (e as quer sem problemas e conflitos); para satisfazer sua necessidade de comunicação e informação sobre a vida afetiva e sexual ela quer os especialistas.

E a estória de três revistas brasileiras, Claudia, Nova e Carícia que — a primeira a partir do início da década dos anos 60, as duas outras em meados dos anos 70 — passaram a figurar nas bancas ao lado das fotonovelas clássicas, podem ajudar na ilustração de como se processa a dialética "produto versus leitora", provando que existem diferentes mulheres e diferentes tipos de revistas para elas: as categorias classe social, sexo e idade definindo universos muito precisos e delimitados.

(*) Dados do IVC

3. TRES MITOS DE MULHER

3.1- Claudia

Colorida, brilhante, com 274 páginas, um rosto de mulher na capa e formato 30,4 x 23,6 cms. É Claudia de setembro de 1979, prestes a completar 18 anos de vida, com 380 mil exemplares de tiragem mensal.

Em fins de 1961, o mercado editorial feminino concentrava-se fundamentalmente na produção de fotonovelas, não existindo na prática um magazine para mulheres. Além das fotonovelas, outras opções de leitura eram revistas especializadas em filmes (roteiros e fotos dos últimos lançamentos norte-americanos), como Filmelândia, ou, então, na vida dos astros de Hollywood, como Cinelândia. Em outubro de 61, com o primeiro número de Claudia, uma nova fase se inicia em termos de imprensa para mulheres: revistas de textos, falando do cotidiano e dos assuntos "femininos", produzidas tendo em vista um público brasileiro. Daí o sucesso conhecido por Claudia desde o início (o primeiro número foi de 150 mil exemplares).

A Claudia das leitoras (poucas revistas foram lidas e relidas com tanta avidéz), entretando, tinha como contrapartida a Claudia dos anunciantes. Explico-me: a Claudia que vai às bancas em outubro já tinha seu projeto gráfico (seu "boneco", no jargão jornalístico) pronto em julho. Milhares de empresas (enfim, os anunciantes, em geral) recebiam um projeto de revistas cujo editorial, entre outras coisas afirmava:

POR QUE CLAUDIA?

O Brasil está mudando rapidamente. A explosiva evolução da classe média torna necessária uma revista para orientar, informar e apoiar o crescente número de donas de casa que querem (e devem) adaptar se ao ritmo da vida moderna.

Claudia será dirigida a estas mulheres e dedicada a encontrar soluções para seus novos problemas. Cláudia não esquecerá, porém, que a mulher tem mais interesse em polidores do que em política, mais em cozinha

do que em contrabando, mais em seu próprio mundo do que em outros planetas... Claudia, enfim, entenderá que o eixo do universo da mulher é o seu lar.

Precedida por estudos de viabilidade comercial, cada publicação é prevista para um certo público e seu sucesso dependerá, em grande medida, de sua capacidade em se tornar uma rotina na vida do leitor. Claudia foi concebida por um grupo editorial sensível às possibilidades que se abriam com a rápida urbanização do país. Na verdade, a expansão do capitalismo brasileiro se dava tanto extensivamente (submetendo novos ramos de produção à lógica do lucro) quanto intensivamente, com o aprofundamento da divisão social do trabalho. Assistia-se à diversificação das atividades ligadas ao comércio e serviços em geral, criando novos estratos das chamadas classes médias, ao mesmo tempo em que nas próprias empresas industriais aumentava a proporção de assalariados "superiores" (ganhando mais do que dez vezes o salário mínimo), como consequência das exigências de inovações tecnológicas: são os engenheiros, químicos, físicos etc. com especialização na área industrial.

Esta é a "explosiva evolução da classe média" a que se refere o editorial do número zero. E ao mesmo tempo a adaptação das donas de casa da classe média ao "ritmo da vida moderna" é concebida levando em conta um dado fundamental: "o eixo do universo da mulher é o seu lar".

"Claudia será uma revista amiga que orientará suas leitoras em tudo, desde os filmes que não devem perder, até a saúde e educação dos seus filhos".

E o que este "tudo"? Enfim, quais são as atividades ou situações em que Claudia orientará suas leitoras? O editorial especifica que: "Claudia será uma guia prático para a economia doméstica" (...); "Claudia ajudará as suas leitoras a serem elegantes"(...) e, finalmente, "Claudia contribuirá para a felicidade das suas leitoras, através de artigos objetivos sobre obrigações e direitos da mulher no seu mundo íntimo".

Cada vez mais nos aproximamos da "mulher-Claudia", modelo 1961: já sabemos que é de classe média, dona de casa, jovem, em processo de "modernização". Ademais, é bastante, pois, como diz o editorial do número zero, "Claudia será nacional, em espírito e em

penetração geográfica. Desde a esposa do médico sul-riograndense até a senhora do prefeito de Jacareanga, desde o mulher do engenheiro de Paulo Afonso à esposa do professor do Território do Acre — todas terão em Claudia uma companheira constante e inteligente. Claudia será a revista amiga-moderna e feminina — que fará parte da vida de 150.000 famílias brasileiras".

A linguagem também é significativa: mulher, esposa e senhora como sinônimos, expressando modos diferentes de referir-se àquela que é conceituada como "a colaboradora" do marido, na "sociedade conjugal" (Art. 233 do Código Civil). Os manuais de etiqueta, no entanto, apontam como fórmula correta "mulher e marido", ou seja, ela se refere a ele como "meu marido", e ele se refere a ela como "minha mulher". Repelindo formas mais popularescas — "patroa", "cara-metade" etc., — e evitando a formulação mais direta daqueles que lêem manuais de bom tom --

Claudia se situa no juste milieu: senhora, esposa, e mulher. Além disso, uma linguagem "urbana", apaulistada e coloquial. Afinal, 50% de sua tiragem irá para as bancas de São Paulo e Rio de Janeiro. É por isto que o tratamento é o "você", e nunca a segunda pessoa.

A primeira página de Claudia conserva-se igual até hoje. Um pequeno editorial (assinado pelo editor-chefe ou cargo equivalente) a as diferentes seções: O mundo de Claudia; Moda, Beleza, Decoração, Cozinha e Variedades (onde se inclui o indefectível horóscopo). A revista foi planejada para dar lucros certos: assim, sempre foi a revista da propaganda (que atinge, em média, metade do espaço), de produtos que vão das roupas (camisolas, meias, etc.); aos perfumes e artigos de beleza, ao modeste e aos produtos alimentares. Em resumo: Claudia foi e continua sendo uma grande vendedora.

3.2 — Carícia

Colorida, 130 páginas, um rosto jovem na capa e formato 13,4 x 20,8 cms. Com 348 mil exemplares de tiragem, mensal, Carícia é uma revista para adolescentes, apesar do aviso "desaconselhável para menores de 18 anos", que obrigatoriamente sai estampado na capa (dados de setembro de 79).

Carícia, em comparação à Claudia, é uma revista sem passado. Surgiu nas bancas em janeiro de 1975 e muitas são as circunstâncias que a diferenciam de Claudia. Em termos editoriais,

uma revista como Claudia tem custos fixos muito mais elevados do que Carícia, sem falar da diferença que existe entre um projeto pioneiro nas áreas das revistas femininas (como foi o de Claudia de 1961), para um grupo empresarial ainda em processo de consolidação, e o lançamento de uma revista de menor custo para uma Editora com posição monopolista no mercado. Claudia era impensável sem a presença (fortíssima, diga-se de passagem) dos anunciantes. Carícia, em contraposição mantêm-se, desde o início, pelas vendas de banca, dispensando os comerciais.

Se as diferenças são muitas, em termos de "produto editorial", o que não dizer do momento histórico em que cada uma destas revistas vem à luz. Claudia é a revista de classe média em expansão, anunciava seu número zero. É a revista do Brasil de 73 milhões de habitantes (um pouco mais de 13 milhões no Estado de São Paulo) em comparação aos 100 milhões do ano de nascimento de Carícia (com aproximadamente 20 milhões de habitantes para o Estado de São Paulo). E das transformações na estrutura econômica, que diversificaram e sofisticaram o parque industrial, ao mesmo tempo que incrementavam a taxa de urbanização. Isto sem se falar da própria conjuntura política: Claudia é filha dos anos do populismo ao passo que Carícia nasce com o projeto de "distensão gradual" do governo Geisel.

O "modelo" Carícia

Carícia, como toda iniciativa pioneira, marcou um estilo novo dentro do quadro de revistas para a mulher: no formato; na importância dada ao texto (isto é, uma grande variedade de artigos por número), na linha de abordagem (ousadia nos temas e, muitas vezes, na forma de tratá-lo) e no próprio fato (que também é consequência, é claro, do estilo da revista) de ter se especializado em um público jovem. Depois dela, surgiram outras parecidas: Love Story (também da Editora Abril); Carinho (da Editora Bloch) e Romance (uma revista especializada em contos de amor que, a partir da edição de Agosto de 1978, passou por uma modificação no sentido de conter mais artigos e adotar o formato pequeno, da Rio Gráfica S. A.) e Ciúme (da Editora Vecchi).

Para o leitor desavisado Carícia parece dever seu sucesso ao fato de ser uma revista relativamente barata (cr\$15,00 a preços de setembro 79); com alguns textos convencionais e uma fotonovela como principal atração. Mas a realidade é um pouco mais complexa. Neste mesmo formato e preço as leitoras podem encontrar nas bancas revistas parecidas que apresentam : (a) exclusivamente fotonovelas, como é o caso de Sonho (atualmente no nº196, ano XVII, da Editora Vecchi, cr\$12,00 de preço de capa) e (b) uma porcentagem pequena de texto (moda, notícias sobre astros de televisão, colunas fixas sobre discos e cinema; horóscopos e moda) e duas fotonovelas, como é o caso de Ternura (nº167, ano XIV, cr\$15,00, da Editora Vecchi).

Nenhuma destas revistas conhece o sucesso de Carícia, com seus 350 mil exemplares em setembro de 79. E o que de nova a revista apresenta? Uma grande profusão de artigos voltados principalmente para questões relativas ao sexo e à afetividade. Tratando de temas que objetivamente interessam os adolescentes. Carícia descobriu, assim, uma fórmula de sucesso garantido. É uma revista informativa como outras, só que tratando de assuntos estratégicos do ponto de vista da demanda dos leitores. O sumário de Carícia mantém-se praticamente inalterado, desde seu lançamento em 1974:

Seções (que são fixas)

Gente (uma foto e uma notícia de poucas linhas sobre astros e pessoas famosas)

Te contei? (as últimas novidades "do mundo do show", isto é notas sobre TV principalmente)

Discoteca (notícias sobre cantores e discos)

Horóscopo

As suas ordens (condultas e respostas sobre etiqueta, moda, etc.)

Cantinho da Amizade (correspondência pelo correio)

Correio do Coração (consultas amorosas)

Escolha sua profissão (esclarecimentos sobre profissões: cursos, salários)

Serviço

Moda (como exemplo de subtítulo: O branco é lindo e está de moda)

Cozinha) como exemplo de subtítulo: Saladíssima!)

Beleza (como exemplo de subtítulo: Vamos! É hora de cuidar das pernas)

Reportagens

(no nº 44 ela foi: Ney Matogrosso, por trás da maquiagem, um mundo de ternura)

Artigos

(os títulos são bem sugestivos do conteúdo, como pode se notar para o nº 44)

Ela diz que me ama, será verdade?

Vivo fugindo do sexo

Não tenho sorte no amor

Estou a ponto de ceder

Namorar um rapaz feio? Nunca!

Ele gosta mais dele do que de mim

Casando passa

Sexto sentido

Fotonovela

(no nº 44: Desencontro de amor)

As fotonovelas são sempre traduzidas.

4.3 — NOVA

Brilhante e colorida, com sua marca registrada na foto de uma mulher NOVA (que pode ser Farrah-Fawcet ou Bruna Lombardi); 20,5 x 27 cms, 146 páginas, 200 mil exemplares, 40,00, é a revista Nova em seu número 72, em setembro de 1979.

Exatamente a seis anos atrás, o primeiro editorial trazia a proposta inovadora da revista: *"ela nasceu da necessidade de oferecer à mulher brasileira uma companheira útil e atualizada para permitir-lhe o ingresso no fechadíssimo clube das cabeças que pensam, julgam e decidem. Até ontem, este clube esteve reservado aos homens e só a eles. Hoje com NOVA estamos pretendendo fornecer-lhes as chaves deste clube. Coragem: abra a porta e entre. O mundo é seu"*. E o editorial termina com o desafio: *"Você também pode"; mais ainda "Você deve querer"*.

NOVA traduzida/concebida à imagem e semelhança da Cosmopolitan norte-americana, corresponde bem à concepção da mulher-moderna de seu país de origem. Agressiva, ela reclama por participação sem perder suas "características femininas". É bem a "pantera" sentada na mesa de trabalho, com suas unhas vermelhas e aquele geral e superficial conhecimento dos assuntos do dia. É moderna pelo nível e qualidade de seu consumo: roupas, discos, perfumes e até motéis na moda são sempre apresentados para a leitora que acredita que "ser moderna" (liberada) é uma questão de vontade individual;

consumo das "ciências" (sexologia dietética, etc) e dos produtos certos. E NOVA lhe serve de guia para que não fique por fora...

Frente à dona-de-casa bem comportada, representada pela mulher Claudia, a leitora de NOVA segundo o perfil da leitora traçado pela editora da revista, Fatima Ali, é uma mulher "que está em constante conflito com os valores estabelecidos e busca novos padrões de comportamentos". Porém como não se trata de transformação radicais mas de adequação modernizadora, NOVA é para a mulher "que luta contra seus próprios conceitos psicológicos e morais e embutidos por uma educação tradicional, mas não deseja romper totalmente com padrões estabelecidos; deseja sim um equilíbrio entre suas aspirações e a sociedade".

A observação do Índice da revista deixa bem claro o seu papel didático/informativo, bem como o "tom" mais personalizado de sua relação com a leitora. Assim, entre as matérias fixas, sobressai, pelo caráter editorial, Nova na Redação, uma apresentação de Fatima Ali, na forma de comentários sintéticos sobre o conteúdo do número e detalhes da vida na redação. Outras seções fixas são: Nova recebe sua carta; Nova ouve os discos; Nova lê os livros; Horôscopo; Nova vai ao cinema; Nova cuida da saúde; Nova e o analista; Nova usou e aprovou; Nova conta tudo; Nova e os endereços.

Moda, culinária (pouca coisa e sempre relacionada à vida afetiva, no estilo do jantar para os dois; pequeno lanche para o depois, e coisas no gênero), maquiagem e outras "dicas" ligadas à aparência constituem a rubrica Serviços. Além de um conto, Nova, a cada mês, apresenta ainda uma média de 14 artigos, a grande maioria girando em torno de questões sexo/afetivas. As chamadas de capa da revista nº 72 podem exemplificar bem o conteúdo de tais artigos.

No Amor Sempre Há Um Escravo e Um Senhor: Qual dos dois Você É?

A Liberação Sexual: Do Marquês de Sade

A Masters & Johnson (Passando por Freud)

Oito mulheres que se Aventuraram Fora do Brasil. E Deu Certo!

Margaret Thatcher, O Pulso Firme que Governa a Inglaterra

A Pão-Dura: O Jeito que Ela Lida com Dinheiro Revela Os Seus Problemas Emocionais

Aborto, Os Métodos, Os Perigos, às Opções

Casar de Novo: A Segunda Vez Pode ser Muito Melhor

Simone — Como Ela É Sexy!

*Ivo Pitanguy Fala de Sua Vida, de Seu Trabalho e Respon-
de a Perguntas Sobre Cirurgia Plástica passo a Passo,
A maquiagem da Moda*

*Se Hã Um Homem em Sua Vida...
A Mais Bonita Lingerie Para Você*

Desta maneira, a leitora de NOVA é informada sobre o Abor-
to, de maneira muito mais direta e bem colocada do que a leitora de
Claudia, assim como pode discutir a questão de um segundo casamento
(e mesmo veladamente de uma segunda relação). Neste sentido, NOVA é
uma revista mais atualizada e de melhor padrão informativo do que as
congêneres. Por outro lado, em tudo aquilo que ela é cópia do modelo
norte-americano, temos uma insuportável carga de conselheiros e con-
selhos predicando sobre tudo e transformando todos os problemas da
vida real em questões corriqueiras que a leitora, com boa vontade e bem
orientada, pode resolver sozinha.

5 - MAIS UM PRODUTO DA EDITORA ABRIL

Comenta-se, nos meios empresariais e jornalísticos, que
o grupo Civita domina um dos mais poderosos aglomerados industriais
de nosso país. Mais ainda, que o fechamento de qualquer de suas re-
vistas — mesmo a mais rendosa — não alteraria praticamente as re-
ceitas do grupo pois elas advêm, em grande medida, de outros empre-
endimentos industriais, principalmente o de rótulos e embalagens. Aos
Civita — ou, mais formalmente, à Abril S.A. Cultural e Industrial —
as mulheres devem a introdução do padrão de modernidade editorial
— as adaptações/aculturações das norte-americanas Good Housekeeping;
Cosmopolitan, etc. — e a introdução dos contos de amor da Mills &
Boom da Inglaterra. Às mulheres, por sua vez, os Civitas devem gran-
de parte de seus lucros, fiéis e incansáveis consumidoras do amor em
3 mil/3 mil e quinhentas linhas cheias de magia.

A entrada da Editora Abril no fértil terreno do folhe-
tim de tipo novo (o conto de amor vendido em bancas de jornais), que
já imortalizou Corin Tellado como uma das escritoras mais lidas nos
países de língua espanhola (e mesmo no Brasil), data de 1978. É im-
portante se deter primeiramente nesta autora na medida em que o pa-
drão moral veiculado em suas estórias conserva a mesma atitude fren-
te a questões como papéis sexuais, virgindade, casamento e família,
que os mais edulcorantes contos de Dely: vale dizer, a moral se-

xual católica de interdição de relações sexuais fora ou prévias ao casamento; da proeminência dos fins reprodutivos e a grande glorificação da maternidade como destino e vocação feminina. Os heróis destas estórias, ela — casta —; ele — já "homem", provado no sexo — amam os ideais do trabalho, da mulher-em-casa-para-cuidar-do-marido, da família monogâmica, do casamento indissolúvel e dos filhos como expressão máxima da santidade dos laços matrimoniais. Tu do isto sob a batuta de "O Amor".

O impacto das estórias de Corin Tellado — que estão longe de apresentar o mesmo sabor narrativo e o aprimoramento das "tomadas externas" dos contos da Mills & Boom — é tão grande que, em meados de 1972, no Chile (e outros países da América Latina), a não-publicação de um conto de Corin Tellado entre as matérias permanentes da revista Vanidades (muito semelhante, então, à Claudia brasileira e à Claudia argentina) provocou estrondosa revolta das leitoras. A revista, no número seguinte, foi obrigada a prometer que tal falha nunca mais repetir-se-ia e que haviam renovado o contrato com Corin Tellado. Esta última, diga-se de passagem, apesar do padrão moral tão rígido de suas heroínas, morava então na Espanha, em uma casa suntuosa, sô com seu filho. Separada do marido e chefe-de-família, em completa oposição à situação típica vivida por suas sempre iguais e intermináveis heroínas.

Ademais, a produção da Mills & Boom apresenta características completamente distintas daquelas consubstanciadas no produto que leva o rótulo Corin Tellado. Em outras palavras, os contos de amor desta editora inglesa não são vendidos pela individualização da autora, como acontece no caso de Corin Tellado. Pouco importa que a leitora nunca lembre do nome da autora: fundamental é que saiba pertencer à coleção x que, dependendo da demanda, poderá expandir o ritmo de publicação.

Assim, de setembro de 78 a agosto de 80, a Editora Abril lançou três títulos — Sabrina, Júlia e Bianca — para vender as traduções brasileiras da Mills & Boom. Com 90 mil exemplares de tiragem, Sabrina (a primeira a ser lançada, em setembro de 78), vende cerca de 60 mil exemplares: Júlia e Bianca são produzidas na mesma proporção e o encalhe acumulado serve, muitas vezes, de brinde. A revista Nova, há dois meses, deu como brinde o nº 35 da Sabrina, assim como exemplares de Júlia foram oferecidos de brinde às leitoras de Sabrina, o mesmo sucedendo com a recente Bianca: o brinde constitui método usual e eficiente de propaganda e indução ao consumo.

Os custos de publicação reduzem-se praticamente ao pagamento de direitos autorais: as fotos e os textos são importados da Inglaterra, restando a tradução (realizada através da contratação de free-lancers) e a revisão. O formato é de um pequeno livro, de 19 cms x 13 cms, 130 páginas, papel colorido e brilhante na capa e fosco, e de menor qualidade, no interior. As ilustrações, coloridas, apresentam invariavelmente um casal jovem — de pele branca, diga-se de passagem. Os homens são, no geral, mais morenos do que as mulheres, aparentando 25/30 anos, enquanto elas se situam na faixa dos 20/25 anos. A capa já é testemunha do estreitamento do universo amoroso, considerado da perspectiva de quem pode ser herói: brancos, jovens, pertencendo às classes dominantes ou privilegiadas. As roupas elegantes e caras; os cabelos e unhas impecáveis das heroínas são, entre outros, os sinais demonstrativos de prosperidade financeira. Operários, pequenos agricultores ou artesãos não figuram nestas capas em que o Amor é o eixo temático. Melhor, em que o Casal é o centro do universo.

Os números de Sabrina não contêm referências à data de publicação, distinguindo-se entre si apenas pela numeração. Eles são vendidos aos pares ("uma semana você lê Sabrina; na outra Júlia", dizia a propaganda), custando cr\$22,00 em setembro de 1979 (limite superior de nossa amostra de contos de amor), numa média de 4 exemplares por mês, cifra idêntica à de Júlia e que deverá se repetir com Bianca, recém lançada. Mas estamos ainda longe dos recordes da Mills&Boon na própria metrópole inglesa, onde são consumidos mais de 50 títulos mensais, como nos revelou Pier Luigi Bracco, responsável pelo Grupo I de publicações femininas da Editora Abril (que inclui as revistas de contos de amor). O domínio editorial do grupo inglês iniciou-se por volta dos anos 30 e logo se estendeu para os Estados Unidos e Canadá. Atualmente, os contos de amor da Mills&Boon encontram-se em quase todas as bancas de revistas da Europa Ocidental.

O perfil da leitora, traçado por Pier Luigi Bracco, corresponde ao de uma jovem inglesa de 20/25 anos que vive em pequenas cidades do campo. A fórmula do sucesso, para tal leitora típica, consiste em uma heroína moça, no máximo até 29 anos, que é virgem, bonita — ou, ao menos, passível de tornar-se bonita ao longo da estória — que vive um caso de amor com homem mais velho, de passado nebuloso/misterioso que o faz ser tomado por mal por muitos, terminando-se o conto sempre antes da descrição da consumação do ato matrimonial. Ademais, a ambientação é sempre "exótica" — o exótico bem inglês, enquanto representação —, as aventuras passando-se na Grécia, Bahamas, Polinésia e lugares similares. O

importante é que tudo sempre dá certo. Para o diretor/editor da Abril, trata-se de "alta literatura romântica", pois os textos são de boa qualidade, comparativamente aos de Maria Teresa Sesse e Corin Tellado.

6- O PERFIL DA LEITORA

A leitora "típica" é uma abstração. Melhor ainda, uma criação das agências especializadas em "opinião pública". Nesta medida, não faz sentido tomar as referências da Marplan e congêneres em termos absolutos pois todo o interesse de suas estatísticas reside na comparação, dentro de um universo selecionado segundo um determinado (e sempre discutível) número de critérios. E o critério dominante é dado pela Associação Brasileira de Anunciantes (ABA), que estabelece a classificação sócio-econômica dos entrevistados segundo uma escala de pontos dados: (a) à escolaridade do chefe da casa (o primário completo valendo 1 ponto e o superior completo 8 pontos) e (b) a itens de conforto familiar (televisão, carro, etc.), tal como observamos na tabela abaixo:

Classificação Sócio-Econômica — Critério ABA

<u>A) Escolaridade do chefe da casa</u>	<u>Pontos</u>
Analfabeto ou primário incompleto	0
Primário completo ou ginásial incompleto	1
Ginásial completo ou colegial incompleto	2
Colegial completo ou superior incompleto	4
Superior completo	8
<u>B) Idéias de conforto familiar</u>	
1 TV preto/branco	1
2 ou mais TV preto/branco	5
1 TV a cores	3
2 ou mais TV a cores	8
Geladeira comum	1
Geladeira com freezer	1
Freezer	1
Enceradeira	1
Máquina de lavar roupa	3
Batedeira de bolos	3
Aspirador de pó	3
Só uma empregada	4
2 ou mais empregadas	6
1 automóvel de valor igual ou inferior ao sedan 1300 VW "0" Km	4
1 automóvel de valor superior ao sedan 1300 VW "0" Km	6

A esmagadora maioria dos estudos de média utiliza a classificação ABA cuja precariedade é mais do que evidente. A aquisição ou não de um aparelho de TV pode levar o entrevistado que dormiu na classe B a acordar na A e vice-versa. Sem se dizer que as pesquisas realizadas pela Marplan cobrem exclusivamente as 7 principais capitais brasileiras (S. Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador e Recife). O Brasil-leitor, nesta medida, termina por ser deduzido da "composição sócio-econômica das 7 principais capitais brasileiras", como aparece na tabela a seguir. Em outras palavras, as pesquisas da Marplan referem-se a uma porcentagem do público real (entendido como o que compra as revistas), maior ou menor segundo as próprias características de circulação de cada revista. Assim as 7 capitais da Marplan correspondem a 46% da circulação nacional de Carícia; 64% da de Nova; 48% da circulação de Capricho e assim por diante.

Composição Sócio-Econômica das 7 Principais Capitais Brasileiras

PRAÇAS	CLASSES SÓCIO-ECONÔMICAS			
	A %	B %	C %	D %
São Paulo	11	40	29	20
Rio de Janeiro	8	34	40	18
Belo Horizonte	11	38	28	23
Porto Alegre	10	38	27	25
Recife	9	30	26	35
Salvador	7	33	29	31
Curitiba	8	47	27	18
Total das sete Capitais	9	37	33	21

Fonte: Marplan/76 — Baseado no critério ABA.

A leitora de Claudia é definida, para o anunciante, de maneira bem sintética: "Nossa leitora não sonha. Consome". É tal qualidade que agrada mais aos anunciantes. Claudia, como vimos anteriormente, é a segunda maior fonte de renda publicitária entre as revistas da Editora Abril. Na Carta ao anunciante (30/05/79), Neysa Furgler, gerente de serviços de marketing da Abril, a quem entrevistamos, sintetiza a situação de Claudia no mercado editorial: "Mensalmente a revista é lida por 1.494.000 pessoas, das quais 85% são mulheres, 29%, mulheres que trabalham fora e 56%, donas-de-casa". Ademais, "a maior incidência de leitura e o maior índice de leitoras frequentes de Claudia (aquelas que, em 10 edições, lêem 8 ou mais) ocorrem no segmento formado por mulheres Classe A com idade entre 25 e 39

anos".

A leitora típica de Claudia é de São Paulo (42%) e, principalmente, da capital (28%) o que reforça a tendência da revista a ser uma espécie de guia de compras e serviços para as paulistas. A comparação de itens de conforto e posse demonstra o poder aquisitivo alto do público de Claudia, com sua televisão a cores, sua máquina de lavar roupa e seus gastos com produtos para pele. Como deixa claro a já citada gerente de serviços de marketing, "o mais importante é se observar que, em todos os itens (ver tabela), as mulheres leitoras têm mais posses e, portanto, consomem mais que as mulheres não leitoras da revista".

Comparação: Itens de Conforto e Posse

	MULHERES CLASSES AB1 IDADE: 20/44		DONAS-DE-CASA CLASSES AB1 IDADE: 20/44	
	LEITORAS	NÃO LEITORAS	LEITORAS	NÃO LEITORAS
	%	%	%	%
Televisão	84	79	82	79
Geladeira com freezer	21	15	19	15
Máquina de lavar roupa	74	64	71	61
Rádio AM/FM	75	61	73	58
Empregada doméstica	45	37	46	37
Casa de campo ou praia	26	15	21	14
Ações	15	9	17	10
Conta bancária	66	55	70	58
Carro próprio e manutenção	25	16	23	16
Viagem ao exterior	18	11	17	10
Prod. hidratantes para pele	53	38	52	36

"Nossa leitora é fiel a uma revista que não é apenas um mostruário, mas um verdadeiro guia de compras, onde ela se informa sobre o que comprar, como usar, e principalmente onde encontrar o que procura. A preocupação fundamental de Claudia é mostrar, em todas as suas matérias, produtos de beleza, decoração, moda, trabalhos e cozinha que sejam facilmente encontrados no Brasil inteiro. Nossa leitora não fica à beira do sonho, ela satisfaz seus ideais de consumidora acima de tudo consciente e bem orientada. Essa orientação se estende por toda a pauta da revista. O tom amigo de Claudia simplifica a linguagem, procurando sempre fazer a leitora viver melhor no seu lar, com seu marido, seus filhos e consigo mesma, sempre com lições de vida", afirma a diretora da redação. De fato, é para esta mulher sem rosto que os 350 mil exemplares da revista se dirigem. Esta mulher casada, com filhos, dona-de-casa tradicional cuja forma privilegiada de atualização é o consumo da mo-

da, quer seja ela roupa, terapia, almofada para se fazer com retalhos ou strognoff. O importante é consumir o moderno; é tentar garantir na aparência visível (a aparência "moderna") aquilo que na essência é rígido e muito velho.

E Claudia permite também um consumo ideologicamente muito importante: a crença na onipotência do individualismo que transforma o mundo em nossa mera representação, pois tudo depende de mim. "Eu faço Claudia, explica Maria Cristina Duarte, porque acredito que todas as tarefas de uma dona-de-casa podem ser tão criativas como as de uma jornalista. O que faz uma tarefa criativa, gratificante (e não massacrante e repetitiva) é o modo como você a encara" (grifo meu). E Claudia sempre acha a maneira certa para criar a sensação de criatividade: só que reduzindo a leitora à "passividade consumística" pois, como acentua Flávio Barros, diretor-gerente da divisão de publicações femininas da Abril, "levando às leitoras, matérias de serviços e reportagens adequadas aos seus interesses, a revista Claudia, hoje, alcança credibilidade cada vez maior, provocando uma identificação mais positiva e duradoura com seu público e um clima muito mais propício à aceitação das mensagens nela veiculadas". Em linguagem menos floreada, cada vez mais conseguimos influenciar nossas leitoras, conduzindo-as a adotar um determinado padrão de consumo. É por isso, inclusive, que, nos últimos quatro anos, a porcentagem de anúncios diretos dobrou, como se pode ver pela tabela abaixo:

Total Trimestral de Páginas de Publicidade Vendidas por Claudia

	1975	1976	1977	1978	1979
1º Trim.	88 pág.	113 pág.	134 pág.	131 pág.	142 pág.
2º Trim.	161 pág.	204 pág.	207 pág.	217 pág.	
3º Trim.	184 pág.	233 pág.	253 pág.	277 pág.	
4º Trim.	245 pág.	278 pág.	376 pág.	404 pág.	
TOTAL	678 pág.	828 pág.	970 pág.	1.029 pág.	

A leitora NOVA corresponde ao que poderíamos chamar do estereótipo da "mulher liberada", aquilo que Fatima Ali, diretora de redação, define como "uma nova mulher que está surgindo com as atuais mudanças sociais do país"; uma mulher que trabalha "não só pelo dinheiro, mas porque o trabalho é importante para ela para sua satisfação pessoal". Ademais, uma mulher que — se é casada — "tem um marido que sabe respeitar suas aspirações", se não é casada pretende fazê-lo" só que ela não está morrendo de pressa, com

medo de ficar para titia, pois tem bastante atividade própria para se sentir satisfeita. Ela sabe que o amor, uma vida afetiva satisfatória, são as coisas mais importantes do mundo. Mas ela quer um marido com quem compartilhar a sua vida e não um marido para construir a sua vida". Entre outras características de sua leitora, Fátima Ali acentua o fato de que "ela quer viver bem" pois "sabe que tem direito a viajar, de passar fins de semana gostosos, de ir a restaurantes, festas, discotecas. Ela gosta de receber amigos para um whisky e um papo gostoso, gosta de convidar de vez em quando para um jantar caprichado, bem sofisticado e diferente, mas que não seja muito complicado".

O lazer, o mais convencional — pois reduzido a festas, restaurantes e discotecas — mas sempre apresentado, nas páginas da revista, de forma glamurosa, com a mulher vestida de forma sexy, sempre sugerindo um erotismo consumista (pois preso às roupas e ao "décor"). E o maior consumo que a leitora de NOVA faz é do seu próprio corpo. É alguém que "se preocupa com sua aparência: a mulher NOVA quer ser atraente. Ela sabe que isso é importante não somente para atrair um homem, como também é importante para que ela tenha uma presença marcante no seu trabalho e socialmente. Ela quer ficar mais bonita e faz tudo para isso".

NOVA é das revistas mais paulistas da Editora Abril, como se nota pelos dados do Instituto de Circulação (IVC), 3º trimestre de 1978: 31% de seus 220 mil exemplares são vendidos na capital e 13% no interior de São Paulo, ou seja um total de 44% da edição circula neste Estado. A esmagadora maioria de suas leitoras são jovens, com 72% na faixa etária de 15 a 29 anos, sendo que 40% situam-se na faixa dos 20/29 anos. Mais da metade das leitoras situa-se nas classes mais altas de renda (39% na classe A; 17% na classe B1 e 31% na classe B2. E, agregando dados de idade e renda temos que 62% das leitoras estão na classe AB, dentro da faixa etária dos 15 aos 29 anos. Além disso, a porcentagem das leitoras NOVA que trabalham remuneradamente é relativamente alta: 35%.

No referente à importância da publicidade para NOVA é interessante comparar a opinião dos dois gerentes comerciais das revistas femininas a quem entrevistamos: Pier Luigi Bracco, responsável pelo bloco conhecido familiarmente na Abril como "as populares", na medida em que engloba todas as revistas que publicam foto-novelas e Carlos R. Berlinck que se ocupa das "de prestígio" (Claudia, NOVA, Casa Claudia, etc.). Enquanto o primeiro grupo tem uma estrutura fixa, ou seja, um determinado número de páginas e seções que são constantes, o segundo bloco, principalmente Claudia, carac

teriza-se por uma extrema flexibilidade imposta, é importante frisar, pela curva de demanda dos anunciantes

A impressão que se tem, ao folhearmos NOVA, é que esta é uma revista que vende muitos anúncios, apesar de sua circulação ter aumentado em mais de 60 por cento nos últimos quatro anos. E a razão não deixa de ser interessante: o estilo das chamadas e matérias, além da agressivamente "erótica" apresentação visual, levam com que NOVA não seja considerada como leitura desejável para senhoras... Pier Luigi Bracco falou que NOVA é uma revista que os anunciantes, ou melhor, os publicistas não levam para casa, contrariamente a Claudia, pois é considerada muito ousada, daí seu relativo insucesso publicitário. Esta também é a opinião de Otávio Florisbal, especialista em mídia: "Como ainda vivemos numa sociedade conservadora, onde é muito comum chefes de família terem atitudes egoístas, do tipo: "empresto o carro pra meu filho paquerar as gatinhas, mas não admito que ninguém bote a mão na minha filha ..."; fica difícil para certas pessoas entenderem uma proposta editorial mais avançada. E parece-me que é exatamente neste segundo ponto que reside o principal obstáculo ao crescimento publicitário de NOVA, já que na venda em banca ela atende amplamente as necessidades do seu público leitor" (NOVA — Especial para Agências e Anunciantes).

Carlos Berlinck, responsável direto pela publicidade de NOVA, demonstra um otimismo maior, argumentando que "se houve uma certa dificuldade, por parte do público em aceitar uma revista mais ousada, mais voltada para uma mulher com outra visão, hoje já não existe mais este problema. "Comparando NOVA com Claudia ele concorda que esta última revista é de longe a predileta dos anunciantes, não só porque "é para a dona de casa" mas também porque "ela hoje procura atender à toda a família; ela tem uma política de prestar serviços, de forma atuante". Mas NOVA vende propaganda "em função de comportamento, de aparência, de beleza e de praticidade pois NOVA é a mulher que apesar de trabalhar é casada e tem filhos e precisa de coisas mais práticas; é uma mulher mais ágil, mais dinâmica" (*).

(*) Pier Luigi Bracco e Carlos Berlinck foram entrevistados em agosto de 1979, em seus respectivos locais de trabalho na Editora Abril.

Tabela A
Penetração das revistas femininas na Capital e no Interior

	BRASIL (TOTAL) (000)			CAPITAL (%)		INTERIOR (%)	
Claudia	347			67		33	
Carícia	311			60		40	
Capricho	282			60		40	
NOVA	220			72		27	

	SÃO PAULO			RIO DE JANEIRO		
	TOTAL (000)	CAPITAL (%)	INTERIOR (%)	TOTAL (000)	CAPITAL (%)	INTERIOR (%)
Claudia	147	28	14	61	16	2
Capricho	101	21	15	44	14	2
Carícia	102	19	13	46	13	2
NOVA	99	31	13	40	16	1

Fonte: Instituto Verificador de Circulação — 3º trim./78.

Carícia é a mais "nacional" das revistas femininas em estudo se levarmos em conta que a concentração de sua circulação no Estado de São Paulo é menor do que a de NOVA ou Claudia (32%; 44% e 42%, respectivamente), assim como o fato de que, conjuntamente com Capricho, tem 40% de sua circulação nas cidades do interior do país, em comparação aos 27% de NOVA. Outra característica, muito sua, concerne à "juventude" dos leitores. De fato, 54% deles estão na faixa dos 15/19 anos e 31%, na dos 20 a 29 anos. Este é um dos motivos de orgulho de Yara Rodrigues Martins, redatora-chefe, pois, como bem acentua, "enquanto Claudia é revista de mulheres de mais de 30 anos, com a cabeça já formada, nossa leitora é jovem, em formação".

Também para Carícia a maioria dos leitores pertence ao sexo feminino (88%), sendo que 26% são mulheres que trabalham e a mesma porcentagem corresponde a donas-de-casa. Cumpre notar que estes dados, retirados do XX Estudos Marplan, 1978, não registram a porcentagem de estudantes que, dada a idade média dos leitores, deve ser muito alta. Uma outra particularidade de Carícia está na maior presença de leitores das classes B2C — num total de 72% — diferentemente dos 57% de leitores de NOVA e 58% dos de Claudia que se situam nas classes ABl.

A pequena importância comercial de Carícia, no sentido estrito da venda de anúncios, justifica-se, portanto, pelos mesmos índices que a fazem tão bem recebida entre os leitores jovens. Desta maneira, uma revista de menor preço é evidentemente mais acessível do que uma mais cara ao mesmo tempo que corresponde a um público de menor poder aquisitivo que não interessa muito aos anunciantes. Ademais, uma revista que se proponha a vender serviços tem de ter sua circulação restrita a poucas cidades (São Paulo e Rio de Janeiro, na verdade) para assim poder anunciar os locais de compra dos produtos exibidos. Por isto, não é de se estranhar a aparentemente desproporcional diferença existente entre os preços dos anúncios em Carícia, em comparação à Claudia, que exemplifica bem o caso oposto.

Tabela B

Tabela de preços do espaço em revistas femininas na Editora Abril
(em vigor em 01/07/1979)

	CLAUDIA	NOVA (em milhões de cruzeiros)	CAPRICO	CARÍCIA
1 página P&B (Preto e Branco)	137,3	81,2	92,6	40,9
1 página 4 Cores	223,8	137,9	160,5	71,6

O conteúdo editorial de Capricho, segundo a apresentação da revista que Marilda Varejão, redatora-chefe, realizou para apresentá-la para aqueles que tentarão vender páginas de anúncio, é o seguinte: "A leitora de Capricho é uma mulher jovem, de classe média, escolaridade idem, extremamente romântica (ela é leitora de fotonovelas!). É pensando no universo desta mulher que fazemos a revista. Cada vez mais procuramos oferecer serviços: a moda que mostramos é jovem, alegre e, o principal, encontrada com facilidade ou possível de ser copiada; nossas receitas de cozinha são simples, práticas, econômicas; ensinamos como a nossa leitora pode ficar tão bonita quanto as manequins que aparecem nas páginas dedicadas à beleza; as matérias dedicadas à saúde, comportamento sexual ou afetivo, orientação profissional, enfim, todas elas, são sempre informativas e didáticas. Resumindo: da decoração aos trabalhos manuais, dos consultores para assuntos jurídicos e médicos às páginas destinadas à seção Viver Melhor, Capricho orienta e estimula a leitora no sentido de equacionar melhor sua vida doméstica, afetiva, profissional e psicológica. Além das matérias de serviço, oferecemos lazer e divertimento: falamos de TV, seus ídolos e suas fofocas no Confidencial;

oferecemos sonho em nossa fotonovela. Em cada página procuramos evidenciar um contexto romântico (através de títulos, lay-outs, e fotos), mas nada alienante: nossas matérias de comportamento (falamos de sexo, amor, relações de amizade, etc) ou sobre assuntos da atualidade (divórcio, planejamento familiar, etc) tendem a despertar na leitora uma maior consciência e vontade de participação nos problemas do cotidiano e da sociedade em que vive".

Coerentemente com a síntese de Marilda Varejão, os dados do XX Estudos Marplan — 1978 registram 49% dos leitores nas classes B1B2; 37% na faixa etária dos 15/19 anos e 32% na dos 20/29 anos; uma fraca porcentagem de mulheres que trabalham (24%) e uma mais alta de donas-de-casa (40%).

7 — AS CONDIÇÕES DE TRABALHO

As "redações" — como tecnicamente são denominados os locais de trabalho — das revistas femininas estão todas situadas à rua do Curtume, em São Paulo, pertoumas das outras, num edifício que abriga também as publicações técnicas; as masculinas; as seções de marketing e pesquisa de mercado e a direção administrativa. Enfim, o "coração" da Editora Abril. Para quem percorre os cinco andares do edifício com suas centenas de salinhas iguais, o ambiente de trabalho parece ser o mesmo. É quando se entra em cada um dos santuários — a redação de NOVA; a de Carícia, etc. — que as diferenças evidenciam-se.

Mas, antes de determo-nos naquilo que diferencia tratemos um pouco do que aproxima. Em primeiro lugar, as revistas femininas têm seu corpo editorial constituído, na esmagadora maioria, por mulheres. Houve um tempo em que NOVA e Claudia, por exemplo, tinham diretores e editores-chefes mas a tendência atual é de predomínio do sexo feminino. Evidentemente isto não implica que a direção de fato do conjunto das femininas (ou de qualquer outra publicação da Editora Abril) escape ao controle da pequena cúpula dominante (cujos altos salários colocam-nos questionavelmente do lado da minoria super-privilegiada) que circunda os proprietários — alguns membros da família Civita. Assim, no expediente das revistas em questão veremos, sempre igual, os seguintes cargos e nomes:

Editora Abril

Editor e Diretor: VICTOR CIVITA

Diretores: Edgar de Silvio Faria, Richard Civita e Roberto Civita

Vice-Presidente de Publicações Femininas e Masculinas:

Thomaz Souto Corrêa

Vice-Diretor de Publicações Femininas: Flávio de Barros Pinto.

Outros pontos de convergência entre as femininas dizem respeito:

- a) ao pseudo-liberalismo que reina na Editora Abril, com seu horário mais flexível para os redatores; com um ambiente de trabalho informal, enfim, sem a rigidez e o formalismo de empresas de outros setores industriais;
- b) ao centralismo de fato ao nível das decisões editoriais: as diretoras são, é verdade, onipotentes frente ao restante do corpo editorial, na definição da pauta de matérias, mas seu poder extingue-se aí, dado que são apenas fiéis depositárias, ou melhor, executivas de uma linha editorial previamente traçada. Qualquer transformação um pouco mais profunda depende da decisão da cúpula. Mesmo assim, e talvez principalmente porque nunca experimentam a verdadeira democracia nas relações de trabalho, a chefia editorial idealiza muito sua gestão, confundindo informalismo com poder de decisão. Desta maneira, em quase todas as redações existe o costume de convocar-se todo o pessoal para a discussão da pauta. Em Capricho, segundo sua diretora Marilda Varejão, tais reuniões congregam em torno de 20 pessoas, pois "atê mesmo as faxineiras são chamadas". O que não se diz é que a diretora possui — por força mesmo da definição que a empresa realiza acerca das funções próprias a tal cargo — o poder de convocar ou não tais pessoas e, principalmente, cabe a ela decidir sobre as sugestões. Enfim, estas reuniões de pauta são de caráter meramente consultivo quando não apenas decorativo. (É como participar de eleições com um só partido...) e
- c) as revistas femininas são realizadas por pessoas contratadas pela Abril como funcionárias e pela colaboração de especialistas de diversos tipos e jornalistas trabalhando no regime de "free-lancer", isto é, por matéria e não por hora de serviço.

O cotidiano em cada uma das redações, entretanto, apresenta peculiaridades notórias. Carícia, para iniciarmos, ocupa o menor espaço físico e é, também, o menor dos corpos editoriais. É

o produto principal de uma redação dupla na medida em que Love Store existe como uma espécie de subproduto. Utilizando amplamente do trabalho dos "free-lancers" — entre as quais destaca-se, pela qualidade do texto e pelo espaço que ocupa, Graciela Karman (atualmente também produzindo artigos para Claudia). Carícia e Love Store são, em grande medida, as revistas de maior interesse da Editora Abril. Pouquíssimas pessoas respondem diretamente a sua execução — poderíamos mesmo dizer que duas ou três, entre elas a diretora Iara Martins, em grande parte responsável pelo sucesso do estilo Carícia. Pois, a maior diferença existente entre Carícia e as demais revistas femininas (produzidas pela Editora Abril, Bloch, Vecchi etc.) reside justamente neste pequeno mas significativo fato: eis uma revista made in Brazil... Assim, paira na pequena sala do Curtume um clima de satisfação narcisista: estamos criando algo. Algo para os jovens, algo que é muito parecido com o que pensamos, algo em que incorporamos o que existe de progressista em matéria de conteúdo (Reich é uma das fontes inspiradoras das redatoras) e algo muito moderno em termos de linguagem. E Pier Luigi Bracco, gerente comercial, a quem já nos referimos, reconheceu Carícia como "a única revista nacional cem por cento", aventando a hipótese de sua próxima publicação nos Estados Unidos.

Cláudia, com um espaço físico bem maior do que as demais redações (sem se falar da presença surrealista de uma cozinha super bem montada, a Cozinha Cláudia, exalando perfumes saborosos — em contraposição ao restaurante dos funcionários da empresa -- O Lixão) é a mais tradicional, com uma solícita secretária barrando a entrada dos "não-funcionários". Na redação, aproximadamente dez pessoas fixas, além de especialistas que colaboraram também em outras revistas como Contanza Pascoalato - da seção de modas -; Alexandre Nucci (psicologia) Sergio da Silva (veterinário); Bruno Becherucci (livros); Carmen da Silva ("A arte de ser mulher") e outros.

A porcentagem de redadores e editores ligados à empresa Abril por vínculos empregatícios é maior em NOVA, caracterizada por seu "estilo individualizado" - ou personalista - frente a outras publicações da Abril.

Abril. Não somente a diretora Fatima Ali — sempre invisível, fechada em sua mini-sala, dentro do espaço já não muito grande da redação, e protegida por sua secretária — cultiva um estilo personalista nas páginas da revista — cada seção tem a foto do responsável, etc — como é uma das figuras que mais aparece em NOVA. Ademais, é impressionante como o "visual" da redação é bem no estilo "Mulher-NOVA": em nenhum outro espaço da editora Abril as mulheres são tão bem arrumadas, tão na última moda, tão intimidadoras na sua arrogância de "mulheres-mulher", enfim, tão embuídas do "espírito Cosmopolitan". Dos poucos homens presentes na redação um, significativamente, encarrega-se da parte mais histórica da revista, entrevistando Clarice Herzog; falando de política e, enfim, trazendo algo de "informações nacionais" para dentro de NOVA. De resto, a redação de NOVA como já foi assinalado, conta proporcionalmente com um maior número de efetivos do que Claudia mas, em compensação, recebe ainda grande parte do material já pronto dos Estados Unidos, cabendo apenas a tradução e adaptação às condições brasileiras. (*)

(*) Vide, em anexo ao capítulo, entrevistas com jornalistas de Carícia, Claudia, Nova e Capricho.

8 — A VIDA EM RECEITAS PRONTAS

Já foi dito que as mulheres necessitam da imprensa feminina por estarem angustiadas com a questão de sua própria identidade — elas temem não saber desempenhar seus papéis —, num contexto em que a revista vem preencher o lugar vazio deixado pela comunicação dos outros tempos, que se estabelecia entre as mulheres de uma mesma família ou de um mesmo quarteirão. Em outras palavras, as leitoras comunicam-se com o universo de valores — supostamente apresentados como "femininos" — na ânsia de acertar, de ser "uma mulher normal" e são as próprias características do mundo moderno — expandindo e homogeneizando hábitos e costumes — que diminuem relativamente a importância de certas categorias de agentes sociais — as mulheres da mesma família, por exemplo — em vantagem de agentes mais qualificados e universais.

Entre as principais características da relação que se estabelece entre revistas-leitoras está esta, que já acentuamos na análise de conteúdo, de reduzir a vida social, material e psíquica em receitas prontas: tudo do que se precisa é conhecê-las e aplicá-las. Ademais, "logo que se dá um fracasso este é de responsabilidade do indivíduo (mulher) que não estava à altura; jamais o sistema social é colocado em causa e nem mesmo evocado de maneira conseqüente" (Blanquart, 1978, p. 274)

A leitura das cartas das leitoras, neste sentido, oferece um material ilustrativo tanto do tipo de problema que motiva a consulta quanto a forma pela qual ele é exposto e pensado. O material que selecionamos foi retirado do arquivo da revista NOVA (que é a única que guarda organizadamente as cartas), cobrindo anos diferentes; da leitura das cartas mais recentes enviadas a Capricho, que são selecionadas segundo seções diversas (beleza, saúde, culinária, conselhos sentimentais, etc). Tanto Claudia, Carícia e Capricho não possuem arquivos das cartas recebidas que, via de regra, são respondidas por pessoas contratadas como free-lancer e depois jogadas fora ou retidas nos arquivos particulares, quando dirigidas a uma pessoa em especial.— (Carmen da Silva guarda suas cartas, por exemplo) e algumas cartas que foram publicadas e respondidas em Carícia)

Os problemas podem se referir à saúde mas o dominante, nas consultas médicas, são os pedidos de conselhos mais ligados à aparência física, ou seja, problemas estéticos... Parece incrível

que alguém de cor preta deseje — e tenha ilusões, quanto aos resultados — mudar de cor, como Isidra, que "quer clarear"; da mesma maneira, parece contraditório que umas se queixem dos seios grandes, enquanto outras estão inconformadas com seus seios pequenos; sem se falar das coxas finas, das coxas grossas, da pele com espinhas, dos pelos nos seios, do excesso de gordura e demais itens do rol das imperfeições físicas (para os homens, minoria entre os leitores de Capricho, o problema mais citado é a calvície). O que unifica toda esta correspondência — apesar da diversidade do problema exposto — é a grande convicção que anima os leitores a escreverem: a existência do "defeito" parece constituir o principal empecilho para se encontrar a felicidade; o que equivale a dizer que sua resolução provocará um efeito mágico na vida pessoal de quem escreve. A jovem de 15 anos, de Maceió, fala de suas pernas feias "igual a dos homens", afirmando que "chego a me trancar do mundo" e que, com estas pernas, "o único jeito seria a morte". Neide, 23 anos, também é incisiva em seu depoimento-carta: "queria aprender a viver como pessoas normais. Quero dizer como uma mulher normal. Meu problema é que sou muita cabeluda, especialmente no rosto e por este motivo não consigo ser uma mulher como as outras. Ando na rua achando que todo mundo olha para mim rindo do meu rosto (...) Não tenho amizades com ninguém, nem sequer deixei um Homem tocar em meu rosto. Por favor, o que devo fazer para ser normal".

Mas a carta mais representativa da relação entre anatomia e felicidade — e, neste caso, incidindo sobre uma parte do corpo da mulher em que o fetichismo mais se desenvolve — é a leitora Dalva, do interior paulista, que diz ter 29 anos e "mentalidade de 15 anos" e 3 filhos, de respectivamente 7, 4 anos e 4 meses. Seu drama: os seios. "Meus seios, minha mãe já dizia que era tudo para um homem, sempre foram flácidos e ele diz que os adora, que me ama, mas não creio". Hoje roubei 3 livros eróticos de mulheres mas fico chorando ao ver aqueles seios firmes, dourados e esfrego na cara dele, digo: isto é que é seio, olhe que delícia, até eu fico com vontade de pegar e você? Isto é no papel, prefiro o teu e eu fico com ódio porque ele fala para não ofender, mente, não diz nada espontâneo". E desabafa: "Sou agradável com todos, percebo se há problemas, tento ajudar. Só eu não me encontro, não tenho paz de espírito. Rezo, sou simpática, amiga, companheira, caprichosa, amante, boa mãe, criativa, tudo isto é tão difícil, dar amor, cuidar da casa, janelas, roupas, móveis, flores, empregada, animais, limpar, limpar, lavar, lustrar. Isto me enoja todo o dia".

Um outro aspecto espanta um pouco: a grande ignorância — e os preconceitos que encontram então um terreno fértil para expandir-se — sobre o próprio corpo e suas funções. Raquel, do Rio Grande do Sul conta que "tenho 17 anos, estou preocupada, pois eu tenho pelos no seio e agora está começando a nascer no meio do peito (...), acho muito feio, mas tenho medo de depilar e nascer mais. Eu fico pensando se é porque quando eu tinha 14 anos comecei a me masturbar e acho que é consequência disto".

Mas o assunto mais tratado, principalmente na seção "O Coração Pergunta", da Capricho é o sexo-sentimental. Começando pelas questões limítrofes, entre saúde e psicologia: "Não sei o que devo fazer, se devo contar a verdade aos meus pais e ficar com eles mais, e a vergonha de falar isto. Por isso, eu peço orientação. É o seguinte: tenho 24 anos de casada, e desde esse tempo tenho relações no ânus, eu gosto mais sei que meu marido faz isto comigo por uma obrigação e não por amor e eu aceito ele para satisfazer o desejo dele e porque preciso o dinheiro dele. Mas, acontece que ele não importa se eu tiver alguma infecção grave ali. Eu não sei como aguento, tenho hemorróidas de carocinhos. Eu gosto mais do ânus do que na vagina, não sei se é porque já estou com 44 anos (...) Mas tenho medo de acontecer alguma coisa grave comigo. Ele vai se defender dizendo que eu aceitava. Ele já disse um dia que sorte dele o dia em que eu morrer. Tenho 6 filhos (...) Será que o senhor pode me ensinar uma dieta para emagrecer?" (carta de uma leitora do Espírito Santo).

A desproporção entre a estória de vida narrada — com um marido que deseja sua morte e o conselho que de fato é pedido — dieta emagrecedora — é ilustrativa da pobreza afetiva, da falta de perspectiva e do isolamento em que estão aquelas que escrevem pois esta carta, como outras, não passa, de fato, de um desabafo. Eloísa, da Praia Grande (SP) conta que seu marido maltrata-a e que "tenho 26 anos e ele 33 e uma filha de 4 anos e ele diz que sou muito velha para ele. Sofre dos nervos e ele não pode me ver feliz, faz de tudo para me contrariar. Temos casa própria. Tenho medo de me separar e que minha filha venha a sofrer com isto". A relação entre o medo de perder a "segurança" que o casamento, ainda que com surras e maltratos, lhe garante, fica evidenciada na sequência "casa própria" e "medo de largá-lo". Mais uma vez a leitora joga seu problema de forma caótica, como se a necessidade de expô-lo, de ser escutada por alguém fosse o objetivo de sua carta.

Diferente é a expectativa das leitoras que querem ser introzidas nos "segredos" da vida sexual, declarando que uma colega "comentou que os rapazes têm por costume passar a mão sobre os seios. Este tipo de carinho é permitido? Gostaria que você me orientasse e como acariciá-lo e como ser acariciada", expõe Carmela, enquanto que Carolina, carioca de 14 anos, assim formula suas preocupações: "Agora eu estou com um sério problema pois não sei beijar. Eu quero lhe pedir que me mande uma descrição detalhada do beijo (na boca, é claro) que me diga o que acontece depois que os lábios se unem. Quero que me esclareça como o carinha se comporta e como a menina se comporta, durante o beijo, enfim, quero saber qual os movimentos que a língua de cada um faz".

Além deste tipo de consulta existe um assunto, relacionado à moral sexual, que constitui o predominate em termos de cartas de leitoras jovens (principalmente entre leitoras de Carícia e Capricho): a virgindade. Esta questão é tratada de várias perspectivas, a começar pelo próprio dilema: sou ou não sou mais virgem? É possível fazer alguma operação que reconstitua o hímen? "Gostaria de saber quais as transformações que acontecem quando uma moça perde a virgindade, se acontece alguma modificação externa. Queria saber também se é muito fácil isto acontecer, quero dizer, se, no mínimo contato se pode perdê-la? Gostaria de saber também se com um exame médico dá para constatar se uma moça é virgem ou não", indaga Maria Aparecida, de São Paulo, enquanto que a leitora baiana escreve sob o pseudônimo de K.B.A., dizendo que pensa ter perdido a virgindade e que "estou desesperada", sem se dizer que "não quero identificar meu nome porque tenho medo de ser publicado e meus pais e amigos saberem de tudo". Ou Eloisa, paulista de 17 anos que, dois anos atrás, colocou o dedo na vagina e agora tem medo de ter perdido a virgindade com essa "brincadeira de criança sem juízo", tendo medo de perguntar qualquer coisa para a mãe pois "em casa nunca foi pronunciada a palavra sexo". Ela ficará noiva brevemente e aflige-se em saber "o que pensarão meu noivo quando na primeira noite constatar que não haverá obstáculo nenhum na penetração?"

Outra preocupação das leitoras concerne à possibilidade de soluções mágicas para sua vida privada, principalmente para "salvar o casamento", ainda quando elas mesmas fornecem todas as referências de que já tentaram de tudo. Assim, do Rio de Janeiro, Darcy escreve para NOVA que é casada, 32 anos, 3 filhos e situação financeira razoável e que "aos olhos dos desinformados, somos um casal quase perfeito mas, entre as quatro paredes, padeço mui-

to". Há cerca de 3 anos meu marido pouco atende-me sexualmente. Fizemos o possível para motivá-lo: outras posições, felação, sexo anal, etc. No início deu resultado mas, com o correr do tempo, volta o marasmo" (...). "Algum tempo atrás, ainda por sugestão dele, fomos para um motel. Também deu resultado momentâneo. Descobri, com o tempo, que ele ao entrar no motel, dava gorjeta ao garçon para que este nos atendesse aonde e como estivéssemos. Ao ser surpreendida com a presença do garçon, na beira da piscina, ou no chuveiro ou até mesmo na cama em pleno ato sexual, manifestei minha desaprovacão". O marido garantiu que aquilo fazia parte do "atendimento do motel" e, durante algum tempo, o expediente valeu para a melhoria das relações sexuais do casal, e por isto, diz ela, "particularmente, eu não gosto mas, para recuperá-lo, aceito, embora constrangida". O problema é que o marido agora está praticando sexo grupal e ela, por enquanto ainda não aderiu, mas pede à revista: "Por favor, de-me orientação que preciso para salvar o pouco que ainda resta do meu casamento".

g. A SOLIDÃO ROMPIDA

A qualidade das consultas realizadas pelas leitoras de revistas femininas tem de ser entendida, também, pela explicitação de um de seus conteúdos mais importantes: a possibilidade de romper o isolamento, de encontrar uma confidente, de poder "abrir-se" com alguém. Assim, demonstraríamos grande insensibilidade se não enxergássemos por detrás de muitos dos pedidos — mesmo aqueles aparentemente banais — uma outra mensagem, que diz qualquer coisa como "olha, eu existo"; você aí, responda-me por favor, preste atenção em mim". Roland Barthes, com muita propriedade, analisa o sentido das seções de cartas em revistas femininas, apontando para o fato de a imprensa ter se transformado "no centro de uma verdadeira magistratura da Consciência e do Conselho, como na época áurea dos jesuítas. Trata-se de uma moral moderna, isto é, não emancipada pela ciência, para a qual a opinião do especialista é mais requerida do que a do sábio universal" (1978, p.75). Restaria saber entretanto, porque a consulente procura este tipo de recurso, o que a leva transferir tanto poder e influência para as mãos dos donos da imprensa. E a resposta não reside, evidentemente, na necessidade de se conhecer o endereço, da loja de roupas ou o nome do creme para as mãos.

A leitura das cartas dirigidas à NOVA constitui, neste sentido, uma fecunda fonte demonstrativa da relação personalizada que pode ser estabelecida entre leitora e revista, enfim, de como obter um clima propício às confidências que terminam sendo verdadeiros depoimentos-balanços que as mulheres fazem de si mesmas e de sua vida. Lígia Maria, do Rio de Janeiro, enviou três cartas, em menos de um mês, para a redação de NOVA, bem exemplificadoras deste "diálogo" que não passa, muitas vezes, de um monólogo: "Meu companheiro diz sempre que não sou feminina, pois a mulher feminina não discute com o marido, ouve e não reclama. Ora, para mim isto é submissão! Se ele falar calmo comigo, sem querer impor, eu não discuto, mas quando ele usa o termo: eu exijo, tem que ser assim porque eu quero, aí eu tento ponderar, mas se ele persistir eu também fico agressiva. Então, nunca serei feminina se depender de ser agradecida e ficar calada". E assim como expõe seu ponto de vista — em momento algum ela pergunta ou pede apoio para suas declarações — ela conta sua vida sexual descrevendo o primeiro orgasmo, aos 37 anos de idade (ela declara ter 40 no momento em que escreve): "Sabe, com ele eu me realizei como mulher. Em nossas primeiras relações não sentia nada, mas um belo dia, isto depois de quase dois meses, ao termos relação, eu senti um estrondo tão grande em minha cabeça que parecia que ela havia partido em pedaços e então senti o orgasmo. Minha reação foi chorar muito. Mas foi um choro de alívio e alegria, pois sentia que havia me libertado de algo que me reprimia e não deixava me realizar. Daí em diante tudo ficou normal". A ânsia de realmente se abrir aparece na segunda carta, escrita alguns dias depois, em que o mesmo momento é assim descrito: "Realmente depois de 2 meses eu senti e quando alcancei o orgasmo a impressão que tive foi que minha cabeça havia estourado e se partido em mil pedaços; neste momento três pessoas vieram a meu pensamento: papai, meu médico e outro que eu havia ido pela primeira vez ao hotel".

Outras leitoras, como Lillian, escrevem cartas para a redatora de NOVA, Fátima Ali, tratando-a como uma amiga próxima (a relação profissional sempre é encoberta pelo intimismo que se desprende da grande maioria das matérias e artigos, como se tudo não passasse de um bate-papo entre íntimos) a quem dizem: "NOVA para mim é gente, uma mulher, não uma revista. É uma pessoa carinhosa, sensível, amiga, inteligente. Brava, às vezes. NOVA me anima, me

dã a cada mês, vontade de fazer coisas novas, reformular meus objetivos, repensar a vida, buscar mais e mais fundo, questionar, de ser melhor. NOVA dá amor, compreende, encoraja. NOVA às vezes tem o seu rosto, às vezes o da Marina ou da Márcia ou tantos outros, tão íntimos (às vezes até um rosto masculino) NOVA imagem da gente mesma, novos planos, novos sonhos, tudo isto vocês têm me trazido há muitos meses. Por isso — e talvez por razões que eu não perceba agora e que você talvez possa perceber — eu te escrevo, ao invés de escrever a uma outra pessoa".

Esta leitora, cuja carta revela ser uma mulher inteligente, culta e sensível percebe por detrás da revista os rostos das redatoras. Mesmo porque individualizar o corpo redacional faz parte do estilo jornalístico de NOVA. Mas, via de regra, é para NOVA, mito que transforma uma revista em pessoa (em uma mulher que poderia se chamar assim, NOVA) que a leitora escreve, numa demonstração de antropofornismo que domina sua visão acerca de uma revista feminina — principalmente em se tratando da predileta. Lilian, paulista de 19 anos, escreve que "aonde eu estiver você sempre estará ao meu lado, porque de você eu não me separo, sou fiel até o fim" e "parabéns a todos da Equipe que ajuda a formar esta mulher que eu amo, esta mulher NOVA".

E a necessidade de comunicação, de fazer-de-conta que temos uma amiga de carne e osso que nos aconselha, nos ajuda a tomar decisões, etc. evidencia-se em cartas aonde a leitora tomou uma decisão importante relacionada à sua vida (ela é quem decidiu) mas termina por dividir a responsabilidade com NOVA. Helena é amante de um homem quase 30 anos mais velho do que ela e "decide" enfrentar esta relação, com todos os problemas de ser a "outra", após ter lido um artigo de NOVA... "Foi por essas e outras que eu disse que vocês me ajudaram muito a obter a serenidade e a paz de espírito que me acompanham hoje. Não podendo me abrir com alguém não poderia pedir conselhos ou esclarecimentos com receio que alguém desconfiasse do meu caso. Nem posso imaginar o inferno em que eu vivia! Vivendo como casada sendo solteira e tendo todos aqueles pensamentos e tabus idiotas que uma moça "direita" tem, eu me vi à beira da neurose total. Foi aí que redescobri uma revista guardada no fundo da estante. Folheando-a fui descobrindo artigos que traziam as respostas às minhas perguntas. Descobri como minha relação poderia ser gratificante não só para mim, mas para meu amante e para todos que vivem a nossa volta (...) Na maior parte do tempo vi-

vemos harmoniosamente bem e em grande parte devemos isso a vocês e
é por isso que lhes escrevo: para agradecer-lhes por tudo que fizera
ram por nós (...) Despeço-me desejando a todos muito sucesso para
que continuem ajudando mulheres como eu a encontrar um melhor ca-
minho".

ANEXO IAs produtoras falam das revistas

1. Entrevista com Carmen da Silva (*), colaboradora permanente de Claudia.

A experiência pessoal

Eu vinha de um meio mais adiantado, morei muito tempo po fora do Brasil, na Argentina e lá freqüentava um círculo muito específico. Não tinha vínculos de família, sô me ligava a pessoas com as quais eu tivesse afinidade. Era uma coisa muito seletiva. Eu tinha um grupo de nível muito bom e trabalhava na embaixada brasileira, com um grupo muito especial. Moças que moravam no exterior, sem família, ganhavam bem, moças sôs e eu tinha contato com todo o grupo de intelectuais argentinos. Publiquei um livro lá. De modo que meu grupo era um grupo muito adiantado.

(*) *Entrevista realizada a 7/3/78, no Rio de Janeiro, por Maria Lygia Q. de Moraes N.*

Quando cheguei no Brasil, em meados de 1962, comecei a trabalhar num escritório. E foi aí que eu comecei a ter contato com a mulher da classe média brasileira. Não a intelectual. Além disso, aqui no Rio, a gente tem lastros de família, parentes, famílias tradicionalmente conhecidas, pessoas com quem pode haver vínculo afetivo, mas não é a relação por seleção, por afinidade de interesses. Então, eu caí das nuvens quando eu vi a alienação da mulher brasileira, o nível de preocupações da mulher brasileira de classe média. Talvez, na Argentina, no círculo equivalente, fosse o mesmo, mas eu não tinha contato. Ou seja, eu abri os olhos a um tipo de realidade feminina com a qual eu não transava.

A arte de ser mulher.

"Quando eu comecei a trabalhar com a Editora Abril fiz uma proposta. Mandeí alguns artigos que tinha escrito para a revista argentina, Atlantida. Eles se interessaram por aquele estilo, pelo tipo de trabalho. Estavam com o nome "A Arte de Ser Mulher" em pauta, procurando o que enfiar aí dentro. Eu briguei com o nome, porque achava horrorosamente piegas. Era uma coisa reacionária, boba. Mas eles me davam uma tribuna, não importava o nome.

Comecei a escrever pensando no tipo de mulher que eu tinha conhecido aqui. A mulher que trabalha ou dona-de-casa que está completamente amarrada pelas limitaçõeszinhas burguesas; seu papel feminino. A mulher que tem a família no norte ou nordeste e está no Rio trabalhando, morando sozinha ou com uma colega, mas com toda aquela carga de preconceitos na cabeça. Agindo como livre, porque mora sô, não tem controle direto, mas se sentindo horrorosamente culpada e sonhando com a saída tradicional: o casamento.

Comecei a escrever para abrir uma brechazinha nesse tipo de mulher. Naturalmente eu tinha muita preocupação, no princípio, de não ir longe demais. Minha tática era a seguinte: se eu vou um quilômetro adiante das leitoras elas não me seguem, porque não me vêem, me perdem na primeira esquina. Se eu vou junto com elas, eu não estou adiantando nada, não estou conduzindo nada. Se

eu vou 50 metros adiante, elas vêm atrás. Então, eu ia 50 metros adiante. De repente eu tentava ir 51.

Cartas: a comunicação com as leitoras.

Eu recebi — cartas horrorosas de protestos, cartas indignadas. Mas isso nunca me incomodou. Ao contrário, eu achava um sintoma positivo. As cartas indignadas não me preocupavam pelo seguinte: eu pensava: evidentemente, se eu leio uma besteira, eu posso dizer na hora: Vou desmascarar, mas depois, se eu tenho mais o que fazer, eu digo: Não vou perder tempo. Essas reações indignadas mostram que essa gente está se sentindo muito tocada, muito agredida em uma coisa íntima. Então quer dizer que está tendo resultado. É questão de ir dosando, ir dosando. Então eu tinha reação através das cartas, um pouco depois eu comecei a ter através de convites, de universidades, de centros estudantis, de entidades culturais e mais tarde, entidades femininas, grupos femininos para conferências, debates, palestras. Então, isso sempre foi a pauta da receptividade."

O perfil da leitora.

"Os responsáveis por Claudia me disseram: a leitora de Claudia é burguesia média em ascensão, uma faixa jovem, mas em geral casada, tem também solteira, mas em geral é a jovem senhora. Com filhos pequenos.

Eu já partir daí, naturalmente tratando de desalienar. E sempre com aquela preocupação de não criar anti-corpos. Com a preocupação de ir despertando a consciência, você não pode ir muito longe. Quando eu acabava o artigo para Claudia, eu me lembro que eu dizia: agora eu vou me sentar e escrever um livro sobre esse tema. Porque era tanta coisa que tinha que deixar de lado; o tema que sugeria tanta coisa que eu tinha que deixar de lado, que são a nível de livro.

Do ponto de vista psicológico eu fiz uma observação muito interessante. É o seguinte: eu fazia um artigo sobre o tema X; as cartas que vinham a propósito daquele tema podiam se dividir do seguinte modo: 15% versando especificamente sobre o tema do artigo; digamos 45% sobre qualquer tipo de problema (é difícil encontrar um denominador comum); os outros 40% era sobre um só tema que não tinha relação direta com o assunto. Relação direta visível com o assunto. O fator estatístico me chamou a atenção. Então eu comecei a pensar como eu abordava um determinado tema, quer dizer abordando no plano consciente ia despertar uma reação lá no fundo, no plano inconsciente. De repente surgiu uma quantidade enorme de problemas que estavam latentes no artigo, ou latente nelas e que o artigo tinha tocado. Fui batalhando muito em certos

pontos, mas devagar em outros. Eu levei oito anos até empregar a palavra feminismo. Eu não queria empregá-la me justificando, não queria empregá-la em tom apologético e também não queria empregá-la assim às cegas, porque eu sabia que aquilo ia ter uma repercussão muito negativa entre as próprias leitoras. Então eu levei muito tempo, fazendo a dancinha dos sete véus, até assumir."

Dois estilos de leitura de Claudia: a leitora e a não-leitora de Carmen Silva.

"Como é uma revista feita para a dona-de-casa, então eles aceitaram uma leitura para a dona-de-casa, que segundo a redação, o corpo editorial, daria a ela a sensação de estar lendo coisas importantes, sem muito esforço intelectual. E que ao mesmo tempo tocava o seu cotidiano. Eu tive que lutar muito com eles, porque eles puxavam muito a brasa para a sardinha deles, aquela coisa muito tradicional de casamento, de como se entender bem com o marido. Não queriamo enfoque habitual: o perfume, o camisão de rendas, mas levar a mulher ao conformismo.

Houve pessoas que começaram a tomar consciência há 10 ou 15 anos atrás e continuaram. Hoje em dia, eu teria de estar falando já a nível doutrinário, uma coisa muito mais elevada, muito mais radical. Isso não me deram a possibilidade. Uma vez que eu fui lá, se falou, se debateu, eles estiveram muito de acordo. Fiz um primeiro artigo dentro dessa nova orientação, foi a primeira vez que eles me recusaram um artigo. Disseram: Carmen, não dá. Então, eu vi que era da boca para fora aquele negócio de fazer uma coisa mais avançada, mais aberta. Então, eu estou sempre no mesmo plano.

É uma coisa bastante frustrante para mim, mas ao mesmo tempo eu tenho que reconhecer também que é rentável, frutífera. Eu estou sempre no setor de aliciamento. Pegando a que não está conscientizada ou que tem aí um vislumbre e abrindo a cuca. Uma vez que aquela cuca está aberta, bom, vai te virar sozinha! Deixa eu pegar outra. Para mim é muito frustrante porque eu estou sempre batendo na mesma tecla.

A linguagem já é mais fácil. O entendimento já é mais fácil. E não é aquela luta, eu não estou matando dragões. Mas a verdade é que eu gostaria de ter podido continuar uma espécie de diálogo com as que começaram, com as que despertaram comigo. Agora, eu não posso continuar o diálogo com essa gente. Sô na fase pessoal. Revista, não. Essa gente está fazendo seu caminho sozinha, mas eu já não posso abordar essa temática mais avançada na revista."

2 - Entrevista com Marilda Varejão (*), diretora de Capricho

Como a primeira parte da entrevista girou sobre os resultados de uma pesquisa realizada por Capricho nº 463 junto a seus leitores, em fins de 1978, achamos conveniente registrar as perguntas e respostas mais significativas para maior compreensão do discurso de Marilda Varejão. A pesquisa foi introduzida na forma de encarte levando, na introdução, o seguinte recado para as leitoras:

Atenção: CAPRICHÔ quer conversar com você!"

"Cada dia mais sua revista está preocupada com você, sua casa, seus gostos, sua saúde, seu amor, enfim, com seu jeito de ser e sua maneira de viver. Sabemos que a melhor maneira de se fazer uma revista perfeita é conversando com você própria para dizer o que quer, não é verdade? Então bolamos um questionário amplo, dos mais completos possíveis, que você deve responder com a maior sinceridade. Leia-o atentamente e mande sua resposta o mais rápido possível para CAPRICHÔ, Cx Postal 2372, São Paulo. As 5.000 primeiras cartas que chegarem ganharão um BRINDE-SURPRESA (você vai recebê-lo em casa!). E não desanime se achar o questionário trabalhoso. Imagine o que você conseguirá em troca: um CAPRICHÔ cada vez melhor, feito do jeito que você quer. Mais do que isso: uma revista que você ajudou a fazer!"

Os questionários foram preenchidos por cerca de 18 mil pessoas e, deste total foi selecionada uma amostra de 5 mil pessoas. As porcentagens colocadas em frente às questões selecionadas correspondem, portanto, a esta amostra. Das 45 questões propostas pelo questionário selecionamos 28 que transcrevemos mantendo a numeração original. A porcentagem de respostas escolhidas será colocada entre parênteses.

"2. Aqui temos uma lista das seções que costumam aparecer em revistas. Escreva nos espaços em branco abaixo, os números correspondentes às cinco opções de que você mais gosta.

1. Cartas (21,2%)
2. Fotonovela (65,8%)
3. TV (21,25%)
4. Horóscopo (45,9%)
5. Coração (21,2%)
6. Moda (59,2%)

(*) Entrevista realizada por Cynthia Sarti e Maria Lygia Quartim de Moraes

7. Beleza (40,8%)
8. Decoração (38,3%)
9. Cozinha (31,5%)
10. Saúde (27,8%)
11. Contos (27,6%)
12. Testes (38,4%)
5. Explique por que você compra CAPRICH0 (marque com um x uma só resposta)
- a. Por causa da fotonovela
 - b. Por causa da fotonovela e dos outros assuntos (74,4%)
 - c. Por causa dos outros assuntos (23,2%)
6. Quais os tipos de assuntos que você prefere encontrar nas fotonovelas? (marque com um x uma só resposta)
- a. Românticos (37,7%)
 - b. Misteriosos
 - c. Policiais (13,9%)
 - d. Violentos
 - e. Histórias da vida real (45,7%)
9. O que é importante numa fotonovela? (marque com um x duas respostas)
- a. Artistas bonitos (14,8%)
 - b. Uma estória envolvente (76,3%)
10. Quando você pega ou compra uma nova CAPRICH0, o que lê primeiro? (marque com um x só uma resposta)
- a. Fotonovela (13,1%)
 - b. Moda (10,3%)
 - i. Coração Pergunta (9,27%)
 - k. Horóscopo (30%)
 - m. Sexo (3,4%)
15. Qual a sua opinião sobre o "Confidencial" nosso caderno de reportagens sobre assuntos de TV? (marque com um x uma só resposta).
- a. Muito bom (52,4%)
18. Aqui temos uma lista dos assuntos que costumam aparecer em CAPRICH0. (marque com um x, no espaço em branco, os cinco assuntos mais importantes na revista).
- 1. Fotonovela (61,2%)
 - 2. Confidencial (25%)
 - 3. Consultório Médico (41,4%)

7. Horóscopo (39,8%)
9. Moda (48,5%)
10. Cozinha (30%)
11. Decoração (34,3%)
12. Sexo/Amor (53,7%)
13. Saúde/Beleza (47,0%)
19. Escolha algumas matérias que você gostaria de ver publicadas em CAPRICHÔ. (marque com um x no máximo três respostas)
- a. Matéria sobre crianças (34,6%)
- d. Matéria sobre orientação sexual (43,8%)
- j. Artigos sobre relacionamento afetivo: amor, amizade, coleguismo (48,1%)
23. "Sou a favor do divórcio"
- sim (75%) não (24%)
24. "Gosto de pedir conselhos a minha mãe"
- Sim (72%)
25. "O papel da moda para a mulher é secundário"
- não (65%)
26. "O aborto não devia ser proibido"
- sim (53,4%) não (45,3%)
28. "Acho que as coisas seriam melhores se houvesse mais liberdade sexual no mundo"
- sim (35,4%) não (63,9%)
29. "Quase todas as pessoas com quem eu ando são amigos e conhecidos de trabalho ou de escola"
- sim (68,9%) não (30,3%)
30. "A mulher e o homem devem ter o mesmo papel na sociedade"
- sim (85,7%) não (13,7%)
31. "Prefiro sempre os produtos mais antigos porque são melhores"
- sim () não (73,4%)
32. "Não costumo me abrir muito com meus pais"
- sim (48,5%) não (50,2%)
33. "Sou uma pessoa moderna"
- sim(48,5%)
34. "Se o aborto for facilitado legalmente vai acontecer uma desmoralização da vida familiar"
- sim (60,4%) não (38,8%)

36. "A liberdade sexual que existe hoje em dia é perigosa para os jovens e para a sociedade"
sim (55,6%) não (43,8%)
37. "Cada mulher deve ter o seu jeito de se pentear, de se pintar, sem ligar para a moda".
sim (64,6%)
38. "Mulher separada é sempre mal vista"
sim (31,1%) não (67,9%)
39. "As reuniões familiares são importantes para mim"
sim (71,3%) não (27,8%)
40. A mulher se realiza na vida como esposa e mãe de família"
sim (48,5%) não (50,2%)
41. "Sou uma pessoa conservadora"
sim (71,4%) não (27,4%)
43. Qual é a sua idade?
a. até 19 anos (43,5%)
b. de 20 a 29 anos (45,5%)
ou seja até 29 anos (89%)
44. Qual seu estado civil?
a. casada (21,4%)
b. solteira (74,5%)

Fala de Marilda Varejão:

"Como vocês podem observar o público leitor é muito jovem. Até 19 anos temos 43,5%, sendo que começam a ler a revista em geral aos 15 anos, ou até menos. Como as leitoras de 20 a 29 anos correspondem a 45,5% vocês notarão que temos quase a maioria absoluta das leitoras numa faixa de jovens. A grande maioria ainda é estudante ou trabalha fora. A grande maioria (80%) tem curso entre ginásial e colegial e 13,5% são universitárias. Temos algumas jovens donas-de-casa também, mas o grosso mesmo é estudante, comerciária, escriturária...

Elas estão preocupadas com matérias de orientação sobre o comportamento humano, o que envolve sexo, orientação profissional. Basicamente esse tipo de matéria e lazer. A faixa que pede esse tipo de matéria de orientação é de 42,3% contra 23,3% de matérias de lazer, incluindo fotonovelas.

As leitoras preocupam-se com a virgindade.

Elas querem orientação sexual, comportamento em relação a amigos, elas são muito desorientadas, eu diria. Elas querem to-

do tipo de matéria que você dê normas de comportamento humano. Mas o maior problema realmente é a virgindade. Dar ou não dar é o grande problema. Isso a gente pode dizer não em função dessa pesquisa, mas do número de cartas que recebemos. A gente sente uma maior abertura por parte das meninas, elas estariam até dispostas a dar, mas elas ficam muito preocupadas em relação ao companheiro depois. Como eles aceitariam, se eles aceitam... As que deram, que rem saber sobre himenoplastia. Virgindade, você sente que é um problema muito sério."

A frigidez é considerada doença.

"Algumas escrevem assumindo já uma vida sexual regular. Mas elas não estão preocupadas com o prazer. Podem ter a preocupação com o casamento, ou com uma relação amorosa que está para acabar, assim como a traição do namorado, infidelidade, alguma coisa assim. Elas também têm muito problema de frigidez. Elas se acham frias. Querem saber como é que podem resolver isso. Elas colocam a frigidez como doença, um problema que elas têm, como é que acaba."

Queremos abrir a cabeça das leitoras

"A gente tem consultória médica, uma seçãozinha chamada "O coração pergunta". A idéia é realmente fazer a cabeça das meninas; a nossa leitora é uma leitora conservadora. Inclusive essa pesquisa avaliou a modernidade dela. A gente diria que a modernidade da leitora é média. Ela realmente não é aquela mulher extremamente conservadora, mas ela também não é uma moça liberada. Ela não sô acredita, como cultiva, por exemplo, conselhos da mãe, valores familiares. Para ela é importante tudo isso. A modernidade é razoável, média. Elas estão preocupadas com moda, querem andar na moda. Acho que para uso externo, em embalagem, ela é uma menina moderninha, que usa meia soquete, roupinha transadinha, agora o negócio interno, as decisões de vida, aí a família é importante, casamento, tudo isso. Ela ainda é uma mulher bem conservadora."

A orientação profissional.

"As leitoras que procuram orientação profissional são muito indefinidas ainda. Uma matéria que a gente fez sobre a profissão de secretária, teve um índice de leitura altíssimo (nós fizemos uma pesquisa Gallup aquele mês). A nossa idéia é inclusive dar mais matérias assim. Elas escrevem cartas e querem saber aonde poderiam fazer determinados cursos: Senac, cursos por correspondência. Estão ã procura de alguma coisa, mas ainda não sabem

muito bem o que é. É uma mulher que está querendo começar a trabalhar, mas você precisa dar uma orientada, dizer que tipo de coisa ela poderia fazer, onde, como. Ela não tem orientação nenhuma sobre nada. É uma menina muito romântica. CAPRICHÔ tem 27 anos, a gente já conhece mais ou menos o tipo de leitora. Não são pela pesquisa, mas pelas cartas."

CAPRICHÔ transforma-se

"Ela deixou de ser uma revista só de fotonovela. Eu diria que é hoje uma revista basicamente de serviços para a mulher. É uma revista tão completa, eu diria, que tem até fotonovela, que seria esse lazer que elas estão procurando. Agora elas querem realmente matérias sobre orientação, a orientação sobre tudo, não só orientação sobre comportamento humano, mas orientação de como decorar a casinha dela, como fazer a comida dela, que roupa ela deve vestir. Quer dizer é uma revista de serviços. A gente procura dar sempre uma informação útil a essa mulher. Então a nossa cozinha é voltada para o orçamento dela, que não deve ser muito elástico, pela faixa que a gente atinge. Decoração a gente procura incentivar o bom gosto na maneira como ela vai transar a casa dela, mas com coisas não muito caras. Nós nunca fazemos a revista com aquela decoração de sonho. Com isso a gente não mexe. A gente ensina a fazer móveis, sempre alguma coisa pensando no bolso da menina, no tipo de vida que ela leva e como ela pode melhorar o padrão de vida, dentro do que ela dispõe. Temos consultório médico. "Em nome da lei", o advogado, "O coração pergunta" e tal, que tem também uma leitura incrível."

CAPRICHÔ evolui com a mulher média.

"Eu acho que a evolução não é da CAPRICHÔ, acho que a evolução é da mulher, da mulher média brasileira, que a revista tem que acompanhar. É o alvo dela. Acho que CAPRICHÔ é muito assim mulher média. Uma faixa média da população brasileira. Os problemas que ela enfrenta. É uma mulher que de repente descobriu que precisa trabalhar. É uma mulher que está preocupada com a casa dela também. Tudo é sempre muito didático, tudo o que a gente faz é ensinando. Por exemplo, beleza, como ela deve cuidar do corpo dela. Desde hábitos de higiene. Porque eu acho que é hoje que está acontecendo isso. A evolução é do povo. Agora tem um maior número de pessoas com escovas de dentes. Até uns anos atrás... Na medida em que a gente vai vendo a evolução do povo em geral e da mulher em particular, a gente vai também evoluindo a revista. Claro sempre um pouquinho na frente dela, porque se você fica no mes

no nível que ela você não tem nada para oferecer.

A decisão sobre os temas a serem tratados.

A gente faz uma reunião de pauta, com o pessoal da redação, na qual participam não são os redatores, mas também o pessoal da arte, a secretária, a datilógrafa. Eu acho que é um momento catártico. O cara chega lá e vai botando para fora os problemas dele, que ele vivencia e a gente sente quais são os problemas que estão assim mais evidenciados. Inclusive a nossa datilógrafa é um termômetro ótimo para nós. Acho que ela é uma leitora típica de CAPRICHÔ. Então a participação dela numa reunião de pauta é da maior importância para mim. Acho mais importante que a de uma editora. Eu vejo o que ela queria ver publicado, o que está angustiando, o que está mexendo com a cabeça dela. Todo mundo que faz a revista participa da reunião, a gente discute alguns assuntos e na verdade a seleção final fica por minha conta. Participam umas 16 à 20 pessoas. Fora as cartas de leitoras que a gente lê muito e vê quais são os problemas delas, que são também origem de matéria."

3.3 -- Entrevista com Eda Romio (*) -- Editora executiva da NOVA

A experiência pessoal.

"Trabalho aqui há um ano e nove meses mais ou menos. Trabalhei antes 9 anos na Veja, desde o nº 0 da Veja. E estas são experiências muito diferentes. A Veja é uma revista de informação, então para ela, relatar fatos e tentar interpretá-los, ela cumpriu a missão dela. O leitor dela é difuso, pode ser todo mundo, e a NOVA é muito mais específica. É uma revista dirigida à mulher especial entre mulheres brasileiras. Especial no sentido de que é aquela mulher que está tentando romper barreiras, está tentando ter um comportamento diferente. Encara o trabalho profissional numa boa. Ela quer trabalhar fora. Acha que as aspirações dela não se resumem em casar e ter filhos. É uma coisa muito importante isso, mas não é a única. Ela considera outras formas de se realizar. Na medida em que você trabalha 9 anos numa revista cujo leitor é anônimo, de repente você vem para uma revista onde o leitor é muito mais bem delineado, você é obrigada a ser muito mais objetiva. Para mim, a NOVA é um aprendizado que a Veja jamais me deu. Eu não posso mais me dar ao luxo de uma frase bonita e vazia. Nenhuma revista poderia te dar esse luxo, mas te dá. Na Veja você pode fazer uma abertura de matéria, pelo som bonito que ela tenha. Na NOVA não, você não pode desperdiçar uma linha em algo que não te-

*) Entrevista realizada por Cynthia Sarti a 27/12/78, em São Paulo

nha alguma coisa importante, porque a leitora de NOVA geralmente lê só a NOVA. Ela é assinante da Veja, vamos dizer, mas não tem tempo ou não está habituada a ler a revista e a NOVA ela lê. Dentro da Abril existe uma pesquisa de nível de audiência, de leitura das revistas. A NOVA é um dos índices mais altos de leitura. As pessoas começam e terminam de ler as matérias. Coisa de 60% de leitura total. Uma revista como a Veja às vezes não passa de 20%. A Fátima tem uma frase muito boa, ela diz: quando vocês sentam para escrever uma matéria, o melhor jeito para que essa matéria saia bem é vocês pensarem, primeiro, que estão escrevendo para vocês mesmas, porque vocês são leitoras de NOVA, segundo que vocês estão diante de uma única mulher sentada à sua frente. Não é mais aquela massa disforme. Então a NOVA tem isso. Para mim pessoalmente ela ensinou objetividade, ela me fez ver a diferença entre textos elegantes e textos densos. As duas coisas devem existir juntas, mas se a gente tem que optar, hoje, eu prefiro a densidade e não a elegância. Mas a gente caminha para tentar conseguir as duas coisas. Essa é, mais ou menos, a grande diferença que eu sinto entre as duas."

Nova comunica-se com sua leitora pelas cartas e pelas vendas.

"O contato que existe entre a gente? Acho que é basicamente por carta, como eu acho que é todo o contato de uma publicação com seu leitor. Ou outro contato que é a venda do veículo. Você mede se está falando uma linguagem que tem público se você vende. Então a NOVA começou há 5 anos atrás inovando não somente em linguagem mas também nos assuntos que ela traz para discussão. Não existia nenhuma publicação dirigida a uma mulher que tentava olhar a vida com olhos menos apavorados. Acreditando mais nela mesma, ou tentando se arriscar mais. A imprensa feminina de 5 anos atrás era de revista tipo Claudia, as outras femininas aqui do andar. Desfile já devia existir, revistas muito mais voltadas para: fique mais bonita, compre a roupa da moda, a receita. Mulheres inclusive casadas, jovens senhoras como se dizia na época. Nada para uma moça de uns 25 anos, ainda solteira, porque hoje se casa mais tarde, neste país e acho no mundo todo. Uma moça que está em escola, trabalhando e querendo ter uma independência também. Então, a NOVA chegou para esse público. Ela deu certo assim, ela explodiu, vendeu bem. Começou vendendo acho que 150 mil revistas por mês. Era um número alto. Ela, depois, ficou mais ou menos parada e aí ela conheceu um período de queda, que foi provavelmente uma época em que ela se estagnou. Não cresceu em linguagem, se atrapalhou nos conceitos que ela queria veicular. E finalmente há um ano e meio atrás ela come-

çou, acordou de novo para esse país onde ela é feita.

A equipe toda mudou. Quem fazia a revista mudou, menos a Fátima. A Fátima teve sempre na cabeça esta NOVA de agora. Eu diria que ela tem a NOVA de daqui a um ano também na cabeça, que ainda não é esta. É uma revista caminhando. Ela tinha uma revista na cabeça, mas ela não conseguia executá-la. A revista se perdia. No fazer, o resultado acabava não sendo o sonho, ou a idéia primeira e isso levou a revista para um decréscimo de venda. Não era acentuado, mas era alarmante, na medida em que toda a publicação quando conhece um pequeno ocaso de vendas, é sinal de que as coisas não vão bem, às vezes não vão irrecuperavelmente bem. Então a mudança que... Tem outro detalhe, a NOVA é uma revista inspirada numa revista americana chamada Cosmopolitan que é a fórmula editorial de maior sucesso no mundo todo, incluindo todas as revistas. Vende por mês 3 milhões de revistas?

O segredo da Cosmopolitan: ser verdadeira

“Cosmopolitan é um espelho perfeito da mulher americana. Sem distorções. O que tem em Cosmopolitan é o que você vê na rua em Nova York, é a vitrine da cidade, é o papo que você tem com uma menina que você conversa numa lanchonete, ela reflete o momento da mulher americana. A Cosmopolitan é um sucesso espantoso, divulgado por todo o mundo, que existe no mundo todo, com outros títulos. Inclusive na semana passada esteve aqui uma das editoras de Cosmopolitan contando que editores suecos estão em negociação com um novo título da Cosmopolitan porque eles têm revistas femininas de muito sucesso tipo Claudia lá e eles acham que até 1985 o mercado dessas revistas está completamente tomado e acabado. Não haverá mais consumidores para esse tipo de revista, porque a mulher mudou de tal forma nesses últimos 10 ou 20 anos que não haverá mais consumidores só para esse tipo de revista. Então eles estão interessados em trabalhar com publicações para essas mulheres que estão aparecendo. Então eles já estão pensando o que que essas mulheres que agora estão com a vida tão diferente de 10 anos atrás vão ler. E como eles querem continuar ganhando dinheiro, eles querem uma revista que seja comprada por elas. Como a NOVA tem essa fórmula cosmopolitana, às vezes, nessa época em que houve uma queda de vendagem, ela se prendia a uma realidade que não era a nossa. Como nós temos direito de usar matérias americanas: as matérias que nós usamos e, hoje usamos ainda, são basicamente matérias didáticas, aquelas matérias que falam, que tem um fundo psicológico, que tentam explicar algumas reações ou como você lidar com emoções como raiva,

insegurança e timidez que englobam todo o universo; insegurança e timidez é a mesma no mundo todo, mas nos Estados Unidos ela se reflete de um jeito, aqui de outro. Lá uma mulher pode ter insegurança para brigar por uma promoção de gerente a diretora de uma empresa. Aqui a nossa insegurança se manifesta em coisas muito menores. Nossas mulheres ainda não estão nesse tipo de estágio. Enquanto você não encontra o seu espelho, você não se entusiasma. Então, provavelmente o que hoje a gente — olhando para trás — entende é que a NOVA deixou de ser o espelho para a mulher brasileira, ou durante um certo tempo, ela não refletiu realidade, ansiedades, esperanças, nada. Ela passou a ser uma revista sem vínculos com o que estava acontecendo. A Fátima sempre esteve muito atenta para isso e houve um momento em que ela pode realmente virar a mesa e começar a olhar de novo para o país. A partir daí, a revista voltou a subir. Em um ano subiu de 140 mil para 270 mil exemplares. Em um ano e meio.

Nós começamos aqui dentro a trabalhar para isso em junho de 77. Os primeiros resultados (é um processo doloroso de descoberta, de dor física, de cansaço, de estafa) começaram aparecer em novembro de 77. Mas aí a revista já estava vendendo mais. Mesmo quando a gente usava um artigo: Como lidar com a raiva, que era o mesmo que a gente usaria 2 anos atrás a gente tentava fazê-lo de novo, aqui. Tentava reelaborá-lo, ou: como é a raiva para nós. Em que momentos isso é difícil de lidar para a mulher brasileira. Ela não trabalha tanto quanto a americana, ela não ocupa cargos tão importantes ainda. A renda mensal dela, o dinheiro dela é menor. Ela ainda é muito menos liberada, então tudo isso é hoje pensado dez vezes antes da gente aproveitar uma matéria americana. Quase nada mais se aproveita integralmente. A gente aproveita muitas idéias e refazemos as matérias todas aqui. Uma coisa que eu diria que é muito importante, tem 50% a ver nisso tudo, é que a revista saiu da redação, no sentido de que deixou de ser uma revista feita no gabinete. Hoje todas as nossas matérias são feitas em cima de reportagens. Gente que vai para a rua, entrevista as pessoas, tenta realmente refletir o que está acontecendo, o que as pessoas estão pensando e em cima disso a matéria é feita. Então aí, tem um ponto de contato. A revista vendendo mais, para nós é um aval da leitora, "tudo bem, a gente está gostando, é isso". O segundo ponto são as cartas, mas é realmente uma coisa menor para nós, no sentido de avaliar. A revista vende 250 mil exemplares e recebemos 100, 200 cartas por mês. Elas são reveladoras, mas nunca reveladoras do universo todo da leitora de NOVA.¹¹

As cartas revelam muito.

As cartas de NOVA são realmente reveladoras... A leitora diz assim: eu tenho 24 anos, sou secretária de uma empresa média e acho que a NOVA é uma grande amiga. Para nós isso já é um pequeno perfil da leitora. Ou quando ela diz: as músicas da Vanusa, uma mulher que é consciente das opções que assumiu, marcaram uma fase muito importante para mim. Para nós, também nos revela uma mulher que talvez tenha os problemas que a Vanusa teve, uma mulher que largou o marido, morou com um cara, sem ser casada, num contexto onde isso não era muito habitual, teve filhos, largou, se parou, voltou. Então isso mostra para nós um problema comum. Ela se identificou com os problemas desse perfil, porque ela deve ter coisas parecidas.

O que a leitora quer surge da própria redação.

A Fátima pediu que todas nós aqui puséssemos no papel o que a gente pensava da gente mesma, ou da leitora de NOVA, a partir do que a gente pensava da gente como leitora de NOVA. Como a gente via a vida da gente hoje, o que a gente estava querendo, o que a gente queria encontrar numa revista, o que a gente queria para a vida da gente. Todas nós botamos em duas laudas como a gente via a vida da gente: o lado afetivo, o lado profissional, o lado familiar. Incrivelmente as coisas todas bateram. Nós somos aqui 20 pessoas e foram 20, 40 laudas canalizadas muito para o lado de: a gente quer ser respeitada como profissional, quase todas falavam isso. A mulher hoje quer maior respeito profissional, ela quer ter as mesmas oportunidades, ela não quer ser tão presa à família como era, antigamente, mas ela não quer um rompimento dramático, nem definitivo. Ela quer uma distância legal. Ela quer escolher bem o cara com quem vai viver, ela já não se preocupa tanto em casar de papel passado ou não, mas ela quer um cara, ela quer viver com uma pessoa. Provavelmente por ter visto o pai e a mãe não se darem bem, os casamentos antigos não serem bem resolvidos, o dela ela quer entrar nele com maior conhecimento de causa. Ela quer ler a respeito. Ela tem uma sede de saber coisas. Isso é muito compreensível, se a gente olha para esse país, onde informação ainda é uma grande descoberta, não existe gente informada, pessoas que leram mais de 20 livros se chama de intelectuais, é compreensível essa sede de informação que ela tem, que a gente tem. Quando eu digo ela é força de expressão.

A mudança começou mesmo no momento em que a gente parou para pensar. Olhávamos uma revista que estava com problemas de vendas, olhávamos pensando porquê? Então, esse trabalho que acom-

panhei muito perto da Fátima, passávamos dias com a revista na mão, centenas de revistas espalhadas no chão da sala dela, tentando ver onde que a gente está errando, aí começaram a aparecer: é uma revista feita em gabinete, é uma revista que não tem vida, na medida em que não se fala com as pessoas lá fora...

Nós começamos a perceber isso, na medida em que você lê 100 vezes o mesmo artigo, tentando olhar o que ele tem de errado, você consegue ver. A gente tem alguma prática. Nossas matérias pareciam muito fechadas dentro de si mesmas. Elas eram muito mais voltadas para problemas e não para soluções. Um dado interessante: na tentativa de copiar a Cosmopolitan, se copiava, mas como toda cópia, ou é bem feita ou ela é uma tragédia e a nossa era uma tragédia, porque nós nos pegávamos nos problemas, então se o tema é timidez, era assim: Ai! terrível timidez, que mata! Então se ficava girando em torno da terrível timidez, que coisa horrível... era uma revista meio neurótica, no sentido de que ela não abria horizontes. Daí comparando, revendo as Cosmopolitans mil vezes, lendo à exaustão, o modo como elas escreviam e vendo outras revistas, a gente começou a ver que timidez é um assunto nosso, como é assunto para o Japão e a Austrália. O problema é que não é ficar dizendo: oh meu Deus, vou me matar, mas vamos tentar conviver com ela. Na medida que a gente deu: respira fundo, tem solução, não há nada terrível no sul do Equador, a coisa começou a melhorar. As pessoas querem saber que é possível fazer alguma coisa. As pessoas são muito menos acomodadas do que a gente pensa. Elas estão a fim de acenos que você faça e as cartas refletem muito isso, quer dizer, a leitora dizendo: olha, eu li determinado artigo e vi que eu estava dando valor demais para coisas que não eram tão importantes e resolvi dar a volta por cima. Então a gente acha que está no caminho certo.

Nova alcança um setor específico da mulher brasileira.

Eu diria que nesse país tem um único divisor de águas, que é o poder aquisitivo. É divisor de águas para tudo: para você ter acesso a informação, à educação, a um bom casamento, a um bom trabalho, sei lá. Tirando as exceções, as pessoas que se destacam, os gênios, os brilhantismos, falando em termos de média, você fala em poder aquisitivo. A revista NOVA custa Cr\$30,00. Eu acho que isso define o público. Não é uma revista que uma pessoa que ganha um salário mínimo possa comprar. Ela pode até ser lida por essa pessoa em 4ª, 3ª mão. Isso acontece muito. Agora o público consumidor dela, é quem pode pagar Cr\$30,00 uma revista e isso é caro. É o preço da Cosmopolitan nos EUA. Se você faz a conta de que lá a renda

per capita é infinitamente maior do que aqui, você vê que isso limita bastante. Quem é a leitora que pode pagar Cr\$ 30,00: ela se concentra em cidades grandes, basicamente Rio e São Paulo. Não tenho os dados certos, mas acho que ela deve ser vendida 70% nessas cidades. Ela é comprada por mulheres que trabalham: 60% de mulheres que têm uma atividade própria. Elas não são independentes economicamente. A maioria é solteira (uns 80%); moram com pai e mãe (a maioria); têm trabalhos intermediários. É uma leitora jovem, basicamente dos 17 aos 30 anos de idade. Ela está em começo de carreira. Profissões médias e estudantes, fazendo estágios. Esse rótulo: leitora de NOVA-secretária é muito comum, mas ele é irreal; não há tantas secretárias assim nesse país a ponto de compor o universo das leitoras de NOVA. Mas nesse nível de profissão existem muitas. E pessoas que estão estudando e fazendo coisas encaminhadas para a profissão. Profissão é um item na NOVA muito importante. Através de matérias sobre mulheres bem sucedidas nas mais diversas profissões, a gente tenta abrir caminhos. Tivemos relações públicas, em março vamos ter as eleitas que estão fazendo política. Todo mês nós temos uma matéria de carreira. Há uma pequena porcentagem de mulheres casadas que, são jovens, na maioria, mas são muito diferentes das mulheres casadas que compram Claudia, por exemplo. A jovem senhora casada que compra Claudia compra pelo que a revista pode lhe dar de trabalhos manuais, para botar a casa dela mais bonita. A nossa não, a nossa leva ela a alguma agitação, então a mulher casada que compra NOVA é aquela que está interessada em ter uma vida maior do que são a vida de casada. Não que a NOVA diga que essa história de ser casada não é legal, até em fevereiro a gente tem uma matéria chamada "Profissão dona-de-casa". A gente diz: se existe uma coisa que a gente tem que preservar na vida da gente é uma coerência, uma paz interior, e essa paz, para muitas mulheres, está no fato delas acharem uma delícia ficar cuidando da casa, mande para o inferno todas as liberais desse mundo que vem dizer que você precisa sair da sua casa e ter um trabalho infeliz lá fora.⁷

A virgindade é problema para a leitora de NOVA.

Quando eu disse, tentando traçar o perfil da leitora de NOVA, que ela quer se afastar da família, mas sem romper. Aí com põe tudo. A família como uma instituição é sempre repressora, ela sempre vai dizer: você só pode dar depois que você casar. Lá dentro dela, ela deve estar sacando que isso não tem muita importância..., se você considera que virgindade talvez seja um problema

que inquieta uma leitora mais jovem, tudo bem. Agora, se você considera que a leitora de NOVA está compreendida numa média de 25 anos e que as mulheres desse momento de 25 anos são muito ferdadas, porque elas herdaram toda a repressão da década passada e têm pela frente toda a liberdade que esta década promete, elas são extremamente divididas, elas são talvez mais inseguras. Eu acredito que uma menina de 17 anos é mais segura a respeito de problemas morais, porque ela encontrou as coisas mais definidas e provavelmente não teve tanta pressão sobre ela. Agora quem está hoje com cerca de 30 anos ou 25 teve um grande massacre.

Então, eu acho que a NOVA funciona como uma válvula de escape para essa leitora. Um ponto forte da NOVA é abordar esses assuntos todos. Aliás a NOVA foi pioneira em trazer esses assuntos à baila, em 1972 por aí e trazer do jeito que trouxe, sem regras fixas, sem dizer: a moda hoje é não ser mais virgem, você é uma louca se você for; nem o contrário. Tentando fazer as pessoas olhar para dentro de si mesmas. Se você foi educada rigidamente, se você tem pai e mãe castradores, que políam e te cobram coisas e você está sofrendo muito para romper com isso e todas as tuas amigas que resolveram o problema da virgindade, você começa a se sentir compelida com isso, é um sofrimento a mais que você acrescenta a esta pessoa se disser tudo bem, vamos dar, é moda. Então, que sofra menos. Se a gente tem um slogan, eu diria que é esse: Sofra menos. Tudo que faz sofrer está errado, nós temos realmente vocação à felicidade. O ser humano nasce para tentar ser feliz. Você está sofrendo porque é virgem, dê. Esse terreno é muito frágil, para se ditar regras. É tão pessoal, cada caso é diferente. A NOVA tem seus rótulos de ser uma revista liberal, pregadora e não é nada disso. Talvez ela tenha algum dia uma linguagem um pouco fútil, mas não é nada disso.

Não existe assunto tabu para NOVA.

NOVA tem o princípio de que se deve falar, se deve questionar tudo. Sexo não é assunto que se deve falar trancada num quarto, com luz apagada. É uma coisa que faz parte da vida da gente. Nós vivemos com isso. Temos, então, todos os meses uma matéria que fala sobre sexo.

A NOVA tenta ser cada vez mais o que a gente chama de uma revista de comportamento. Ela não é uma revista didática, não é uma revista de informação. Nós temos todo mês: uma matéria de sexo, é um assunto que nós fazemos questão de falar; uma matéria que fala de emoção, tipo timidez e insegurança: uma matéria didática sobre a vida afetiva. Uma matéria que trate de relacionamen-

to amoroso. Perfis de pessoas famosas, o critério é o de fama e uma pessoa que tenha alguma coisa a ver com a NOVA. Neste número tem Sidnei Magal que é um cantor que leva multidões ao delírio, as mulheres acham ele maravilhoso, ele requebra, as pessoas dizem que ele é sexy, então tem a ver com um tipo. E a Shirley MacLaine, que é uma mulher ativa, dinâmica, brigadora, que procura caminhos sempre novos para ela: é uma mulher NOVA. Temos, além disso, matérias de saúde todo mês, matérias sobre carreiras, os serviços: moda, beleza, decoração, culinária até, que é o lado tradicional da mulher, a preocupação tradicional da mulher e que nós achamos que está certo. Uma mulher de hoje também se preocupa com isso. O teste, que é o passatempo, como outras revistas tem palavras cruzadas, nós temos o teste e o horoscopo.

Ademais temos a ficção: sempre um autor muito célebre, conhecido. Ou best-seller, ou um clássico. Nós sabemos que o brasileiro e a brasileira (bote a nisso) lê muito pouco. Um best-seller no Brasil é uma tiragem de 3 mil exemplares. Você calcula como se lê pouco neste país. E a mulher lê muito menos. Pelas cartas que a gente recebe, ela demonstra uma vontade muito grande de conhecer coisas, em tudo, principalmente em literatura. Elas querem conhecer os clássicos que elas ouvem falar e querem saber quem é. A nossa ficção se divide em: medalhões e mulheres que escrevem. O nosso desejo é ter todo mês um conto de alguém famoso e um conto de uma mulher que escrevesse, famosa, também. Depois as seções fixas: cinema, discos, livros, o Divã do Analista.⁷

Feminismo é rótulo mal visto no Brasil

^ Feminismo nos EUA é como você ser filiada ao partido republicano, ao partido democrata. É uma opção de vida que você fez e não há grandes limitações. Não te segrega, não te afasta da sociedade, não te tira amigos, namorado, ninguém bota o dedo em riste para você. É um país democrático, onde as coisas são muito diferentes. No Brasil, o feminismo chegou, a imagem chegou com a passeata da queima dos sutiãs. Para o brasileiro e a brasileira, ao contrário dos EUA onde ser feminista é ser uma mulher preocupada, atenta, informada, você dizer eu sou feminista, imediatamente o que ocorre para as pessoas é: provavelmente ela é lésbica, ou ela teve algum grande desgosto amoroso, ou ela é ambiciosa, só pensa em profissão, ela quer subir na vida a qualquer custo e outras preferências tão desairosas quanto es

sas. É assim que nessa nossa cabeça é o eco da palavra feminismo, então é nesse sentido que a Fátima sempre deixa claro que NOVA jamais vai se incorporar em qualquer corrente.

Eu sou muito empolgada para falar, mas eu não acho que a NOVA é uma revista perfeita. Como eu estou muito envolvida com ela, ela é muito à minha imagem e semelhança, porque a gente está mexendo muito com ela, eu acho que ela tem um longo caminho pela frente. Principalmente, ela não pode ser estável, porque se ela pretende ser um espelho nosso, ela não pode ser estável, porque nós estamos mudando a cada dia. As mulheres americanas e europeias mudam muito menos do que nós. As mudanças que elas tiveram aconteceram na década de 60, culminando em 68. Nós não passamos por isso. As coisas chegaram através dos jornais deturpadas, quer dizer, feminismo é queimar sutiãs em praça pública, etc.; e a gente está caminhando ainda. A gente está num processo de caleidoscópio, você vira um pouco e tem outra imagem, então é bobagem querer que a NOVA seja uma revista com feição definida. Mesmo assim, se você lê a NOVA com atenção você vê que ela é uma revista que prega horizontes abertos para a mulher. Prega no sentido de dizer: você pode sim; tudo é possível. É uma posição aberta, é como a mulher brasileira. Até amedrontada às vezes. Acho a NOVA um pouco covarde, com medo de arriscar coisas, propor um ponto de vista mais definido. E tem um detalhe nessa história, é que ao contrário de uma revista como Playboy, com a qual muita gente faz paralelo com a NOVA, não entendo como, mas Playboy é uma revista alternativa para o homem. Ele geralmente lê jornal diariamente. Lê Veja, Isto É, Manchete, sei lá. Ele é uma pessoa informada por outros meios. A NOVA não tem a função de ser alternativa. Às vezes é a única revista que a leitora lê, então ela não pode se dar ao luxo de brincadeiras gratuitas. Ela não pode se dar ao luxo, inclusive de defender alguma coisa que não está muito bem pensada. Porque a gente está sabendo de mulheres que lêem um artigo e resolvem mudar de vida por causa dele. Uma mulher que leu um artigo que dizia que era ótimo tentar a vida numa outra cidade, então ela arrumou a mala e foi. Então é muito perigoso ditar regras por aí. Nesse ponto, acho que a gente é muito tímido. Nós vivemos num país onde não há estatísticas, números, sem as coisas mais elementares de dados para você poder calçar o seu ponto de vista. É muito difícil no Brasil você ter dados concretos de apoio para dizer esse ponto de vista que eu estou defendendo está muito bem calçado. Foi aprovado, testado. Então somos cobaias mesmo.

As seções mais lidas são as de sexo e emoções. Eu acrescentaria ainda os perfis. Há uma diferença entre as leitoras do Rio e de São Paulo. Os cariocas lêem mais a coluna de discos e menos cinema e livros. As paulistas lêem de livros em primeiro lugar. As cariocas lêem títulos e legendas e geralmente não lêem texto. As paulistas lêem textos integralmente. A paulista lê muito mais, isso é uma coisa que já está clara na nossa cabeça. Os picadinhos (como Nova Conta Tudo) têm excelente nível de leitura. Política foi muito mal lida quando a gente não sabia apresentar, quando a gente apresentava como Veja apresenta: blocos de matérias. Na hora em que nós paramos para pensar em como vender na forma de embalar esses assuntos, o índice de leitura subiu muito. Perguntas e respostas é uma fórmula consagrada. O que é conciso, curto, rápido e preciso tem sucesso. O teste sobre política, na época da sucessão presidencial foi um grande sucesso. Quando nós percebemos que o assunto em si é pesado e que por isso precisa ser muito bem trabalhado, nós acertamos. A NOVA chegou a ter um jornal que foi um fracasso. Não tinha nada a ver com o resto da revista. A matéria sobre multinacionais foi um sucesso. A matéria sobre terrorismo, muito mal embalada, foi um fracasso.

Eu acho que a imprensa brasileira não descobriu quão importante é a embalagem para uma revista. A televisão já descobriu. A imprensa americana faz isso deslumbrantemente, vide a Cosmopolitan, cujo sucesso é embalar com perfeição e embalar refletindo uma realidade dela. No Brasil, o brasileiro confia muito na intuição. O brasileiro não se preocupa em ser lido. O trabalho do jornalista se encerra quando ele entrega o artigo.

O poder na redação de NOVA

A Fátima é a diretora e tem todos os poderes de decisão da revista. Responde aos diretores do grupo feminino, mas é um contato muito elástico. Nenhuma decisão editorial depende deles para questões financeiras. Editorialmente, ela tem toda a revista nas mãos. Depois dela, tem o meu cargo, editora executiva. Eu leio a revista toda. Vou contar a história de uma maneira diferente. Como nasce a revista, a partir daí se explicam as funções da revista. A NOVA nasce todas as segundas-feiras numa reunião que a gente chama de idéia. Todos participamos, a secretária, o boyzinho, todo mundo vem com idéias de matérias, todas as idéias são lidas e passadas para a Fátima, que depois seleciona as que ela, com sua experiência, acredita que devem entrar na revista, o resto ela joga fora mesmo. Faz um comentário rápido e preciso sobre as

matérias que ela separa. Essa matéria passa a fazer parte da pauta de um mês. Nós fechamos o número com 2 meses de antecedência por problemas de gráfica. Aí elas vêm para as minhas mãos. Eu reúno os 4 editores, eles escolhem as que eles gostariam de fechar; passo para as mãos deles as recomendações da Fátima, faço os meus comentários e eles elaboram a pauta e passam para o chefe de reportagem que é a pessoa encarregada de encontrar o executor da matéria, que em geral, é "free-lancer". Às vezes os editores vão também para rua. Trabalhamos com jornalistas de outros lugares. Sempre com "free-las". As matérias de política a gente tenta dar para quem cobre a área de política dos jornais e revistas. As matérias de economia, imposto de renda que nós temos esse mês foi feita pelo especialista de Veja.

Contei tudo isso para você ver que tipo de decisão cabe à Fátima e a mim. Depois de passar para eles, depois que a matéria é encomendada, ela volta. Uma vez aprovada, uma vez que o chefe de reportagem acha que está tudo bem, a matéria vai para o editor para a finalização, volta para mim, leio a matéria, devolvo ou não, caso ela precise de alguma coisa. Quando eu aprovo vai para a Fátima que é a pessoa que tem todo o poder de vetar, de arrumar, de mexer. Nós temos os 4 editores que finalizam as matérias, são editores de textos. A NOVA não tem um corpo de repórteres. São editores. Os repórteres são todos "free-las". Contratados para cada matéria.

A Censura prévia.

Nós temos censura prévia. Toda a revista é mandada pra Brasília, através do malote. Eles exerceram censura total à revista até a época em que houve aquele abrandamento da censura, quando foi? Na época da eleição do Figueiredo? Sei lá, há uns quatro meses atrás. Aí eles suspenderam a censura política da revista. Agora há só censura de costumes, o que para nós é grave, porque nós praticamente somos uma revista de costumes. E temos problemas muito sérios. Nós tivemos censurada integralmente uma matéria muito didática, sem nenhum problema, chamada "O que falar do complexo de Lolita", homens que se apaixonam por ninfetas.

3.4 — Entrevista com Ines Knaut (*), editora de Carícia e Love Story

Estou em Carícia faz dois anos e acho que ela mudou desde o momento que entrei pois foi o mesmo tempo em que entrou Yara, a redatora-chefe. A gente veio com um tipo de estilo e de idéia

muito semelhantes. Minha impressão é que antes a revista era mais aberta, abrangendo um leque mais amplo de assuntos o que, aparentemente, dava uma maior riqueza para ela. Por exemplo, em um dos últimos números antes das modificações ela tinha uma matéria sobre uma viagem ao rio São Francisco. Ora, esta é uma matéria que acho válida, mas um pouco distante do padrão de vida que supomos que a leitora tenha. A leitora de Carícia não parece ser alguém que já está pondo o pé na estrada, fazendo uma viagem pelo São Francisco. Ela é uma leitora mais para dentro, ela não é uma garota Pop, nem NOVA; ela está começando a sair de dentro dela, ainda não atravessou a porta. Assim diminuimos o leque de assuntos. Eu me lembro bem que quando entrei em Carícia estava vindo de jornal, da Editora Três, com uma visão ainda na base de artigos no estilo "como descolar seu primeiro emprego"; "como andar de bicicleta", enfim matérias mais de modo de vida do que emocionais. E, agora, o forte da revista é a linha emocional. Eu pensava também em introduzir artigos de cunho político-social. Alguém na redação me alertou, e estou de acordo, que antes de você ser um ser social, um ser político, você precisa estar bem consigo mesma. Especialmente no caso da leitora de Carícia que é uma adolescente que precisa entrar dentro de si mesma, se conhecer, se entender, saber transar um relacionamento mais próximo... Acho que é prematuro para uma leitora adolescente você entrar numa área maior do que ela com o namorado dela; ela com os pais, com os colegas da escola, enfim, ela mais num mundinho pequeno. Você vê revistas estrangeiras que estão mais na linha de colocar posições políticas. Coisas no gênero da ligação entre sexo e político, como vi no Nouvel Observateur. Mas nós não temos público para isto e o leitor de Carícia, no caso, está longe de chegar nisso. Por isto, fomos fechando o leque de assuntos.⁷

A fotonovela é secundária em Carícia

^A fotonovela, é bem possível, já teve uma importância bem maior dentro de Carícia. Como a maioria das pesquisas são feitas através dos departamentos comerciais, muita coisa chega para a gente pelo próprio comportamento do anunciante. Para se ter uma idéia, até 4 meses atrás os anunciantes faziam questão fechada de colocar um anúncio no meio da fotonovela. Esta atitude começa a se modificar. Eles estão pedindo páginas de matérias volta e meia temos de reformular o esquema da revista para atendê-los. Nos últimos números, especialmente, tivemos de mudar a estrutura das matérias em função do anúncios. Isto porque, apesar da revista so-

breviver sem anúncios, pois ela se paga com a venda da banca, não dá para desprezã-los.

O departamento de fotonovela funciona independentemente, nós não temos controle, já recebemos prontas as fotonovelas que temos de publicar. Agora, é interessante notar que nas cartas, que chegam todas para a gente, não aparecem pedidos para se publicar fotonovelas com tal ou qual ator. Enfim, não me parece que a leitora faça isto por ter preconceito intelectual em relação às fotonovelas logo, a ausência delas nas cartas indica apenas que têm para a leitora. Ou seja, os textos pesam mais do que as fotonovelas.

As cartas das leitoras

Uma característica importante que as cartas de leitoras apresentam diz respeito ao tipo de problema que é colocado. Os problemas da área sexual são os que mais impressionam por serem os mais fortes e os mais envolvidos em tabus e preconceitos. Aquela dúvida constante "será que ainda sou virgem" e coisas no estilo. O tema da virgindade está sempre presente e fica até difícil para nós estarmos sempre produzindo matérias a este respeito. Assim, o caderno especial começou em cima das cartas, de leitoras que precisam rapidamente respostas para certas questões. Neste sentido temos matérias didáticas, para consulta e outras de estilo mais lúdico, ensinando como enfrentar homens do tipo machão; romântico, etc.

A seção "Escolha sua profissão" também é muito orientada pelas perguntas de cartas, apesar de que a grande maioria destas últimas chega para o "Correio do Coração" e "Sexo e Saúde". Pelas cartas você percebe que a leitora está basicamente envolvida em problemas emocionais, dentro de um mundinho muito pequeno.

As matérias são criadas de duas maneiras

As revistas na área das femininas são feitas fundamentalmente por uma editora e uma redatora que estão o tempo todo dentro da redação, nesta rua do Curtume, fazendo o mesmo percurso para ir ao trabalho e olhando mais o mundo pela televisão. O pessoal que escreve está mais andando nas ruas, em contato com os problemas. E assim, as matérias podem surgir de dois lados: os repórteres podem sugerir assuntos e temas a partir do que estão observando e, de outro lado dentro da redação, ocorrem idéias a partir de discussões ou de cartas de leitoras, estas últimas, diga-se de passagem, têm sido uma fonte inesgotável para matérias.

A definição da linha editorial

Não temos reunião de pauta, eu é que defino a pauta. Eu componho a revista na minha cabeça e já passo a pauta segundo esta concepção. Com isto, evito que os assuntos batam uns nos outros ou, então, que entrem em contradição. Mas recebo muitas sugestões dos repórteres que trabalham todos como free-lancers.

Todos os artigos de Carícia e Love Story são assinados e isto é importante por duas razões. Comercialmente quando lemos alguma coisa assinada, por exemplo por Bia Hofman, a matéria ganha em credibilidade e a leitora sabe para quem se dirigir apoiando ou criticando. Além disso, quando a assinatura aparece fica claro que aquelas idéias são da responsabilidade do autor. Com isto a revista fica mais democrática. Mas de qualquer maneira, a revista tem certos parâmetros: não é possível, por exemplo, aparecer uma matéria a favor do aborto e outra contra.

Na medida em que você endossa o aborto a nível de revista você também está endossando o sexo sem responsabilidade. É claro que, a nível pessoal, quando uma leitora telefona desesperada, que vai perder a casa que vai ficar na sargeta, etc, você até pode tomar atitude de achar que a única solução é um aborto. Mas é sempre uma questão difícil de resolver. Mas dentro da revista a gente deixa bem claro que aborto é uma coisa perigosa, com risco de vida para a mãe, para a criança. Enfim, adotamos uma posição editorial contrária. Além disso existe o problema legal, o aborto não é uma coisa liberada e a Abril não colocaria em banca uma matéria favorável ao aborto. Mas não é só isto: é uma posição pessoal mesmo.

Existem outros aspectos que achamos importantes ressaltar, às vezes, até em tom de brincadeira, se bem que no fundo a coisa é séria. Mandar a leitora para psiquiatra, para fazer análise ou terapia não está com nada. A gente fala como brincadeira mas é um absurdo você comprar uma revista que te manda para a terapia.

Carícia: uma concepção de vida

É muito bom trabalhar em Carícia. É uma coisa muito próxima da gente: tenha a impressão, inclusive, que os free-lancers nos procuram porque estão identificados com o estilo da revista. Parece que todo mundo está na mesma. Repare por exemplo que existe uma concepção por detrás de todas as matérias de sexo: ele sempre aparece ligado ao amor. Falar de sexo mecânico é uma matéria de saúde. Não existe sexo livre na revista, nós não esta-

mos nesta. O sexo com responsabilidade e com amor é o que defendemos. Responsabilidade com você mesma, com o outro, enfim com a relação entre pessoas. Apesar de termos feito matéria em que o sexo aparece desligado do amor pois não é possível negar que o sexo pode ser feito sem amor, assim como o amor pode existir sem sexo. Carícia é uma revista moralista. É preconceito dizer que não é pois ela tem uma linha ética, uma linha moral bem definida. E se você pensar que esta é uma revista para adolescentes eu acredito que este fato é positivo. Afinal, temos uma geração liberada, como é a de hoje, e a gente poderia achar isto uma maravilha, após tanta repressão. Mas a liberdade em que esta geração se criou terminou por lhe trazer uma angústia que era difícil de prever: ela termina por querer parâmetros. Ela diz "me segura por amor de Deus", pois se posso tudo o que não posso? Nesta medida acho que a linha da revista é positiva, pois contém preceitos morais, o que acho legal. Pois é difícil viver sem conceitos morais.

Os leitores são jovens

Por pesquisas sabemos que nossos leitores são da classe B alta, a maioria é constituída por estudantes. Agora, este é um perfil mais econômico do que cultural. Pois recebemos inúmeras cartas pessimamente escritas e até parece que provêm de pessoas que não tiveram educação escolar. Mas o problema é que as escolas não estão ensinando adequadamente. Mas trata-se de gente que foi criada no melhor, com Nescau. Enfim, pessoas que têm condições. Pois é um engano pensar que Carícia porque tem fotonovela, é uma revista de empregada. Muita gente chega com esta idéia, pelo preconceito que a maior parte das pessoas — pelo menos entre intelectuais — é que são empregada lê fotonovela. Ora, pode ser que o nível cultural da classe B tenha terminado por descer ao da classe C. Aliás, fico furiosa quando vem um pós-graduado achando que está fazendo um favor em escrever uma matéria para Carícia. Nós todos, na redação, também temos pós-graduação. E é preciso entender a importância de escrever para jovens. Pois os adolescentes vivem uma crise e é só nestes momentos que as pessoas se modificam. Trabalhar com pessoas em crise é algo valiosíssimo e, ao mesmo tempo, muito delicado. Não é passatempo.

Nós temos bastante clareza que nosso público é constituído por jovens de 14 a 18 anos e conhecemos sua cabeça. Isto é, temos aquela parcela que é completamente ignorante e a outra que tem conhecimentos ou pseudo conhecimentos mas que não consegue agir adequadamente. Aí a gente precisa abrir — e eu digo bem,

abrir — as mensagens das matérias, isto é, acho que nossas matérias são muito abertas. Tenho até uma dúvida: será que não são abertas demais do ponto de vista do leque de opções? Se o teu problema é tal existem estas e aquelas opções: com isto deixamos sempre a escolha para a leitora. É muito raro que coloquemos uma regra. Neste sentido, nossa relação com a leitora é muito diferente daquela que existe nas revistas americanas, que colocam "how to do x ou y", enfim, que estão sempre propondo soluções prontas, no estilo de "como vencer na vida sem fazer grande esforço". Imagino que para muitas leitoras seja um consolo receber uma regra que ela pensa poder resolver seu problema. São que dentro do meu modo de pensar não dá para ficar propondo regras: é ser desonesto com a leitora pois esta mesma regra pode só estar tapando o sol com a peneira.

Carícia é única no gênero

Acho que não existe uma revista que dê continuidade, para uma faixa de idade mais elevada, ao estilo da proposta de Carícia. Alguns dizem que NOVA faz isto, mas não estou de acordo. Algumas matérias dentro da NOVA podem seguir nosso estilo, dar o mesmo tratamento ao assunto. Mas o tom geral de NOVA é absolutamente divergente: ela é uma revista norte-americana, enquanto Carícia é mais européia. Aliás, isto pode ser reflexo de nós mesmas: fiz filosofia e na Faculdade a influência vem da França.

Outro aspecto muito próprio de Carícia é que todas as leitoras têm comum o fato de serem adolescentes, de estarem vivendo sua adolescência. Depois que cada uma sair desta etapa pode seguir um caminho diferente: estar numa de Capricho, ou encarar uma de NOVA ou de Capricho. A proposta da revista é tão aberta que menina pode escolher ser uma mulher Capricho ou uma mulher NOVA ou ser uma mulher que lê Veja. Nós não temos intenção de encaminhá-la para um outro veículo.

Carícia é tão especial em sua abertura que muitas vezes recebo recados para "maneirar". Veja, por exemplo, uma matéria que escrevi há pouco tempo. Ela tem muito de mim mesma: é sobre a solidão. Normalmente, nas revistas do estilo norte-americano, a solução é tratada com receitas tipo "vã ao cabelereiro", "compre um vestido novo" e assim por diante. E a matéria de Carícia diz o contrário: está só? Curta neste momento preciso de sua vida. Aprenda a ser só, a se conhecer como indivíduo. Enfim, é uma abordagem anti-imprensa feminina tradicional. Outra coisa existe algo mais sofrido que o fim do primeiro amor? A gente fica se per-

guntando aonde errou, enfim é uma desgraça. Agora, você vai dizer para esta menina que está azarada da vida que arrume muitos namorados pois é nada melhor para curar um amor terminado? Acho que é um desrespeito, uma ofensa para leitora tal tipo de colocação. E nós respeitamos o leitor. Já vi em muitas redações o leitor ser tratado como um chato quando telefona fica aquele empurra-empurra para se livrar dele. Nós ficamos papeando horas, sacando as pessoas, temos respeito por eles. E nós precisamos deles, além do mais.

(*) *A entrevista com Ines Knaut foi realizada a 14/08/79, em São Paulo, em colaboração com Cynthia Sarti.*

V - PAPEIS FEMININOS E FAMÍLIA NA IMPRENSA PARA MULHERES

"A subjetividade - o 'universo dos sentimentos' - foi apropriada pelo sistema capitalista, da mesma forma que nossa força de trabalho, buscando moldar as pessoas às suas necessidades. Como não se vê, pega ou mede a subjetividade, é difícil para as pessoas lidarem com essas questões fora de seu universo particular. Entretanto, parece-nos fundamental lutar contra essa ordem de coisas. Como pensar numa nova mulher, liberta de seu passado de séculos de opressão, sem questionar profundamente o autoritarismo, a brutalidade, agressividade, desconfiança e todas as formas de preconceito? É por isso que buscamos uma transformação que comece também por mexer com a prática individual de cada uma. Uma prática que, ao contrário do ditado - comece pelo 'santo de casa'. Enfim, um feminismo presente cotidianamente entre nós."

Nós Mulheres, 1979

1. A imprensa especializada

A imprensa para mulheres é especializada não só por se dirigir a um sexo exclusiva ou predominantemente, mas por respeitar os critérios de idade, situação conjugal, cor e classe social. A especialização começa na capa da publicação: um analfabeto registraria a jovem senhora - de beleza convencional e pouca sensualidade - que é o padrão estético-moral de Claudia, assim como não poria em dúvida a juventude da leitora de Carícia, branca, jovem, bonitinha e sem malícia, e as características de erotismo vulgar - no estilo das modernas vamps do cinema norte-americano - das capas de Nova. As ilustrações e propagandas também deixam claro (como se não bastasse o próprio preço das publicações) que as heroínas em questão vivem num universo sem pobreza, sem negros, sem velhice, sem feiura, em síntese, sem contradições sociais.

A revista comprada na banca tem uma história, na qual algumas mulheres estão produzindo textos, ilustrações e propaganda e tentando não perder de vista sua leitora: a outra mulher que compra, quinzenal ou mensalmente, uma revista feminina. Daí a necessidade de um perfil da leitora, de uma representação conveniente daquele para quem se escreve. "Pensem em mulheres como nós quando forem escrever", ensina a diretora de Nova; "pensem em suas filhas ou irmãs adolescentes", poderia aconselhar a editora de Carícia; "pensem nas mulheres dos clubes de mães, dos bairros pobres da periferia", repetiam as jornalistas feministas às pessoas interessadas de suas publicações. Tudo se passa como num processo de decantação, em que o objetivo é uma tipicidade mais próxima do real, estimulando a escrever sua matéria; a produzir o discurso esperado. Cada artigo não deixa, pois de refletir duas concepções da leitora típica: aquela que a articulista acredita corresponder ao ponto de vista da empresa (e que, em casos de equívoco, será corrigida pelo editor-chefe) e aquela imagem que representa a concepção própria ao articulista.

Se a especialização começa na figura da leitora típica, cuidadosamente definida a partir de critérios sociais, raciais, e etários, ela persiste em todas as páginas da publicação, determinando o texto, a linguagem e a ilustração. Em poucas palavras, abrangendo os diferentes tipos de fala que o universo editorial permite. Tais critérios de tipificação/especialização são comuns à imprensa feminina e à feminista, constituindo menos uma tentativa de dar conta da diversidade - tão esmagada por padrões real ou supostamente considerados como majoritários, logo universais - do que o hábito de fetichizar o interlocutor passivo, o leitor, reduzindo-o a uma das suas dimensões e ao papel do "outro".

Subjacente à especialização existe uma relação desigual entre o autorizado a falar/escrever e o ouvinte/leitor : um didatismo autoritário concede todo o saber aos que estão do lado de cá, es crevendo. É a leitura para os operários, da autoria das lideranças letradas; são os livros de crianças, escritos por adultos , sem se falar dos textos de conscientização das massas. Todos incorrem no risco de reproduzir as hierarquias de um determinado tipo de saber, mesmo quando sua intenção é libertadora, pois o problema situa-se no poder desfrutado pelos detentores do "discurso conveniente". Muitas vezes, tal como testemunha a imprensa para mulheres, o didatismo autoritário vem acompanhado pelo simplismo, com a desculpa de que o leitor pode não entender direito, que é melhor "dar tudo bem mastigadinho". É neste particular que os dois segmentos da imprensa para mulheres, tanto a tradicional, como Claudia, Nova, etc. quanto a "alternativa", constituída pelos jornais feministas, encontram-se e dão aos mãos. A leitura das coleções destes representantes da imprensa para mulheres revela a preocupação, às vezes caricatural, de se falar da maneira que supostamente corresponderia ao universo cultural da leitora, de modo que o uso de gíria ou de expressões populares teria a incumbência de democratizar o texto. A utilização de palavras como "carinha (para referir-se a um rapaz), "transa" (podendo significar um namoro, ato sexual ou simplesmente a relação entre duas pessoas) e "barato" (como sinônimo de emoção ou situação gratificante) é realizada, nos textos de Carícia e similares, com a mesma intenção de assumir as especificidades dos jovens quanto o "nóis vai", "nê" e o "prã que" que denotavam a presença de mulheres pobres nas páginas do Nós Mulheres.

Assim, não obstante a preocupação dos jornais feministas em defender uma linha editorial de conscientização da mulher, para a transformação de sua condição social, os processos através dos quais divulgaram suas idéias e não conseguiram impedir o didatismo autoritário. Críticas com respeito às propostas da imprensa feminina convencional, as feministas conceberam seu projeto alternativo quase que exclusivamente do ponto de vista do discurso pamfletário, quando romper com os limites da relação leitor/articulista exigiria, provavelmente, a transitividade de situações: a revelação do processo de produção do jornal e individualização do texto - é fulana de tal, com tais características que está escrevendo - como momentos fundamentais.

2. O específico feminino

A imprensa feminina trata dos temas mais universais e importantes da vida real das pessoas; fala sobre aquelas questões nas quais investimos grande parte de nossas energias físicas e psíquicas, tais como o amor, as relações entre homens e mulheres, a vida doméstica, o cotidiano. Não existe nenhuma razão para que tais temas, ligados a atos humanos essenciais - a produção e reprodução da vida de cada um de nós e da espécie - sejam considerados menos importantes do que a situação política da Indochina. Pode-se argumentar que o cotidiano individual está sobredeterminado pelas condições históricas da nossa época, daí a importância dos temas universais. Mas o que elimina a importância dos temas do dia-a-dia é a divisão da realidade social em fatias estanques, em que determinados tipos de acontecimentos pertencem a uma seção; separam o privado do público; o que deve e que não deve ser tratado abertamente, desqualificando o tempo vivido na intimidade como objeto do conhecimento.

O privado é assunto pessoal; o doméstico é assunto de mulher e as coisas próprias às mulheres nunca figuram nas prioridades políticas, tecnológicas e científicas da nação. Então o próprio fato de uma publicação dirigir-se a mulheres define sua importância menor, assim como a leitura das revistas femininas é vista como de mais fácil entendimento do que a imprensa masculina (abrangendo tanto as publicações ditas gerais como Isto É e Veja, quanto aquelas especificamente dirigidas aos homens como Status, Playboy e similares). Na verdade, algumas matérias de Claudia e Nova apresentam problemas e textos bastante complexos, mais longos e aprofundados do que os textos uniformes e simplificados das revistas ditas de interesse geral. Dificilmente um assunto relacionado aos temas considerados de interesse feminino (da casa à vida afetiva) recebeu tratamento mais cuidadoso do que o dispensado pela imprensa para mulheres. Até muito recentemente, os assuntos masculinos ou de interesse geral, em compensação, recebiam pouco espaço e eram tratados da maneira a mais superficial, retrato da compreensão idiotizada que certos articulistas supõem ser da leitora. Hoje em dia, matérias sobre política, e economia, entre outras, correspondem a seções fixas de Nova e seus responsáveis são jornalistas consagrados como de grande seriedade profissional e competência, tratando das questões de forma adulta.

Assim, paradoxalmente, o universo temático de uma revista como Nova é muito mais universal do que Veja, excluídas as diferenças próprias ao fato da primeira ser mensal e a segunda semanal, e exceção feita ao noticiário internacional. Em compensação, os temas pessoais estão ausentes das páginas de Veja, tanto do ponto de vista

da comunicação do articulista com o leitor - já que existe a explícita orientação de despersonalizar o texto criando um estilo que é da revista e ao qual cada articulista deve se submeter -, quanto da perspectiva em que os temas são tratados: fatos e análise pretensamente objetiva destes mesmos fatos.

Uma vez que defendemos a idéia de que os temas femininos não são específicos à mulher, por tratarem da vida afetiva e da sobrevivência cotidiana do indivíduo, temos de apontar no que reside precisamente a especialização. A dificuldade de minha apreensão deveu-se ao caráter de "objeto" já conhecido" que uma revista feminina tem para qualquer mulher letrada. Em outras palavras, não houve nunca a descoberta - e a análise mais crítica - do que é exatamente uma revista para mulher. Eu já conhecia, de alguma maneira, a revista que lia: já tinha uma expectativa do que encontraria. E é esta convicção, partilhada por todos nós, de que conhecemos o que é uma revista masculina, infantil ou feminina, que tornou mais fácil enxergar meu objeto de análise. Pois eu também considerava que falar do amor ou da família é uma questão menor, de interesse secundário, mais próprio às mulheres. E utilizava o tema como índice da maior ou menor especialização, quando na verdade a grande diferença reside na perspectiva sob a qual o tema é tratado. De fato, a feminização do tema deve-se principalmente aos supostos que estão presentes quando o objetivo do articulista é escrever para mulheres. É aí que as hierarquias sociais e a assimetria sexual tornam-se patentes: uma empregada doméstica é a outra - o lado que nunca é levado em conta em um artigo de uma revista feminina. A perspectiva única é a da patroa ou da família empregadora, vale dizer, só interessa tratar dos problemas e dificuldades que os patrões têm em relação aos empregados, a recíproca não existindo nunca. E quanto aos temas que envolvem a relação homem-mulher, o ponto fixo de referência é sempre o homem, o centro do universo. Assim, quando se fala em casamento, os ensinamentos e conselhos são dados com o objetivo de adequar a mulher - leitora às mudanças das instituições e costumes; em torná-la apta para o cumprimento de seus (indiscutidos) papéis: esposa, dona-de-casa, mãe. As mulheres aprendem aquilo que os homens pretendem dela, mas pouco ou nada se fala daquilo que elas devem pretender deles. E o silêncio é ainda maior no que se refere a avaliação crítica destes papéis e das instituições a que eles servem. O "ser mulher" das revistas femininas, até muito recentemente, significava deixar intocada a supremacia masculina e a ordem patriarcal, salvo algumas exceções já apontadas, como os artigos de Carmen da Silva e de outras articulistas que adotavam a mesma postura. Atualmente, após anos de atuação das feministas e da importância visível assumida pe-

lo movimento de mulheres, especialmente notável por ocasião do 1º e 2º Congresso da Mulher Paulista, novos valores e discursos encontram-se também nas revistas femininas tradicionais, acentuando a tendência à ruptura com o modelo de mulher dos anos 60, data de surgimento de Claudia e da moderna imprensa para mulheres no país.

3. Duas décadas de imprensa feminina

O lançamento de Claudia em 1961 constitui marco importante na história da imprensa feminina, dada a introdução do estilo "magazine moderno"; espécie de guia prático de todas as horas para mulheres jovens, filhas da classe média, educadas dentro de concepções muito rígidas quanto aos papéis sexuais, ou seja, destinadas a serem exclusivamente donas-de-casa. Mulheres, no entanto, que vivem uma época de transição, pois, em seu horizonte próximo, processa-se o incremento da taxa de participação feminina nos empregos remunerados. A leitora de Claudia, e sua fissura entre ser dona-de-casa tradicional ou acumular a dupla jornada de trabalho, pelo exercício de atividades remuneradas, envelheceu com o tempo, vivendo de maneira passiva o desmoronamento de um certo estilo de vida (da classe média dos anos 50) sem ter conseguido absorver as propostas novas da juventude dos anos 60.

Para as novas gerações de leitores a Editora Abril lançaria, em meados da década de 70, dois estilos, bem personificados em Nova e Carícia, de revistas típica de leituras sobre comportamento com reflexões e receitas do "como viver" no sentido o mais amplo - o que inclui o "como amar"; "o que ler"; "o que comprar", "como ser feliz". Em outras palavras, o eixo temático desloca-se, então, da esfera da rotina do viver, com modelos de orçamentos, receitas, dicas, etc., para a ideologia do viver enquanto mulher. São as novas solicitações da vida conjugal, depois que os relatórios sobre sexualidade feminina desmontaram alguns mitos da feminilidade (criando, por sua vez, novos mitos do "produtivismo" amoroso, da sexologia e ciências afins); são os conselhos para os jovens modernizarem o casamento mas manterem, no essencial, a divisão patriarcal dos papéis sexuais na família; é a ideologia do poder mágico dos especialistas, dos pedagogos aos psiquiatras; é a tentativa de domesticação dos valores novos ao mesmo tempo em que eles impõem sua presença, obrigando as revista a se adaptarem aos novos tempos. E, ao lado de revistas que não completaram ainda uma década de existência, e que tratam de temas absolutamente chocantes para nossas avós, em nossa idade, vive-se a universalidade do mito amoroso, pois ao lado do sempre florescente comércio das fotonovelas vemos a rápida expansão do comércio dos contos de amor, atingindo um público diferenciado

de mulheres, das netas às avós.

Já se falou anteriormente que Claudia representa a proposta mais reformista de mulher. Dirigindo-se para aquelas que não querem (não pensam ou não podem ter) outra alternativa de vida senão casar-se para dedicar-se em tempo integral à casa, marido e filhos, e cujo nível de renda familiar permite ainda que o marido seja o exclusivo provedor de recurso financeiro para a unidade doméstica, Claudia transforma todos os homens em maridos, todas as crianças em filhos e todas as casas em doces lares.

Nenhuma outra relação pessoal ou familiar merece maior atenção; pouco ou nada se propõe tendo em vista o aprofundamento da amizade, por exemplo, entre mulheres ou entre os dois sexos. Tudo o que vem ou criança são merece atenção porque é filho e a centralização do universo afetivo em tão poucas pessoas termina por reduzir, ainda mais, o já reduzidíssimo espaço afetivo da burguesia e pequena-burguesia urbanas. As pessoas, aliás, são reduzidas às dimensões do papel familiar, o pai, a mãe, o filho, a filha. Seu mútuo relacionamento encontra-se previsto e regulamentado de maneira que tudo que se espera de cada um é que cumpra com o seu dever, desempenhando bem seu papel. Nada mais perturbador, neste sentido, do que a mãe jovem que tem vida afetiva intensa e se relaciona com outros homens que não o pai. O que dizer, então, da repulsa que causa o fato do marido ficar em casa enquanto a mulher se encarrega da vida financeira da família? Eis o que parecia tão subversivo na relação John Lennon e Yoko Ono.

Assim, a mais recente criação de Claudia diz respeito a domesticação das novas propostas de comportamento e de relação entre os dois sexos. Um exemplo da forma pela qual Claudia idealiza o casamento, mostrando-o como o "grande ideal feminino", é a reportagem com Rita Lee, no número de dezembro de 1980. A ousadia e espírito de inovação da cantora - e sua declarada defesa do uso e legalização da maconha, por exemplo - são deixados de lado para mostrá-la como mulher Claudia: dinheiro para curtir o que é bom (da casa à babá e cozinheira fiel - que sorte! ter uma empregada boa, aos móveis "sóbrios e bons"); a super mãe, enfim, o sonho de qualquer menina de boa família: *"Quer dizer então, que somando tudo - casal lindo, lindos filhos, casa linda - estamos diante de um casamento perfeito? O repórter seria a última pessoa da terra a afirmar isso. Quando nada, por desconhecer a intimidade dos dois. Ricos famosos, bonitos - nada disso os isenta porém, de problemas. Quem não os tem? Mas os de Roberto e Rita, enquanto pessoa e enquanto casal, não se deixam adivinhar"...* E ao final da matéria: *"Rita Lee é assim com Roberto, menina, mulher, irmã, pintam até lances de mãe. Roberto é assim: ga-
ro*

roto, homem, mano, às vezes até pai. Um casal que dá na gente vontade de casar, ser feliz. Como sonhamos, precisamos e merecemos! A história de Claudia, é pois, a das seguidas tentativas de rejuvenescimento - da descoberta de novas facetas - do casamento. A revista, ao longo destes vinte anos, luta por apresentar como modelo de felicidade uma quimera que anda bem desvalorizada no cotidiano. Afinal, que mulher acredita ainda no mito do "destino feminino" e das delícias da vida familiar-conjugal? O fato de que exista um padrão socialmente difundido de relação entre os sexos - que a mulher desempenhe os papéis de dona-de-casa/esposa/mãe frente ao provedor de recursos financeiros/marido/pai que é atribuído aos homens - não significa que seja a única ou melhor possibilidade de relação sexo-afetivo familiar. Em outras palavras, esta é a realidade atual mas, nem por isso, a única possibilidade de relação. E, ao comprometer sua linha editorial com a defesa do casamento e da família, melhor dizendo, desta fração de famílias que desfrutam de rendimentos de natureza a permitir escolas pagas, casas confortáveis e ao menos um automóvel, enfim, das famílias urbanas das classes altas, Claudia só sofreria modificações na forma: modernizando-se a aparência da mulher; do casal e da família que hoje são consideradas "caretas" (vale dizer, ultrapassadas, conservadoras).

Modernizar o casamento não implica, é bom deixar claro, mudanças consistentes nas qualidades, nas características das atribuições/papéis femininos. E este é um dos aspectos mais conservadores, mais significativos do apego ao status quo da revista. Pois se não retratamos as contradições presentes na maior parte das famílias brasileiras nas quais a ideologia de que "o homem sustenta a mulher" enfrenta a evidência do significativo crescimento do número de mulheres trabalhando remuneradamente - todo o discurso gira em torno de questões atomizadas (a mulher recebendo conselhos para cozinhar; páginas de moda para copiar, etc.) e, principalmente, da imagem ideal de leitora que o corpo editorial desenvolveu. Para a ficção mulher-Claudia sempre existem conselhos e soluções que tornaram sólúveis "problemas", na medida em que os verdadeiros problemas não chegam a ser aflorados. Claudia, assim, sustenta uma opinião mítica e falsificadora da realidade das mulheres, banalizando os problemas e propondo soluções superficiais, ao mesmo tempo em que transforma uma instituição - o casamento monogâmico burguês - em modo "natural" de vida e em objetivo principal da mulher.

Nova, talvez na tentativa de ser fiel ao próprio título, é a revista feminina que maiores transformações sofreu do ponto de vista do conteúdo editorial, ou, mais precisamente, da perspectiva analítica com que trata os temas femininos. Neste sentido, ela representa

um bom exemplo do alcance das conquistas realizadas pelo movimento de mulheres em nosso país, que vem, pouco a pouco, questionando os valores e hierarquias de uma sociedade capitalista e patriarcal.

Nova, evidencia o impacto das teses da ação das feministas, tal como sucedia na televisão com programas como *Malu Mulher*, e, mais recentemente, *TV Mulher*, ambos da Globo. O ponto de inflexão mais marcante, nesta trajetória de absorção dos temas colocados na ordem do dia por mulheres organizadas, situa-se em outubro de 79, quando visíveis alterações no índice de apresentação - com nova diagramação - somam-se ao editorial de Fátima Ali no Aqui na Redação e o texto de uma propaganda de perfume, ocupando toda a terceira página, que diz: "Não posso ficar parada enquanto tudo muda à minha volta. É preciso estar atenta para mudar junto. Mais do que isso: para propor mudanças". Estar atenta às mudanças: eis aí a fórmula dos novos temas e abordagens que a leitora começa a encontrar na sua revista feminina. Fátima Ali, diretora de Nova esclarece bem o processo ocorrido em sua redação: "Tem sido fácil perceber, nos últimos meses, curiosidades novas no universo das mulheres. Em conversa com nossas amigas começamos a notar o quanto elas estavam atentas e interessadas numa gama de assuntos que incluía a alta do preço da gasolina, a guerra na Nicarágua, a discussão da anistia para exilados e presos políticos brasileiros. As cartas que nos chegavam, das leitoras, batiam na mesma tecla: sugeriam, exigiam mesmo que trouxéssemos para as páginas de NOVA temas como esses. E, portanto, tentando manter sintonia com o momento que estamos vivendo, que temos reservado espaço para os assuntos mais comuns a esse momento (...)" . Editorial de Nova nº 73, outubro de 1979.

A política e a economia passam, então, a compor o universo dos interesses das leitoras, a partir de uma exigência que partiu delas mesmas e são temas tratados com seriedade, ou seja, fazendo crer que estão longe os anos nos quais sequer o golpe de Estado no país pareceu, para o articulista Luis Weis, na Claudia de dezembro de 1964, ter despertado a atenção da leitora, já que os grandes acontecimentos deste ano teriam sido o monoquini, uma visita de Brigitte Bardot e outras superficialidades no gênero. Assim, algumas das grandes ausências que constatamos na leitura das coleções de revista feminina até meados de 79, começam a ser preenchidas. É o caso dos articulistas de sexo masculino que criticam o machismo, expondo a fragilidade masculina através de um discurso direto (em que o articulista fala no presente do indicativo), e que começam a aparecer nas páginas de Nova e, em menor medida nas de Claudia.

Na citada Nova de outubro 79 lê-se a seguinte conclusão do jornalista Vitor Sznejder: *Tudo isso significa que não há cientificidade em afirmar-se que a fragilidade, a insegurança, a carência afetiva, o ciúme e a passividade sejam características femininas; nem, tampouco, que o contrário constitua privilégio dos homens.*

No fundo, o que importa é deixarmos virem à tona os sentimentos humanos que trazemos conosco, não dando muita importância ao que a sociedade pretende ou espera do nosso comportamento. Seres humanos estereotipados, mutilados em seus afetos, e robotizados em suas ações, podem produzir uma sociedade muito rica em termos materiais, mas seguramente pobre em termos culturais e afetivos. E uma coisa acaba por destruir a outra.

Do machismo masculino, e da passividade feminina, resulta a solidão.

NOVA CONTA TUDO, seção fixa que toma 2 a 5 páginas da revista, nasceu em novembro de 79 contendo ataques diretos às manifestações misóginas, através do "De olho no preconceito", em que as leitoras são chamadas a participar: *Esta seção é de denúncia; contra notas, fatos, anúncios, declarações em que a mulher seja discriminada. Se você tem alguma sugestão, mande-nos. Revista NOVA, Caixa Postal 2372 São Paulo, SP, além de matérias curtas que examinam aspectos menos conhecidos da opressão feminina, como questão da discriminação na linguagem, etc. Finalmente, na seção Opinião, temas que abrangem a questão da legalização do aborto; o trabalho feminino invisível pelas estatísticas; mulheres dando cantadas em homens e outros no estilo são discutidos por atrizes, intelectuais, sociólogas, que trazem para a leitora um material de reflexão. A atriz Regina Duarte, opinando sobre a mulher que toma iniciativas sexuais, tece considerações interessantes sobre a precariedade dos modelos atuais - o passivo feminino e o agressivo masculino - e afirma que: Na verdade, eu acho que estamos vivendo um momento de susto: muitas mulheres se surpreendem com seu próprio comportamento e muitos homens se assustam com as mulheres.*

É comportamento radical, mas tem uma explicação: afinal, são anos de sufoco, passividade, e silêncio. De repente, de calada a mulher passou a gritar foi a forma encontrada para romper a situação anterior. Só que esse comportamento é agressivo, desequilibrado e assustador; pode até se tornar ridículo quando a mulher assume uma postura tão machista quanto o machismo que ela abomina e está tentando anular. Acredito que, passado esse momento de exacerbação, a mulher pare de gritar e encontre um tom de voz ameno, natural. Esse é o caminho para se chegar a um equilíbrio, a uma verdadeira igual-

dade de direitos. Quando isso acontecer ninguém mais vai levantar questões como essa: é irrelevante quem toma quais iniciativas. Os encontros vão acontecer de forma mais simples, espontânea e o papel da abordagem fatalmente vai cair.

(Nova, 28 de julho de 80)

As reportagens, abordando temas da violência sexual, morte na tortura do jornalista Wladimir Herzog, etc., colaboraram também para a maior atualidade de temas e perspectivas de Nova, aumentando, ao mesmo tempo, a importância de matérias realizadas no país, pois a transformação da revista só pode realizar-se com a diminuição do material de baixa qualidade traduzidos do inglês da Cosmopolitan.

Carícia, a revista para os adolescentes, permaneceu alguns anos - de sua criação até meados de 79 aproximadamente, - como a mais avançada publicação feminina da Editora Abril. Dedicando-se quase que exclusivamente ao comportamento sexo-afetivo, a revista tratou com abertura questões que ainda afligem o maior número de mulheres na puberdade, e que podem ser resumidas na questão da virgindade e na vida sexual desvinculada do casamento.

O problema enfrentado por Carícia diz respeito aos próprios limites que a revista se impõe em termos de temas e estilo de matérias. Em outras palavras: a opção por matérias muito curtas se não impossibilita dificulta sobremaneira o aprofundamento dos temas. Carícia escolheu ser a interlocutora de pessoas cujos problemas aparentemente poderiam ser resolvidos com um bom papo. E pessoas cujos problemas se restringiriam a perder um certo moralismo e a encarar o sexo com maior naturalidade. As coisas começam e terminam nas próprias adolescente, com poucas referências à sociedade em que vivem; aos preconceitos que qualquer atitude que confronte as regras termina por gerar, enfim, aos sutis mecanismos de estigmatização e marginalização que operam punitivamente, contra os infratores das regras sociais. Em síntese, o universo editorial de Carícia trata de problemas como se fossem apenas individuais, esquecendo completamente as contradições sociais/sexuais que determinam em grande medida o espaço em que cada um de nós viverá sua vida. Uma matéria que trata dos problemas da "entrega" esclarece bem as semi-verdades de Carícia: *Esqueça a folhinha e tente pensar pela sua própria cabeça. De outro jeito, vai se arrepender, faça o que fizer. Sexo é uma coisa que deve acontecer naturalmente, condicionado única exclusivamente ao amor e à vontade da gente. Sem esperar outra recompensa, a não ser ter e dar prazer - e olhe que conseguir isso não é fácil.*

Dar tempo, antes de se envolver mais, é uma sãbia decisão. Com isso, você estará dando aos dois maiores chances de se conhecerem melhor e poderão evitar, seguramente, um sofrimento inútil no futuro.

Mas faça isso sem estipular uma data-limite para qua o ato sexual a conteça. Sem posar de garota sãria, nem ter medo de ser mal interpretada. Senão, vocês vão passar dias meses ou um ano ou seja lá quando for, vivendo em mentira e desconfiança- E quando o "grande dia" chegar, que alegria você poderá sentir?

Carícia nº 78, outubro de 80

Tente pensar pela sua própria cabeça: o que significa isto, quando sabemos até que ponto nossa cabeça já esta feita... Além disso, como transformar o problema da relação sexual feminina em uma decisão exclusivamente sua enquanto a esmagadora maioria dos homens ainda alimenta a idéia de que as mulheres de vida sexual livre são "fáceis", "galinhas" e outros epítetos semelhantes? Enquanto a própria lei reconhecer a não-virgindade como razão de ruptura do contrato matrimonial, por "engano de pessoa", como exigir das mulheres que se atenham a seus impulso sem outras considerações? Como ignorar, pois, o machismo reinante, e mais ainda glorificar este machismo através da construção de uma figura de machão simpático?

Até hoje não tinha topado com um machão, e era fácil dizer: "não admito". Acontece que, na prática, quando sentimentos verdadeiros estão envolvidos, a coisa é muito diferente. Você não diferente da maioria das mulheres saudáveis que procuram num homem apoio, força e proteção. Mas ainda não entendeu que querer isso não é a mesma coisa que procurar uma muleta, um dono, um patrão. E porque não entendeu e nunca esteve numa situação dessa, as pernas ficam bambas. Serã que não estava me enganando esse tempo todo?

Parece que esteve se enganando, realmente, mas o erro foi outro. Essa coisa ideal de amar apaixonadamente, mas sem nunca invadir os mais íntimos limites do outro, não existe. E se existisse seria uma chatice. A briga de foice também faz parte. E se você for dez por cento da mulher que pensa que é, vai descobrir que o machão pode ser um dos homens mais estimulante do mundo.

Carícia 70

A troca generosa entre os dois parceiros é a base da reciprocidade e simetria na relação amorosa. Busco apoio e proteção; dou apoio e proteção. E a força? Está ligada à idéia de respeito à integridade do outro? Se não está, não faz sentido colocá-la entre os requisitos que uma mulher busca homem. E ainda por cima jogando a suspeita de pouca feminilidade às mulheres que por acaso fugirem ao estilo do machão. Ainda mais irresponsáveis fica o fim da matéria quando sabemos que vivemos em um país onde os machões estão amparados legalmente para matar. Assim, alguns dos "homens mais estimulantes do mundo" pode facilmente se tornar um Docca Street, um Lindomar Castilho e outros nomes menos conhecidos como assassinos de mulheres.

Além de minimizar a importância dos valores e instituições em torno dos quais se organiza a vida sexo-afetiva das pessoas em sociedade, Carícia faz tábula rasa dos aspectos mais corriqueiros da vida do adolescente e que estão por trás justamente do poder dos pais sobre os filhos. Quando o Estado zelar por todos seus cidadãos, possibilitando outras formas de criação das crianças que não as famílias ou os reformatórios; quando os jovens tiverem direito à educação e ao trabalho, enfim, quando existirem condições que hoje estão completamente ausentes em nosso país poderemos, então falar da liberdade afetiva e sexual para os jovens. Mas, enquanto, os pais forem os exclusivos provedores da subsistência material dos filhos e cobrarem por isto o exorbitante preço da propriedade sobre os destinos dos jovens - infantilizando os filhos, impelindo-os para carreiras profissionais que não correspondem a suas inclinações, massacrando a nova geração com valores e exigências de produtividade, competição lucro e sucesso - longe estaremos da situação real de liberdade, que é o poder ser verdadeiramente sujeito da própria vida.

4. A MAGIA DOS CONTOS DE AMOR

"Ser o que sou todo o dia
nesta cidade infernal:
cigana, poeta e vadia,
e ser, por que não?, imoral".

(Marlui, Aprendendo a Nadar)

"Sacha estava ansiosa para chegar a La Valaise, encantadora a aldeira ao sul da França, onde esperava esquercer seu frustrado romance com Nigel. Porém, não sabia que aquela fuga iria mudar o rumo de sua vida! Quem era Tor e aqueles outros russos que a mantinham prisioneira em tão misteriosas circunstâncias? Sacha tentou por várias vezes fugir. Tudo em vão... Tor, o eslavo intrigante e perturbador neutralizara tranquilamente seus esforços inúteis. Mas a reconquista da liberdade seria o bastante para ocultar as novas revelações de seu coração?"

(Mary Wibberley, "Armadilha Amorosa", Sabrina nº 19 - texto da contracapa).

"Catherine jamais se sentiu tão insegura toda sua vida! E, para piorar as coisas, seus pulsos estavam respondendo da maneira a mais perturbadora à distante e inegável aura de masculinidade que parecia emanar dele. Aquelas mãos fortes e morenas que suportavam o queixo, e a pele profundamente bronzeada no colarinho da camisa branca... havia coisas demais em Stefan Medopolis que perturbavam".

(Rebecca Straton, "O Semideus", nº 61, p. 51/2).

4.1. Rememorando

Não conheci uma mulher que levasse a sério as estórias de amor conhecidas como "água-com-açúcar". Na minha adolescência, ainda era moda a leitura de M. Delly e Ardel: a interminável coleção permitia que as mulheres de minha família me presentassem com livros que, em seguida, pediam emprestado. Havia um verdadeiro circuito de leituras estabelecido entre nós: sabíamos o que cada uma tinha para evitar compras repetidas.

Quase vinte anos depois, o fenômeno continua, quando a televisão (e as telenovelas) pareciam ter tornado obsoleto o conto de amor de minha adolescência. Como poderia a heroína aristocrática — virgem e assexuada — concorrer com a Júlia (Sonia Braga) do Dancing Days? Ex-presidiária, mães solteira, amantes que a sustentam... Júlia, no conto de amor, só poderia protagonizar a "Outra" -- a mãe; a anti-heroína. Pois bem, no mesmo ano em que Júlia é a heroína que comoveu até 30 milhões de telespectadores, contos de amor, no velho estilo Ardel/Delly, invadem o mercado editorial feminino.

É claro que existe algo em comum entre a heroína do Dancing Days e a heroína de Sabrina: *ambas vivem o mesmo mito de Cinderela*. São que a segunda utiliza a velha roupagem dos contos de amor. E é tão distante da vida real que não deixa ambigüidades sobre o caráter fictício do enredo. Constitui — expressa e explicitamente — uma leitura de evasão.

E o velho circuito se refaz: dada a inflação, três mulheres da família compram um dos títulos que compões a coleção das "mais belas histórias de amor" da Editora Abril: Sabrina, Júlia e a recém lançada Bianca. Se outros títulos surgirem tratarão de colocar uma parente a mais em nosso circuito pois, como bem esclarece Pier Luigi Bracco, diretor/editor destas revistas, "quem lê uma lê todas" (entrevista realizada na Editora Abril no dia 19/6/79).

Zélia Gattai (1979, p. 110), descrevendo os serões de sua infância, na cidade de São Paulo de fins da 1ª República, conta da reação paterna frente às reuniões femininas que Angelina, sua mãe, presidia, às tardes, com mulheres da vizinhança que faziam crochê ou tricô, enquanto escutavam a leitura de romances de folhetim. *Papai não entendia e ficava intrigado com as contradições intelectuais da mulher. Como podia ela, pessoa de bom gosto literário, que ficava até altas horas da noite — para poder concentrar-se no silêncio — lendo livros de Victor Hugo, de Zola, de Kropotkin, de Eça de Queiroz, versos de Guerra Junqueira, gostar também dos romances em fascículos?*

Quando a vida reunida com outras mulheres, cada qual mais ignorante, ouvindo as filhas lerem as "idiotices" dos folhetins — ele que zelava tanto pela elevação cultural das filhas! —, algumas vezes ela mesmo lendo "Expulsa na Noite de Núpcias" ou "Morta na noite de Núpcias", balaçando a cabeça, repetia: "Como é que Angelina pode gostar tanto dessas bobagens?" Francamente, tal disparate não podia entrar-lhe na cabeça, escapava-lhe, não encontrava explicação. Chegou a discutir e mesmo criticá-la acerbamente, a boicotá-la pedindo-lhe favores ou chamando-a no exato momento em que ela se deliciava, em plena leitura coletiva, no melhor da festa, na hora do suspense. A essas dúvidas, a essa implicância do marido, dona Angelina respondia simplesmente que os folhetins descansavam a cabeça, distraíam-se sem nenhum compromisso. E que isso lhe era muito necessário, fazia-lhe bem. Que a deixasse em paz com seus romances em fascículos. Adorava lê-los!

A citação longa justifica-se por ser tão evocativa e representativa dos hábitos familiares de uma pequena burguesia urbana, nas primeiras décadas do presente século. Outras memórias, ou mesmo a leitura de documentos da época, constituem provas adicionais da importância da leitura de folhetins (mais tarde, a audiência do rádio) para o lazer feminino. Presas às quatro paredes da casa, as mulheres "saem" através do imaginário, do fictício, fugindo, ao mesmo tempo, da ansiedade provocada pelo "desconhecido (que simbolicamente, representa o rompimento com o status quo da esposa-dona-de-casa-e-mãe) ao prender seu voo a uma trajetória certa — a do romance água com açúcar onde a mocinha sempre acaba nos braços do mocinho. Esta busca sempre renovada do mesmo enredo, esta "compulsão à repetição" da leitura mistificadora; da mistificação do amor entre dois sexos, esta atividade, por assim dizer, faz parte de algo que, provisoriamente chamaremos de "cultura feminina", em oposição à "cultura masculina" representada pelo futebol-conversa no bar-literatura policial.

Assim, este misto de desconforto com perplexidade demonstrado pelo pai de Zélia Gattai — da mesma maneira que a resposta da mãe — constitui expressão peculiar e típica das reações dos homens e das mulheres, respectivamente, frente à leitura amorosa, dos contatos de amor às fotonovelas. Esta identidade de "culturas" ou práticas sociais resiste ao tempo e mesmo, muitas vezes, às diferenças existentes entre as classes sociais: os homens continuam predominando nos bares e campos de futebol (ou, mesmo, em torno da televisão para ver os jogos), enquanto as mulheres são as maiores consumidoras da leitura amorosa. Trata-se, portanto, de buscar as determinações mais essenciais — entre todas que fundamentam uma determina-

da prática social – desta sexualização do lazer e, em especial, lançar hipóteses acerca da qualidade da relação que as mulheres mantêm com a "imprensa do coração".

Desta maneira, nossa preocupação neste texto será analisar o universo das "mais belas histórias do amor" da Editora Abril levando em consideração (a) sua forma de mercadoria capitalista; (b) seu papel de veiculador de ideologias; (c) a estruturação da narrativa e suas principais características; (d) a concepção de família, principalmente no tocante aos papéis sexuais; (e) sua proposta de relação afetiva entre homens e mulheres.

4.2. O homem e a mulher segundo a Mills & Boon

Lady Bruton muitas vezes suspendia o juízo acerca dos homens, em consideração ao misterioso acordo em que eles, e não as mulheres, parecem encontrar-se com as leis do universo; sabem como encarar as coisas; sabem como dizê-las(...)

(Virginia Woolf, 1980, p. 106/7)

Os heróis e heroínas das "mais belas histórias de amor" da Abril (Mills & Boon) são feitos à imagem e semelhança daquilo que a empresa editorial acredita ser o sonho daquela leitora que se supõe ser a leitora típica. Em poucas palavras, para as leitoras inglesas do interior (a massa majoritária das leitoras) – jovens, diga-se de passagem – cria-se uma heroína que é inglesa (tornando assim o personagem mais "próximo") e que viverá – em circunstâncias totalmente sui-generis – a grande aventura amorosa, em lugares exóticos com os "príncipes encantados": latin-lovers, muito viris, fortes e morenos. Para as leitoras de outros países, como é o caso da tradução brasileira, a irrealidade do conto torna-se ainda maior pois é a própria nacionalidade da heroína que é "estrangeira" ao passo que os tais lugares exóticos podem bem ser o Rio de Janeiro.

A partir de uma amostra que corresponde a mais de quarenta por cento de todos os contos publicados no período setembro/78/agosto 80, extraímos um determinado número de informações que nos permitem quantificar a estrutura da narrativa amorosa da Sabrina. Como se pode observar nas cinco tabelas (em anexo), 25 números desta publicação são analisados tendo em vista a comparação das seguintes características: nome da estória (em português e no original inglês) ordem de publicação; nome do casal amoroso (com a explicitação da situação familiar da heroína); profissão de ambos; nacionalidade; idade; tipo físico e local em que a estória ocorre.

Os títulos - apesar das diferenças entre o original e a tradução - remetem ao amor/paixão (em seis deles a palavra aparece); às situações misteriosas/imprevisíveis; ao embate amoroso "nas garras do falcão"; "a lei do mais forte", "adorável tirano" ou simplesmente, a uma característica da heroína ("vida de bailarina"). Via de regra, não existe uma relação explícita entre o título - dada sua generalidade - e o texto. "Entre o amor e o ódio", por exemplo, é um título compatível com praticamente todas as histórias pois é neste espaço que se situa a relação dos heróis.

Os nomes próprios dos personagens tentam fugir aos triviais João e Maria ou mesmo John, Peter, Mary, Helen, etc.), sendo a este reotipia mais pronunciada no caso do herói - supostamente um estrangeiro, logo portador de nome "exótico" - que pode ser Mazzaro; Ron, Andreas ou Tor. Os nomes dos personagens, por sua vez, prendem-se à nacionalidade, que é majoritariamente estrangeira no caso dos heróis (75%), como já foi assinalado e inglesa (85%), no caso das heroínas que, no máximo, são originárias de países de fala inglesa (americanas e irlandesas). Os heróis, contrariamente, podem falar russo, espanhol, francês ou grego. "O amante", como vemos, é exótico" - um estrangeiro de outras terras, como nos contos de princesas encantadas.

A idade dos personagens principais - o casal - também ilustra a estereotipia do "amante típico". A primeira constatação a ser feita concerne à impossibilidade de amor entre uma mulher da mesma idade ou mais velha do que o homem. A mais velha das heroínas tem 25 anos de idade e é, ao menos, quatro anos mais moça do que o galã mais jovem. Em compensação, o galã mais velho poderia, com seus 42 anos, ser pai do heroína mais jovem (17 anos), caso tivesse se casado com a idade da heroína mais velha... A idade média do herói é de 33 anos e meio, exatamente dez anos a mais do que a idade média da heroína, sendo que a distância que separa a heroína mais jovem da mais velha é de oito anos, enquanto que para os homens esta diferença sobe a 13 anos.

A lista de profissões registra, em primeiro lugar, a enorme disparidade entre profissões masculinas e femininas, assim como, a posição social superior do herói frente à heroína e a inexistência de operários ou assalariados médios entre os heróis. Nossas heroínas podem ser, como a vida real, secretárias, enfermeiras, estudantes ou bibliotecárias ou, ainda, não terem profissão determinada. Mas, mesmo quando são médicas, o herói terá uma posição superior (por exemplo a médica estaria subordinada ao comandante do navio onde ela trabalha). Os heróis terão ligação direta com posições de poder econômico e de autoridade: são comandantes de navios; diretores (de ci

nema, de escola, de companhia construtora, de empresa) nobres, proprietários fundiários e mesmo ciganos (que é tanto profissão como nacionalidade nestas estórias).

Excluir os pobres de ambos os sexos do universo daqueles que podem amar significa, como todos sabemos, ao menos para nosso país, excluir a grande maioria da população. Fixar em uma década a distância ideal entre a idade da heroína e a do herói implica, também, em enfatizar a subordinação da mulher ao homem. Em outras palavras, a autoridade do mais velho sobre o mais novo constitui-se em uma forma de situação autoritária, reforçando o autoritarismo inerente à relação homem/mulher. As mulheres são subordinadas porque são mulheres (esta é uma das tautologias mais freqüentemente empregadas contra o sexo feminino); por que são mais jovens; por que são mais pobres; por que estão mais abaixo na pirâmide profissional. Os critérios discriminadores combinam-se, portanto, reforçando-se mutuamente.

A análise das diversas categorias que compõem os personagens revela também o predomínio da moral sexual conservadora, desde que inexistia a possibilidade de uma heroína que não tenha sido desvirginada pelo próprio marido. Uma única mãe solteira termina por se casar com o pai da criança, reparando assim sua situação maculada. Afora os casos em que os heróis se casam logo no início da estória (constituindo uma exceção) as heroínas todas são solteiras. Pobres, viúvas, separadas, divorciadas ou casadas (quando não com o herói): estão expulsas do paraíso amoroso. Mas aí, a situação se assemelha à masculina: os solteiros também são maioria entre os homens. E, enquanto existe uma simpática conivência com os possíveis pecadilhos masculinos a moral sexual feminina tem de ser ilibada. Virgindade, teu nome é mulher!

A situação familiar, como trataremos mais adiante, aparece principalmente para caracterizar a maior ou menor vulnerabilidade da heroína frente ao poderio do herói. Como a proteção materna é, implicitamente, uma espécie de talismã, as nossas heroínas são, em sua maioria, órfãs de pais, ou então, de mãe. Frágil pela graça de seu próprio sexo; inferiorizada pela idade; profissão, status econômico e órfã, a heroína está pronta para sofrer as agruras do amor.

Já sabemos que é jovem: será bonita? Os atributos físicos, como era de se esperar, são bastante e diferencialmente valorizados para ambos os heróis. Algumas regras: ela sempre é mais clara do que ele (loira, em geral), bonita (sem ser excepcionalmente bonita) com algum traço mais marcante, tipo olhos grandes; cabelos brilhantes, etc. O galã é tipicamente um latin-lover: moreno, forte e insinuante. Aparece sempre ligado ao exercício da força de maneira a caracterizar-se como muito viril; de forte masculinidade e estereoti-

pias do gênero. A cor da pele do galã, quase que invariavelmente, é morena (ou bronzeada), atributo considerável irresistível do ponto de vista da inglesa branco-cremoso. A musculatura é valorizada no homem e o charme, ou graça, na mulher.

A exclusão referenciada por critérios de idade, classe social e sexo soma-se a total omissão de indivíduos de cor negra, amarela ou vermelha. Não obstante, os locais serão "exóticos": da Austrália e Nova Zelândia à Itália e interior da França; das ilhas gregas ao México e Califórnia; do interior do Peru a uma viagem ao polo sul. Estes são, em suma, os correspondentes adultos das "terras e povos distantes" das estórias do "era uma vez". A literatura das "minorias" - literatura infantil e literatura feminina - aproxima-se até no estilo do devaneio proposto.

Os elementos da narrativa encontram-se, assim, dispostos, a nossos olhos. O herói - 33 anos e meio, moreno, forte, rico e/ou poderoso -; a heroína - 23 anos e meio, profissão tradicional feminina, orfã e desprotegida, além de bonita e loira - os locais exóticos (permitindo costumes mais "exóticos" ainda, como casamentos ciganos; raptos orientais; prisões domiciliares - semi-feudalismo, - no interior do Peru) que fazem a heroína reviver cenas no estilo do velho cinema do sheik ocidentalizado que rapta a mocinha. A heroína apresenta-se sempre em disponibilidade: não existe nenhuma relação-familiar ou profissional - mais permanente. Os locais, em geral, constituem o habitat do herói; a heroína é que se desloca até ele tornando-se, como estrangeira, mas dependente dos humores do herói. Desgarrada de tudo e de todos, sofre, sem remissão, os arbítrios da situação amorosa imposta pela presença marcante e dominante do herói.

Falamos dos personagens; dos locais que constituem o pano de fundo; do enredo, constituído pela trama amorosa exclusivamente. Outras pessoas não passam de acessórios à estória e ao romance do casal/herói: amigos distantes (a mulher/heroína não tem amigos e amigas que a possam socorrer nas horas difíceis); familiares e, mais particularmente, o "outro" (um pretendente da heroína) e/ou a "outra" (uma pretendente ou amante do herói). As referências políticas serão mínimas, como veremos adiante, além do que aparece mais implicitamente: a defesa da propriedade privada; o racismo; a riqueza material como símbolo de sucesso na vida, etc.

Apresentamos o elenco, o enredo e os títulos: passemos para a linguagem e as proposições sobre papéis sexuais, amor, casamento, família e sexualidade.

4.3. As leis do Amor

*Ele me amava, mas não tinha dote,
sô os cabelos pretíssimos e um beleza
de príncipe de estórias encantadas.
Não tem importância, falou a meu pai,
se é só por isto, espere.
Foi-se com um bandeira.
e juntou ouro para me comprar três vezes.
Na volta me achou casada com D. Cristovão.
Estimo que sejam felizes, disse.
O melhor do amor é sua memória, disse meu pai.
Demoraste tanto, que... disse D. Cristovão.
Sô eu não disse nada,
nem antes, nem depois.*

(Enredo para um tema, Adélia Prado, 1979)

O homem é o eixo do universo feminino quando se trata de analisar o conteúdo das revistas para mulheres. Chefe de família, marido, pai, noivo, patrão: não importa a função. Para cada uma dos papéis masculinos existirá o equivalente feminino, a ser devidamente preparado e domesticado pela vida real. Na fantasia do conto de amor sô interessa ressaltar o curto período de tempo em que o herói se interessa pela heroína, realiza sua conquista e casa-se com ela. Uma variante pode ser obtida através do casamento prévio à conquista. Ou seja, por uma circunstância qualquer (em geral, circunstâncias completamente absurdas) a heroína é obrigada a se casar com o herói mas, depois de algumas provas (que dão a especificidade da estória), o casal se amará para todo o sempre.

Shani, por exemplo (Cinzas do Passado), vive com o pai, bondoso e distraído- órfã de mãe, esperando que se cumpra a previsão paterna: *O homem chegará num dia maravilhoso, olhará para você e saberá que você pertence a ele* (p.12). O homem, Andreas, um médico grego, exige que o pai de Shani, que numa bebedeira receitou um remédio errado, matando o paciente recém operado, lhe dê sua filha em casamento em troca de seu silêncio. A filha resolve se sacrificar para que o grego não denuncie seu pai. O "grego", no caso, equivale ao fetichismo do estrangeiro (uma espécie de racismo bajulador, onde os defeitos se tornam qualidade), do selvagem, do homem verdadeiramente homem. Nas seqüências abaixo vemos a fragilidade dos argumentos que sustentam a decisão do sacrifício e, em seguida, o paradigma da relação amorosa a partir do primeiro contato do casal após a cerimônia do matrimônio:

Estava muito pálida, mas belíssima, apesar disso. Mais tarde, na recepção, ao lado do noivo, imaginava se alguma outra noiva tinha se sentido tão desolada com ela. Os olhos se seu pai encontraram os seus e neles também havia a mais profunda tristeza. Tinha preferido arcar com conseqüências de seu erro, do que sacrificá-la, mas a decisão tinha sido de Shani. O sofrimento de seu pai com a perda de sua mãe ainda era grande, mas ele gostava de seu trabalho, e como se mantinha quase sempre ocupado, tinha pouco tempo livre para ficar recordando. Se fosse acusado abertamente e caísse em desgraça, teria uma vida de ociosidade forçada, essa vida não valeria a pena ser vivida. Não desejando que isso acontecesse, Shani tomou sua decisão e dela não arredou pé. Casaria com Andreas, mas também faria com que ele se arrependesse do dia em que fizera aquele ultimato a seu pai. (p. 18).

Estranha lógica, estranho sacrifício! O masoquismo da heroína não desaparece somente pela formulação da ameaça. Na estória, ela aprenderá a amar o homem que a chantageou, rendendo-se a seus encantos viris. Aliás, por incrível que pareça, a heroína ainda terá de penitenciar-se (fazer o mea culpa) por não ter cedido mais cedo..

Shani estava pálida e com medo. Que tipo de homem era esse com que havia casado? Um estrangeiro, moreno e sinistro (SIC), em cujas veias corriam o sangue dos antepassados, adoradores de imagens! (p. 19)

Era capaz de qualquer tortura, esse grego desumano cujo desejo por ela havia estragado a paz em que tanto ela quanto o seu pai (...)

(...)

Direito? Eu tenho direito de fazer o que quiser com você! Tenho os direitos de um marido, e para lhe mostrar vou exercê-los assim... Não terminou suas palavras, puxou-a contra ele e deu-lhe um abraço tão forte que a fez sentir-se como se estivesse presa entre barras de aço. Seus lábios possuíram os dela sem piedade, e para sua imaginação aterrorizada, queimando de desejo. (p. 30).

A violência - o que aparentemente é paradoxo - é uma presença permanente nas estórias de amor. Ao contrário da música, trata-se, aqui, de rimar amor e dor. Além, de sucessivas provas de mal disfarçada brutalidade com que o herói trata sua amada, esta, bem conforme a dupla moral sexual, só sente desejo quando ama mas, apesar de muito desejada pelo marido, acredita não ser amada. Assim,

a heroína demonstra, em geral, uma completa cegueira em relação aos sentimentos do marido:

... mesmo que Andreas não a amasse, ele havia provado ser um amante gentil, cuja ternura a surpreendera. Certamente, pensou, ele não poderia ganhá-la só fazendo amor! Isso não era base sólida para nenhum casamento. (p. 76)

Logo que voltasse iria procurá-lo; saberia então que, longe, de odiá-lo como imaginava, estava, pelo contrário, sentindo-se bem diferente em relação a ele. Seria feliz ao lado dele e talvez até chegasse a amá-lo com o tempo. (p. 81).

Incapaz de entender o sentido das ações do marido Shani, frente à suspeita de que ele a engana, desenvolve todo um raciocínio em que a misoginia (o homem "naturalmente" necessitando de vida sexual ativa, contrariamente à mulher) mistura-se com o racismo:

Será que depois de se conformar com a idéia de que Shani nunca seria sua, tinha decidido satisfazer seus desejos tendo um caso com outra mulher? Um leve caso desse tipo era comum entre homens gregos, e elès invariavelmente escolhiam mulheres estrangeiras, pois nunca iriam macular a castidade de suas próprias mulheres (...) Mas no momento seguinte seu bom senso a lembrou de que ele era apenas humano (mas ela, como mulher, nunca poderia praticar uma "humanidade" igual a esta ...). Ele era grego, com as paixões herdadas de seu povo.

Antes de poder ser feliz, nos braços do amado, Shani ainda sofre sua prepotência no trabalho (pois ele, como muita das heroínas, trabalha sob as ordens do marido que é, também, patrão):

Trabalhar com Andreas tinha sido difícil antes, mas depois da cena na sala de cirurgia tinha ficado positivamente desagradável (...) No trabalho Andreas gritava com ela o tempo todo, e fora do trabalho adotava uma atitude de completa indiferença. (p. 102)

Fica grávida após uma noite de amor (uma única); esconde a gravidez do marido e faz as seguintes reflexões sobre o sexo da criança:

Queria um menino e achava que ele seria parecido com ela. Se fosse menina iria ser como Andreas, morena, de traços marcantes e mãos sensíveis. Sim, ela decidiu, preferia uma menina. Andreas, é claro, iria querer um menino, porque todos os homens gregos preferem um menino como primeiro filho... Mas um menino sem pai teria problemas mais tarde, quando precisasse de companhia. Uma menina não sentiria falta do pai tanto as-

sim, então era preferível uma menina! (p. 97)

Ferida acidentalmente, Shani perde a criança e é o marido que a opera. Quando acorda da anestesia, Shani acusa o marido pela perda que sofreu:

- Então agora deve estar satisfeito. Tirou de mim tudo o que eu tinha - Seu tom, amargo e acusatório, fez com que ele se encolhesse. - Espero que se considere pago por qualquer coisa de mal que eu tinha feito a você. - Pela primeira vez na vida falava injustamente, mas estava ainda muito mal, para pensar como é que Andreas estava ali ou como é que ela mesma havia sido levada para Monikomo. De fato, sua dor era tão grande que Andreas teve que lhe dar outra injeção e dentro de minutos estava novamente insensível para tudo a sua volta (p.118/9).

Estamos chegando ao clímax. Depois de ter passado pela violência de um casamento forçado; de uma noite de "amor" forçado; de ciúmes pelos "casos leves" próprios aos gregos de sangue quente; enfim, depois de ter sofrido a prepotência e violência de Andreas, Shani, por palavras que a narradora considera injusta - mas é a primeira injustiça de toda sua vida! -, tudo esquece quando percebe que o marido a ama e, então, inverte-se o sentido das coisas. As poucas palavras "injustas" pronunciadas passam a pesar mais do que todas as arbitrariedades que seu marido lhe infringiu:

Cheia de remorsos pelas palavras que lhe havia dito logo que recuperara a consciência, Shani sentiu os olhos cheios de lágrimas novamente. O que ele deveria ter passado - seu próprio marido, tendo que operá-la porque não havia mais ninguém habitado -, lutando para salvar sua vida como tantas vezes havia lutado para salvar a vida dos outros? - Você nunca vai se esquecer do que eu disse - Chorou angustiada - Não vai, até morrer! (e ela esquecia do casamento forçado? mostrara ele sinais de arrependimento por esta violência? Chorara angustiado imaginando que ela não esqueceria?)

- Eu já me esqueci. Você estava muito doente e não sabia o que estava dizendo.

Como ele era gentil! Nem um pouco parecido com o monstro que aparentava ser na noite que fugira dele, nem com o homem que a assustara com uma atitude selvagem e possessiva. - Tenho sido tola, desde o começo, Andreas - sussurrou (p.121).

Assim, tola foi ela de não ceder desde o início: deveria ter se casado e achado ótimo. Afinal, Andreas a amava. E como, sabendo-se amada, e não apenas "desejada" (sic) poderia ela se negar a este amor? Ainda mais que Andreas lhe explica que a amara à primeira

vista, tal como o pai de Shani à sua mulher. Tal explicação parece, à escritora, suficiente. Não parece perceber o absurdo da proposição: o herói amado a heroína tem de ser, necessariamente, correspondido... Eis a regra amorosa na ordem falocrática. Nas linhas finais, Shani propõe ao marido ("espiando para ele por baixo das pestanas") uma lua de mel. E, pasmem, fica extremamente grata a ele (que é médico) pela resposta:

— Não vai haver lua-de-mel antes que seu médico permita! Ela engoliu em seco. Como podia ter imaginado que o único interesse dela tinha sido o desejo? (p.124)

(...)

Olhos cheios de amor fitavam o rosto do marido. Sorrindo, ele pegou sua mão e levou-a aos lábios. (p. 124)

FIM

A violência exercida contra a heroína, em nome do amor, constituiu um tema sempre presente nas histórias, como já assinalamos. Rosalie, jovem herdeira que, por caprichos do tio que cuida de sua herança, tem de trabalhar (com o irmão, cumpre ressaltar) nas férias que passa na Espanha, também é raptada pelo herói, em vingança por causa da fuga de sua noiva com o irmão de Rosalie. Paralelamente ao palpitante enredo, a escritora vai falando dos lugares e pessoas. O herói é visto como um possível modelo por Rosalie, que é pintora por vocação. *Os traços severos, com certo toque selvagem, apelavam para a sensibilidade artística que havia nela. Gostaria de pintá-lo como um conquistador, enfatizando a crueldade insinuada pelo desenho firme dos lábios e a curva arrogante das narinas.* Assim, a descrição de um Cortez sanguinário corresponde ao herói que, diga-se de passagem, é um nobre que a olha com desprezo, fazendo-a sentir, quando o servia na mesa do hotel, "o peso de sua posição inferior. Ela, que tinha o direito a estar sentada à aquela mesa como um dos hóspedes, usando um vestido tão caro e chique quanto o de Consuelo!

O nome da história, em português, é Herança Maldita, ficando sem resposta o porquê da escolha. Referência à herança (tão bem-vinda na verdade) que ela receberia daí a três anos? Ou o fato de ter "herdado" o ódio do herói por ser seu irmão? Não importa. A arbitrariedade do título, da história e do herói compensam-se mutuamente. A heroína, para variar, começa temendo até mesmo fisicamente o homem amado:

Rosalie sentiu um calafrio percorrer sua coluna. O brilho ameaçador era inconfundível. O corpo dele parecia ter a força do aço e ela sabia que fisicamente não poderia enfrentá-lo (p. 23)

Mas o homem que vai submetê-la não é um espanhol qualquer, como bem esclarece o seguinte parágrafo:

Rosalie esperava encontrar o amor na Espanha, mas havia se decepcionado com vários homens que conhecera. Eram todos baixos, de um moreno feio e só queriam se aproveitar, portanto, ela continuava arredia e indiferente, como sempre fora com os homens. Tinha vários tipos, enquanto trabalhava no país, mas nenhum lhe pareceu interessante. Jovens vendedores, compradores, contadores e outros, mas todos só lhe davam atenção porque sabiam do dinheiro do pai que ficaria com ela (p. 23).

Além de racista, o texto consegue ser "classista": os jovens comerciários e contadores só poderiam ser aproveitados pois, na verdade, já estavam previamente desclassificados enquanto possíveis heróis. Afinal, Rosalie encontrara Don Rafael, um nobre de castelo e tudo! Um pouco bruto, é certo, mas isto termina por parecer como qualidade virial:

A mão dele machucava seu pulso e os olhos dele eram cruéis (...)

Ela estava bem perto do corpo musculoso e elegante do conde e, apesar de estar em pânico, aquela presença viril, tão próxima, começava a afetá-la de outra forma. (p. 24/5).

Após mantê-la como prisioneira em seu castelo, Dona Rafael revela o seu amor, explicando a presença de uma rival com o comentário: *Ela é só uma conhecida sem importância. Um homem não consegue ficar sozinho (p. 17)* Rosalie, na cena final, comemora o primeiro aniversário de casamento (a cena anterior, da reconciliação, termina com a seguinte frase: *Lá, entre os desenhos e telas acabadas de Rosalie, ele a beijou como deveria*) e os resultados do já citado beijo:

- A nós, Rafael, neste primeiro aniversário de casamento! Ele fez o brinde, sorrindo.

- Arrependida? - perguntou, largando o copo.

- Nem um pouco! Só que agora talvez tenha de parar uns tempos com a pintura, porque no ano que vem vou estar muito ocupada ... agora que...

- Quer dizer que você está? ...

Ela fez que sim com a cabeça e perguntou:

- Está feliz?

Rafael envolveu-a nos braços.

- Eu já estava tão feliz ... - murmurou ele com voz trêmula - agora vou transbordar de felicidade!

Rosalie ergueu o rosto para receber nos lábios dele o beijo

e teve absoluta certeza de que encontrara seu verdadeiro destino. (p. 127).

FIM

A intimidade entre marido e mulher é tao pequena que nunca se fala diretamente sobre as coisas mais concretas do amor e do cotidiano. Tudo é sugerido, insinuado. Depois de algumas cenas de cunho mais erótico (quando se fala de desejo) baixa-se um véu sobre o casal. Às vezes, como na presente estória, a gravidez é utilizada como signo de consumação do ato sexual, ao mesmo tempo em que coloca a sexualidade feminina em seu devido lugar: a serviço da reprodução. A mulher interromperá seu trabalho; dedicar-se-á ainda mais ao lar, ao marido e, aos filhos. O amor subjugado à domesticidade.

O Paraíso selvagem, além das particularidades comuns a todas as estórias, como a violênica masculina; a submissão feminina, etc. constitui um dos relatos em que uma postura racista é explicitada durante toda a narrativa:

Temple sentia sobre ela aqueles olhares misteriosos dos asiáticos. Não se acostumara ainda àquela expressão sombria e enigmática que aquele povo tinha nos olhos. (p. 9/10).

Houve uma época em que a ilha era uma possessão dos holandeses. As Índias Orientais foram território dos Países Baixos. Um antepassado meu chamava a ilha de paraíso tropical, mas isso foi na época em que os holandeses eram donos de tudo por aqui, quando havia muita riqueza para ser conquistada.

— Olhou pensativo para Temple — Então os japoneses invadiram o território e uma escuridão desceu sobre a ilha. (p. 16).

Com passos largos, Ryk atravessou o convés, e Temple assistiu fascinada como ele pegou e segurou o homem que empunhava a faca, torcendo seu braço até que este soltasse a arma. O asiático, gemendo, massageou seu pulso dolorido ao ouvir voz forte de Ryk que, no dialeto daquelas pessoas, mandava que se acalmasse antes que o imediato do navio aparecesse. (p.21).

Os asiáticos selvagens e enigmáticos, falando dialetos: é própria colonizadora branca falando dos povos inferiores... O mais divertido é ver um invasor/colonizador se referir ao outro, como no caso do holandês falando do japonês. O racismo mescla-se ao desprezo com que são tratados os empregados domésticos — categoria profissional inferior. Assim, Ryk ce-

de ã Temple, que ficarã trabalhando como bibliotecãria na ilha paradisíaca, uma casa e "uma criada* (p.27), enquanto tomam um chá servido pelo fiel Ranji que *depositou a bandeja, fez uma profunda reverên*cia e saiu (p. 28).

O mesmo autoritarismo patronal revela-se na relação homem/mulher em Mais uma vez, adeus! aonde, também por vingança contra o padrasto da pobre órfã Yvnis que o atropelara, deixando-o sem um braço, o famoso maestro Gard, com o dobro da idade da moça, obrigando-a a se casar com ele, revivendo a estória de Pigmalião:

Gard não tirou seus olhos dos dela, dominando-a, fazendo com que compreendesse, com aquele olhar interminável, que pretendia cumprir tudo o que dissera. (p. 37).

(...)

Ele podia não sentir o menor amor por Yvnis, mas pretendia tornar-se seu amante quando estivessem casados. Ele já afirmara suas condições ... a garota precisava de um lar e ele queria um filho. A exigência estava presente em seus olhos. Um filho perfeito para compensar sua própria imperfeição (p. 46).

(...)

- Se ao menos eu o conhecesse melhor ... - Novamente um tremor lhe percorreu o corpo, ao sentir a pressão dos dedos de Gard em sua cintura, segurando-a com uma espécie de curiosidade no olhar um tanto cruel. Ela lhe pertencia e ele não tinha intenção de dizer nada em contrário, ou de deixá-la ir-se embora daquele lugar. Não se importava nem um pouco que ela o achasse mais assustador do que fascinante. Parecia-lhe que ele desfrutava o medo que ela sentia.

- Existem certos terrores que apenas uma menina conhece disse ele. Este fato é fascinante, para um homem, está é que é a verdade nua e crua. Minha menininha, você tem que aprender sobre a vida, mais cedo ou mais tarde, e é melhor isto comigo do que com algum jovem sacristão ou um estudante qualquer que possa lhe ar apenas dois cômodos conjugados, um banheiro compartilhado com outras pessoas e uma aparência preocupada e rabujenta, antes de você completar trinta anos. Acredite-me, fico feliz por ter sua virtude só para mim (p. 45).

A heroína (ou mártir, pois o cinismo das declarações do herói não são para sossegar ninguém quanto às suas inclinações sádicas) que é descrita, no início como tão franzina como um gato, com imensos olhos verdes que brilhavam pelo desespero da solidão (p. 7) quase

ao final já passou da categoria felina à dos passeriformes: *Seus olhos estavam fixos nos dela, subjugando-a tão facilmente como se fosse um pássaro (p. 125).*

Além da misoginia que impregna o discurso masculino em geral, as referências às outras mulheres também são feitas de maneira preconceituosa. Assim, Stella, ex-namorada do maestro, é vista como uma pessoa sem qualidades, por ser atriz e bonita:

... Stella com certeza faria tudo para acabar com aquele noivado, pois as belas atrizes normalmente são cheias de si e não gostam de ver os homens que arrasaram emocionalmente, serem amparados por outras mulheres. (p. 51).

Irene, cunhada de 27 anos da heroína Raquel, em Uma prova de amor, é assim descrita:

Alta, muito magra e com traços angulosos, ela não se parecia com os outros membros da família. Talvez o fato de não ter-se casado tivesse feito com que ficasse mais azeda (...) Sempre tinha se sentido a mais feia da família e se ressentia disso terrivelmente (p. 41).

Excepcionalmente, o drama político e social das classes e povos oprimidos pode servir de fundo a um romance tradicional (rapaz raptado/sequestrando a moça que termina se apaixonando mesmo assim - ou por isto mesmo ...) Na estória de Vanessa no Peru, Ramon alia-se aos pobres sem terra, ensinando-lhes o trabalho comunitário. A perspectiva, no entanto, apesar de bem intencionada não escapa ao recismo e ao autoritarismo do branco superior que traz a civilização para os menos dotados, como se observa neste trecho de Na trilha do Sol:

- Se não fosse por Ramon - disse padre Martín lentamente a maior parte do meu rebanho teira morrido de inanição há muito tempo. Ele tem feito tudo nesta aldeia e ela está sob sua inteira responsabilidade. Mesmo quando as famílias índias vêm de quilômetros para ficar aqui durante a pior época do ano, sempre lhes são dados comida e agasalhos. Mais importante ainda, ele está educando as crianças (p. 99).

Exibindo uma moralidade bastante contraditória, os heróis, após todas as violências que cometeram contra suas amadas, são sempre os que se "controlam" quando a paixão é muita e existe o perigo de uma relação sexual prévia ao casamento civil/ religioso. Assim, Ramon, organizador das massas oprimidas (e raptor da mulher amada), frente ao ato de entrega de Vanessa, declara:

- Vou conversar com o padre Martín para que arranje todas as coisas para o nosso casamento. Até lá, vai ficar com Consuelo. Não confio em mim, para que você fique aqui. (p. 128).

Graças à sabedoria de Ramon, Vanessa não teve de passar pela experiência amarga de Rachel, em Acordes do coração, que, passando a noite na casa de Joel, quando este sofria de forte enxaqueca, acordou com o olhar sensual do dito cujo:

Ela nunca o perdoou, nem a si mesma, pelo que aconteceu em seguida. Mas fora inevitável. Com a cabeça sonolenta, o corpo relaxado devido ao sono repousante, teria sido desumana se não correspondesse ao desejo dele. Além do mais, ela o amava, desejava-o tanto ou mais que ele e, quando Joel a levantou nos braços e levou-a para o quarto, tudo lhe pareceu perfeitamente normal (p. 60).

Só que Joel não a pede em casamento, para repararem a falta. Então, como sempre acontece com as heroínas, três semanas depois, Rachel descobriu que havia outra consequência grave por aquela noite de inconsciência. Estava grávida, sem dinheiro, e inteiramente decidida a não pedir ajuda a Joel (p.60). Aí, expia sua falta dedicando-se à filha (que tem uma deficiência sanguínea) por anos a fio, até que o herói, depois de algumas peripécias, casa-se com ela.

Dadas as temíveis consequências, as heroínas sempre sentem como prova de amor o "controle" masculino, nestas ocasiões de paixão. Assim, Elaine, "rejeitada" até que estivessem casados, comenta o episódio da seguinte maneira; em Entre o amor e ódio:

Ela não podia acreditar. No fundo do coração, sempre desejara que um homem gostasse tanto dela a ponto de pedi-la em casamento antes de possuí-la fisicamente, mas não podia acreditar que aquele homem fosse Yvan. (p. 95).

Elaine renuncia ao trabalho (secretária de Londres), para se dedicar à família, tal como se preende do diálogo que se dá entre Yvan e ela:

- Quer dizer que você realmente me aceita como marido? E está decidida a ser uma esposa tranquila e doméstica, que cozinha e toma conta da casa?

- Pelo menos enquanto você não me trair com outra mulher...

- Por que haveria, se ao voltar para casa vou encontrá-la lá e sei que você pode me dar todo o prazer que eu desejo?

- Jura, Yvan?

- Juro, Eliane (p. 122).

Como este, final, é o grande objetivo/destino da mulher o amor sempre desembocando no casamento e na constituição de uma família, nos moldes tradicionais - os contos de amor, ademais de insistirem nas delícias da vida familiar com o homem amado, criticam quaisquer veleidades emancipacionistas :

Em sua corrida para a emancipação as mulheres ocidentais se privaram da arte da feminilidade.

(...)

Você tem de rejeitar todo pensamento de emancipação se quiser experimentar a perfeita unidade encarada por nossas mulheres com seu direito. (p.38).

Estas são algumas das lições que Rom, o cigano, ensina para a jovem Marielle, em A noiva comprada. Além disso, exalta o sentimento de posse masculino, quando declara que:

Nada pode proporcionar a um homem maior satisfação do que domar os impulsos de quem se opõe a ele, seja um veado selvagem ou uma mulher obstinada - ambos tornam a caçada mais excitante (p.75).

A heroína sucumbe a tanta força viril, mas, inquieta, pergunta-se, torturada pelas dúvidas:

... o desejo de Rom, naquela noite, tinha sido motivado pelo amor ou tratava-se unicamente de um apetite nascido dos instintos naturais do homem? (p. 118).

Como, nestas estórias, a mulher só deseja quando ama, a angústia por conhecer o verdadeiro sentimento por trás da paixão de uma noite de amor é só feminina. Os homens - os heróis - não têm tais dúvidas relativamente a suas amadas. Disposta a tudo deixar para seguir o cigano Rom "até os confins da terra" (p.84) Marielle é recompensada com a informação de que ele desejava "um lar estável e uma família" (p. 119). Aí, então, processa-se o encontro épico entre os dois heróis amorosos, com a comunhão amorosa sendo selada pela completa submissão da mulher:

Seu coração batia em uníssono com a música, e finalmente ela se rendeu a um abandono total no momento em que o braço dele comprimiu tanto que o vigor de Rom e sua fragilidade fundiram-se (p. 120).

Seu beijo era de uma audácia cigana e procurava respostas nas profundezas de sua alma. O desejo nasceu entre ambos e inundou suas veias de clamor que exigia rendição à sua atração poderosa. No início, ele estava zangado demais, consumido demais pelo desejo de castigá-la, de sentir

que ela não reagia com agressividade, afastou os seus lábios dos dela. Não encontrou nenhum traço de resistência, e os lábios de Marielle permaneceram abertos, à espera de le. Com um murmúrio de agradável surpresa, voltou a beijá-la com renovado fervor, a fim de assegurar a sua vitória. A batalha já estava ganha, mas ele retardou de propósito o abraço, a fim de poder saborear até o fim aquela doçura que lhe tinha sido negada durante tanto tempo. Seus lábios percorreram o pescoço, o rosto e as pálpebras de Marielle comunicando o desejo que sentia, selvagem e parcialmente domado. Sob sua mão, o coração da jovem batia como o de um pássaro cativo, e enquanto ela respondia ao seu toque, sentiu dentro de si um ardor capaz de garantir a seus sentidos em pânico que Rom jamais se dexepcionaria com ela. De leitou-se ao se ver envolvida por aquela força avassaladora, aninhada naqueles braços que podiam facilmente dobrar o seu corpo frágil em dois e, no entanto, mostrava-se ternos, apesar de paixão raramente ser tão suave

- Você é minha! Até o fim dos tempos você será minha? -ele murmurou como um leão domado pela doçura. (...)

(...) Vadni Ratsa! Aquilo que a lenda romani contava era verdade; por mais que ela escapasse do seu capturador, sempre regressaria! Rom seu capturador. Ele, sem a menor dúvida, capturara seu coração. (...)

(...) Marielle entregou-se totalmente, mais do que disposta a corresponder à paixão que sentia nascer em Rom. Aquel le homem da natureza não se contentaria em esperar durante muito tempo mas sempre que a quisesse ela estaria ali, pronta para assegurar-lhe que jamais ele teria motivos para se arrepender do preço pago por sua noiva.

FIM

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DOS HERÓIS, HEROINAS E CIRCUNSTÂNCIAS DO SEU ENCONTRO AMOROSO EM 25 NÚMEROS DE SABRINA

nome da história	nº	casal	idade	profissão	nacionalidade	est. civil	tipo físico	local da história
"armadilha amorosa" (the man at la valaise) Mary Wibberley	19	Sacha (ōrfã)	22	indeterm.	inglesa	solteira	alta, loira, olhos azuis, ingênuos alto, moreno olhos cinza	La Valaise
		Tor	30	agente secreto	russo	solteiro		
"na trilha do sol" (the savage aristocrat) — Roberta Leigh	23	Vanessa	23	vendedora de butique	inglesa	solteira	elegante, alta, clara	Lima e Interior do Peru
		Ramón	33	fazendeiro	peruano	solteiro	moreno, alto forte, bronzeado, peito cabeludo	
"entre o amor e o ódio" (dangerous pretense) Flora Kidd	26	Elaine (ōrfã)	23	auxiliar de escritório	inglesa	casados Elaine deixou	loira, olhos castanhos	Interior da França Lombardia
		Ivan	30	adm. de fazenda de vinhos	frânces	Ivan, mas volta	grisalho, musculoso, bronzeado, olhos azuis	
"a morada da felicidade" (a gift for a lion) Sara Craven	29	Joanna (ōrfã)	25	aristocrata	inglesa	noiva	alta, ruiva, bonita	Ilha do Mediterrâneo Saracina
		Lêo	35	financista Sr. feudal	italiano	solteiro	castanho alourado, alto, forte	
"cinzas do passado" (waves of fire) — Anne Hampsen	31	Shani (ōrfã) Andreas	23	enfermeira médico	inglesa grego	casado c/ Andreas, fugiu na Noite de Núpcias	loira, alta, olhos azuis moreno, alto, rosto duro	Chipre

nome da história	nº	casal	idade	profissão	nacionalidade	est. civil	tipo físico	local da história
"labirinto paixões" (avenging angel) — Helen Bianchin —	32	Terese (órfã)	25	enfermeira	australiana	solteira	clara, sem maiores atrativos	Austrália
		Manuel	34	diretor de construtora	espanhol	solteiro	moreno, corpo avantajado	
"o barco das ilusões perdidas" (not wanted on voyage) — Kay Thorpe —	33	Tracy (órfã)	25	médica	inglesa	solteira	bonita	Viagem ao Pólo Sul
		Derek	36	comandante de navio	inglês		alto, forte olhos azuis	
"a lei do mais forte" (dark star) — Nenda Helliard	35	Leigh	24	secretária	inglesa	noiva	ruiva, olhos azuis	Inglaterra e México
		Ruiz	35	diretor de empresa	mexicano	solteiro	moreno, alto forte	
"nas garras do falcão" (the medici lover) — Anne Mather-	37	Suzane	24	executiva de hotel	inglesa	solteira	cabelos mel olhos castanhos	Veneza e Interior da cidade
		Mazzaro	40	Conde	italiano	casado	moreno, alto, olhos verdes, cicatriz no rosto, defeito nas costas	
"vida de bailarina" (the whispering grove) Mergery Hilton —	41	Toni (órfã)	24	bailarina	inglesa	solteira	morena, elegante	Ilha de Salamandra
		Justin	36	adm. de fazenda	inglês	viúvo	magro, bronzeado, grisalho	

nome da história	nº	casal	idade	profissão	nacionalidade	est. civil	tipo físico	local da história
"uma luz nas trevas" (the ivory cane) — Janet Dailey —	43	Melina (órfã)	22	pintora	americana	solteira	bonita, mas cega por causa de acidente	São Francisco Califórnia
		Bay	38	milionário	americano	solteiro	bonito, alto, ombros largos	
"incerto amanhã" (dark avenger) — Anne Hampson	44	Julie (órfã)	18	nobre	inglesa	solteira	esbelta, loira mediana	Ilha Grega
		Doneus	29	pescador (nobre)	grego	solteiro	moreno, atlético, cicatriz no rosto	
"o castelo das ilusões" (crow of willow) Elizabeth Ashton —	45	Halcyon (órfã)	jovem	escritora	inglesa	solteira	alta, morena, olhos verdes, magra, bonita	Interior da França — Vale do Loire —
		Raoul	+ velho	nobre fadido	francês	noivo	olhos cor de ambar, alto, forte magro	
"a noiva comprada" (bartered bride) — Margaret Rome	46	Marielle (órfã)	jovem	bailarina	inglesa	solteira	loira, bonita, olhos cinza	Varsóvia e Interior da Polónia
		Ron	42	cigano	cigano	solteiro	moreno	
"mais uma vez adeus" (the little nobody) — Violet Winspear —	47	Yvnis	18	estudante	inglesa	solteira	olhos, verdes, bonita	Seawitch — Propriedade Rural
		Gard	36	maestro	inglês	solteiro	bonito, mas perdeu um braço	

nome da história	nº	casal	idade	profissão	nacionalidade	est. civil	tipo físico	local da história
"coração de pedra" (flowers in stony places) — Marjorie Lewty	49	Samantha (<u>ó</u> rfã)	23	secretária	inglesa	solteira	tipo comum	Interior da In- glaterra
		Adam	+velho	diretor de colégio	inglês	solteiro	galã, alto, forte, lo <u>i</u> ro	
"em busca do amor perdido" (bride at whangatapu) — Robyn Donald —	51	Fiona (<u>ó</u> rfã)	23	secretária	inglesa	mãe-solteira	bela, morena	Nova Zelândia
		Logan	31	bibliotec <u>a</u> rio	inglês	solteiro pai da criança)	bonito, more <u>n</u> o	
"adorável tirano" (lucifer's angel) — Vilet Winspear	53	Fay	+ou- 20	enfermeira	inglesa	casada com Lew	feinha, lo <u>i</u> - ra, olhos azuis	Hollywood
		Lew	34	diretor de cinema	americano	casado com Fay	moreno, alto	
"corações indomá- veis" (master of falcon's head) — Anne Mather —	54	Tamar (<u>ó</u> rfã)	25	artista	inglesa	solteira	charmosa, mas não era bon <u>i</u> ta	Irlanda
		Ross	40	historiador		viúvo	magro e more <u>n</u> o	
"paraíso selvagem" (palace of peacocks) — Vilet Winspear —	55	Temple	38	bibliot <u>e</u> ca ria	inglesa	solteira	morena, alta	Java
		Ryk	+jovem	dono de uma ilha	holândes	solteiro	viril, m <u>a</u> scu lo, bronzea- do, forte	
"uma prova de amor"	56	Raquel	25	não define	inglesa	casada com André	castanha, olhos verdes mediana	
		André	40	chefe de cl <u>a</u>	inglês	casado com Raquel	moreno, alto, magro, bron- zeado.	

nome da história	nº	casal	idade	profissão	nacionalidade	est. civil	tipo físico	local da história
"o sol por testemunya" (Sauvage Land)	57	Coley (órfã)	19	garçonete	americana	solteira	rosto comum, cabelos mal- cuidados moreno, alto	Interior do Texas
		Jason	32	capataz	americano	solteiro		
"herança maldita" (the willing hostage) Elizabeth Ashton	58	Rosalie (órfã)	22	estudante	inglesa	solteira	elegante, bo- nita, casta- nha brilh. moreno, tra- ços selvagens	Nova Castela
		Rafael	+velho	nobre ar- ruinado	espanhol	solteiro		
"o oásis do amor" (bride of the rife) — Margaret Rome —	59	Sara (órfã)	21	aventurei- ra	inglesa	solteira	olhos verdes cabelos co- bre grande e mo- reno	Navio de luxo in- do para Tanger
		Felipe	+velho	nobre-rico	espanhol	solteiro		
"o preço da felicidade" (living at Adam) — Anne Mather —	60	Maria	17	estudante	irlandesa	solteira	cabelos cast., olhos ambar esbelto, olhos cinza profundo.	Londres
		Adam	+ de 30	médico	inglês	solteiro		

VI - O FEMINISMO EM ASCENSÃO

"É melhor", pensou, "estar vestida de ignorância e pobreza, que são os obscuros ornamentos do sexo feminino; é melhor deixar a outros o governo e a disciplina do mundo; é melhor estar livre da ambição marcial, do amor ao poder e de todos os desejos varonis, desde que se possam fruir em toda a plenitude de os mais sublimes arrebatamentos do espírito humano que são", disse em voz alta, como era seu costume quando estava profundamente comovida, "contemplação, solidão, amor".

"Graças a Deus que sou mulher", gritou (...)

(Virginia Woolf, 1978, p.89)

1 - INTRODUÇÃO

"As mulheres são essenciais e insubstituíveis; não podem, por esta razão, ser exploradas da mesma maneira que outros grupos sociais. São fundamentais para a condição humana, sendo, contudo, marginais em seus papéis econômico, social e político. É precisamente esta combinação - fundamental e marginal a um só tempo - que lhes tem sido tão fatal." (Mitchell, 1967, p.5).

A decisão de descrever a experiência feminista, no quadro do movimento de mulheres em nosso país de hoje, originou-se da constatação de que seria impossível separar o produto do processo de produção e que a mera comparação dos conteúdos expressos da imprensa feminina versus imprensa feminista deixaria de lado o próprio momento político que propiciou seu aparecimento. Além disso, dispondo de um acervo considerável de documentos sobre a questão, pareceu-me que seria importante "socializar" tanto a experiência vivida quanto o arquivo pessoal cuidadosamente acumulado.

Uma das grandes dificuldades com que se depara a nova geração em uma frente de luta específica é o desconhecimento do passado, explicável tanto pela ausência de uma memória registrada e confiável, quanto pela tendência (infelizmente presente entre as feministas) das "veteranas" em ignorar, até mesmo deliberadamente, iniciativas e conquistas que não foram de "seu" grupo. E ao fazermos tábula rasa das experiências do passado estamos sujeitos - às vezes em um pequeno intervalo de tempo - a repetir as mesmas propostas ou, o que é grave, cometer os mesmos erros. Assim, dar início ao estudo sistemático de nossa história feminista corresponde a um trabalho (prazeroso como pode e deve ser a atividade laboral) que considero importante e para o qual me sinto profundamente motivada.

Se a luta da mulher por sua libertação tivesse durado cinco anos nem por isto o tema mereceria ser deixado de lado. Ora, a verdade é que ela vem crescendo nos últimos cinco anos (1975/80), acumulando-se os fatos e acontecimentos de maneira a tornar cada vez mais difícil desenredar o fio da meada, de se refazer a história utilizando-se da memória contemporânea. Dos pequenos grupos de ontem às massas expressivas do ponto de vista numérico: o aumento da quantidade influencia evidentemente a qualidade do movimento de mulheres. Está encerrada a fase das "catacumbas" em que o simples ato de assumir a designação "feminista" era, ao mesmo tempo, profundamente corajoso e comprometedor.

Também faz parte de minha decisão a não omissão da verdade vivida, apesar dos previsíveis dissabores que tal opção possa acarretar. Ter medo da verdade, considerar nossos interlocutores in capazes de entendê-la ou apreciá-la devidamente constitui atitude concomitantemente elitista e preconceituosa. Supõe, implicitamente, que aos "mais preparados" incumbe zelar pela difusão e acesso às informações aos "menos preparados". A questão fundamental, assim, é: a quem interessa camuflar o cotidiano real — por isto mesmo cheio de passagens em que as deficiências, os ressentimentos e a miopia predominaram — a nossa história tal e qual ela foi vivida? Para que — por que — maquiagem nosso dia-a-dia de maneira a torná-lo mais glamuroso ou menos sofrido do que ele realmente foi?

As páginas que se seguem apresentam, portanto, uma análise baseada em: (a) material acessível a todos, como as coleções dos jornais Brasil Mulher e Nós Mulheres; (b) documentos e manifestos de acesso mais difícil e que, na medida do possível, apareceram transcritos na íntegra e/ou em anexo; (c) minhas observações pessoais, através da memória e do registro dos acontecimentos por escrito: anotações, cartas, etc. Tratarei, evidentemente, de esclarecer sempre ao leitor a qualidade do material que inspirou/fundamentou tal ou qual observação.

2 — A ATUAL CONJUNTURA

Impossível comprar nas bancas de jornais exemplares da imprensa feminista. Mas sua ausência não se explica pela proibição, imposta por forças para-policiais que aterrorizam os proprietários de bancas, tal como sucede com as publicações da imprensa alternativa, a partir de meados de 1980. A verdade é que, sob a pressão de outras violências mais sutis (das distribuidoras que se recusavam a trabalhar com a imprensa feminista aos militantes que não pagavam os jornais vendidos) a imprensa feminista morreu à míngua, em doses homeopáticas.

No entanto, o movimento de mulheres tem demonstrado uma força política e uma capacidade mobilizadora considerável. São em 1980 assistimos à reunião de cerca de 4 mil mulheres por ocasião do 2º Congresso da Mulher Paulista, em março; ao lançamento (primeiramente no Rio de Janeiro e depois em São Paulo) do movimento pró-liberalização do aborto; o Primeiro Encontro da Mulher da Baixada Fluminense, em junho; à criação do Núcleo de Apoio às Prostitutas, cujas atividades têm sido noticiadas pela grande imprensa; à formação de

um movimento em defesa da mulher vítima de violência; a impressionante manifestação/passeata, realizada em agosto em São Paulo, em apoio às mulheres argentinas (da plaza de Mayo), na qual mais de quinhentas mulheres desfilaram de negro (em um silêncio quebrado pelo ruído das matracas, sempre que a marcha parava por um curto intervalo); a criação da Casa da Mulher em Recife e, finalmente, ao movimento de apoio às vítimas da violência machista, como foi o assassinato frio de mais duas mulheres por seus maridos "ciumentos" em Belo Horizonte

A questão feminina passou a ser discutida também nas rádios — onde as feministas começam a conquistar horários próprios; na televisão e através de todos os meios de comunicação de massa. Foi-se o tempo do silêncio repressor ou da ironia/desrespeito que tentava infantilizar a luta das mulheres e/ou reduzi-la a um capricho de burguesas desocupadas e intelectuais descompromissadas. O tratamento dispensado ao tema pela grande imprensa, inclusive, demonstra o intuito do pensamento liberal em recuperar o feminismo, em domesticá-lo e transformá-lo em movimento de "modernização" como se depreende das observações de uma revista "futurista":

"É natural, portanto, que o processo de emancipação feminina tenha sido deflagrado com o espírito equivocado de uma grande vingança contra os homens. Iniciado nos Estados Unidos na década de 60, teve na feia, quase truculenta Betty Friedman seu profeta mais famoso. Como país importador de idéias geralmente mal-absorvidas, o Brasil recebeu e eco das campanhas feministas nos Estados Unidos com distorções semelhantes às registradas nas agrupações políticas esquerdistas. (...)

Os tempos são outros. Para alguns recalcitrantes da esquerda que ainda defendem a vida franciscana de antigamente, o metalúrgico Luis Ignácio da Silva deu uma lição exemplar, recentemente, ao visitar o Congresso Nacional vestindo impecável conjunto de terno e gravata. (...)

Neste sentido, mudaram também as militantes feministas, as mulheres emancipadas que lutam pela igualdade social e sexual. Nos congressos e palestras que promovem vestem-se bem ou com calculado desleixo. Trocaram sapatos de salto alto e outras vestimentas que sacrificavam a comodidade por roupas mais confortáveis e nem por isso menos elegantes. Nos eventos políticos as mais bonitas são mais notadas, como sobressaiam-se antigamente as adolescentes mais vistosas nos bailes de formatura." (Brasil Século 21, nº 3, p. 61)

O potencial criador do feminismo evidencia-se também na expansão da produção teórica, artística e cultural cujo eixo temático é a questão da mulher. São pesquisas e estudos que abordam novos aspectos da realidade, colaborando para reescrever a história do Brasil a partir de novas perspectivas mais abrangedoras. A mulher, enquanto objeto de reflexão teórica, tem significado não somente um fértil campo de pesquisa como a reformulação do instrumental analítico. Além disso, o feminismo propõem-se como ideologia anti-autoritária, aliando-se a outras correntes e grupos discriminados, como aconteceu com o movimento homossexual. E os valores "femininos" são cantados na música popular brasileira por compositores da qualidade de Gilberto Gil, Caetano Veloso e Chico Buarque.

Podéria, desta maneira, parecer paradoxal que a ampliação do movimento de mulheres — e o da corrente feminista — se processasse concomitantemente à informação de que o Brasil Mulher, no seu 169 número, encerrava suas atividades, exatamente dois anos depois do Nós Mulheres (então no seu 89 número). O paradoxo é apenas aparente. De fato, o que desaparece, junto com o Brasil Mulher, é um tipo de imprensa feminista (ou para feminista) que a própria evolução do movimento de mulheres tornou obsoleta. A questão que Nós Mulheres levantara três anos antes — por ocasião das discussões internas acerca dos rumos do jornal — mostrou-se verdadeira, na prática posterior: o período do feminismo envergonhado já tinha passado. Cumpria produzir uma publicação com outros supostos e objetivos, partindo dos interesses imediatos das "produtoras" e não mais voltada para a defesa exclusiva daquilo que considerávamos os interesses da(s) Outra(s): A Operária.

Aos eternos problemas de comercialização e à indefinição/definição equivocada da "leitora privilegiada" — dramas permanentes da imprensa feminista no período 1975/80 — veio somar-se uma outra ordem de razão também justificadora da dificuldade em se dar continuidade aos nossos jornais. Em outras palavras, a ampliação das "frentes de luta" do movimento de mulheres — que hoje sustenta tanto o movimento por creches; a formação de departamentos femininos nos sindicatos; a ocupação de um espaço político nos partidos em

formação, quanto a pesquisa de uma nova linguagem; o estudo da sexualidade feminina e a prática da reflexão em pequenos grupos — com provou que a ubiquidade é um dom divino. Ou seja, à medida em que os esforços dos primeiros grupos feministas, fundamentalmente em São Paulo, passaram a espalhar-se por objetivos diversos, tornou-se mais complicado levar adiante a imprensa feminista independente, tal como a concebíamos em meados da década dos setenta.

A emergência do especificamente feminismo — em síntese, poder falar do desejo, da violência doméstica e coisas no estilo, ao invés do exclusivo problema salarial — criou um espaço novo de militância, provocando adesões para as quais a redação de um jornal não constitui a alternativa almejada. Além disso, a maior autonomia do movimento — que não deve ser reduzida ao isolacionismo proposto por algumas tendências, que confundem a necessidade das mulheres encabeçarem suas lutas, evitando que seu movimento se transforme em correias de transmissão de partidos e/ou dóceis instrumentos de certas políticas sindicais, com o enclausuramento das mulheres em pequenas seitas/grupúsculos infantilizados pela presença de algumas "mães" que protegem suas filhinhas dos perigos do "mundo externo" — impede a existência de direções centralizadas, que poderiam atrelar a luta das mulheres a um ou outro objetivo exclusivo.

A partir do momento em que os grupos deixaram de ter sua existência orientada e disciplinada por uma tarefa em particular — fazer um jornal, prestar assessoria a tal ou qual grupo de base — e, especialmente, no momento que novos grupos apareceram, cansados das brigas internas dos primeiros, o espaço da militância feminista ampliou-se de tal maneira que, hoje, uma reunião realmente representativa do movimento de mulheres no Brasil exigiria o Maracanã como local apropriado. Concomitantemente, as forças políticas que atuavam em praticamente todos os grupos feministas — tornando-os, muitas vezes, palco de disputas encarniçadas concernentes ao caráter mais ou menos socialista da revolução ou disputa doutrinárias do estilo — co-atuaram no sentido de reforçar o sectarismo grupal que terminava por repelir ou impedir a entrada de novos elementos. Assim, o que termina, junto com o Brasil Mulher, é também o período da tutela política que pesava praticamente sobre todos os grupos feministas.

O feminismo de hoje não tem necessidade de líderes, nem de tutelas paternas ou maternas, nem de tribunais de inquisição sobre maior ou menor proletarismo de suas posições. Se todos os grupos que, em 1979, foram responsáveis pela organização do 1º Congresso da Mulher Paulista, resolvessem agora fechar suas portas po de-se prever que o impacto sobre o movimento de mulheres seria até positivo. A prática tem demonstrado que é necessário estimular a criação dos grupos de reflexão como momento essencial da tomada de consciência de nossa opressão específica, ao mesmo tempo em que demonstra a eficácia da união (incluindo, então, homens) de todos em torno de objetivos precisos de luta. E a compreensão das questões e impasses com que atualmente defronta o feminismo no país passa, também pelo conhecimento de suas raízes e trajetórias que, no fundamental, confundem-se com a história de três grupos ainda atuantes do movimento de mulheres. Por ordem alfabética: Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira (que adotará, no começo de 1980 o nome de Centro da Mulher seção São Paulo); Grupo Nós Mulheres (e sua cisão de 1978, conhecida como Associação de Mulheres) e o grupo Brasil-Mulher (com presença em outros estados do país).

3 - 1975: O ANO INTERNACIONAL DA MULHER

3.1. Encontro para o Diagnóstico da Mulher Paulista

A ONU batizou 1975 com o título de Ano Internacional da mulher. Este fato propiciou para a oposição brasileira — após as duras perdas ocasionadas pela repressão aos movimentos de contestação à ditadura militar — um espaço político que foi ocupado principalmente pela corrente política comunista "ortodoxa" (seguidora das orientações do Partido Comunista Soviético), que tinha sido relativamente poupado do terror repressor justamente por sua oposição à luta armada não desprezava, como equivocadamente o fez a nova esquerda por um determinado período, as oportunidades legais de trabalho político.

Assim, dado o esfacelamento da nova esquerda (cujo feminismo desenvolvia-se no exílio, principalmente na França) a oportunidade criada pelas comemorações do Ano Internacional da Mulher foi basicamente aproveitada pela tendência ortodoxa. A questão feminina era, na ocasião, praticamente ignorada no país e fora o grupo de reflexão feminista de intelectuais paulistas, só se falava de mulher como tema de tese acadêmica e, assim mesmo, pouco valorizado pela intelectualidade brasileira.

A cúpula que organizou o Encontro tomou todos os cuidados no sentido de evitar quaisquer desvios ao estilo pesado e acadêmico dos trabalhos. Uma vez obtida a anuência da Curia Metropolitana (faz parte do anedotário da época a impaciência de D. Paulo Evaristo com a insistência da comissão organizadora em enfatizar o aspecto de "diagnóstico" da reunião.. Sua Eminência, a uma certa altura, teria comentado: "o diagnóstico está mais do que claro, mas não se pensa nada no sentido da ação"? Tal reação é tão mais irônica quando se recorda que a prudência nas palavras e análises, entre outras razões, era recomendada pela cúpula para "não assustar a Igreja"), processou-se a escolha do local da reunião, evitando-se, as duras penas (por parte de feministas independentes) a inclusão da mulher do governador na lista dos convidados de honra.

Assim realizou-se na Câmara Municipal de São Paulo, em outubro de 1975, O Encontro para o Diagnóstico da Mulher Paulista (o próprio tema lembra a influência médica no diagnóstico) tendo como debatedores a Dra. Maria Eugênia Raposo da Silva Telles, representante da Associação dos Advogados de São Paulo; a Prof^a Dra. Marly Cardone (Faculdade de Direito/USP), a Dra. Guiomar Namó de Mello, o Dr. Renato Rua de Almeida (Frente Nacional do Trabalho), o Dr. Almir Pazzianotto Pinto e outros. Como era — e continua ainda — hábito, o tema (a mulher) foi esquartejada em pedaços denominados "a mulher e o direito"; "a mulher e a educação" e, finalmente "a mulher e a saúde". Também como era e continua sendo — um acordo implícito, o tema mais político escondia-se sob o título "a mulher e a participação na sociedade" que, coincidentemente teve no vereador Antonio Resk o porta-voz privilegiado:

"Expostas as principais idéias apresentadas no debate 'A MULHER E A PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE' podemos sintetizar nas palavras do vereador Antonio Resk o apelo contido em todos os depoimentos: 'É preciso que se sensibilize ca da vez mais mulheres em nossa cidade, no nosso país, não importa o grau de cultura, para que elas percebam que não poderemos sobreviver senão estando todos unidos, homens e mulheres, os mais e os menos conscientes. Para isto a mulher terá de romper os grilhões que ainda a prendem à superstição, ignorância, herdadas do passado. Precisamos preparar uma nova geração, um novo amanhã, em que a mulher deve surgir como companheira em igualdade de condições, igualdade de sentimentos, igualdade de cultura, igualdade de participação.'

Para tanto propomos:

1. traçar, em conjunto com os representantes das sociédades amigos de bairros, sindicatos, entidades de pesquisa, associações em geral e pessoas interessadas, um programa específico para cada entidade, cujo objetivo principal será o de estimular a mulher a participar cada vez mais da vida associativa (ex: criação de departamentos femininos nos sindicatos, sociedades, etc.);

2. estimular um relacionamento cada vez maior entre pesquisadores, estudiosos e a comunidade, fazendo com que as associações, sindicatos e entidades em geral possam contar com seu trabalho para a realização de levantamentos e estudos que lhes propiciem um conhecimento mais profundo dos problemas que afetam sua categoria, seu bairro, etc;

3. constituição de um grupo de estudos constituído por especialistas e interessados no assunto que tenha por objetivo fazer um trabalho de reavaliação e reformulação dos meios de comunicação dirigidos e referentes a mulheres.

Digamos que a comunicabilidade não é o forte do texto, sem se falar da "constituição de um grupo constituído" ... Mas as concepções e métodos de trabalho da "ortodoxia" estão aí perfeitamente exemplificados. Assim, as mulheres (que são as menos conscientes, como se depreende do discurso de Resk) terminam por se-

rem culpabilizadas por sua não participação satisfatória na sociedade. Elas são tratadas como um bando de ignorantes que precisam ser estimuladas e romperem com os "grilhões" e, assim, poderem "surgir como companheiras em igualdade de condição" aos homens. Não existe opressão específica da mulher: trata-se apenas do subdesenvolvimento feminino que pode ser rompido pelo esclarecimento que tornará a mulher apta a ... se tornar um homem. O esclarecimento, será obtido através de instrumentos especiais (os departamentos femininos) concebidos como uma forma de tornar acessível às menos preparadas (as mulheres) o universo masculino.

Tratar a questão feminina como o "despreparo feminino" — remetendo as soluções para cursos de capacitação — constitui a essência da concepção ortodoxa, levando com que o trabalho político com as mulheres fosse considerado uma penitência pela maior parte de suas militantes. Promover festinhas pela paz universal; comemorar o dia da criança e reduzir a militância no movimento de mulheres a ocasiões festivas (do dia internacional da mulher ao dia internacional do trabalho) constituem outras características da proposta ortodoxa de conscientização feminina.

3.2 - O Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira/O Brasil Mulher e o Movimento Feminino pela Anistia

A divulgação dos resultados do Encontro deu-se paralelamente à criação "de uma entidade que sirva de polo para a mulher paulista", vale dizer, ao Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira (CDBM), em novembro de 1975. Os objetivos do CDBM da data de sua fundação aos dias de hoje, continuam os mesmos, como se pode observar pela comparação de documentos de distintas épocas. Apesar da lista de mais de uma centena de associadas, funcionou sempre com um máximo de 30 pessoas, grande parte delas sob a influência política declarada da tendência ortodoxa, sendo que 4 ou 5 mulheres tornaram-se na prática, as porta-vozes oficiais do Centro. Dado o nível de generalidade de seus objetivos estatutários, as representantes do Centro eram mais "femininas" ou "feministas" segundo as circunstâncias.

"O Centro tem como finalidades principais:

1. *O conhecimento e a divulgação da condição da mulher brasileira em geral e, em particular, da mulher de São Paulo.*

- II. Contribuir, dentro das diretrizes da Carta-Proposta - resultado, do 'Encontro para o Diagnóstico da Mulher Paulista - para que a mulher de São Paulo se conscientize dos seus direitos, ao lado das demais mulheres brasileiras, com vistas à igualdade de condições sócio-econômicas e jurídicas entre homens e mulheres.
- III. Contribuir para uma participação cada vez maior das mulheres brasileiras no desenvolvimento econômico, político e cultural do nosso País.
- IV. Fazer com que as mulheres brasileiras contribuam cada vez mais na construção da Paz Mundial.
- V. Promover o intercâmbio com outras organizações afins.
- VI. Promover e solidarizar-se com todas as iniciativas que venham ao encontro dos objetivos e finalidades do Centro.
- VII. Promover e desenvolver em sua sede, ou fora dela, atividades culturais, recreativas e esportivas, palestras, cursos, conferências, pesquisas, etc.

Art. 4º - O Centro não fará distinção de sexo, raça, cor, nacionalidade, classe social, concepção política, filosófica ou religiosa.

Mas não só o Centro resultou do "Encontro para o Diagnóstico": algumas feministas, que tinham participado do Encontro, desgostosas com a atuação do grupo dirigente do Centro preferiram construir outra alternativa de trabalho. De fato, as próprias notícias que chegavam do Rio de Janeiro, onde o Centro da Mulher Brasileira conseguira reunir um número mais expressivo e representativo de mulheres, ajudaram a convencer as "dissidentes" de que era necessário um espaço de atuação mais flexível. As "dissidentes" terminaram por se encontrar com mulheres que lutavam pela instalação de creches na Universidade de São Paulo, dando origem ao grupo "Mulheres em Questão."

Enquanto isto, o Centro da Mulher Brasileira (CMB), no Rio, promovia uma festa intitulada "Realidade da Mulher", no Museu de Arte Moderna, em dezembro, comemorando o fim do Ano Internacional da Mulher. Composto e impresso no Paraná, sob a direção de quatro jornalistas, surge o Brasil Mulher nº 0 - um tablóide de 8 páginas, com uma grande foto em branco e preto na capa: uma mulher negra, grávida, rodopiando com uma menina, ambas pobres, de pés no chão - fazendo as seguintes afirmações no editorial:

BRASIL MULHER

Não é o jornal da mulher. Seu objetivo é ser mais uma voz na busca e na tomada da igualdade perdida. Trabalho que se destina a homens e mulheres.

Não desejamos nos amparar nas diferenças biológicas para desfrutar de pequenos favores masculinos, ao mesmo tempo que o Estado, constituído de forma masculina, deixa-nos um lugar só comparado ao que é destinado por incapacidade de participação ao débil mental.

Queremos falar dos problemas que são comuns a todas as mulheres do mundo. Queremos falar também das soluções encontradas aqui e em lugares distantes; no entanto, queremos discuti-las em função de nossa realidade brasileira e latino-americana.

A época do beicinho está definitivamente para trás, porque milhares de mulheres em todo o mundo fazem jornada dupla de trabalho, num esforço físico que faz com que uma jovem mãe de 30 anos pareça estar com mais de 50; mulheres que desejam trabalhar e serem independentes economicamente de seus maridos, são obrigadas a levarem uma vida ociosa, sem nenhuma perspectiva de serem consideradas como seres que pensam: a prostituição aumenta constantemente e é a única saída para as moças que chegam do interior para a cidade. E finalmente porque o homem já desceu na Lua e, portanto, nada mais lógico que reivindicar uma vida mais justa aqui neste planeta Terra.

Queremos usar a inteligência, informação e conhecimento em função da igualdade e, desde já a propomos, como equidade entre homens e mulheres de qualquer latitude.

Finalmente, Brasil Mulher deseja incorporar-se à imprensa democrática que, em meio a batalhas, o Brasil vê surgir.

Teremos um número mensal e a sustentação desta proposta de comunicação depende unicamente daqueles que com ela se identificarem.

Este é bem o estilo direto, claro e coloquial de Joana Lopes. O jornal fora concebido por uma pequena equipe, tendo Joana Lopes como principal inspiradora, sendo composto por uma capa em que uma foto de mulher ocupa a maior parte do espaço; pelo editorial (na página 2) e seções fixas como o Brasil/Correio, Na Rosa dos Ventos etc. com enorme destaque para a questão da anistia. As páginas centrais do número 0, por exemplo, é constituída por entrevistas — ilustrada por uma foto — de Terezinha Zerbini, em que se narra o recente surgimento do Movimento Feminino pela Anistia. Foi no jornal Opinião, na edição de 30 de maio de 1975, que apareceu a primeira notícia de que um grupo de mulheres iniciara "amplo movimento pela anistia aos presos políticos do Brasil". Já a Igreja se manifestara a respeito quando, por ocasião da Páscoa, o arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, incluía entre as orações da Semana Santa um pedido especial: "Anistia generosa para os presos políticos de nossa Terra. Estas informações são prestadas ao lado do Manifesto da Mulher Brasileira em Favor da Anistia que todos os grupos de mulheres se encarregaram de obter assinaturas de apoio:

Nós, mulheres brasileiras, neste Ano Internacional da Mulher, assumimos nossa responsabilidade de cidadãs no quadro político nacional. Através da História, provamos o espírito solidário da mulher fortalecendo aspirações de amor e justiça. Eis porque, neste Ano Internacional da Mulher, nós nos antepomos aos destinos da Nação, que só cumprirá a sua finalidade de paz, se for concedida a anistia ampla e geral a todos aqueles que foram atingidos pelos atos de exceção. Conclamamos todas as mulheres, no sentido de se unirem a este movimento, procurando o apoio de todos quantos se identifiquem com a idéia da necessidade imperiosa da anistia, tendo em vista um dos objetivos nacionais: a Unidade da Nação.

O movimento feminino pela Anistia, além da inquestionável importância da sua bandeira específica, colaborou significativamente para o avanço do movimento de mulheres. Com sede em vários estados, com especial destaque do núcleo de Belo Horizonte, o movimento despertou ou possibilitou um espaço de militância para mulheres que foram, com o tempo, aproximando-se do feminismo. Em São Paulo, a presença muito ativa de Terezinha Zerbini — que nunca disfarçou a pouca importância que concedia à luta feminista — nem sempre facilitou a convivência unitária, como se evidenciou no episódio de sua saída do Brasil Mulher e, posteriormente, em 1978, com a retirada do MFA da frente unitária de mulheres em São Paulo, quando a maioria dos grupos optou por incluir a questão do aborto entre suas bandeiras de luta, como veremos adiante.

Estas são, portanto, as circunstâncias históricas em que é dada a partida ao feminismo brasileiro enquanto alternativa de massa. A pluralidade de iniciativas — da Anistia à opressão da mulher tout court — demonstra que nosso movimento é também um dos frutos mais expressivos da luta dos setores mais avançados da sociedade pela conquista das liberdades democráticas. A paralisia imposta pela repressão político-militar dificultava a expressão das contradições por intermédio dos canais tradicionais, em uma sociedade democrático-burguesa, como os partidos; o jogo parlamentar; os sindicatos e as manifestações de rua. Assim, ao longo refluxo imposto no período Médici, segue-se o tímido degelo de Geisel e o florescimento de métodos e espaços novos de luta. É chegada a hora e a vez das organizações comunitárias; dos pequenos grupos em que todos se conhecem, do "trabalho de formiga". Logo, é chegada a hora da mulher, através do MFA, dos Clubes de Mães, das Associações de Donas-de-Casa, dos grupos femininos e feministas.

4 — 1976: NÓS MULHERES

Desde que nascemos, NÓS MULHERES, ouvimos em casa, na escola, no trabalho, na rua, em todos os lugares, que nossa função na vida é casar e ter filhos. Que NÓS MULHERES não precisamos estudar nem trabalhar, pois isto é coisa pra homem. Os proprios brinquedos da nossa infância ja nos preparam para cumprir esta função que dizem a função natural da mulher: mãe e esposa. NÓS MENINAS, devemos sempre andar limpinhas e brincar (de preferência dentro de casa) de boneca, de comidinha, de casinha. E os meninos podem andar sujos e brincar na rua porque são moleques e porque devem se preparar para tomar decisões, ganhar a vida e assumir a chefia da casa. Além disso, aprendemos que sexo é um peccado para NÓS MULHERES, que devemos ser virgens até o casamento, e que as relações sexuais entre marido e mulher devem ser realizadas tendo como principal objetivo a procriação. Aprendemos também que devemos estar sempre preocupadas com nossa aparência física, que devemos ser dõceis, submissas e puras para podermos conseguir marido. Ao mesmo tempo, vemos todos aplaudirem as conquistas amorosas e as farras de nossos irmãos. E muitas vezes não entendemos porque eles podem ter liberdade que para nõs é considerada pecaminosa. Quando vamos procurar um emprego, porque o salário do marido ou do pai não dá pra viver, ou porque queremos sair um pouco da solidão das quatro paredes de uma casa, sempre encontramos mais dificuldades que o homem, porque somos mulheres. Dizem-nos que não seremos boas trabalhadoras porque traremos para o serviço o cansaço do trabalho de casa e a preocupação com nossos filhos. E quando, com muita dificuldade, conseguimos um emprego (às vezes, nossos proprios pais ou maridos não nos deixam trabalhar pois foram acostumados a pensar que os homens devem sustentar a casa) sempre ganhamos menos que os homens, mesmo fazendo o

mesmo trabalho que eles. E, neste emprego, nossos cargos são sempre subalternos. Até nos acostumamos a pensar que os chefes devem ser homens! NÓS MULHERES somos oprimidas por que somos mulheres. Mas mesmo entre nós existem diferenças. Um grande número de mulheres cumpre uma dupla jornada de trabalho: o trabalho fora de casa e o trabalho doméstico. Outras cumprem só as tarefas domésticas. Mas, entre as próprias donas-de-casa, persistem diferenças. Existem aquelas que não são obrigadas a passar o dia inteiro fazendo o trabalho de casa porque têm dinheiro para contratar alguém que faça este serviço por elas. Além disso, podem dar uma boa alimentação, uma boa escola, brinquedos e roupas a seus filhos. A maioria das donas-de-casa, porém, é obrigada a passar o dia todo lavando, passando, arrumando, cozinhando, cuidando dos filhos, num trabalho que não acaba nunca. Muitas não podem sequer dar a seus filhos uma boa alimentação e uma escola. Muito menos brinquedos e roupas. Queremos mudar esta situação. Achamos que NÓS MULHERES devemos lutar para que possamos nos preparar, tanto quanto os homens, para enfrentar a vida. Para que tenhamos o direito à realização. Para que ganhemos salários iguais quando fazemos trabalhos iguais. Para que a sociedade como um todo reconheça que nossos filhos são a geração de amanhã e que o cuidado deles é um dever de todos e não só das mulheres. É possível que nos perguntem: "Mas se as mulheres querem tudo isto, quem vai cuidar da casa e dos filhos?" Nós responderemos: O trabalho doméstico e o cuidado dos filhos é um trabalho necessário, pois ninguém come comida crua, anda sujo ou pode deixar os filhos abandonados. Queremos portanto, boas creches e escolas para nossos filhos, lavanderias coletivas e restaurantes a preços populares, para que possamos junto com os homens assumir as responsabilidades da sociedade. Queremos também que nossos companheiros reconheçam que a casa em que moramos e os filhos que temos são deles e que eles devem assumir conosco as responsabilidades caseiras e nossa luta por torná-las sociais. Mas não é só. NÓS MULHERES queremos, junto com os homens, lutar por uma sociedade mais justa, onde todos possam comer, estudar, trabalhar em trabalhos dignos, se divertir, ter onde morar, ter o que vestir e o que calçar. E, por isto não separamos a luta da mulher da luta de todos, homens e mulheres, pela sua emancipação.

NÓS MULHERES decidimos fazer este jornal feminista para que possamos ter um espaço nosso, para discutir nossa situação e nossos problemas. E, também, para pensarmos juntas nas soluções. Sua colaboração é muito importante. São poucas as tribunas democráticas que a mulher (e não só a mulher) encontra hoje em dia para poder expressar sua opinião tanto em relação aos problemas gerais da sociedade quanto ao seu problema específico de mulher. Queremos que este jornal seja mais uma destas poucas tribunas. É por isto que quanto mais cartas, críticas, artigos, sugestões, informações você mandar, estarão ajudando a contribuir este nosso instrumento de conscientização e luta. É claro que neste número não poderia caber tudo o que queríamos mostrar. Pretendemos retomar nos próximos números os assuntos que tratamos neste e outros, falando por exemplo da vida da secretária, da mãe solteira, da enfermeira, da desquitada, de NÓS MULHERES, enfim. Finalmente, queremos agradecer a gentileza de Ruth Escobar, a quem devemos o financiamento deste primeiro número. E a todas as mulheres que contribuíram com seu depoimento para o nascimento do jornal NÓS MULHERES.

4.1 - O Primeiro Editorial

A reprodução por completo justifica-se pela importância que este editorial tem na história do feminismo brasileiro. Não se trata, simplesmente, de constatar, o tom direto e pouco doutrinário, no que se refere à descrição da opressão da mulher. Retrata com simplicidade, o cotidiano da mulher jovem, principalmente a de classe média, que brincou de casinha, ficou com inveja da liberdade do irmão mais velho, revoltou-se com a frase que a mãe lhe dizia, enquanto fazia apertadas tranças que arrancavam lágrimas dos olhos: "quem quer ser bonita padece!"

Não é só o tom evocativo — em que as pessoas concretas estavam ainda visíveis por detrás do discurso — que quebra com a rigidez formal das publicações da oposição (como bem exemplifica o programa do CDMB). Além disso, este editorial é importante pela afirmação categórica de que somos oprimidas porque somos mulheres. E, mais ainda por denunciar a dupla moral sexual e a repressão sexual, como por ter sido a primeira publicação de feminismo brasileiro contemporâneo em declarar-se feminista.

O editorial apresenta, também, formulações teóricas e

bandeiras que se tornaram posteriormente nas principais formulações e bandeiras de todo o movimento de mulheres. Assim, notemos que ele toca na questão dos papéis sexuais e da redução, "naturalista", da mulher às funções (sociais) de mãe e esposa. Enfatiza sua importância para a reprodução da família; seu caráter necessário. Levanta a bandeira da luta "por trabalho igual, salário igual" e pela socialização do trabalho doméstico. Defende, com argumentos que hoje seguramente já não seriam os nossos, a igualdade entre os dois sexos, chegando mesmo a sugerir (esta sugestão, hoje, é colocada simultaneamente com a da socialização do trabalho doméstico, quando não a antecede, isto é, trata-se de dividir o trabalho doméstico desde agora em casa, sem esperar o socialismo) a divisão da responsabilidade doméstica entre o casal.

As influências teórico/ideológicas presentes nestas idéias exprimem melhor do que nada o comprometimento do editorial com a dialética materialista. Assim, incorpora-se o conceito de trabalho necessário, tal como é entendido e "O Capital" (a diferença, estabelecida por Marx, entre trabalho produtivo e trabalho necessário no capitalismo), levanta-se a bandeira (de maneira bastante análoga à fórmula de Engels, em "A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado", da socialização do trabalho doméstico, ao mesmo tempo que se aponta para a necessidade de profundas transformações sociais e a ligação entre a luta feminista e a "luta de todos, homens e mulheres, por sua emancipação").

Apesar do editorial corresponder a uma produção coletiva em que todas tiveram algum grau de participação, a influência mais notória é exercida pelas militantes que já haviam passado por uma experiência de exílio/e/ou/estadas no exterior, conhecendo mais profundamente a moderna literatura feminista. Juliet Mitchell, Simon de Beauvoir, Engels, Wally Secombe constituíam leitura obrigatória do "Grupo de Brasileiras no Exterior" uma das matrizes mais importantes dos atuais grupos feministas. O editorial faz referências, tal como já se encontra no número de lançamento do Brasil Mulher, à luta da imprensa democrática neste período. Aliás, uma das passagens que as editoriais mais gostavam é aquela que diz da construção do jornal como "nosso instrumento de conscientização e luta".

4.2 - O Processo de Produção

A memória é curta. Tão curta que fica difícil refazer, recriar o espírito, o clima e as intenções de acontecimentos passados há menos de cinco anos. É por isso que a documentação escrita a memória gravada nas letras, páginas e cores das publicações — é tão rica e insubstituível. Seria difícil contar a história recente do feminismo se não pudéssemos lançar mão do recurso dos nossos textos e das próprias notícias que gerávamos na grande imprensa. Assim, os jornais de São Paulo cobriam sistematicamente nossos encontros, por mais que possamos dicordar da abordagem de tais coberturas. Mas, de qualquer maneira, nos damos conta de como o tempo histórico é radicalmente diferente do tempo vivido: afinal, nossas publicações constituíam apenas parcelas de nossas atividades, de nossa militância intensa e eis que, anos depois, sō por ela provamos nossa existência.

Quando estāvamos em processo de "fechamento", vale dizer, na fase final de preparação de um número, o ritmo de trabalho se intensificava, podíamos varar a noite em cima das laudas, das ilustrações lendo, correndo, acertando. Mas em "tempos normais" as reuniões realizavam-se nos sábados pelas manhãs (mais tarde transferidas para os domingos à noite). A primeira sede do Nōs Mulheres situava-se na rua Capote Valente, em Pinheiros, no porão da casa em que a revista Versus era editada. Tínhamos três ambientes contíguos que, pouco a pouco, dado o crescente sucesso de Versus, fomos perdendo. Mas, apesar de algumas queixas, a convivência com o Versus foi sempre cordial.

Esta cordialidade, diga-se de passagem, era regra na imprensa alternativa, mesmo porque muitos jornalistas escreviam para praticamente todos os "nanicos". Os jornais feministas, ademais, não estavam sob censura prévia, podendo, assim, utilizar o farto material sem pre censurado no Movimento, por exemplo. O Nōs Mulheres podia, pois, funcionar sem praticamente nenhum arquivo e com um material muito rudimentar, apesar de que até a diagramação ficava por nossa conta sem se falar do acompanhamento do jornal na gráfica e de sua entrega muitas vezes às próprias bancas. De fato, como nunca conseguimos senão esquimas de distribuição de pequena monta (30% de nossa edição total, em regra) a maior parcela das vendas era realizada diretamente, em São Paulo, através de sucursais do jornal Movimento (até a cisão interna que originou o Em Tempo) e através de grupos feministas em Belo Horizonte, Salvador e Rio de Janeiro.

Assim, o sistema era artesanal em todas suas fases. E aos trabalhos acumulados em ser repórter, editora, datilógrafa e copy-desk, adicionava-se o de vendedoras. Durante um longo tempo, inclusive, eramos obrigadas a vender uma cota mínima que, não raras vezes, acabava sendo paga por uma de nós. Apesar dos custos dos jornais se reduzirem aos gastos com papel e impressão, pois fazíamos todo o trabalho gratuitamente, assim como não existia nenhum tipo de retribuição financeira para nossos solidários colaboradores, enfim, apesar dos custos baixos o jornal vivia endividado, com as vendas raramente cobrindo metade dos gastos ... Ruth Escobar, no primeiro número. Elis Regina em outro, e inúmeros anônimos em quase todos, colaboravam decisivamente para que o jornal fosse órgão mais independente do jornalismo brasileiro.

Nenhuma figura concentrava qualquer tipo de ascendência notável. O grupo não tinha, sabidamente, nenhum tutor político que impusesse diretrizes e, nas horas difíceis, proporcionasse um auxílio mais forte. Era a concordância com nossas idéias e/ou simpatia por nossas posições que levava à colaboração estreita. E nosso estilo era direto. Em uma dada reunião alguém levantava a hipótese de se ir pedir x coisa para y pessoa. Dicotávamos quem deveria compor a comissão e o resto era uma questão de cara e coragem. Assim, entramos em contato com o cartunista Henfil, que, prontamente, passou a fazer propaganda do Nós Mulheres e compôs uma tira da Graúna especialmente para nós.

Ao mesmo tempo, dentro de uma oposição que ficara ainda mais rígida e desconfiada com os anos do terror político, o grupo Nós Mulheres era considerado independente demais para o manual de "bom tom político" imperante. Éramos, na prática, as primeiras e únicas a trabalhar com a mais absoluta autonomia dentro (ou fora) de quaisquer disciplinas ou hierarquias. O grupo não tinha nenhuma espécie de direção sendo o poder de decisão estava exclusivamente nas mãos das produtoras.

As matérias não eram assinadas e o mesmo texto poderia ser refeito n vezes. Chegamos a modificar uma capa na gráfica, através de um processo de consulta e eleição de todas as responsáveis.

O conselho editorial, que terminou funcionando como órgão de definição da linha editorial, era composto exclusivamente pelas pessoas que tinham participado com grande empenho da produção do número. Senão, o nome aparecia sob a rubrica "colaboração".

Deste período anárquico/artesanal, desta experiência única, pois o funcionamento do Brasil Mulher, em suas diversas fases, sempre esteve mais próximo das normas vigentes na imprensa alternativa de modo geral, o Nós Mulheres fez o seguinte balanço, em junho de 1979:

"O grupo reunido desde 1976, em torno do jornal NÓS MULHERES, optou por uma organização do trabalho que comportasse uma democracia interna, a mais ampla possível partindo da igualdade de direitos e deveres de cada uma de suas participantes. A nossa preocupação era atingir uma flexibilidade dos papéis de responsabilidade que despertasse as potencialidades criativas de cada uma. Nossos editoriais eram feitos por qualquer uma de nós, as matérias sugeridas pelas participantes e as decisões mais importantes tomadas em conjunto. O grupo, portanto, lutou persistentemente contra estratificações no seu interior, buscando uma rotatividade de funções. Esta forma de trabalhar fugia às regras de um jornal tradicional e permitia que todas acompanhassem o processo de realização de nosso trabalho, desde a feitura dos textos até a distribuição do jornal, o que nos dava a sensação gratificante de que o produto do nosso trabalho nos pertencia. Este tipo de organização criou muitas dificuldades. A produtividade era, em certo sentido, baixa e equivalia a um grande esforço. Às vezes, existia um acúmulo de trabalho, outras vezes, excesso de pessoas para uma mesma tarefa. E finalmente, resultava que algumas de nós acabavam sobrecarregadas. A não-hierarquia trazia velhos vícios de comportamentos — produto de nossa vivência em uma sociedade organizada segundo moldes autoritários. Éramos idealistas ao pensar que nosso simples querer era suficiente para alcançar a mudança. Éramos idealistas, mas o que propunhamos tem fundamento: a democracia a partir do trabalho. E mais que isso, uma luta interna e externa contra as relações de poder (sempre negadas, mas sutilmente introduzidas), as hierarquias que separam, de antemão, as "mais experientes", "mais preparadas" das "menos experientes e preparadas". Neste momento, o desafio se mantém: como nos organizarmos, com

uma divisão de trabalho justa e igualitária, sem uma prática impositiva e autoritária, coerente com nossa concepção de feminismo".

4.3 - As Produtoras

Consultando o expediente do Nós Mulheres e o Livro de Ouro do grupo, onde estão registradas a grande maioria das reuniões internas, observa-se uma estabilidade relativamente alta entre os militantes do jornal. De fato, o primeiro número agradece uma lista de trinta nomes dos quais dezoito consolidam-se como conselho editorial no número dois. A partir do segundo número passamos a distinguir as produtoras diretas das colaboradoras (que enviam uma matéria ou foto ou, ainda, davam uma ajuda nos fechamentos do jornal). Das dezoito, quatorze caminham juntas até o número 6, de agosto/setembro de 77, sendo que dois nomes não aparecem em alguns números por razões ligadas a ameaças que vinham sofrendo por parte de órgãos para/policiais.

O número sete do Nós Mulheres já é resultado de intensas discussões e balanços cujo saldo, entretanto, indica a saída de quatro pessoas e a passagem de outras para a colaboração menos intensa. De qualquer maneira, existe também uma tendência ao retorno com pessoas reaparecendo em números posteriores. É preciso notar que este é o período em que começa se articular a Associação de Mulheres, que passaria a ser o centro privilegiado de atuação de algumas das mulheres antes figurando no conselho editorial do jornal, seu órgão dirigente. As discussões internas a respeito dos caminhos do grupo e o processo que culminou com a saída de metade das militantes do Nós Mulheres, que passaram a atuar sob o nome de Associação de Mulheres, são aspectos do maior interesse mas que exigiriam um capítulo especial, sob pena de empobrecermos seu sentido político-ideológico.

Para traçarmos um perfil da produtora, tomamos seu corpo editorial mais estável e constituído pelas 10 mulheres que compõem o conselho editorial do número 7. A idade média gira em torno dos 26 anos, sendo que a caçula entrou no Nós Mulheres com 17 anos. Naquele momento, quatro das mulheres eram solteiras, duas morando fora do lar paterno; duas estavam separadas dos maridos, vivendo sós com os filhos; uma vivia uma relação estável sem coabitação e, finalmente, três encontravam-se casadas com o mesmo marido, duas eram realmente monogâmicas e uma terceira vivia a experiência do casamento aberto. Das dez, nenhuma tinha um emprego es-

tável, coisa que se modificou bastante posteriormente, muito em função da nossa própria auto-conscientização. A esmagadora maioria era constituída por estudantes (de psicologia, de comunicações, de história) e sociólogas (metade das mulheres já eram sociólogas diplomadas) e uma jornalista profissional. Em termos sócio-econômicos tínhamos as filhas de famílias ricas; as casadas de classe média e algumas profissionais da pequena burguesia.

A caracterização/individualização das produtoras é importante para a explicação do porquê de dois jornais feministas, quando a unificação teria possibilitado uma concentração mais racional de esforços.

Na realidade, após a comemoração do 8 de março, o grupo Nós Mulheres, em plena preparação do seu primeiro número, reuniu-se para discutir se não valeria a pena propor uma unificação com o Brasil Mulher. Pois do momento em que Joana Lopes assumia o feminismo como bandeira, o jornal ampliava-se para além dos limites impostos pela luta a favor da anistia. Sem se dizer que Brasil Mulher deslocara-se totalmente de Londrina para São Paulo, o que facilitaria a unificação.

A oposição ao projeto foi feita pela própria Joana Lopes, que muito sinceramente expôs suas dúvidas sobre a conveniência de um "casamento" de dois grupos tão díspares. As responsáveis pelo Brasil Mulher, argumentou Joana Lopes, eram amigas que tinham atravessado juntas períodos muito duros; mulheres mais maduras de experiências muito distintas da maioria do Nós Mulheres. Elas já tinham o hábito de trabalharem juntas, eram jornalistas profissionais, com um projeto definido. Ademais, não passavam de 4 ou 5 pessoas que ficariam meio perdidas na dinâmica anárquica da massa de mulheres que circulava pelo Nós Mulheres.

A posição de Joana Lopes foi perfeitamente entendida não ficando nenhum rancor ou ressentimento após este episódio. Na verdade, enquanto a equipe que dirigiu o Brasil Mulher permaneceu a mesma de origem, as relações entre os dois grupos foram excelentes com trocas de amabilidade, reforçadas por uma convivência propiciada pela proximidade geográfica das duas redações.

As maiores dificuldades de convivência passaram a se dar na segunda fase do Brasil Mulher, em que Joana Lopes perde a direção e se retira, com o antigo núcleo, do jornal que ajudara a criar, como trataremos posteriormente.

5. 1977 : NOVOS PROBLEMAS

8 DE MARÇO EM SÃO PAULO

Serã realizado na Penha, às 14 horas, rua Santo Afonso, no salão do Santuário da Penha, um encontro organizado pela coordenação da promoção humana da região Leste-2.

Serão feitos depoimentos de mulheres de diferentes profissões, além da apresentação dos grupos femininos de São Paulo.

Haverã uma reunião organizada pelos seguintes grupos: Jornal Brasil Mulher, Centro de Desenvolvimento da Mulher (São Paulo), Clubes de Mães da Zona Sul e Leste, Movimento Feminino pela Anistia e Jornal Nós Mulheres.

Serão também apresentados depoimentos de mulheres trabalhadoras, dos grupos femininos, havendo, após, abertura para debates com a platéia.

Este convite aparece na edição de março-abril de 1977, no Nós Mulheres nº4, exemplificando a unidade de ação existente entre os chamados "grupos de base" (associações de caráter apolítico, reunindo mulheres em torno de sua condição de mãe e/ou de dona-de-casa, sob explícita influência da Igreja) e os grupos "femininos", assim intitulados para se diferenciarem das "feministas", considerada radicais e partidárias "da luta contra o homem". Desta maneira, a presença comum nos atos comemorativos não conseguia impedir um certo medo, em se comprometer com os objetivos feministas por parte dos grupos ditos "femininos", sempre preocupados em dar demonstrações de idoneidade política às demais forças que compunham a oposição democrática neste período. Frente a todas ordens de dificuldades, as feministas souberam comportar-se com maturidade mas não conseguiram impedir, por outro lado, que muitos dos preconceitos antifeministas contaminassem nossos próprios grupos e práticas.

Na verdade, uma das maiores barreiras que os grupos feministas encontraram para desenvolver novas alternativas de participação política residu exatamente na dificuldade das feministas em se assumirem como sujeito da opressão, ao invés de sō falarem em nome das operárias e trabalhadoras de modo geral. Enfim, cheias de preconceitos contra os "grupos de reflexão" - que nos pareciam uma espécie de réplica do difamado çhã das cinco das ricas ociosas - demoramos muito para reconhecer a nos-

sa reflexão feita na prática. As longas conversas apôs o expediente regular, quando falavamos de nossa vida pessoal, de nossas frustrações e medos, não passavam de formas espontâneas de reflexão. Mas por usarmos as "outras" como álibi, isto é, falarmos do aborto delas; dos anticoncepcionais delas (as operárias, as mulheres de periferia, etc.) terminavamos por esquecer que vivíamos os mesmos problemas e que poderíamos ser personagens de matéria sobre os nossos abortos, anticoncepcionais, etc. Não eram sô as outras que tinham problemas sexuais, que aturavam maridos prepotentes e relações deserotizadas, que dependiam financeiramente dos pais e maridos, etc. ...

E um dia, apôs tanta resistência em fazermos uma matéria sobre aborto — pois havia a pressão da Igreja, o risco de romper uma aliança importante num período de recém começada abertura — e argumentos no gênero, a explosão sucedeu. Alguém argumentou que já não aguentava mais ficar ouvindo que nossas reivindicações não eram importantes e, então, ficar imaginando que as mulheres pobres (as católicas, inclusive) não fazem abortos. Vamos enfrentar o fato de que a maioria entre nós já fêz ao menos um aborto, transformando a questão em algo realmente significativo. E, assim, fizemos também um aprendizado (anônimo) de como as questões reais terminam se impondo na prática e da importância em saber enfrentá-las.

Em outras palavras, não sendo capazes de nos enxergarmos como representantes de uma certa camada social, logo, também como um público a ser satisfeito/trabalhado ideologicamente, sempre fizemos uma imprensa para "elas" e não para "nós", apesar do nome do jornal. Ora, na base desta oposição agente/sujeito, está o didatismo preconceituoso que caracteriza a imprensa que os "mais" (experientes; civilizados, etc) fazem para os menos (experientes; civilizados, etc). Aí está o ponto em comum da imprensa dos oprimidos: crianças, mulheres, etc: cria-se uma linguagem/forma de expressão que os produtores consideram satisfazer ao desejo do "outro", ou, então, estar "ã sua altura", vale dizer, no seu nível de compreensão.

A atuação das feministas, durante um ponderável período de tempo poderia se resumir em: a) ter a operária como bandeira e leitora principal ("porque é a mais explorada de todas as mulheres por ser duplamente oprimida, etc e tal") mas, na prática, trabalhar com mulheres donas-de-casa (da periferia); b) passar horas discutindo o jornal com analfabetas e nunca ter realizado um trabalho na universidade; c) falar o tempo todo dos problemas econômicos da mulher -- de suas duras condições de vida -- mesmo sabendo que a leitora estava justamente querendo falar de sua vida sexo-afetiva; enfim, cometia-se o típico equívoco doutrinário.

Com dificuldade cada vez maior em fixar objetivamente sua leitora, Nós Mulheres (e o Brasil Mulher com muito mais intensidade) transformou-se em um jornal no limbo. Em outras palavras, nenhuma bandeira específica era levantada, pois as reivindicações que fazíamos ou apareciam na forma de denúncia (falta creche! pois nunca se discutiu "que tipo de creche") ou diziam respeito a condições gerais de vida (terra a quem trabalha; combate à alta do custo de vida, etc) ou, então, eram completamente doutrinárias ("socialização do trabalho doméstico"). Nenhuma luta específica -- assistência médica/aborto/contra a violência sexual/pelo descobrimento do assassino da menina Ana Lídia -- era proposta mas, em compensação, introduzimos a questão da "autonomia do movimento de mulheres" exatamente como estava sendo discutida na França e Itália.

5.2 Falando de Nós

Em 1977, a equipe do Nós Mulheres publicou, após a mornice editorial dos últimos números, dois editoriais importantes do ponto de vista da definição do campo de atuação do feminismo. Estes editoriais, conjuntamente com a qualidade das matérias de depoimentos com operárias, etc, tornam o 5º e 6º número do jornal no melhor produto do feminismo-economicista. Preocupando-se exclusivamente com as condições mais materiais de vida (casa/comida/salário) deixávamos de lado a esfera do lazer/prazer, reduzindo nossa leitora/interlocutora em um "hom o economicus". Mas, ao mesmo tempo defendíamos, com argumentos mais convincentes ainda porque extraídos na vida real, a) a tendência feminista e b) o feminismo como luta radical/transformadora da sociedade. E, pela primeira vez, falávamos de nós, explicávamos para as centenas de pessoas que colaboravam com o jornal quem éramos, qual nossa ligação com o jornal!

Depois de um longo período de silêncio, por volta de 1973 novos grupos se formaram em torno de idéias democráticas, voltando a exercer o direito à crítica social. Em 1975, com o Ano Internacional da Mulher, o debate em torno da opressão da mulher começou a crescer. E foi nesse clima de nascente entusiasmo, que em maio de 1976, faz um ano, preparávamos o primeiro número de NÓS MULHERES. Era a primeira vez que fazíamos um jornal, daí o clima de confusão e insegurança. Mas mesmo em meio à confusão nosso objetivo se manteve claro: fazer um jornal para a mulher trabalhadora, a mãe e a dona-de-casa da periferia de São Paulo; para a estudante, a profissional, a intelectual. Um jornal de frente onde coubessem todos os interessados em discutir abertamente opressão da mulher. Um jornal que debatesse a situação da mulher estava destinado ao fracasso, segundo alguns, ao ridículo, segundo outros. Mesmo entre nós havia reservas ao nos afirmar feministas, palavra tão desgastada. Pois às vezes pode parecer mais fácil fechar os olhos à opressão e contentar-se com as migalhas de liberdade que nos oferecem. Ou então buscar soluções individuais, falso raciocínio de que há mulheres oprimidas, mas nós já superamos o problema.

O grupo de NÓS MULHERES formou-se em torno da idéia de criar um jornal feminista. Muitas de nós sequer nos conhecíamos, como não conhecíamos o que significava feminismo para o resto do grupo. Aos poucos, porém, num processo muitas vezes doloroso, fomos nos conhecendo. Respeitar opiniões diferentes das nossas; aceitar a lentidão das decisões que tinham de ser tomadas por todo o grupo; formar um sistema de trabalho. Foi um processo longo em que algumas mulheres saíram, outras se aproximaram. Deixamos um pouco frio e úmido e viemos para a sala clara e arejada onde agora trabalhamos. Um bebê nasceu, outros dois estão a caminho. E, como um recém-nascido, as maiores dificuldades foram vencidas no primeiro ano de vida. Estamos aprendendo a caminhar.

(NÓS MULHERES, editorial do nº 5 maio/junho de 77)

As maiores dificuldades provavelmente não tinham sido ainda superadas mas a verdade é que aprendemos a caminhar. Em outras palavras, o feminismo se tornara a nossa maneira de fazer política, de intervir nos rumos do destino social. Cada vez era maior disposição de nos organizarmos em torno de nossa opressão específica: o que permanecia confuso era como fazê-lo corretamente. Nesta medida, as discussões que envolvem as militantes do Nões Mulheres, de meados de 1977 até a cisão no final do ano seguinte, concernem: a) o destino/linha editorial do jornal; b) às nossas relações com os outros grupos feminino/feministas existentes e c) nosso trabalho de "ampliação" junto a outras mulheres.

Os três temas encontram abundante referência nas páginas do Livro de Ouro, que se tornou espécie de diário de bordo/registo de atas das reuniões do grupo. Em relação ao jornal, as reuniões de crítica de cada número, incluindo relato da apreciação que nossas leitoras da periferia faziam sobre as matérias — terminavam por questionar a linha editorial ou, então, a definição do "público privilegiado". Esta discussão, diga-se de passagem, era geral nos jornais da imprensa alternativa pois compartilhávamos todos do mesmo desejo de servir aos mais explorados. O difícil era decidir como tornar esta defesa a mais eficaz possível. Radicalizando as exigências e a linguagem? Através do doutrinário do tipo "depois da conquista do poder pelas forças revolucionárias"?

Além do registro sumário das intervenções nas reuniões, no estilo "Ia/Inês: proposta de estrutura interna" (reunião de 20/11/77), existia o hábito de se fazer propostas por escrito. Assim, cinco militantes, refletindo a diversidade de pontos de vistas internos ao Nões Mulheres, produziram laudas e laudas de crítica ao jornal; propostas de organização; crítica e auto crítica ao autoritarismo, etc. Datado de 21 de outubro de 1977, um trecho de um longo balanço dos seis primeiros números do Nões Mulheres, citava os "grandes temas ausentes":

- I. *O grande debate do feminismo (de suas questões mais candentes) está ausente no NM;*
- II. *O jornal não reflete nem mesmo nossas discussões pessoais sobre o feminismo, sobre a condição da mulher, etc. Para um grupo significativo do jornal todo este período foi muito rico no sentido da assimilação pessoal da questão feminina: nada disso transparece no jornal. Tem razão o Henfil que esperava encontrar um grupo de chatas...*

III. A luta ideológica (pois da política já se falou) é tratada com muita pobreza e simplismo. Nunca abordamos a questão do aborto; nossa visão do divórcio (como em outras questões, aliás) ficou no "tirar a média". Nunca discutimos um filme, por exemplo, quando o "Por um destino insólito" mereceu tantas discussões entre nós mesmas. Cadê as análises sobre aquilo que todas as leitoras gostam: as telenovelas? Isto é, nunca partimos das condições concretas de vida das mulheres trabalhadoras (que envolvem tanto as relações de trabalho quanto as familiares, expectativas frustradas, sexualidade, afetividade, etc. e os diversos mecanismos do "sonho", entendido como evasão do real.

O documento, ademais, distinguia o "público privilegiado" do "tema privilegiado", argumentando que "podemos fazer um jornal voltado para a defesa dos interesses das trabalhadoras mas nem por isso, numericamente, serão elas nossas leitoras principais". Neste sentido, preconizava a mudança da linha editorial, tendo em vista a leitora "potencialmente" feminista: "Ademais, encontraremos apoios a esta linha editorial entre outras camadas e classes: nós mesmas somos exemplo disso (há alguma operária?). Assim, trata-se de poder atender às aspirações de leitura de um setor muito importante na luta feminista, tal como as estudantes, intelectuais, assalariadas das camadas médias e da pequena burguesia, etc".

5.3 A Associação de Mulheres/A Coordenação

Mas não só no jornal centrávamos nossas preocupações. Há muito tempo que o grupo vinha cogitando em organizar melhor seu trabalho de "ampliação", de forma a poder dar uma alternativa de militância a mulheres que, isoladamente, chegavam ao Nós Mulheres, ao mesmo tempo que obteríamos reforço para o trabalho de "base", vale dizer, as nossas idas mais ou menos sistemáticas aos clubes de mães da periferia, onde discutíamos com as mulheres matérias do jornal. Mantínhamos também contatos esporádicos com trabalhadoras metalúrgicas e bancárias, além de outras mulheres que vendiam pequenas quantidades do jornal. As reportagens, sempre feitas in loco, incluíam sempre o estabelecimento de relações mais próximas com as entrevistas e explicação dos objetivos das feministas.

Para efeitos legais o jornal aparecia como órgão da

"Associação de Mulheres", entidade sem fins lucrativos . Isto é, legalmente estávamos constituídas de maneira a poder nos dedicarmos a outras atividades não-lucrativas. Assim, decidimos aproveitar o nome "Associação" para expandir o processo de incorporação de mulheres à luta feminista. A discussão em torno dos princípios e objetivos da Associação terminaram por camuflar, no período final do primeiro grupo Nós Mulheres, violentas disputas pelo poder grupal. Mas, antes disso, testemunham a dificuldade dos primeiros passos de um movimento que surgia realmente autônomo, fruto do trabalho das feministas.

Concomitantemente, discutia-se a questão da unidade das feministas e "femininas", em síntese, das diversas correntes e tendências que compõem o movimento de mulheres em cada momento histórico. Esta questão, na época, foi levantada através de um questionário, respondido por escrito, por algumas militantes e discutido em conjunto, composto das seguintes perguntas: "a) como concretizar o jornal como tribuna democrática de mulheres; b) como estabelecer este contato e com que grupos". Neste momento, a expressão "frente democrática de mulheres" é utilizada como sinônimo de movimento de mulheres e a questão que estava subjacente era a do papel do Nós Mulheres, órgão feminista, dentro do movimento de mulheres ainda incipiente no país.

"[...]

Por ser um jornal não-profissional e defender a bandeira do feminismo ele cabe, dada a própria fragilidade do movimento feminista em nosso país, numa frente de mulheres, indiscutivelmente. No entanto, a questão de fundo é saber exatamente o que é esta frente (ou melhor, o que poderá ser). Por enquanto, a nível nacional, temos 2 jornais que se dizem feministas (NM e BM) agrupando um número reduzido de mulheres; alguns 'grupos de reflexão' (no estilo do existente em São Paulo); o Centro de Desenvolvimento da Mulher (SP) de pouco fôlego até o momento; os Centros em outros Estados (Rio, Bahia, Minas); o Movimento Feminino pela Anistia (com um jornal e um objetivo bem específico: a anistia). Além desses grupos de natureza diversa existem outros, mais antigos, com os quais não temos contato, no estilo da 'Sociedade para o Progresso da Mulher' etc cita-

dos por uma carta de uma velha senhora. Finalmente, como grupos de mulheres (mais femininos, na maioria) temos os Clubes de Mães; as Associações de Donas de Casa, etc (ademais, temos os organismos femininos do MDB com os quais não me parece difícil chegar a um programa mínimo). Fundamentalmente seriam estes os grupos e agrupamentos que poderiam unir-se em torno de alguns objetivos comuns. A questão subsequente é, pois, quais seriam estes objetivos que, uma vez definidos, dariam o próprio peso político dessa frente e o seu alcance. Os objetivos democráticos — que definem o nome da frente — teriam de ser explicitados, isto é, a bandeira de lutas pelas liberdades democráticas tem de materializar-se em propostas que traduzam, concomitantemente, a nossa especificidade: frente de mulheres".

Este é o teor do ponto de vista de uma militante do Nós Mulheres: enfatiza a necessidade da definição de um programa mínimo em torno do qual se uniriam as forças representativas do movimento de mulher, dando origem à frente democrática de mulheres. A enumeração destas forças representativas demonstra bem que em São Paulo, excluindo-se o Brasil Mulher, não existia outro grupo

feminista. A mesma situação aparece também descrita em outra contribuição ao debate interno do Nós Mulheres, demonstrando a pobreza do panorama político em matéria de alianças em torno dos objetivos feministas:

"O primeiro ponto a ressaltar é que o nosso contato com grupos de mulheres não pode se dar no ar, a partir da mera concordância tácita com os princípios explicitados através do jornal. Não é possível uma solidariedade ideológica que não se vincule a uma luta política concreta. Por isso, acredito que o nosso propósito deva ser o de lutar pela constituição de um forte agrupamento de mulheres dos setores democráticos, capaz de levar adiante a luta contra a opressão da mulher e a luta pelas causas populares em geral.

Este trabalho é lento e longo. Acredito que a proposta a curto prazo deva ser a de levar um esboço de documento para discussão nos grupos de mulheres já organizados (prioritariamente nos sindicatos onde exista participação ativa das mulheres, nos clubes de mães, associações de do-

nas-de-casa, etc. É claro que o documento deve ser também discutido com o BM, com as mulheres do MDB. Com o Centro e com a Zerbini tenho dúvidas).

Na proposta a ser encaminhada deveriam ser incluídos os seguintes itens: 1) análise da conjuntura política atual; 2) importância da organização de mulheres frente a esta conjuntura; 3) questões políticas fundamentais em torno das quais as mulheres devem se organizar. O primeiro passo, portanto, seria redigir a proposta e levá-la para discussão nos diferentes grupos; o segundo passo seria a redação final do documento, feita por uma comissão mista dos grupos. Da redação final deveria constar um programa mínimo de trabalho comum, incluindo reivindicações para lutas específicas. Posteriormente, formar-se-ia uma Coordenadora Geral com participantes dos diferentes grupos (os grupos não perderiam o seu caráter individual, embora o documento conjunto também passasse a nortear os seus trabalhos específicos). A função da Coordenadora, em princípio, deveria ser a de analisar os trabalhos específicos desenvolvidos pelos grupos (para que se pudesse garantir o mínimo de unidade) e de propor e encaminhar as questões mais gerais."

A idéia de um organismo que unificasse os esforços dos diversos grupos atuando no movimento de mulheres - a Coordenação, como ficou posteriormente conhecida - já era, portanto, defendida pelo Nós Mulheres em fins de 1977, assim como a aprovação de um programa mínimo de lutas que permitisse expandir a unidade para âmbitos maiores do que as assinaturas em documentos de protesto, como muitas vezes acontecia. Mas o maior problema que enfrentávamos dizia respeito às nossas dificuldades em estabelecer relações mais sinceras com outros grupos, evitando ao mesmo tempo ter de tomar uma posição definida diante da dinâmica tomada pelas lutas internas no movimento das mulheres. Assim, nunca chegamos a propor uma discussão com o coletivo de trabalho do MFA, cometendo o equívoco de aceitar uma única interlocutora. Problema análogo enfrentamos por ocasião da tomada do Brasil Mulher por uma frente de tendências políticas semi-organizadas, processo que culminou com o afastamento de Joana Lopes do jornal que ajudara a criar. As participantes do Nós Mulheres assistiram caladas à reprodução dos mais autoritários métodos de atuação política, com o emprego de majorias eventuais cuja única razão de ser era garantir maior expressão numérica para uma dada corrente política, além do processo de suspeição e expurgo das "minorias".

A evolução do Brasil Mulher, neste sentido, exemplifica bem os métodos de ocupação de espaço políticos abertos anteriormente, na base da entrada em massa de militantes cuja filiação era mantida em segredo não somente devido aos riscos relacionados à repressão política vigente como, principalmente, para não revelar os verdadeiros propósitos de sua presença: conquistar o poder dentro do jornal, garantindo a defesa do programa político de sua preferência. O jornal vinha enfrentando problemas análogos aos do Nões Mulheres, relativamente à comercialização, definição de público, etc., além de contar com uma menor base de apoio, o que tornava cada vez mais difícil sua produção regular. Por estas razões, não causou espanto a notícia de que após seis meses sem aparecer - o último número saíra em dezembro de 76 - o Brasil Mulher número sete apresentasse ponderável modificação em seu expediente. Do pequeno grupo inicial restava Joana Lopes, que não mais aparecia como editora e sim como uma dos vinte e um figurantes da equipe de redação. Tudo indicava que outras feministas tinham decidido incorporar-se ao projeto de Joana Lopes e que o Brasil Mulher ultrapassaria sua crise de crescimento. Mas a posição tomada pelo editorial que selaria a nova unidade não deixou dúvidas quanto a concepção de feminismo que passaria a dominar:

"A luta pela emancipação da mulher não está em nenhum momento desvinculada da luta pelas soluções dos problemas mais gerais na sociedade. Por isso nos unimos à manifestação coletiva por melhores condições de vida, de trabalho, por uma anistia ampla e irrestrita, por liberdades democráticas", reza o primeiro parágrafo. E, no parágrafo final, vemos de novo a mulher reduzida a uma problemática de segunda ordem; sua emancipação sendo defendida de maneira utilitarista: vamos conscientizar a mulher para que em troca ela lute pelo socialismo.

A partir deste número, o Brasil Mulher enveredou pela linha da defesa dos "interesses populares" e "pelas liberdades democráticas", tratando as questões de maneira tão genérica quanto o Movimento ou Em Tempo. Consolidou-se no espaço da "revista para mulheres que tendo menor consciência que os homens não conseguem entender os alternativos "masculinos". Em outras palavras tornou-se uma espécie de braço auxiliar da política "masculina". Este foi o período em que os representantes da UNE e outros organismos estudantis utilizavam-se do movimento de mulheres para tentar impor

uma orientação. Na verdade, os universitários, naquele momento, não desenvolviam nenhum trabalho específico com mulheres, nem incluíam esta questão em seus programas ou objetivos de luta. Mas, para captar apoio para suas iniciativas, ao mesmo tempo em que esperavam exercer o controle político do movimento das mulheres, enviavam estudantes do sexo feminino para virem conversar e votar em todos os acontecimentos organizados pelos grupos de mulheres.

Arvorando-se em porta-vozes dos interesses de milhões de trabalhadores e, em seu nome, os "iluminados" defendiam a democracia por métodos pouco democráticos. Ao comparecerem em nossas reuniões mais amplas, supostamente representando as "mulheres" estudantes, as participantes do movimento estudantil - bem como outras que faziam a mesma "representação" em nome dos professores, dos trabalhadores da Sapesp ou qualquer outra sigla no gênero - estavam ensinando para as mulheres menos experientes politicamente métodos e formas de comportamento típicos da ética capitalista: os "mais vivos"; o "dar o golpe"; "levar a assembléia"; fazer um conchavo"...

O processo que culminou com a saída de Joana Lopes e a primeira equipe do Brasil Mulher do jornal que haviam criado tem muito a haver com o dito anteriormente. De fato, sem entrar no mérito da própria entrada no Brasil Mulher daquelas que assumiriam a direção depois do expurgo de Joana Lopes, permanece a crítica à condução da assembléia que culminou com sua demissão. Pior ainda foi o desrespeito ao leitor que, completamente desinformado e à margem do que realmente sucedia nos bastidores do Brasil Mulher, foi informado da grave crise através desta pequena e lacônica nota, publicada acima do expediente do jornal:

Em assembléia geral do dia 21.08.77 da Sociedade Brasil Mulher desligou-se da mesma um grupo de pessoas que participou da elaboração deste nº8 e que; por esse motivo pediram que seus nomes não constassem do expediente".

(Brasil Mulher nº8, agosto de 77)

6 - 1978: A POLITIZAÇÃO DO MOVIMENTO DE MULHERES

6.1 Convite

CONVITE

*os grupos femininos de são paulo
convidam para o ato de
comemoração do
dia internacional da mulher,
8 de março de 1978, às 20 horas,
na câmara municipal de são paulo
viaduto jacareí - centro*

a comissão

A julgar pelo texto do convite e o local, o ato não teria passado de mais uma comemoração típica da oposição: reúnem-se pessoas conhecidas, para as quais outras pessoas conhecidas refazem o discurso de sempre: as Mães dos Presos políticos clamando pelos filhos; o MFA pela anistia, o Movimento do Custo de Vida dando o seu recado. São que o ato na Câmara correspondia apenas a um momento das comemorações do dia da mulher. No sábado anterior, nas dependências da Universidade Católica (no Tuquinha e salas adjacentes) os grupos feministas e femininos de São Paulo haviam organizado um encontro de mulheres, na base de subgrupos que discutiam um tema específico (mulher e trabalho); (mulher e família) (mulher e participação política), etc. As conclusões a que chegavam eram resumidas e votadas pelo conjunto, na Assembléia Geral, melhor dizendo,

votada pelas representantes oficiais (aonde incluíam-se representantes da UNE, ADUSP, etc.) do movimento de mulheres.

O encontro correspondia a um esforço muito grande do Nões Mulheres, interessadas que estávamos em estabelecer um programa mínimo e uma Coordenadoria para os grupos de mulheres em São Paulo. Este programa, podemos já adiantar, foi discutido praticamente o ano inteiro pelas mulheres dos vários grupos e pessoas interessadas pois, como se sabe, 1978 foi o ano de eleições para a Câmara e o Senado.

O Nões Mulheres nº 7, comemorando o 8 de março de 1978, traz na capa uma livre interpretação de Conceição Cahu do quadro de Delacroix "A Liberdade Guiando o Povo". Uma única "chamada de capa" anuncia o teor do número: As Mulheres em Busca da Liberdade e, na ilustração, a bandeira conduzida pela Liberdade tem estampado o signo feminino. Editado em 8 páginas, o jornal dedica suas páginas centrais a uma seção intitulada Organizações de Mulheres, e uma página inteira a notícias/entrevistas acerca do Dia da Mulher. O título da matéria foi retirado da letra de Cio da Terra, de Chico Buarque e Milton Nascimento e diz:

"... e fecundar o chão"

Da primeira greve das operárias, em 1857, às manifestações de hoje, o Dia da Mulher reflete o avanço em nosso nível de organização.

Oito de março de 1857: a polícia reprime violentamente as operárias têxteis de Nova York numa das primeiras greves de mulheres do mundo.

Em 1910, a socialista alemã Clara Zetkin propõe que a data passe a ser comemorada em todo o mundo como o Dia Internacional da Mulher. No Brasil, a partir de 1976, grupos de mulheres se unem para comemorar publicamente o Dia da Mulher.

Em 8 de março de 1976, cinco grupos promoveram uma mostra de fotos e filmes sobre a mulher no Museu de Arte de São Paulo, expondo suas primeiras experiências como grupos organizados para um público de 400 pessoas.

O 8 de março de 1977 foi comemorado à tarde no Santuário da Penha por mais de 500 mulheres dos Clubes de Mães e Associações de Donas-de-Casa da Zona Leste de São Paulo. À noite, no auditório da Fundação Getúlio Vargas, mulheres de diversos setores — bancárias, operárias, empregadas domésticas — deram o seu depoimento sobre as discriminações que sofreram no trabalho. Os grupos que organizaram o encontro apresentaram documentos lembrando o Dia Internacional da Mulher, mostrando os avanços e dificuldades da organização de mulheres.

Este ano, por volta de dez grupos organizados de São Paulo, programaram dois dias de atividades. No sábado, de março, na PUC — Pontifícia Universidade Católica —, um dia inteiro de debates sobre a situação da mulher na família, no trabalho (dentro e fora de casa) e na sociedade, com a intenção de elaborar um programa comum de luta, contendo os pontos que unificam o maior número de mulheres, organizadas ou não. Dia oito, à noite, esses grupos estarão na Câmara Municipal de São Paulo comemorando junto a outras entidades e a população em geral O DIA INTERNACIONAL DAS MULHERES POR LIBERDADES DEMOCRÁTICAS. Será lido o programa comum de luta tirado no dia quatro e diversas entidades e setores profissionais presentes serão convidados a se manifestar sobre o tema do dia.

A lista das entidades responsáveis pela realização — esclarecendo a falta de homogeneidade existente entre eles — ajuda a comprovar a dificuldade em caminhar unitariamente sem, ao mesmo tempo, perder de vista seus interesses particulares. A Associação dos Docentes da USP (ADUSP); Associação de Mulheres; Brasil-Mulher; Centro Brasileiro de Estudos sobre a saúde (CEBES); Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira; Clube de Mães da Zona Sul; Comissão de Mães em Defesa dos Direitos Humanos; Movimento Feminino do MDB; Movimento Feminino pela Anistia e Nós Mulheres apareciam assinando convocatórias conjuntas para a comemoração. As feministas tinham dispendido grandes esforços para unir a todos, pois algumas querelas separavam alguns destes grupos entre si, e o programa comum elaborado (tal como foi publicado em encarte no Brasil Mulher nº 11), apesar de não conter quaisquer alusões a pontos conflitivos, como a legalização do aborto, por exemplo, continha a maior parte das reivindicações propostas pelas feministas.

Ao mesmo tempo, a idéia da criação de grupos para a discussão dos temas do dia quatro de março abriu o caminho no sentido de fixar uma dinâmica nova de trabalho político: grupos mistos (das feministas às donas-de-casa da periferia, passando por bancárias, estudantes, etc) funcionando à base do depoimento pessoal e do estreito contato entre os participantes e criando laços de solidariedade muito rapidamente. Finalmente, diversificando o temário para a inclusão da problemática da família, as feministas começaram a deslocar a ênfase dada à questão do trabalho (o que explica, em grande medida, o economicismo/obreirismo então ideologicamente predominante) levando a questão da opressão, da mulher à sua esfera mais específica: a privada (familiar).

As páginas centrais do Nós Mulheres nº 7 foram utilizadas pela seção Organizações de Mulheres, cuja ilustração foi uma foto de sorridentes e combativas feministas manifestando-se na França, em 1910. A matéria é interessante por várias razões, que vão do sorriso das manifestantes (havíamos decidido combater as mulheres chorosas e infelizes, sempre aparecendo como vencidas, que costumeiramente ilustram matérias sobre feminismo) às informações precisas sobre os grupos de mulheres atuantes no Brasil naquela data. A partir dos perfis fornecidos pelos próprios grupos, os leitores de Nós Mulheres travam conhecimento com os grupos que estão:

ABRINDO CAMINHO

Feministas ou femininos, estes grupos se definem claramente pela necessidade de lutar pela democracia e pela emancipação da mulher.

Assim, desfilam a Associação das Donas de Casa — "Além de aprender trabalhos manuais, as donas de casa fazem pesquisas sobre as necessidades mais prementes do bairro e vão coletar assinaturas pedindo por creches, postos de saúde, etc." —; o Centro da Mulher Brasileira (RJ), que neste momento absorve o obreirismo paulista ao declarar enfaticamente "cada vez mais nos distanciamos do aspecto sexista da luta da mulher, para privilegiar a problemática da mulher trabalhadora" —; Prô Mulher (surgingo em fins de 1977 e pouco ativo até então); Associação de Mulheres e Jornal Nós Mulheres (partir do começo do ano de 1978 passamos a utilizar a dupla qualificação, para começar a tornar conhecida a Associação); Clubes de Mães — "Unidas para um mundo mais justo é um dos lemas desses grupos organizados nos bairros de periferia de São Paulo. Geralmente vinculados à paróquia, eles existem há muito tempo. Inicial-

mente e patrocinados por mulheres que vinham de bairros fora da periferia, dedicavam-se a obras assistenciais. Embora ainda haja clubes que mantenham essa forma de trabalho, grande parte delas (por volta de 100) seguem uma nova orientação, surgida no início da década de 1970, e que levantou a necessidade de participação ativa da mulher, onde ela se valorizasse como tal e atuasse na resolução dos problemas do bairro e da sociedade em geral. Nas reuniões semanais, as mulheres se encontram para conversar, aprender trabalhos manuais e discutir problemas relacionados à sua vida como mulher, à comunidade e ao país. O que as une é um forte sentimento de solidariedade, como diz uma mãe da zona sul: "os clubes de mães ajudam a mulher a ser gente. Achamos que é preciso repartir tudo: há uma enorme ajuda mútua. Temos inclusive uma caixinha comum para os momentos de maior dificuldade desta ou daquela pessoa da família". A maior parte das mulheres que participam dos clubes de mães são empregadas domésticas e algumas donas de casa, que não trabalham por não ter onde deixar os filhos. Como donas de casa e moradoras dos bairros de periferia, elas sentem muito de perto o problema do custo de vida: a sacola volta cada vez mais vazia da feira. Foi de uma conversa dessas mulheres que surgiu a primeira idéia do Movimento do Custo de Vida, que vem crescendo dia a dia e que luta pela elevação dos salários acima do nível do custo de vida e pelo congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade. Ao lado da ação na comunidade e na sociedade, os clubes de mães pretendem dar à mulher maior abertura e informação, através de cursos, e possibilitar a ela a aprendizagem de uma profissão."

O artigo citava ainda a existência da Nova Mulher Editora, constituída por pessoas demitidas do Brasil Mulher (a editora não chegou a se concretizar, apesar de ter conseguido organizar, através da correspondência mantida entre Joana Lopes e "centenas de mulheres que escrevem e que até agora estão desconhecidas", um respeitável fichário de mulheres interessadas na questão feminina. A Comissão de Mães em Defesa dos Direitos Humanos, organizada em 1977 como proteção aos estudantes presos em manifestações, figurava na relação dos grupos femininos se bem que seus objetivos fossem "a) defesa das juntas reivindicações de nossos filhos; b) volta ao Estado de Direito, única forma legítima de defesa dos Direitos Humanos; c) trabalho para o bem comum da comunidade a que pertencemos". A Sociedade Brasil Mulher (nome legal do grupo Brasil Mulher); o Movimento Feminino pela Anistia e o Movimento Feminino do MDB completavam a lista dos grupos conhecidos em São Paulo. Deste último agrupamento, na verdade, pode-se dizer que correspondia mais a uma sigla do que a um trabalho real. Neste momento, a impressão que o "momento feminino" do partido de oposição dava era de um espaço para as mulheres dos políticos emedebistas, sem nenhuma expressão

própria. Os únicos de períodos de atividade, evidentemente, relacionavam-se aos períodos eleitorais e este era o caso de 1978, como se sabe.

6.2 As Feministas e o Movimento Operário

I CONGRESSO DA MULHER METALÚRGICA

Foi exaustivo o dia, mas de grande alegria.

Mulheres unidas se encontrando num diálogo primeiro, mãos calosas, é verdade, esta é a nossa realidade. Muita atenção e emoção a todas envolvia. Foi com espanto e interesse que ouvimos; não eram sós...

Momento de união abaixo a exploração!

Juntas viam surgir, entre as asperezas de nosso tempo, o brilho da confraternização pelos mesmos ideais. As partículas e os átomos locomoveram-se em grande movimentação, num contínuo movimento universal; mesmo com as explosões, o Sol oferece-nos vitaminas em suas partículas solares. O calor estafante, suor nos rostos, de mulheres falantes num diálogo primeiro, demonstrando maturidade, capacidade, dizendo duras verdades, reivindicando!

As denúncias foram muitas, de coisas absurdas, todas sofrendo caladas, mudas, numa era de tecnologia avançada, os séculos idos ficando no passado, e ela fala de reivindicações sentidas pela dura lida do nosso cotidiano. Não há creches! Condições de segurança e higiene! Queremos redução da jornada de trabalho! Não aceitamos o horário noturno! E as reivindicações se estendem ao longo das nossas necessidades. Nestes últimos dez anos, a mulher foi quem mais sofreu mudanças em toda a sociedade. Hoje começa um amadurecimento de verdade. Se opondo contra pressões de empresas que usam dos mais diversos subterfúgios para impedir sua participação, disseram elas, não! Participamos da sociedade, queremos igualdade, somos contra toda discriminação. Não queremos igualdade dos machos, mulheres endurecidas pelas máquinas, pela vida mas mulheres que, em sua total intuição sensibilidade e amor, lutem pelo bem comum, com trabalho dedicado, e quando num mundo conturbado se fizer necessário, derrame lágrimas sobre este chão e que neste gesto, ainda que de resto, diga tudo.

(Nós Mulheres, nº7, março de 78)

TEREZA

Em janeiro de 1978 realizou-se o 1º Congresso da Mulher Metalúrgica de São Bernardo e Diadema, sob a inspiração e tutela da então diretoria do Sindicato. As feministas organizadas, apesar das ligações que mantinham com operárias e a própria importância de nossa imprensa para a divulgação das lutas sindicais, sofreram todo o tipo de restrição para poderem se aproximar do local e da preparação. De qualquer maneira, conseguiram estar presentes na condição de jornalistas, como se depreende do nº 11 do Brasil Mulher e do nº 7 do Nós Mulheres (ambos de março 78), acompanhando de perto a evolução do Congresso.

No ponto de vista dos patrões o Congresso era um péssimo antecedente o que explica as pressões exercidas sobre as mulheres mais ativas, culminando com dispensas intimidatórias. Esta pressão pesou decisivamente para a redução do número de participantes: das 800 inscritas restaram cerca de 300 para participarem efetivamente do Congresso. O Sindicato, por sua vez, tinha todo o empenho em obter sucesso nesta iniciativa pioneira e, na medida do possível, tentou dirigir a reunião para seus objetivos próprios. Assim, surpreendidos pela própria dinâmica dos grupos de trabalho (foram utilizados os pequenos grupos de discussão que, colocando as mulheres frente a frente, serviu para a "auto-reflexão"), a diretoria se viu às voltas com a verdadeira opinião das metalúrgicas que, levando a sério o Congresso, formularam suas reivindicações.

A sessão de encerramento, formalizada como não seria de esperar numa entidade sindical, comprovou a misoginia e cegueira da então diretoria do Sindicato: cassou a palavra de Terezinha Zerbini (*); formulou acusações falsas às feministas e, o que é mais grave, recusou a principal reivindicação das mulheres: um espaço próprio para sua militância sindical, ou seja, o departamento feminino. Para variar, a recusa foi formulada em nome do risco de rompimento da unidade dos trabalhadores.

(*) T. Zerbini tinha pedido a palavra para ler uma mensagem do Movimento Feminino pela Anistia, o que lhe foi negado pela direção da mesa. Da platéia, na assembléia final, pede a palavra aos gritos. Termina por obtê-la e, então, lida a mensagem, passa a criticar a diretoria sindical como manipuladora e cupulista. Ora, apesar das manobras internas, as metalúrgicas identificavam-se com seu congresso e sentiram-se também atingidas com o teor das acusações, permanecendo solidárias à direção da mesa.

O Congresso das Metalúrgicas constitui o primeiro de uma série e, pouco a pouco, as categorias profissionais com forte presença feminina passariam a se organizar em torno da discussão da questão feminina. A reação das diretorias sindicais também era parecida: tentar conter o movimento das operárias nos limites do maior economicismo possível, tentando ganhar sua adesão para o sindicato (como força auxiliar) mas nunca para sua luta específica de mulher. As feministas, por sua vez, defendiam a criação de departamentos femininos, como instrumento indispensável à luta da trabalhadora contra a superexploração de que é vítima. O fato das metalúrgicas, assim como as químicas, depois as bancárias, etc. reivindicarem o departamento feminino, tão temido pelas lideranças sindicais, não demonstraria maior sensibilidade das feministas no tocante à problemática real da trabalhadora?

De qualquer maneira, a organização da operária — a partir do seu despertar enquanto explorada/oprimida — deu força renovada ao movimento de mulheres. Na verdade, são operárias algumas das feministas mais radicais e brilhantes da nova geração de militantes, tal como iríamos testemunhar no 1º Congresso da Mulher Paulista, comprovando a importância da experiência operária/trabalhadora (a comunhão de destinos com milhares de outros trabalhadores) para a conscientização do absurdo da condição feminina. As mulheres que trabalham fora de casa são as primeiras a sentirem na carne as consequências do "naturalismo" que atribui as funções domésticas ao sexo feminino. Submetida ao ritmo do capital — que absorve suas energias e vitalidades — e às imposições da família/marido, a trabalhadora sabe, melhor do que ninguém, de que se *Deus fez primeiro o homem, a mulher veio depois. É por isto que a mulher trabalha pelos dois* (Livre interpretação da letra de Edu Lobo).

6.3 Diversificando os objetivos

O acúmulo de tarefas que a expansão do movimento de mulheres significava tornou o ano de 1978 em uma verdadeira maratona de atividades. Convidadas para discutir o jornal com clubes de mães de diversos bairros periféricos de S.Paulo, assim como a dar palestras ou participar de debates sobre a questão feminina em inúmeras faculdades, escolas, etc. ,tínhamos todo o interesse em continuar mantendo um contato permanente com as operárias, bancárias,participantes da associação das donas de casa que já constituíam um público fiel à imprensa feminista.

A diversificação do movimento de mulheres influenciava a vida interna do Nós Mulheres, exigindo um esforço de militância que se acentuou ainda mais nas proximidades das eleições de novembro de 78. Aí, passamos a receber solicitações de diversas correntes políticas, todas interessadas em ganhar nossa adesão para sua causa ou candidato. As atas das reuniões neste período registram a agitação política e a discussão interna sobre os rumos da Associação de Mulheres e do jornal.

Ainda no primeiro semestre de 1978 a proposta formal da Associação ficou pronta e seu conteúdo revela a profunda convergência existente no grupo acerca da ligação entre luta pela democracia e luta pela emancipação da mulher, assim como a convicção de que as mulheres deveriam conduzir suas próprias lutas. Na primeira parte da Carta-proposta , sob o título "O que é a Associação?", eram dadas as seguintes explicações:

O grupo de mulheres que há dois anos consecutivos vem se reunindo para realizar o jornal Nões Mulheres, tinha, desde o início, o objetivo de fazer um jornal e de ativar a Associação das Mulheres, na qual uma série de atividades diversificadas poderiam ser concretizadas. No entanto, por uma série de motivos, dentre os quais a falta de clareza do que deveria ser esta Associação, nos levou a canalizar todas as nossas energias para a feitura do jornal. Pelo próprio tipo de trabalho que desenvolve, um jornal não consegue aglomerar um número ilimitado de pessoas. Por isso, muitas mulheres que se aproximaram de nosso grupo por se identificarem com ele através do jornal, não puderam ser absorvidas. Na verdade, muitas dessas mulheres demonstraram o interesse de realizar outros tipos de trabalho que não a feitura do jornal e acabaram se afastando. Este foi um dos motivos que nos levou a repensar a questão da necessidade de concretizar a Associação.

O outro motivo apresentado, e justificado a partir das considerações expressas no editorial do nº 6, concerne à necessidade de se avançar na organização do movimento de mulheres. A proposta da Associação deixava claro que não se propunha a ser o núcleo aglutinador das mulheres e sim um dos grupos, disposto a se unir a outros, na luta da mulher. A Carta Proposta fazia referência aos objetivos da Associação — trabalho de base junto a trabalhadoras; trabalho de assessoria; pesquisas sobre a condição da mulher, etc. — que, na verdade, correspondiam aos objetivos genéricos de todos os grupos de mulher. Naquele momento, eram oferecidas quatro possibilidades de trabalho: a) grupo de trabalho de base (assessorias, projetos de creches, etc.); b) grupo de pesquisa; c) grupo de cinema; grupo de publicações (Nões Mulheres e boletins). Mas, na verdade, continuavam existindo apenas dois tipos de trabalho; o de base e o de publicar o Nões Mulheres, envolvendo ambos a quase totalidade das participantes do Nões Mulheres: poucas pessoas definiram-se por trabalhar exclusivamente no jornal ou na Associação.

A longa discussão sobre a Associação e o jornal, subjacente à produção da Carta Proposta havia colocado a nã as divergên

cias internas, explicitando a presença de um pequeno núcleo de mulheres de dupla militância e colocando a questão das decisões que extravasavam o âmbito do próprio grupo. O problema não estava no compromisso político com um partido ou organização de caráter partidário, mesmo porque sempre se defendeu no Nós Mulheres a liberdade (e a necessidade) de participação na vida partidária. O problema residia no fato de que, militando juntas em duas entidades de caráter distinto, criaram entre si uma solidariedade cujas raízes estavam além do grupo. Hoje, a relativa liberdade de organização permite que as mulheres se apresentem como sendo da "convergência socialista" ou "do PMDB", como se nota pela assinatura das "convocações" de atos unitários. Mas a presença de um só grupo dentro de um espaço em que não existia dupla militância e seu sectarismo político ocasionaram problemas acerca das "forças ocultas" que regiam tal ou qual decisão.

E, para complicar ainda mais a convivência, alguns casos de amor criaram profundas mágoas entre nossas militantes, assim como o estilo pessoal de muitas (mais agressivo e autoritário) também causava um mal estar generalizado. Incapazes de nomear o problema e enfrentá-lo com todas suas conseqüências, optamos pela hipocrisia nas relações e o grupo se dividiu, na prática, em dois. Para a adesão a qualquer um deles muitas razões poderiam ser evocadas mas a verdade, em toda sua complexidade, terminou soterrada por questiúnculas e falsos pretextos. Ao grupo que permaneceu no Nós Mulheres uma justiça seja feita: lutou mais para colocar o pessoal nas discussões, encontrando férrea oposição do pequeno núcleo das "políticas" (assim denominadas por manifestarem sempre receios pelos possíveis desmandos que as outras, não submetidas a uma disciplina partidária, poderiam provocar) que, depois das eleições de novembro, estavam firmemente dispostas a romper com o Nós Mulheres.

6.4 As Eleições

As mulheres organizadas na sua luta denunciam:

A dupla opressão e exploração a que estão submetidas enquanto membros da classe menos favorecida e enquanto membros do sexo feminino e, *reivindicam:*

Direitos iguais para homens e mulheres.

A dupla jornada de trabalho (o trabalho fora do lar e mais as tarefas domésticas) e, *reivindicam:*

Creches; escolas maternas, parques infantis e escolas em período integral com refeições.

A desigualdade no salário e, *reivindicam:*

salário igual para trabalho igual.

Iguais oportunidades de trabalho para homens e mulheres.

Garantia de aprendizado profissional para a mulher.

Garantia de oportunidade e estabilidade de emprego para a mulher que se casa, para a gestante e a lactante.

A falta de assistência médica gratuita e, *reivindicam:*

Assistência no período pré-natal e durante o parto.

Fim do programa de prevenção a gravidez de alto risco, que distribui massivamente, pílulas anticoncepcionais sem assistência médica.

Por ocasião do 8 de março, fora aprovado o documento Por Liberdades Democráticas (publicado na íntegra como encarte especial do Brasil Mulher nº 12) e a idéia de uma coordenação dos grupos passou a orientar o trabalho unitário. A Coordenação, como já fizemos referências, foi recebida com muita suspeita por todos os grupos, que aprovaram o "espírito" da proposta mas ficaram esperando para ver o que iria suceder para, então, realmente passar a

integrá-la, tornando-a uma realidade concreta. Até então nossas propostas permaneciam no papel, servindo mais como referências doutrinárias do que como bandeiras de luta.

Com as eleições de novembro de 78 o panorama político modificou-se visivelmente. Aumentou o interesse dos candidatos em discutir com as feministas e, pouco a pouco, consolidou-se a seguinte proposição : as feministas, reunidas com todas as mulheres dispostas a participar das eleições a partir de sua condição de sexo oprimido, elaborariam um programa para a mulher a partir do qual discutiríamos com os candidatos. Depois, cada uma faria, individualmente, a campanha de quem escolhesse pois o Nós Mulheres não tinha candidatos e sim um programa de lutas a propor.

As atas das reuniões, realizadas na sede do Nós Mulheres, demonstram a grande participação de cerca de trinta mulheres que terminaram por participar da aprovação de uma "Carta dos Direitos da Mulher". Este documento retomava pontos que já tinham sido aprovados pelos grupos, na comemoração do 8 de março anterior, o que garantia a sua aceitação geral, salvo num ponto delicado, que tinha sido introduzido : a legalização do aborto.

O aborto, naquele momento, era o divisor de águas entre as mulheres e Terezinha Zerbini deixara claro que retiraria a assinatura do MFA caso esta questão figurasse no documento. Sua colocação pareceu-nos inteiramente razoável, mesmo porque não tínhamos dúvidas quanto a oposição cerrada da Igreja a este respeito. Mas nossa argumentação era simples: as feministas têm de propor a questão e ir ganhando adeptos para esta luta. Ninguém pode ignorar a importância do aborto em um país onde as estimativas ultrapassam a cifra de 3 milhões anuais de mulheres atingidas pela necessidade de realizá-lo, em condições médicas e psicológicas péssimas, dada

a própria clandestinidade do ato. As militantes do Nões Mulheres fizeram certa pressão para que o aborto figurasse, diferentemente do que tinha sucedido até então. E conseguiram a adesão do Centro. Como argumento foi utilizado até o fato de que no atrasado Portugal esta já era bandeira de luta de todas as correntes de esquerda, tal como nos foi revelado por um documento do movimento democrático de mulheres. É por esta razão que, na Carta dos Direitos da Mulher a fórmula é idêntica a do documento português:

"abolição da legislação repressiva com relação ao aborto, que deve ser encarado como último recurso face a uma gravidez não desejada".

Nenhum candidato aceitou defender abertamente esta questão, mas vários prometeram o máximo de apoio quando ela aparecesse sustentada por outras forças. De qualquer maneira, foi um passo importante propor a liberalização do aborto em nosso programa de luta e tê-la discutido com os candidatos (*).

(*) Não é difícil imaginar as razões de tanta resistência à questão do aborto, quando se leva em conta, por exemplo, que a Igreja distribuiu as seguintes recomendações para seus fiéis, por ocasião do pleito de 78, como testemunhei na região episcopal Oeste 2 (que abrange os municípios de Osasco, Carapicuíba e outros):

"Alguns critérios positivos para a escolha de candidatos:

- aqueles que defendem e promovem a justiça e o verdadeiro bem da população, principalmente dos mais necessitados;*
- aqueles que se preocupam com os bairros da periferia, lutando para que seus moradores tenham melhores condições de vida;*
- aqueles que se empenham por melhores salários e mais equitativa distribuição da renda;*
- aqueles que promovem e defendem a justa e digna moradia do povo assalariado;*
- aqueles que não se deixam levar pela corrupção, mas defendem a verdade e a justiça.*

Mais algumas considerações:

Serã que todos os candidatos que se dizem católicos e buscam a reeleição, foram fiéis, no exercício de seu mandato àquilo que para nós é sagrado e inviolável?

Por exemplo: quem foi fiel por ocasião da votação do divórcio? Quem votou a favor? Quem votou contra? Quem fugiu da responsabilidade da votação, não comparecendo?

Certamente virão outras propostas contra a 'ordem divina' do direito que todos têm à vida, principalmente, os pequeninos que estão por nascer e não têm condições de se defender das mãos assassinas: o chamado ABORTO... 'Com os olhos fixo no Evangelho, devem os pastores da Igreja animar os que procuram criar melhores condições de vida para o povo. Devem também denunciar os que, na comunidade humana, agem contra os planos de Deus' (CNBB, Igreja e Política, p. 45).

7. 1979 — Movimento de Mulheres: em busca de uma identidade

MULHER! ABRA OS OLHOS

(...) As mulheres que participaram do Congresso, em sua maioria, tinham já alguma experiência anterior em organizações femininas, como bem o demonstrou a grande afluência de associadas de Clubes de Mães. Questões como as relacionadas com o custo de vida e condições de vida e trabalho constituíam, pois, assuntos mais conhecidos. Por isto, a maior soltura e os depoimentos mais "do fundo do coração" foram despertados pelo tema da sexualidade e por aquilo que elas chamava de "realização afetiva".

"A mulher sofre muito com os problemas do sexo. Eu me casei com 14 anos de idade. meu pai pôs nos documentos que eu tinha 3 anos a mais. Estou vivendo com meu marido faz trinta anos. Às vezes me revolto e pergunto porque casei. Quando as filhas nasceram eu dormia com elas, depois da trabalhadeira do dia todo. Ele nunca me ajudou, dormia num outro quarto. Aí, quando as meninas estavam quietas, é que ele vinha me procurar: ele se realizava e pronto. Eu, nunca. Sei que sempre sufoquei esta parte, o sexo. Mas foi por minhas filhas que aguentei tudo. Eu vivo para elas," contava uma senhora cercada pelo silêncio compreensivo e solidário de seu grupo.

Então, apareceu a opressão sexual; a dupla moral que tudo permite ao homem, desobrigando-o na prática da monogamia compulsória, e pune a mulher na base do estigma da mãe solteira; do sadismo de médicos de Hospital da Clínicas (entre outro) que praticam curetagem a frio, sempre que desconfiam ter sido provocado o aborto da paciente, internada com hemorragia. A existência do machismo espelhada na violência física que sofrem muitas mulheres e na própria existência de categoria profissional conhecida como prostituição — ou seja, em mulheres que vendem o próprio corpo encontrando quem conheça satisfação sexual em um ato praticado em tais condições. O machismo que impõe o peso da contracepção à mulher, que a utiliza como objeto sexual, como artigo de cama e mesa.

E se as mulheres apontavam a inexistência de condições de existência — incluindo a moradia, com um quarto exclusivo para o casal como uma das causas de frigidez da mulher, assim como o excesso de trabalho (a canseira em

que o homem e a mulher chegam do trabalho} e outras razões mais relacionadas com a condição econômica. Não esqueceram também de mencionar o machismo ("O homem se realiza e não se importa com o prazer da mulher"); o medo à gravidez; a educação preconceituosa que receberam; o moralismo e (por que não?) a falta de carinho e de amor com que são tratadas.

Inúmeras foram, então, as propostas apresentadas: elas refletiram a necessidade da revolução cultural, complemento inseparável da transformação econômica. Declarando que a brasileira não tem nenhuma garantia quando fica grávida, dada a carência alimentar, a ausência de atendimento e acompanhamento médico, muitas vezes no Congresso declaravam que a brasileira não tem direito de escolher e que frente a uma gravidez indesejada o aborto clandestino, realizado pelas curiosas, no caso das mulheres sem recursos (ou seja, a esmagadora maioria das brasileiras) ou então em clínicas que cobram uma exorbitância, alimentando a ganância dos abutres que desrepeitam a profissão médica, aparece como única alternativa. "Não se trata de ser a favor ou contra o aborto — afirmava uma das oradoras mais aplaudidas — e sim de legalizar o que hoje é praticado com 3 milhões de mulheres. E para que todas as mulheres possam realizá-los dentro das melhores condições médicas, exigimos que o aborto seja também gratuito".

UM ANIMO NOVO

A capacidade em criar este clima de entusiasmo, solidariedade e confiança, de também tocar nas emoções das participantes (nos grupos em que isto sucedeu levou à exigência espontânea de que "não podemos agora dizer adeus, umas para as outras esperar pelo próximo Congresso: precisamos continuar juntas")

Neste sentido, foram apresentadas propostas em favor da formação do Movimento de Mulheres de São Paulo, na base da definição de um programa comum de lutas, a sair do Congresso, e da unificação dos diversos grupos, associações e instituições femininas e feministas em uma coordenadoria.

É provável, portanto, que 1979 transforme-se num ano memorável no calendário das lutas feministas. E que o 8 de Março deste ano seja comemorado com o avanço do movimento

de mulheres, refletido ao nível de um programa e de uma organização unitários. Esta é a esperança deixada pelo 1º Congresso da Mulher Paulista. (EM TEMPO, março, 79).

7.1 - A Nova Realidade

Do ponto de vista político strictu sensu, o 1º Congresso da Mulher Paulista constitui um marco fundamental na história do feminismo. De fato, organizado pelas mulheres, independentemente das forças políticas atuantes hoje no país, o Congresso evidenciou uma presença popular surpreendente para todos que, subestimando o feminismo, esperavam apenas os discursos e manifestações de um pequeno setor social. Assim, este é o momento em que o movimento de mulheres em São Paulo (com evidentes repercursões nacionais) adquire uma nova qualidade frente à "classe política", em geral, e à esquerda em particular. A passagem dos pequenos grupos das catacumbas para as arenas públicas; a ocupação de novos espaços de atuação e um respeito novo dos seus aliados dentro da oposição: eis algumas das aquisições evidentes ligadas ao acontecimento.

Para as feministas, as razões de maior alegria relacionam-se a uma constatação muito simples: as mulheres colocaram-se como sujeitos da ação/reflexão, desvendando rapidamente o enigma de sua opressão. É, ao fazê-lo, deslocaram o eixo temático da discussão para o campo de ação especificamente feminino: a família/o privado.

Politizar as relações pessoais, travando combate com o autoritarismo aonde ele estiver, até mesmo nas nossas fantasias mais profundas; nas perversões mais escondidas e caladas. Tudo considerar; tudo examinar; tudo falar/deixar fluir. A busca de uma identidade — ou tra que a dona-de-casa-com-marido-e-filhos — pressupõe uma pesquisa sumamente enriquecedora e o estudo minucioso de nosso cotidiano, tão e tantas vezes dissecado, catalogado e qualificado que a versão acadêmica-doutrinária acabou por se impor à empírica. Dã-se mais ouvidos ao discursos de um universitário (que nunca descascou uma cebola ao mesmo tempo que prestava a atenção nas crianças brincando por perto; à chaleira fumegando, enquanto a campanha toca sem cessar, etc., etc., do que aos depoimentos das donas-de-casa. O primeiro é mais "objetivo" (= científico), segundo consta...

A grande novidade trazida pelo 1º Congresso da Mulher Paulista, retornando ao nosso tema, foi justamente a reafirmação — por outras vozes de mulher — do discurso das metalúrgicas, proferido no ano imediatamente anterior. As mulheres, ao comparecerem nas salas do Teatro Ruth Escobar, apesar de terem sido levadas (ou chegarem) atra

vês dos clubes de mães, sindicatos e outras entidades similares, falavam por si mesmas, a partir do momento que os pequenos grupos de reflexão romperam com praticamente todo o controle extra-muros. Longe dos olhos do patrão, do marido, do contra-mestre, do professor, do tutor político, etc., as mulheres desabavam, deixando aflorar com fluidez o até então silenciado.

É o aspecto mais dinâmico -- aquilo que garantiu a permanência, por dois longos dias, de mais de 500 mulheres, em condições de pouco conforto -- do 1º Congresso da Mulher Paulista foi exatamente o da descoberta da identidade -- vale dizer, da compreensão da sua experiência como testemunho de uma situação mais geral. É a descoberta do feminino, tal como entendido por Mindlin (1975, p.58).

"Num mundo patriarcal e produtivo, há sempre repressão de experiência emocionais, de sexualidade, de sentimentos. A cultura espera da mulher um comportamento tradicional; e não deixa que ela viva como mulher num sentido verdadeiro. Adulta, movendo-se entre valores masculinos, duvida de si como mulher, pois não viveu como mulher. Mas também é comum sentir, trabalhando, que "brinca" de ser homem, que aquilo não corresponde à sua natureza profunda, que se trata de um jogo (e um jogo necessário, já que ter um papel na sociedade é um desejo natural), que é personagem de uma farsa. Mulheres-Diadorim, embuçando a feminilidade, sem poder mostra-se aos homens-cangaceiros a não ser como companheiras. Ou, para afirmar o lado feminino, eliminam preconceitos e fronteiras, arrancam a mulher de uma casca de homem e a exibem. E em nenhum dos casos conseguem ser ainda mulheres inteiras.

E esse é só um dos exemplo do que as mulheres sentem como forma de opressão e em geral concordam que são oprinidas."

Foi uma experiência totalmente pioneira -- tanto para as organizadoras do Congresso quanto para suas convidadas -- a discussão travada pela base: centenas de mulheres podendo, simultaneamente nos vinte e muitos grupos formados, falar de si; descobrir-se enquanto identidade político-social. Na realidade, havia uma certa seriedade no ar, pois os presentes ao Teatro Ruth Escobar sentiam que presenciavam um ato marcante.

A grande participação que caracterizou o 1º Congresso veio, assim, a reafirmar o fenômeno observado no Congresso das Metalúrgicas, no ano anterior. Em ambos os casos, por detrás da simpatia/estímulo de certas direções sindicais: políticas, etc. -- existia a clara determi

nação de se impor a linha "justa, ampla e correta" para o movimento de massa. Mas a forma de desrespeitar as expressões legítimas das operárias, no primeiro caso, e das mulheres de variadas classes, no 1º Congresso, foi um pouco diferente. Enquanto a diretoria do Sindicato das Metalúrgicas negou sua reivindicação por departamentos femininos, o documento final do 1º Congresso (síntese de acordos e conchavos entre as "cúpulas") simplesmente escamoteou (quando não adulterou) as resoluções que tinham sido tiradas dos subgrupos.

Em outras palavras, enquanto o processo de discussão foi amplo e fecundo, garantindo-se a palavra a cada uma das mulheres, presentes, nos subgrupos de 15 a 20 pessoas, a elaboração do documento final, a cargo das cúpulas, implicou nos "acertos políticos", que excluíam, por exemplo, a inclusão da luta pela legalização do aborto; não obstante ter sido defendida por ampla maioria.

7.2 - O Encontro Nacional de Mulheres

"A opressão da mulher precede ao capitalismo: em outras palavras, o patriarcado e a submissão do sexo feminino ao masculino, assumindo formas diferentes segundo cada sociedade concreta e cada período histórico, acompanham a história da humanidade. A mulher, mesmo desfrutando de direitos iguais ao homem, ... como trabalhadora e como cidadã, continuará oprimida enquanto a sociedade não for renovada por uma revolução cultural. É preciso uma nova moral sexual, baseada na igualdade entre os sexos, onde a agressão sexual (do gracejo ao beliscão no traseiro, das pequenas violências cotidianas ao estupro) seja considerada tão selvagem como o canibalismo. Mas esta revolução cultural não supõe, apenas, a luta ideológica; a situação social é determinante importante da consciência de cada homem. Enquanto houver miséria na existência humana, haverá também a violência, incluindo esta de caráter sexual. Logo, a garantia de nossa liberdade é também a garantia do fato que nenhum homem será explorado por outro, de que terminou o reino da miséria. É por isto que o feminismo, objetivamente interessado em uma série de reformas sociais, luta, ademais, por uma transformação radical da sociedade.

Neste sentido, o movimento de mulheres integra-se na luta dos explorados e oprimidos pelos objetivos mais avançados a se colocarem para a humanidade. Ao mesmo tempo, o feminismo defende a bandeira do fim da opressão da mulher pelo homem, problema cuja resolução é condição sine qua non para que as relações sociais mudem de qualidade.

E a compreensão da perspectiva radical do feminismo, e da amplitude de seus objetivos transparece já no documento do 1º Congresso da Mulher Paulista, quando fala que as mulheres querem mudar a sociedade 'porque temos um interesse concreto e real nessa mudança, e não apenas por solidariedade com os demais explorados e oprimidos'. E esta foi a grande contribuição das paulistas ao Encontro Nacional: uma plataforma de lutas que, por iniciativa dos grupos lá representados (Nós Mulheres, Centro de Desenvolvimento da mulher, Associação das Donas de Casa e Associação das Mulheres) foi apresentado como proposta de ação para o movimento de mulheres em todo o país. Ou seja, as revoluções

do 1º Congresso da Mulher Paulista, síntese das aspirações e reivindicações de milhares de mulheres, transformaram-se nas bandeiras de luta das mulheres brasileiras. (Moraes, Escrita/Ensaio nº5, 1979, p.154).

O tom triunfalista do comentário não condiz, verdade seja dita, com a pouca expressividade de significados da adesão, por parte dos diversos grupos reunidos no 1º Encontro Nacional de Mulheres, às resoluções do congresso paulista. A pequena bancada paulista, ainda sob o impacto das emoções dos dias anteriores, chegou ao Rio de Janeiro com uma expectativa otimista que dificilmente poderia deixar de ser decepcionada.

Apesar da organização que cercou o Encontro — as convidadas recebendo pastas com material sobre o Centro da Mulher Brasileira; atividades pré estabelecidas; etc. — a falta de entusiasmo, afora nos embates políticos-ideológicos, foi a tônica predominante. Muitas das paulistas tinham perdido a cerimônia de encerramento, na noite do dia 8, para estar presente à abertura das comemorações no Rio de Janeiro, tal era a ânsia de viver — "nacionalmente" — o encontro de São Paulo.

As hospedarias, este era o problema, enfrentavam a divisão de seu grupo, dilacerado por profundas divisões internas, a mais importante das quais opondo feministas da linha "ortodoxa" (também conhecida como "reforma") às feministas independentes, vale dizer, sem filiação orgânico-participativas. Esta divisão se fazia em cima da crítica à orientação estreita tomada pela prática do Centro da Mulher, muito próxima da concepção "feminina" dos ortodoxos. Assim, vinte das mais conhecidas feministas do Rio de Janeiro retiraram-se do Centro, assinando um documento (04/03/79) em que afirmavam a necessidade dos grupos de reflexão (sempre desprezados pela esquerda tradicional); de novas formas de prática política e do necessário respeito à diversidade do movimento feminista: "Para nós, o feminismo implica uma nova visão da sociedade, baseada em relações não autoritárias, o que permitirá a cada um - homens e mulheres - viver livremente sua opção. Assim, o feminismo é político na medida em que enfrenta o debate sobre a especificidade da opressão feminina e suas causas, tirando as mulheres do isolamento e da passividade em que têm sido mantidas secularmente, levando-as a contestar vários pilares da sociedade em que vivemos. Como todos os oprimidos do mundo, as mulheres têm sido divididas e mantidas em estado de rivalidade e competição, fechadas em suas casas, em suas cozinhas, em relações com os companheiros, em sua solidão, e até em suas pequenas conquistas no terreno da libertação indivi

dual.

O papel dos grupos de reflexão e de consciência — tão pouco compreendido no Brasil — é justamente o primeiro passo da possibilidade de mudança das relações interpessoais a partir do intercâmbio de experiências vividas por nós: a sexualidade, a contracepção, a violência, os diversos tipos de discriminação e de opressão que sofremos.

Através desses grupos é que podemos perceber que essa opressão é específica e se encontra profundamente vinculada aos papéis que nos foram atribuídos há séculos, assim como todos os condicionamentos que recebemos e que têm por objetivo primordial a perpetuação desses papéis. A compreensão do conteúdo dessa opressão específica, e de como ele se exerce no interior de cada classe social, une as mulheres e cria uma nova solidariedade entre elas, um tipo de relação até então inexistente, levando-se à contestação coletiva desses papéis e de tudo que veicula esses condicionamentos. A reflexão coletiva e o debate conduzem a uma prática que possui um enorme potencial revolucionário na medida em que contesta e busca substituir valores básicos da sociedade em que vivemos:

- a família, onde a mulher é esposa, reprodutora de crianças e valores sociais, mantenedora da força de trabalho, sem que o trabalho doméstico seja considerado como um trabalho produtivo, indispensável à manutenção da sociedade capitalista;
- a inserção profissional, pois a mulher ocupa, geralmente, os empregos menos remunerados, mais repetitivos, menos qualificados, onde as leis não são aplicadas (a trabalho igual, salário igual; obrigatoriedade de creches em locais de trabalho com mais de 30 mulheres, etc.);
- legislação discriminatória criada e posta em prática pelo Estado;
- a ideologia transmissora dos valores veiculada pela escola e reforçada pelos meios de comunicação (os estereótipos sexuais);
- os padrões e as normas que regem a disposição de nossos corpos e nossas opções sexuais de parceiro;
- a violência cotidiana considerada "natural" que se abate sobre as mulheres: os preconceitos, a segregação, as agressões, os espancamento, o estupro, as imposições, os limites institucionais para determinadas atividades;
- o autoritarismo, em todas as suas manifestações, desde as relações interpessoais, passando pelas relações de trabalho, à vida dos grupos e organizações políticas que sempre relegam a segundo

plano as questões específicas da condição feminina. »

O documento das mulheres que, em seguida, formariam o "Coletivo de Mulheres (uma confederação de grupos de reflexão/ação com absoluta autonomia), continha tanto estes quanto uma série de outros questionamentos de máxima importância para a luta feminista. Mas, diante de um plenário composto por mulheres de vários Estados (com experiências totalmente distintas, em termos de luta feminista) e da pressa das paulistas em socializar seu programa, as feministas cariocas não puderam nem avançar na discussão das divergências nem fortalecer efetivamente os laços com o movimento de mulheres em outras partes do país. O Encontro Nacional, neste sentido, valeu pelo primeiro contato de alguns grupos e da troca de documentos e endereços que seriam úteis mais tarde. A aprovação do documento das paulistas, por sua vez, significou tanto o reconhecimento de problemáticas idênticas (o que é extremamente positivo) quanto a incipiência do feminismo em outros Estados pois não se poderia aceitar, tão rapidamente, a tutela paulista.

7.3 — As resoluções do 1º Congresso

O Congresso se encerra no Dia Internacional da Mulher, (8), quinta-feira, às 20 horas, no Teatro Ruth Escobar. Nesta noite deverá ser votada a formação de uma Frente de Mulheres, com uma sede, a Casa da Mulher Paulista, congregando os vários grupos, entidades e mulheres independentes que participaram do Congresso" (Folha de São Paulo, 6/3/79).

As mulheres presentes foram convidadas a participar de uma reunião dia 19, às 19 horas, no Sindicato dos Bancários, rua São Bento, 165, para discutir o encaminhamento da luta por creches. E anunciou-se uma outra reunião, daqui a um mês, entre as entidades organizadoras do Congresso para se definir como dar continuidade ao Congresso. (...)

Agradecendo a homenagem e dando seu apoio à luta das mulheres, Clarice Hersog encerrou o Congresso. Todas leram juntas, então, as suas reivindicações. Resta saber se a união proclamada será sólida e duradoura. Pois a maior expectativa do Congresso, a formação da Frente de Mulheres, não foi concretizada. Ela poderá surgir, entretanto, no próximo dia 19, na reunião na sede do Sindicato dos Bancários (Folha de São Paulo, 10/3/79).

O último comentário da Folha de São Paulo demonstra como a/o jornalista foi mais sensível aos anseios do público presente

do que a cúpula organizadora do Congresso. Enquanto as mulheres — numa unidade espantosa de estados de ânimo — exigiam a continuidade daquele processo de conscientização/identificação, reivindicando a frente das mulheres e seu local, as "massistas", dado seus compromissos com os movimentos tuteladores das mulheres (setores da Igreja, alguns sindicalistas, tendências políticas sexistas, que negam a opressão específica da mulher, como esta que se expressa no jornal A Hora do Povo), rebaixaram o nível político do acontecimento, forjando um documento paupérrimo de reivindicações.

De fato, o documento do 1º Congresso constitui a peça mais informativa sobre o hibridez ideológica da cúpula do movimento de mulheres. E, mais ainda, não dá nem mesmo para nos espantarmos com a expressão "cúpula do movimento de mulheres" porque, nos momentos de decisão política, forças inominadas impunham posições rígidas e doutrinárias às suas militantes feministas. Este desrespeito ao trabalho e à capacidade de uma militante foram responsáveis registre-se de passagem pelo enorme refluxo de mulheres das organizações de esquerda radical, principalmente no exílio. Mas, infelizmente, muitas vozes femininas, no 1º Congresso, repetiram fórmulas doutrinárias de organizações que, na verdade, temiam a organização das mulheres a partir de opressões muito profundas, como a da violência sexual, por exempl. Assim, desencorajaram tanto a nível do programa de lutas quanto ao da organização imediata em torno de um objetivo/instrumento de unidade, como Casa da Mulher Paulista, as manifestações de desejo mais claras das 800 mulheres que foram comemorar o encerramento.

E porque neste Congresso, pela primeira vez e juntas, conseguimos, em público, conversar mais íntima e profundamente sobre o nosso dia-a-dia, percebemos o quanto esse cotidiano é comum a todas nós. E sentimos o despertar da solidariedade e da força que pode ter a nossa união diante de nossos problemas.

De repente, pela primeira vez, sentimo-nos orgulhosas de nossa condição de mulher — já não mais mulheres isoladas e impotentes ante a situação que nos é imposta, mas mulheres decididas a mudar sua sorte".

Estes trechos do documento constituem as expressões mais diretas dos efeitos causados nas mulheres pela reunião ampla que fora o Congresso. Ao mesmo tempo, confirmando o doutrinário de forças políticas atuantes — cujo anti-feminismo só se revelaria claramente por ocasião dos enfrentamentos do 2º Congresso — o documento

evita, para satisfazer temores que a palavra feminismo causa na esquerda tradicional, quaisquer referências às organizações feminista:

Por isso, achamos que devemos reforçar os movimentos que lutem por uma verdadeira mudança da sociedade, para melhor. Por isso, decidimos fortalecer os movimentos mais consequentes da sociedade não mais para aumentar apenas o número de pessoas que eles agregam, ou para desempenhar as tarefas de interesse geral, que "os outros" não tem tempo de fazer: propomo-nos, daqui para frente, atuar ainda mais nos grupos femininos, nos bairros, nos sindicatos e associações, levando também para dentro deles nossas reivindicações específicas e fazendo com que seus componentes assumam e lutem também pelas creches, equiparação salarial, iguais oportunidades de trabalho e de formação, socialização do trabalho doméstico."

Em que exatamente estas formulações estão incorretas. A impressão é de que o essencial foi dito e reafirmado pois não estão aí as reivindicações de equiparação salarial, iguais oportunidades de trabalho e creches e até mesmo a socialização do trabalho doméstico?

A resposta é que precisamos distinguir exatamente as reivindicações que afetam toda uma classe social - a operária, no caso -- e aquelas que dizem respeito exclusivamente às mulheres, independentemente de sua classe de origem. Em outras palavras, as discriminações em relação a menores salários; profissionalização, etc. afetam também os interesses dos operários de sexo masculino. O operário está objetivamente interessado no fortalecimento de sua categoria laboral, única garantia de resistência aos desígnios expropriadores da acumulação capitalista. Ora, quando as mulheres (respondendo à lógica expansionista do processo de produção capitalista, que tudo incorpora e transforma segundo suas necessidades) passam a ser mais de 30 por cento da população oficialmente considerada como economicamente ativa, toda classe trabalhadora será afetada por esta presença crescente.

Desta maneira, ao defender as reivindicações de maior justiça dentro da classe operária os trabalhadores estão defendendo seus interesses imediatos: não se trata, portanto, de "generosidade" ou "solidariedade" às reivindicações femininas. O mesmo acontece, no caso das creches. Quando o salário da mulher participa de maneira importante no orçamento doméstico e nasce uma criança, mais uma boca, o que fazer? Poderia a mulher permanecer em casa e usufruir de descanso? Ou, então, poderia ela (ou o pai) permanecer em casa, cuidando do bebê, como garantem as legislações natalistas, de alguns países europeus? As creches, assim, são do interesse de todos, quando ambos os membros do casal exercem atividades fora do lar.

A questão se complica no tocante aos outros trabalhos domésticos, da limpeza da casa ao preparo dos alimentos. Este trabalho, apesar de beneficiar ao casal sempre termina sendo executado exclusiva ou principalmente pela mulher. Aí, então, a palavra de ordem correta seria: socializar o trabalho doméstico, transformá-lo em mais um ramo industrial, Mas, enquanto não chegamos lá trata-se de, agora, dividi-lo no interior da família, tal como vimos no código civil cubano. Pois, sejamos modestos, se Cuba ainda não socializou o trabalho doméstico, apesar de reconhecer sua importância, tratando de diminuir a carga discriminatória sobre a mulher através de uma medida que afeta as relações (ditas "privadas") domésticas do casal, por que não começaríamos também por aí?

Também aqui a resposta é simples. Por que, no caso da divisão do trabalho doméstico entre o casal, os interesses masculinos sofrem prejuízo pois, em nossa sociedade, praticamente todos os homens exploram as mulheres, sobrecarregadas com uma dupla jornada de trabalho. Assim, se o Estado fizer, amanhã, o que as mulheres fazem sozinha hoje: muito bem. Mas, dividir o trabalho dentro de cada casa: aí as resistências pessoais são enormes como confessaram sinceramente alguns operários.

É claramente este o primeiro ponto em que os interesses imediatos de operários e operárias se dividem: elas querem a resolução do trabalho doméstico. Eles estão de acordo, desde que isto não signifique aumentar sua carga diária de trabalho. Nesta ocasião, distmistifica-se o "natural" e o "agradável" que é o trabalho doméstico: os homens não querem dividir por ele ser cansativo, exigirá habilitação (aprendizado) e dedicação. E quem quer trabalhar além da estafante jornada industrial?

Por isto, o documento do Congresso não avançou efetivamente nas vias propriamente femininas da questão conciliando acontecer quando organizações masculinas estão controlando a condução dos debates. Assim, o documento de 8 de março de 79 não chegou muito em termos de reivindicações que tocassem o âmago da questão: a opressão da mulher pelo homem e não simplesmente, pelo "sistema" ou "capitalismo". E, coerentemente, só pode propor - em termos de organização das mulheres - a maior participação nos sindicatos, organismos de base, etc. e nos "grupos femininos", vale dizer, tutelados pela Igreja; partidos ou tendências políticas anti-feministas.

Silêncio sobre a organização das mulheres, a partir delas mesmas, de suas necessidades concretas (e não do discurso sobre tais necessidades proferidos por homens). As feministas, neste sentido, foram cúmplices -- por ingenuidade ou falta de convicção -- do tutelamento de um congresso que elas, sozinhas, tinham organiza-

do. Muitas já defendiam a "autonomia" do movimento: mas a conciliação que proporcionaram com o anti-feminismo fez com que passassem a defender a uma palavra "feminismo" despida de conteúdo. E, ao abdicarem de quaisquer exigências programáticas junto a seus "aliados" as feministas escancararam ainda mais as portas para invasão de tutelas de todo o tipo.

7.4 - "1979. Se é o Ano Internacional da Criança, é o ANO DA CRECHE"

Com este título o Brasil-Mulher nº 15 (abril de 79), nas páginas centrais do jornal, trata das creches (da falta de), convidando os leitores a participarem do Movimento por Creches, criado por iniciativa da Coordenação saída do 1º Congresso. Em outras palavras, a partir da definição de que a luta por creches interessava objetivamente a todas as mulheres, as entidades e pessoas reunidas na Coordenação do 1º Congresso passaram a convidar os grupos comunitários que já encaminhavam, isoladamente, reivindicações por creches, assim como todos aqueles que tinham intenções de fazê-lo, para reuniões no Sindicato dos Bancários.

A organização do Movimento por Creches constitui o único trabalho unitário em que os grupos feministas paulistas participaram no ano de 1979 e é bem exemplificador do pouco que inovaram em termos de convívio político. Vários aspectos, na verdade, transformavam uma questão aparentemente simples — a luta por creches — em um problema quase insolúvel. Em outras palavras, o único ponto de acordo existente era a necessidade de creches pois detalhes mais precisos, referentes ao tipo de creche (a qualidade das instalações; a orientação pedagógica; a responsabilidade pela gestão, etc.), praticamente não haviam sido pensados. Além disso, o Movimento ambicionava centralizar iniciativas muito díspares, dizendo respeito a grupos que reivindicavam creches em circunstâncias distintas (ligados a trabalhos comunitários em bairros da periferia da cidade), sendo difícil equacionar o problema em termos de poucas variáveis. A este quadro complexo adicionava-se o "movimento de mulheres", representado por delegações oriundas da Coordenação e por voluntárias de todos os grupos.

As reuniões propiciavam espetáculos caóticos, em que — houve momentos — centenas de pessoas falavam coisas diferentes, às vezes simultaneamente, cada qual querendo contar sua experiência; suas necessidades. As feministas, desorientadas, compareciam às reuniões sem saber o que propor exatamente. Terminaram por se tornar uma espécie de escribas, especialistas em redigir convocatórias e panfletos. Seu contato com a questão restringia-se, pois, ao aspecto burocrático-administrativo e, na ausência de temas saído diretamente do processo de constituição de grupos de pressão local, as divergências se restringiam a questiuncúlas de caráter político-pessoal, em que o status político era avaliado pelo número de contato/conhecimentos entre a "base". Isto é, na falta de um trabalho próprio (as feministas não estavam reivindicando por creches nos seus locais de trabalho e residência), o poder era disputado através da exibição de uma maior "clientela" entre as

mulheres da periferia.

A Coordenação, na qual conviviam feministas de diversos matizes e representantes de tendências políticas de esquerda, absorveu rapidamente todos os vícios do "cupulismo" político. As participantes os tentavam — com alguma ou nenhuma razão — insignmias das "massas" e decidiam em seu nome tornando a Coordenação um Supremo Tribunal do Movimento de Mulheres.

Aquelas que percebiam o trágico-cômico da situação terminaram por se ausentar das reuniões, tanto do Movimento por Creches quanto da Coordenação, percebendo a inutilidade da crítica a esta prática viciada. As feministas que permaneceram foram obrigadas a assumir decisões e, principalmente, a conviver em termos de manobrismo representativo. O exemplo da atuação da Coordenação no Movimento de Creches é categórico a este respeito: a Coordenação aparecia como uma das entidades constitutivas do Movimento mas, ao mesmo tempo, os grupos que a formavam (cerca de quinze) também apareciam individualizados nas reuniões, havendo nítida superposição de representações para efeitos de votação/decisões.

A desorientação do Movimento de Creches representa, assim, o espelho da falta de unidade real do movimento de mulheres nesta questão. Por que, as feministas não estavam reivindicando creches para si mesmas e sim para as "outras". Além disso, como já foi assinalado, pouco tinham para prestar como contribuição do ponto de vista da qualidade de creche; o que equivale a dizer que não estavam maduras nem por necessidades objetivas, tão pouco por uma reflexão aprofundada da questão. E esta irresponsabilidade de tratamento dos pontos unitários de luta — esta permanente superficialidade no tratamento das questões — é em grande medida fruto da concepção "massista", na qual o sucesso é medido pelas adesões dos elementos mais manipuláveis. Ora, não é difícil conquistar a confiança das mulheres quando falamos a mesma linguagem e prometemos defender os mesmos interesses. Difícil é trabalhar com pessoas que estão social e culturalmente fora do universo político-ideológico dominante.

A crítica à atuação da Coordenação não deve encobrir, evidentemente, a responsabilidade de quase todas as tendências — dos católicos socialistas aos comunistas — na reprodução desta luta pelo poder através de métodos antidemocráticos e altamente manipuladores. De fato, o convívio com o monolitismo político, que pode até tornar justificável — aos olhos de pessoas que defendem um mundo novo — a utilização de métodos que incluem a calúnia, a adulteração de resultados eleitorais e mesmo a violência física — para a conquista de postos charves nos sindicatos, partidos e movimento de massa, colaborou bastante para que mulheres não questionassem a qualidade da prática política da

Coordenação. O desrespeito dentro do próprio movimento de mulheres, neste sentido, reproduz a prática manipuladora tuteladora de meia dúzia de tendências/organizações políticas brasileiras que disputam — nas palavras — as denominações de socialistas e comunistas e que — na prática — comportam-se como pequenos chefetes das "massas atrasadas".

Assim, sempre disposto a marcar e comandar manifestações; sempre pronto a aderir as eventuais maiorias ou forças de pressão mais bem sucedidas, sempre falando em nome de grandes (e ausentes) massas, o grupo "massista", que congrega uma dúzia de mulheres, tem atuado de sordenadamente, empobrecendo/banalizando todos os acontecimentos em que participam. Mas, enquanto o feminismo não partir da transformação das relações entre as próprias mulheres, impedindo que o autoritarismo impere, assistiremos as cenas que vão da tragédia à comédia: de mulheres identificadas com as opções políticas da A Hora do Povo transformando-se em leves de chácara, como aconteceria no 2º Congresso, até as "gafes" de militantes desinformadas, como sucedeu em relação ao Movimento de Creches. De fato, entre o anedotário do feminismo uma das peças que provocou risadas foi a experiência de uma mulher, que se integrou ao Nós Mulheres após o 1º Congresso, e que tendo ido participar do Movimento de Creches, após ter comparecido a uma reunião da Coordenação, ingenuamente participou à assembléia do Movimento resoluções "secretas" (os chamados "encaminhamentos") tiradas na reunião prévia da Coordenação. A graça não está no gelo causado por sua revelação e sim no fato de que criticada foi ela, por falta de habilidade, e não a Coordenação, por "cupulismo/conchavismo".....

7.5 — O Congresso das Metalúrgicas

A política de arrocho salarial do Governo há 15 anos vem penalizando toda a classe operária. Mas a mulher trabalhadora tem necessitado exercer um duplo esforço para sobreviver: o extenuante trabalho doméstico depois que sai da fábrica. Ninguém desconhece as discriminações indignas que se praticam contra as mulheres: inferiorizadas desde pequenas, humilhadas nas empresas, impedidas de se profissionalizarem, ganhando menos do que o homem (ainda que fazendo o mesmo serviço), a falta de creches, obrigadas a fazerem horas extras, as "cantadas" dos chefes, a falta de higiene nos banheiros, a proibição de tomar água e ir ao banheiro e um mundo de injustiças a mais. Tudo isso foi denunciado e discutido no 1º Congresso da Mulher Meta

lúrgica de São Paulo. Mas a coisa vai mudar. As companheiras falaram. E palavra de metalúrgico não volta atrás. Os pontos de luta estão aqui, assinalados em vermelho.

(O Metalúrgico nº 271 - setembro/79).

Joaquim dos Santos Andrade

Durante três dias (31 de agosto, 1 e 2 de setembro) duzentas talúrgicas de São Paulo reuniram-se para discutir, em grupos de trabalho, seu cotidiano nas fábricas, as discriminações e violência sofridas, enfim, sua condição de mulher trabalhadora. A partir da radiografia da "sexualização" da exploração da força de trabalho, realizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese) que, através das guias de imposto sindical, analisou todas as trabalhadoras metalúrgicas das 13 mil empresas da cidade, provou que as mulheres ganhavam, em média 42% a menos que os homens, ficava difícil negar a superexploração da qual a mulher é vítima. A comparação entre homens e mulheres revelou, ademais, 'que 83% das mulheres ganham menos do que Cr\$ 28,35 por hora, e que nessa faixa de salários se encontram 51% dos homens. Provou, ainda, que apenas 11% das mulheres ganham entre 28,35 e Cr\$ 47,25 por hora (enquanto 25% dos homens estão nesta faixa) e que apenas 2% das mulheres ganham mais de 10 salários por mês'. (O Metalúrgico, nº 271).

Apesar da presença de um conhecido "pelego" à testa do Sindicato, apesar também do antifeminismo da tendência política que se expressa na Hora do Povo e da ambiguidade paralisante da tendência "ortodoxa" ou "reformista" — enfim, não obstante o pequeno alcance políticas das forças que dirigiam então o Sindicato dos Metalúrgicos — as mulheres foram capazes de expressar claramente seus interesses, discutindo a jornada de trabalho dentro da fábrica e a dentro de casa. Desta maneira, trataram tanto das reivindicações relacionadas à igualdade de salário, profissionalização, etc. como à criação de departamentos femininos, concebidos para: A) incentivar a participação da mulher na vida sindical. B) Organizar as mulheres nas suas lutas específicas. C) Realizar simpósios, congressos e seminários da mulher metalúrgica. Ademais, denunciaram as torturas praticadas nos hospitais contra as mulheres, referindo-se ao bárbaro tratamento imposto às mulheres, no Hospital das Clínicas, nos casos de complicações provenientes de aborto.

Solidárias com os resultados do 1º Congresso da Mulher Paulista, as metalúrgicas encaparam tanto as palavras de ordem que lhes ziam respeito mais diretamente, como 'salário igual por trabalho igual', creches, quanto a absolutamente descabida palavra de ordem de "ser tra o programa de prevenção da gravidez de alto risco". Cada louco

com mania, diz o ditado. Para os "ortodoxos", frente a quase que infinita variedade de aspectos negativos da política de saúde governamental, o moinho de ventos predileto é constituído pelo Programa de Prevenção da Gravidez de Alto Risco que, se é parcial, equivocado ou coisa equivalente não merece, por sua absoluta ineficácia, maior atenção. Assim, por imposição "ortodoxa" este ponto passou a figurar em todas as reivindicações do movimento de mulher, apesar de ninguém conhecê-lo ao certo. Na verdade, incapazes de concentrar em uma palavra de ordem positiva — lutar pela garantia de assistência ginecológica à mulher, principalmente no concernente à utilização de anticoncepcionais — os "ortodoxos" desperdiçaram as suas energias no combate a um programa fantasma. De qualquer maneira, a relativa pobreza dos documentos oficiais reflete a própria concepção que preside à redação de tais peças, que são usadas, por todas as correntes políticas, como provas de que "as massas estão com as "nossas" concepções". Tais deformações, apesar das barreiras que colocam à luta da mulher por sua identidade sócio-política, não são suficientes, de qualquer maneira para tirar a força destes primeiros congressos das mulheres trabalhadoras.

8. 1980: A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Mulher, pobre mulher!

*Qual dentre vós foi a primeira a consentir que
o homem egoísta vos lançasse a canga ao pescoço,
as algemas às mãos e a pãea aos pés?*

Eis ahí a vossa geração: mães desgraçadas, esposas humilhadas, solteironas martirisadas, meretrizes tripudiadas.

(Ercília Nogueira Cobra, *Virgindade Inútil*, 1927, p.54)

Mas estamos aqui hoje para falar desta violência impune que se volta exclusivamente contra a mulher. Ela é sempre "de alguém": do pai, do marido ou do patrão. E todos acham natural que ela obedeça e se submeta. Se não o fizer, merece punição. É essa relação de posse do homem sobre a mulher que faz com que o espancamento e o estupro de uma mulher não provoquem maior indignação; que sua morte seria justificada porque teria "manchado" o nome do marido.

Nós, mulheres, protestamos contra essa situação.

Não queremos ser vistas como propriedade, não queremos mais ser vítimas. Queremos o amor sem ódio. E agora, juntas, falemos:

QUEM AMA NÃO MATA!!!

MULHER NÃO É PROPRIEDADE NEM DO PAI, NEM DE MARIDO, NEM DE PATRÃO!

CONTRA TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO E VIOLÊNCIA À MULHER!

(Carta Aberta a População, manifestação feminista contra a violência, São Paulo, 3/10/80)

— Os preparativos para o 2º Congresso da Mulher Paulista

A história do 2º Congresso pode ser contada de várias maneiras e, entre os inúmeros episódios que poderiam ser escolhidos para dar início a esta reconstituição histórica, a entrada em cena das lésbicas, organizadas em uma tendência feminista, parece-me o índice mais significativo da diversidade que o movimento de mulheres estava apresentando em São Paulo. As feministas paulistas mantinham contatos solidários, mas muito esporádicos, com os homossexuais ligados ao jornal Lampião e ao grupo Somos, mas as relações com as homossexuais só começaram a se aprofundar no episódio do estupro sofrido por Marisa Nunes, em novembro de 1979. Ela pertencia ao grupo Somos e sua decisão de denunciar o culpado propiciou um movimento conjunto de denúncias contra a violência sexual.

Como nesta ocasião já estavam ocorrendo as reuniões da Coordenação para a preparação do 2º Congresso, o Nós Mulheres convidou as feministas lésbicas para participarem destas discussões.

A entrada em cena da Ação Lésbica Feminista provocou um certo rebuliço: estávamos em dezembro, quando a Coordenação ainda podia se reunir em locais pequenos (um mês depois, as reuniões passaram a contar com mais de uma centena de participantes) e se realizavam na sede do Centro da mulher. As cadeiras estavam dispostas em círculo; havia um certo "formalismo-manobrismo" no ar, com duas personagens autoritárias dirigindo a sessão. As feministas lésbicas chegaram em um pequeno grupo — jovens e vestidas com simplicidade — que passaria despercebido se não fosse o processo de identificação obrigatório. Aí, quando se tratou de enunciar o grupo de origem houve um visível espanto: Lesbos o que? Afinal de contas, a última apresentação tinha sido de uma participante do sindicato das químicas...

Ao final da reunião uma das "dirigentes" (que presidira a sessão) veio sondar as representantes do Nós Mulheres: o que achava da participação dos Lesbos? Ela acreditava que as mulheres da periferia ficariam contra e, por esta razão, também se opunha. Indignadas, respondemos que a participação das lésbicas era para nós uma questão de princípios e que os incomodados que se manifestassem abertamente e declaradamente. Marcou-se, então, uma reunião extra (entre os grupos feministas) para a discussão da questão. As lésbicas foram informadas e acreditando se tratar de um encontro para explicações aparecerem em massa. Frente à candura desta posição as feministas que não viam com simpatia a entrada da Ação Lésbica na Coordenação ficaram na difícil situação de ter de cara-a-cara justificar porquê excluí-las da organização do Congresso. Ao final da reunião, portanto, mais uma entidade participava da Coordenação. E, ao que se sabe, sua entrada não provocou a reação negativa das "massas da periferia" às quais as "lideranças" conservadoras sempre atribuem, em óbvio processo de transferência, seus próprios medos e fantasmas.

Superada esta questão, o ponto de divergência mais importante permaneceu sendo o temário. As feministas eram de opinião que o Congresso deveria ter um tema central — a violência — com seus desdobramentos (a violência dentro da família; nas ruas; no local de trabalho), de forma a permitir uma reflexão/discussão mais aprofundada. "capitões" e algumas representantes de entidade de periferia estavam em desacordo. A cada reunião, novos grupos e novas propostas iam sendo colocadas e no momento que a Coordenação passou a reunir na Frente Nacional do Trabalho, com o horário rígido obrigatório (por causa do fechamento do prédio) das 20 às 22 horas, o Congresso passou a ser "administrado", vale dizer, os expedientes organizativos, do tipo de "levantamento de fundos", "local", "ônibus", "cre-

ches", etc. tornaram-se predominantes e as discussões de caráter político — o que pretendíamos com o Congresso, que propostas levar, etc — foram soterradas pelas atribuições e cobranças de tarefas.

No entanto, o material mais significativo, do ponto de vista realidade da organização do Congresso, concerne aos critérios de participação na Coordenação, estabelecidos pela necessidade de seibir o "inchaço" político representado por pessoas que se afirmavam representantes do clube de mães de tororô" ou da "oposição sindical telesp".

1. *Participam da Coordenação do II Congresso da Mulher Paulista todas as entidades ou grupos organizados que tenham trabalho com mulheres ou em fase de organização. Entende-se por fase de organização um grupo já constituído, empenhando esforços para a organização das mulheres. Entretanto, seria importante contar com a participação de todas as pessoas interessadas na liberação da mulher em todas as comissões de trabalho.*
2. *O critério preferencial de decisão é por consenso e, em último caso, votação.*
3. *Cada entidade terá direito a um voto.*
4. *As representantes das entidades nas reuniões da Coordenação serão de, no máximo, três pessoas, com direito a voz.*
5. *As representantes dos Movimentos "Carestia", "Creches" também seguem os critérios anteriores enquanto movimentos unitários e não por zona. Este critério também se aplica à Frente Nacional do Trabalho, Ação Católica Operárias e Associação das Donas de Casa.*
6. *Não há número de participantes nas comissões de trabalho de infra-estrutura, tanto por entidade como individualmente.*
7. *A participação de entidades na Coordenação do II Congresso da Mulher Paulista foi fechada no dia 31 de janeiro de 1980. Outras entidades que queriam participar poderão engrossar as comissões de trabalho.*
8. *Todas as entidades que participam da Coordenação devem necessariamente participar das comissões de infra-estrutura.*

As feministas paulistas sabiam de antemão que o 2º Congresso deveria reunir mais de duas mil mulheres o que explica, inclusive, a

escolha de um local grande, como a Universidade Católica, para local. E as expectativas, nas duas semanas anteriores, com reuniões da Coordenação que poderiam chegar a duzentas mulheres, aumentaram ainda mais quando a questão passou também a ser tratada pela imprensa, rádio e televisão. Discussões sobre temas do feminismo foram realizadas nas universidades e um enorme trabalho de coleta de fundos (shows e festas) também contribuíram para a rápida mobilização em torno do Congresso.

8.2 — O 29 Congresso da Mulher Paulista

A chegada à rua Monte Alegre, na manhã do dia 8 de março, causava um forte impacto: centenas de pessoas nas ruas próximas; dezenas de militantes das diferentes correntes da esquerda apregoando seus ornais; bancas distribuindo material, vendendo posters e coisas no estilo; ônibus apinhados de mulheres e crianças vindas dos pontos mais longes da cidade e do subúrbio; feministas com braçadeiras identificando seus nomes, grupos e funções; uma enorme fila para as creches (que atenderam mais de 900 crianças) e uma algazarra de dia de festa. Mulheres de todas as idades e classes sociais entrando nas salas para participar das primeiras comemorações, que incluíam peças teatrais, apoiadas por homens que se encarregavam das creches e auxiliavam no serviço da infra estrutura, já era uma comprovação da vontade e disposição de discutir a questão feminina. Pois, apesar do lanche e da condução garantida para as mulheres da periferia o desconforto da participação era enorme dada a precariedade de recursos.

A ampla participação — e a importância em termos políticos da reunião estavam garantidas: O 29 Congresso passaria para a história. Mas a clara tensão no ar indicava que as razões pelas quais ele ganharia tanta notoriedade talvez não fossem as mesmas que a chegada à Universidade Católica pareciam indicar, naquele matutino sábado. Acontecimentos anteriores explicavam alguns incidentes iniciais, como a agressividade dos representantes da "Hora do Povo" contra as feministas que pediam que não colocassem cartazes pois tínhamos nos comprometido a não permitir propaganda política dentro do recinto do Teatro da Universidade Católica (Tuca), onde se realizavam as assembleias gerais. De fato, as correntes políticas contrárias à organização específica da mulher — perfeitamente identificados como os partidários da "Hora do Povo" e setores majoritários do dividido Partido Comunista Brasileiro — já tinham manifestado suas intenções de impor pela força uma resolução "feminina" para o encerramento. Em outras palavras,

mascarada de diversas maneiras (desde a questão da discussão do temário até o rápido inchaço sofrido pela Coordenação, tomada de assalto r grupos que se diziam representar x ou y trabalhos dos quais ninguém ouvira falar e sem que houvessem condições de apurarmos sua veracidade) as contradições entre feministas e antifeministas estourariam no 2º Congresso quando os confrontos foram diretos.

Neste sentido, é interessante seguir a cobertura realizada pela imprensa, especialmente a alternativa, para detalhamento dos incidentes. Já no dia 28 de fevereiro, por ocasião de uma entrevista coletiva, o clima era tenso o suficiente para que Em Tempo (nº 101, 6 a 19 de março de 80) comentasse, sob o título "Nos bastidores a luta pelo poder", que quando a "Coordenação do II Congresso da Mulher Paulista não poderia ter imaginado que a tal entrevista viria *à se transformar num campo de batalha*" e que *"das cinquenta entidades participantes da Coordenação, pelo menos 20 participaram da querela. O tumulto começou quando a TV Cultura convidou duas mulheres para falar dos objetivos e dificuldades do II Congresso. Todas as entidades queriam falar e aparecer no vídeo. Os jornalistas presentes se perguntavam a preocupação dos grupos era com o que viesse a ser divulgado pela imprensa, ou o estrelato que lhes acenaria a aparição num noticiário no vídeo"*.

Além do lamentável e grotesco espetáculo de "líderes" acotovelando-se para aparecer na televisão existiam razões um pouco menos peralistas para o individualismo de cada entidade. Em outras palavras, unidade da Coordenação estava mais do que comprometida pela divergência de fundo quanto ao caráter do Congresso: feminista e tirando a resolução do estímulo à organização específica das mulheres, ou então anti-feminista, negando tal necessidade — à qual se sobrepunha a vaidade pessoal de mulheres ansiosas pelo reconhecimento público que aparentemente lhes garantia aparecer na T.V. . Neste sentido, é precisa a análise de Olga Nascimento e Maria Tereza Verardo no Em Tempo (nº 101):

"De todo modo ficou claro que as divergências entre os diversos grupos eram muitas e se baseavam principalmente na definição: O Congresso será feminista ou feminino. Se feminista, a preocupação maior é a discussão dos problemas específicos da mulher, não importando sua classe nem sua área de atuação. Neste caso, as lutas gerais são importantes e devem ser incentivadas enquanto possibilidade de organização das mulheres, mas sem que sua militância nestas lutas as faça esquecer de sua condição de mulher, conseqüentemente oprimidas duas vezes: enquanto mulheres e enquanto classe. Se feminino, a preocupação central é discutir a importância das lutas gerais (água, esgoto, luz, creche, etc.) e a participação da mulher nessas lutas. A especificidade da luta feminina não é importante diante da luta de toda a sociedade".

As divergências, na verdade, alcançavam níveis ainda mais profundos pois tratava-se, também, da direção do movimento de mulheres. Todas as tendências políticas tinham interesse na manutenção da Coordenação, desde que a linha de atuação fosse a sua. O que explica que militantes da Hora do Povo, através de algumas entidades (reais ou fantasmas) que dominavam, estivessem super representados na Coordenação — órgão unitário e autônomo do movimento de mulheres — para tentar impor uma linha política antifeminista, vale dizer: as mulheres devem se organizar exclusivamente nos organismos mistos, como os partidos e sindicatos. Se esta era a posição da Hora do Povo, outras correntes, também lutando pelo poder dentro da Coordenação, defendiam a autonomia do movimento de mulheres. E esta acirrada disputa — que chegou a lances de violência física — demonstra a dificuldade da esquerda, pelo menos de ponderável setor da esquerda brasileira, em respeitar o espaço político do movimento de massas, ao mesmo tempo que indica a importância assumida pelo movimento de mulheres do ponto de vista das tendências políticas organizadas.

A importância concedida por todas as tendências políticas organizadas — dentro do amplo espectro na esquerda — também pode ser validada pela ampla distribuição de material e seu conteúdo diferenciado. Assim, enquanto "Mulheres Militantes do PT" assinavam um documento que apoiava 2º Congresso, afirmando, ademais, que "o movimento de mulheres como um todo não deve se filiar a nenhum partido mas ser um movimento independente e unitário para todos aqueles que se disponham a levar suas bandeiras de luta." a Unidade Sindical, dentro do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo, justifica sua adesão ao Congresso nos seguintes termos:

"No Brasil de hoje, a mulher ocupa um lugar cada vez mais destacado na vida econômica e organiza-se em entidades de bairro, começa a construir departamentos femininos nos sindicatos, participa dos movimentos culturais e políticos afirmando sua condição de ativa participante na transformação da sociedade. Hoje, mais do que em qualquer época anterior, fica claro que sem a participação das mulheres não se conquistará uma sociedade mais justa e humana",

A diferença é visível para quem já se acostumou a ler nas entrelinhas: para a Unidade Sindical a "ativa participação" da mulher deve se resumir a reforçar os homens, e sua perspectiva, na luta política e sindical. É como se o espaço de atuação da mulher já existisse: aquele que o homem domina. Nega-se, então, a perspectiva feminina que distingue suas reivindicações das dos homens. As mulheres, em geral, queixam-se do desrespeito masculino, que vai das passadas de mão à cantada declarada, nos locais de trabalho: eis um pequeno exemplo da contradição de perspectivas. Quando não existe contradição temos diferenciação: as mulheres ganham menos do que os homens pelas mesmas tarefas mais tal fato é encoberto por uma série de estratagemas que elas, enquanto principais interessadas estão denunciando. É claro que seus companheiros de trabalho as apoiam genericamente falando. Mas, na prática, no entanto, as pequenas conquistas femininas foram ruto de sua luta específica.

Todas estas questões estavam no ar, nos momentos da inscrição para a participação no 29 Congresso. As quatro mil mulheres poderiam, em princípio, optar por um dos temas das discussões — a discriminação da mulher: 1) enquanto mulher; 2) enquanto mãe; 3) enquanto dona-de-casa; 4) enquanto trabalhadora — que se realizariam no sábado à tarde. As "líderanças" preocupadas em demonstrar a maior relevância dos seu tema tentaram impor sua escolha para as "líderadas". Neste sentido, as mulheres que tinham sido convidadas (ou participavam) através dos clubes de mães eram conduzidas a optar pelo tema "enquanto mãe"; as operárias deveriam permanecer discutindo o tema 4) e assim ir diante. Tal prática, na verdade, não só era autoritária e impositiva como também contraproducente. As mulheres que lá compareceram, afinal, tinham sido convocadas por um documento que perguntava: Quantas mulheres você é? *Uma mulher que trabalha fora... Outra que cuida de casa... Uma mulher que é mãe... Outra que é esposa. Uma que se conforma... Outra que se revolva... Vamos juntar os pedaços, mulher?* Ou seja, quando a proposta era juntar os pedaços não fazia sentido dividir as mulheres entre "profissões" e temas.

Na verdade, tal procedimento terminou sendo desmascarado pelas mulheres "líderadas" que diziam: "vou mudar de grupo, discutir sobre mãe já estou cansada, quero é falar da relação homem-mulher". E, no final das contas, tal como tinha sido previsto pelas feministas, "a discriminação da mulher enquanto mulher", incluindo questões sobre

educação sexual, sexualidade, violência sexual e outros no gênero constituiu o tema de maior interesse e participação.

Assim, a enorme disposição em participar efetivamente de seu congresso levou com que as mulheres repudiassem as pretensões hegemônicas de representantes do jornal "Hora do Povo" e congêneres que, diga-se de passagem, haviam tomado à força crachãs de coordenadoras de grupo, cujo poder era grande por serem as responsáveis pela transmissão das resoluções chegadas. O fato das coordenadoras terem sido escolhidas de antemão, na base de um rateio entre as entidades organizadoras do 2º Congresso, já era um antecedente antidemocrático pois elas, legitimamente, deveriam ser d. escolha de cada subgrupo, como acontecera no 1º Congresso. Ora, o roubo de crachãs e as duplicatas de coordenadoras (causando cenas ridículas) terminaram por desmoralizar ainda mais a atuação da tendência anti-feminista. Mas, no dia seguinte, em que as discussões se dariam em torno das questões is polêmicas, ou seja, em torno do caráter do movimento de mulheres, a violência terminou imperando, com cenas de pugilato entre diversas tendências em pugna no plenário (principalmente a que opunha membro da Convergência Socialista a outros do Movimento Revolucionário MR8, dada a atuação deste último no movimento sindical). Sob o título de "Começa a Pancadaria", o jornal Movimento (nº 246, 17 a 23/3/80 assim descreve os incidentes:

As propostas e reivindicações desses grupos de discussão reunidas em quatro relatórios finais sobre cada um dos temas, foram lidas no domingo pela manhã, quando começou o tumulto. Nair, uma participante, subiu ao palco e pediu a palavra, em nome do grupo D, o que discutia a questão da mulher como trabalhadora assalariada. Uma outra questionou sua legitimidade como coordenadora e as vaias começaram. Aos gritos de "fura greve" e "pelega" dirigidos para Nair (segundo suas conhecidas, já foi de oposição mas hoje é ligada à atual diretoria pelega do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo) começaram os tapas e empurrões nas primeiras filas, envolvendo muita gente.

Um grupo de mulheres tentou separar mas acabou apanhando. Um outro grupo formou barreira de segurança para impedir que mais gente brigasse, mas foi furado por cotoveladas nos seios, dadas por valentes rapazes, identificados como pertencentes ao grupo minoritário e antifeminista do PMDB, embora, contraditoriamente, seja esse o único partido que possui um departamento feminino, devidamente inscrito no congresso.

Algumas feministas, olhando de cima do palco do TUCA o pan demônio em que se transformara a assembléia geral do 29 Congresso, não tiveram outra reação senão chorar. Em seguida, convocaram uma reunião de urgência, decididas a abandonar o 29 Congresso, declarando em alto e bom som as razões de sua decisão. Nós Mulheres, Brazil Mulher, Associação de Mulheres, Grupo 8 de Março, Centro da Mulher, Pró Mulher, Frente de Mulheres Feministas, Ação Lésbico Feminista, Associação das Donas-de-Casa, feministas de Campinas foram os grupos que se reuniram para discutir esta proposta. Terminou vencendo a resolução de se escrever um documento, a ser lido no encerramento, em que se avaliava o comportamento da tendência anti-feminista.

Os fatos vieram a demonstrar que esta atitude foi a mais criteriosa: assumindo sua identidade enquanto feministas estes grupos demonstraram contar com o apoio da esmagadora maioria do Congresso. E se este, no seu final, encerrou-se em meio a brigas, sendo impossível votar qualquer resolução, o documento assinado pelas feministas e endossado por quase todas as entidades pertencentes à Coordenação foi o claro aviso de que estava terminado o período da unidade a qualquer preço.

8.3 - As consequências do 2º Congresso

Uns acentuam o significado positivo de um congresso dessa amplitude. Dizem que a unidade é fundamental para derrubar as forças inimigas. Parece haver um otimismo atávico nos militantes. Algo com que se nutrem. Tudo bem, mas o que ficou provado nesse congresso é que essa unidade pode ser facilmente desfeita, porque ainda não tem bases muito sólidas. Claro, é fantástico poder reunir tanta mulher para falarmos de nós mesmas. Mas será que foi isso mesmo que aconteceu? A interferência de grupos externos (organizações e partidos políticos) foi a causa de todo o tumulto. É quase impossível convencer os militantes desses grupos da imperiosa necessidade de autonomia do movimento de mulheres. Eles estarão sempre ali, obstinados, tentando conquistar espaço, falando fora de hora. Quanto mais crescer o movimento de mulheres, mais correrá o risco de infiltrações. O jeito é nos defendermos. Isso significa conter a invasão, impedi-la. O único meio é que haja uma força vinda do próprio movimento de mulheres que, pela sua abrangência e atualidade, se sobreponha às outras. Mas esse movimento parece mais preocupado com a unidade - formal - do que com o conteúdo em torno do qual se unem as mulheres.

(Cynthia Sarti, Lampião nº 23)

As feministas reuniram-se, dias depois, para fazer o balanço do II Congresso e discutir perspectivas de atuação frente aos acontecimentos. Cerca de cinquenta mulheres, dos grupos já citados, fizeram a crítica mais ou menos radical da atuação daquelas forças políticas e dispuseram-se a dar continuidade às reuniões mistas com o intuito de fortalecer a unidade entre grupos feministas. Ao mesmo tempo, marcaram para junho um encontro de feministas, que deveria ser realizado dentro da maior discrição, no sentido de evitar a repetição dos problemas vividos no 2º Congresso.

Para as 120 mulheres que, durante todo um fim-de-semana, de junho, estiveram discutindo, falando de si mesmas, comendo, dormindo, cantando e dançando juntas o Encontro de Valinhos será sempre uma lembrança inesquecível. Num convento, com freiras do velho estilo do hábito, momentos de verdade e liberdade foram vividos. Foi este en-

contro, diga-se de passagem, que criou um base positiva para o trabalho unitário a seguir. Pois as tais reuniões mistas para discussão sô estavam servindo de palco para acerto de conta e reprodução de sectarismo entre as prôprias feministas. Era necessário um outro espaço — te, dos pequenos grupos de reflexão, — para que a solidariedade se fizesse a partir de laços mais sólidos.

A discussão do temário sobre os principais impasses e saídas ra o movimento feminista permitiu que se estabelecesse um acordo ge l quanto a importância de traçarmos alguns objetivos concretos para trabalho conjunto. Houve o reconhecimento geral da fragilidade dos grupos e da necessidade de somarem-se esforços em torno do planejamen familiar, da luta por uma imprensa feminista e da criação de um or o de defesa da mulher vítima de violência sexual.. Assim, nasceu o SOS MULHER que inauguraria uma nova concepção de trabalho feminista, diluir a hierarquia dos grupos em plantões compostos por voluntárias das mais diversas origens sociais e políticas.

Enquanto isto, a Coordenação continuava a se reunir, tendo decidido pela expulsão das intidades responsáveis pelos incidentes do 2º Congresso. *"Foi aprovado ainda a elaboração de uma carta para ser enviada à Comissão Pró Departamento Feminino do PMDB, Diretório do PMDB de Vila São José, Diretório do PMDB do Barro Branco, Departamento Feminino do DCE-livre da USP e Comissão Pró Departamento Feminino do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, comunicando a expulsão de suas representantes na Coordenação do Congresso da Mulher Paulista, de vendo as entidades indicarem suas substitutas". (Movimento nº 246).*

A crise detonada pelos incidentes do II Congresso não se limitou, evidentemente, à expulsão de algumas mulheres e à lua-de-mel de Valinhos. Acostumadas a fortalecer e prestar apoio decidido a todas as iniciativas da esquerda as feministas, no momento que definiam seus objetivos prioritários, viram-se sozinhas no esforço de sua concretização. Verdade é que contavam com o apoio de mulheres saídas do movimento de massa, como a Associação das Donas-de-Casa a l gumas operárias e clubes de mães. Ao mesmo tempo, o crescimento do feminismo como força política abrangia outras mulheres, setores sociais e espaços de atuação além dos criados na fase pioneira, de metade da década dos 70.

A amplitude tomada pela questão feminina, legitimando e dando respeitabilidade ao tema mulher, enquanto objeto de estudo e sujeito de ação, tornou mais fácil as adesões: de repente tornou-se moda o "assumir seu lado feminino", entre homens de vanguarda principalmente, e declarar-se feministas para mulheres até então afastadas de quaisquer lutas pela igualdade de direitos. Os meios de comunicação de massa absorveram rapidamente as mudanças sociais, criando programas na televisão, rádio e imprensa. As revistas femininas também sofreram o impacto da atuação feminista, passando a introduzir novos temas e abordagens, sobre o sexo, o aborto e outros itens até então proscritos. Novos grupos se criaram; mais pessoas passaram a se sensibilizar com a questão e, ao menos do ponto de vista extensivo, o feminismo tornou-se assunto corrente entre pessoas familiarizadas com os temas da atualidade. Os partidos políticos em rearticulação, à única exclusão do partido do governo, introduziram em seus programas alguma referência a esta questão; alguns organizando no seu interior diretórios femininos ou comissões de mulheres. Os encontros dos intelectuais acadêmicos do país, das reuniões da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência — SBPC — aos encontros anuais da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais — demonstraram que não existe ciência social neutra e que o questionamento dos valores dominantes supõe a crítica de todas as formas de manifestação da hierarquia baseada na opressão de um setor social, classe, sexo ou raça.

Em síntese, o 29 Congresso tornou-se principalmente, o marco de passagem do feminismo dos pequenos grupos, do período 1975/80 para o feminismo como movimento social mais amplo a partir de 1980. O crescimento rápido provocou problemas novos pois o discurso e prática dos oprimidos tem de se diferenciar, para melhor, do discurso e da prática dos opressores. As mulheres não se organizaram, em seus primeiros grupos, somente para descobrir e denunciar sua opressão: elas têm um programa, que envolve a proposta de novas relações entre homens e mulheres, no quadro de uma sociedade em que não exista a propriedade privada dos meios de produção. E o feminismo avançou na própria medida em que foi capaz de transformar nossa concepção de mundo ao mesmo tempo em que nos ensinava a

conviver diferentemente com outras mulheres; a fazer política de maneira nova; a entender as diversas ramificações da luta pelo poder e, de maneira geral, a combater o autoritarismo. Este foi um processo lento que justamente impede otimismo exagerados frente a novas adesões e ao próprio interesse que as forças políticas agora demonstram em relação ao movimento de mulheres. Ao mesmo tempo, sã "caindo na vida" o feminismo poderia amadurecer e frutificar, escapando ã sina de reduzir-se simplesmente em mais uma seita.

— A repercussão na grande imprensa

Uma das formas mais simples de aquilatar o impacto das comemorações do dia internacional da mulher em 1979 em São Paulo é a leitura da cobertura realizada pela Folha de São Paulo, garantindo o registro da atuação do movimento de mulheres, em inúmeras páginas do jornal, ao mesmo tempo em que, na maior parte dos casos, noticiava, o evento na Folha Ilustrada e não nas partes reservadas à política local.

Deste extenso noticiário penso ser importante selecionar alguns temas, como índices da qualidade assumida pelas diferentes comemorações. Assim, chamaremos a atenção para: (a) a quantidade dos atos comemorativos; (b) a convergência dos atos (com a exceção do pronunciamento sectário de Terezinha Zerbini, opondo o ato realizado na Câmara Municipal ao ato de encerramento do 1º Congresso); (c) depoimentos colhidos in loco; (d) a grande expectativa de que a descoberta da identidade comum a vontade de prosseguir juntas tornasse factível a criação da Casa da Mulher Paulista e a organização da Frente de Mulheres.

a) as comemorações:

Folha de São Paulo, terça-feira 6 de março de 1979.

VOZES DO CONGRESSO DAS 500

"Cantando "Olê mulher rendeira, olê mulher rendã, tu me ensina a fazer renda que eu te ensino a reclamar", as 500 mulheres da Grande São Paulo que se reuniram no 1º Congresso da Mulher Paulista, durante este fim-de-semana, no Teatro Ruth Escobar, levantaram as seguintes propostas: homenagem a Clarice Herzog e a esposa de Manoel Fiel Filho, mortos na prisão em 1975, em memória a todos os homens e mulheres que sofreram a repressão do governo militar; mudança na definição de mulher no dicionário Aurelio Buarque de Hollanda; uma "Semana de Estudos da Sociedade Machista" (proposta por 25 homens que participaram do encontro); luta contra a repressão ao aborto; luta imediata por creches em todos os bairros de São Paulo, sustentadas pelo Governo e orientadas pelos pais; uma comissão de mulheres para acompanhar o Inquérito Parlamentar sobre a violência contra os menores na FEBEM; uma comissão para denunciar o projeto do deputado Gilvan Rocha do

MDB, que quer proibir o uso do DIU, método anticoncepcional intra-uterino; um convite a participação no ato Público que será realizado dia 12 na Câmara Municipal em protesto a posse de Maluf; e solidariedade à luta dos povos latino-americanos contra os governos militares, ao povo vietnamita e ao da Nicarágua e a luta da mulher no Irã.

TRABALHADORAS NO CINEMA

Como mais uma forma de comemorar o Dia Internacional da Mulher, celebrado a 8 de março, será realizado uma amostra de filmes sobre a situação da mulher no Brasil, hoje e amanhã, às 20:30 horas, no MIS-Museu da Imagem e do Som - Av. Europa, 158.

Hoje, dia 6, serão exibidos três curta-metragens: "Menino Menina", de Eliane Bandeira, que mostra as diferenças na educação das crianças com base nos preconceitos sobre o papel da mulher e do homem dentro da sociedade; "Vida de Doméstica", da mesma autora, trata da questão da empregada doméstica, a profissão mais marginalizada entre as chamadas "profissões femininas" e "As Metalúrgicas", de Olga Futema e Renato Tajajós, revela os problemas específicos que a mulher metalúrgica enfrenta em seu trabalho na fábrica, mostrando os resultados do 1º Congresso da Trabalhadora Metalúrgica de São Bernardo e Diadema, realizado no ano passado.

Amanhã, dia 7, será exibido uma longa-metragem sobre a prostituição. Haverá debate organizado por Nões Mulheres". A entrada é gratuita.

Folha de São Paulo, quarta-feira 7 de março de 1979

ATO COMEMORATIVO

O Movimento Feminino pela Anistia, a Comissão de Mães em Defesa dos Direitos Humanos, a Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, O Movimento Renovação Cristã e o Diretório do MDB de São Paulo realizarão amanhã às 20 horas, no Auditório "Pedroso Horta" da Câmara Municipal, um ato comemorativo do "Dia Internacional da Mulher".

Ontem, a presidente do Movimento Feminino pela Anistia, dona Terezinha Zerbini, esteve na Câmara Municipal candidando os vereadores para o evento, lembrando que a data já foi comemorada em São Paulo, em 1976, 1977 e 1978. Disse também que a reu

não tem a finalidade de permitir "uma reflexão sobre a função da mulher como agente transformador na sociedade, dando prioridade ao enfoque do menor, por estarmos no "Ano internacional da Criança".

O tema central da campanha deste ano será desenvolvido pela professora Silvia Pimentel, da PUC. Terezinha Zerbini aproveitou para destacar a distinção existente entre o ato marcado para a Câmara Municipal e outro que será realizado no Teatro Ruth Escobar, na mesma ocasião. O primeiro, segundo ela, tem um caráter político mais abrangente, ligado à necessidade de transformação do país numa democracia real.

Folha de São Paulo, quinta-feira, 8 de março de 1979

MULHERES COMEMORAM SEU DIA EXIGINDO UMA TRANSFORMAÇÃO

A principal manifestação brasileira do Dia Internacional da Mulher, que hoje é comemorado em todo o mundo, é o encerramento do 1º Congresso da Mulher Paulista, no Teatro Ruth Escobar. As conclusões dos debates do Congresso serão apresentadas na forma de um documento, com as reivindicações propostas por todas as mulheres. Cada grupo participante, porém, vai se manifestar a respeito de seu trabalho particular e de suas propostas.

"Mulheres do povo, que tiveram participação ativa no Congresso, falarão sobre seus anseios e medos do que está para vir." como informou Eneida de Castro Solero, representante da Frente Nacional do Trabalho. A maior expectativa do encerramento do Congresso, que deverá contar com a presença de Clarice Herzog e da esposa de Manoel Fiel Filho, é quanto à formação da Frente de Mulheres, que dará unidade e força a luta de todas as mulheres da região de São Paulo.

Na Igreja de São Miguel Paulista, às duas e meia da tarde, mulheres que estão organizadas em Clubes de Mães farão uma reunião comemorativa do 8 de Março, falando de suas propostas e reivindicações.

Os clubes de Mães são grupos formados principalmente pela Igreja, em torno de trabalhos como crochê, bordado, tricô. Sobre isso, disse uma mulher no Congresso. "precisamos de uma profissão. Em vez de as levarem nos Clubes de Mães um saco de feijão, que acaba, levem um profissional que possa nos ensinar um ofício.

O programa da Xênia, na TV Bandeirantes, está convocando todas as mulheres interessadas a irem hoje à sede da estação

no Morumbi, para debater entre as três e quatro e meio da tarde, com mulheres do povo de líderes feministas convidadas.

A Femina, uma central de prestação de serviços, especializada em fornecer assessoria e orientação feminina, promove hoje, a partir das 14 horas, um ciclo de palestras abordando assuntos específicos.

Em São Carlos, a filial da Sociedade Brasil Mulher, do Movimento Feminino Pela Anistia, a Associação dos Servidores da Universidade Federal de São Carlos e a União Municipal dos Estudantes de São Carlos, convidam para uma mesa redonda que será realizada na Câmara Municipal, Praça Coronel Salles, às 20 horas, com a intenção de levantar uma série de questões para a "libertação total da mulher".

"Ser Mulher na Bahia" é o tema do painel que o Núcleo Baiano do Movimento pela Anistia promove hoje e com o qual pretende levar ao público, a experiência de vida de diversas mulheres que participam ativamente da sociedade baiana. Do painel participarão nove mulheres, entre as quais uma juíza do trabalho, uma artista plástica, uma socióloga, uma cobradora de ônibus e uma professora de dança.

No Rio de Janeiro, abre hoje na Faculdade Cândido Mendes o congresso da Mulher Carioca, com o lançamento dos temas para discussões que terão início na tarde de amanhã e irão, de manhã à noite, até o domingo. Nas noites de sábado e domingo haverá exibição de filmes e leitura de peças que colocam a situação da mulher em nossa sociedade.

b) a tônica do discurso das mulheres

Folha de São Paulo, 6 de março de 1979

"O trabalho doméstico é trabalho?". Com esta pergunta, o 1º Congresso da Mulher Paulista abriu as discussões deste sábado, dia 3 de março, reunindo as mulheres presentes em 23 grupos além de um grupo só de homem, que acompanharam suas esposas ou vieram sozinhos. Aparecida Kobec, responsável pela Associação das Donas de Casa, casada e com três filhos, introduziu o tema, falando da falta do recebimento social do trabalho doméstico.

— A gente lava, passa, dá forças ao marido para que ele enfrente o trabalho do dia seguinte e produza seu tanto, e ninguém dá valor a isso. A mulher não quer ser a "rainha do lar" apenas no dia 8 de março, para no resto do ano ser uma "escrava do lar". Queremos condições justas já está na hora de se

estudar soluções coletivas para o trabalho doméstico: em casa, com a participação total do homem nas tarefas e na rua, através da socialização do trabalho doméstico. Ou seja, que os órgãos competentes instalem creches, lavanderias e restaurantes públicos.

Cida, como é mais conhecida pelas mulheres da Zona Leste, propôs a união de todas as mulheres, como a única saída para a situação em que as donas de casa se encontram. "A sociedade nos educou para resolvermos os problemas individualmente e isso não é certo. Se nos unirmos e o sistema capitalista nos oferecer as mesmas condições que o homem desfruta, tenho certeza que nós, as donas de casa, não seremos mais chamadas de burras."

A posição defendida por Cida durante sua exposição representa bem os anseios da mulher paulista. Isso ficou bastante claro após as discussões em grupo e da conclusão, exposta por uma relatora geral, efusivamente aplaudida pela platéia:

"O trabalho doméstico é pesado, cansativo, monótono e ininterrupto. A gente não tem descanso durante o dia, trabalhamos nos fins-de-semana e também nas férias escolares das crianças. Mas como o trabalho em casa não produz lucro, é desvalorizado socialmente. São que sem o trabalho doméstico, como farão os homens? Como donas de casa nós interferimos no processo de produção indiretamente, é bem verdade, mas isto tem uma importância fundamental.

Entre as conclusões chegadas estão a luta pelas creches e, a longo prazo, também a criação de lavanderias e outros serviços públicos que minimizariam o trabalho dentro de casa. Quanto à reunião de mulheres em torno de clubes de mães, associações e outras agremiações, "ela é importantíssima, pois congrega as mulheres e, a partir dessa união, fica mais fácil reivindicar por necessidades e problemas do próprio bairro. Os múltiplos também contam com o apoio geral, embora ele possa representar uma arma perigosa "na medida em que passa para o povo a solução de problemas, cuja responsabilidade é apenas do Estado.

Um dos assuntos mais problemáticos, sem dúvida, foi a institucionalização dos serviços domésticos, através de um salário específico à dona de casa. A falta conhecimento sobre o assunto levou a opiniões mais variadas, como a de Maria Pessoa, que acha "importante um salário para amparar minhas despesas" ou de Orlando Maia, "que é a favor do salário porque assim a mulher também teria o direito à previdência social".

Mas as conclusões finais do congresso foram completamente desfavoráveis ao salário doméstico, como relatou uma das responsáveis do grupo:

— Se a gente tivesse que receber um salário, ele seria muito alto. Porque nós, donas de casa, exercemos as funções de lavadeira, passadeira, cozinheira, faxineira e além disso temos que cuidar dos filhos, e somos também babás.

O trabalho da mulher fora do lar foi discutido após um lanche rápido cedido pelo próprio congresso. Os assuntos debatidos foram: A dificuldade encontrada pela mulher para se profissionalizar, a desvalorização das profissões ditas femininas, as garantias que as mulheres deveriam ter em seus empregos e como encaminhar uma luta conjunta por creches.

A participação política das mulheres também serviu como tema para que a metalúrgica do Sindicato de Santo André, Léia Aparecida de Oliveira fizesse um inflamado discurso sobre o assunto.

"A luta da mulher ao lado do homem começou praticamente agora, na última greve dos metalúrgicos em 78. Quando o Governo bradava sua instalação contra a nossa greve, as mulheres negociavam com os sindicatos e com os patrões. Nossos próprios companheiros ficaram espantados com a nossa força. E também fomos nós que os instigamos a prosseguir na sua luta por um salário melhor."

Segundo a economista Maria Morais, o último censo registra como as quatro profissões que reúnem maior número de mulheres as de empregada doméstica — "que vive num quartinho apertado e é obrigada a utilizar o elevador de serviço" — a mulher que trabalha na roça — "esta rainha do lar é verdadeiramente uma trabalhadora da enxada — a professora primária — "a segunda mãe obrigada a aceitar um salário baixo pelo amor ao trabalho" — e a operária — "que trabalha em péssimas condições, às vezes com máquinas desenhadas para os homens".

Todas essas mulheres reunidas no congresso trouxeram entre as conclusões sobre a profissionalização, diversos preconceitos, da sociedade, sentidos na própria pele diariamente.

— Nós temos dificuldades em nos profissionalizar. Os cursos são caros demais para um salário baixo que recebemos. Na verdade, não deve interessar ao sistema oferecer condições para que nos fortaleçamos como classe, que tem consciência e que não aceita mais os salários inferiores aos recebidos pelos homens; por uma mesma atividade.

Entre as denúncias trazidas pelas mulheres está a de Aparecida Malavasi, uma metalúrgica de São Paulo que foi obrigada a ser registrada como solteira "porque a empresa onde trabalho não quer ter preocupações com mulheres casadas". Outra mulher diz que num curso realizado pelo Senai de Guarulhos, ela conseguiu ser aprovada no curso "dito masculino" de Controle de Qualidade, mas como era mulher acabou não sendo aceita. Uma das alegações feita pelos responsáveis foi que a empresa não tinha banheiro para mulheres.

Na verdade, a tradição dos serviços domésticos sempre coube à mulher e as famílias sempre deram maior oportunidade ao homem para seguir uma carreira. Com a crescente desvalorização de determinadas profissões, como a dos professores, as mulheres passaram a ocupá-las recebendo e submetendo-se a salários mais baixos,

Quanto a falta de garantias nos locais de trabalhos, as mulheres apontaram a atitude machista de certos chefes que utilizam-se de suas funcionárias sexualmente, impondo-lhe como condição essencial para uma melhoria de cargo. Uma das mulheres disse para a platéia, recebendo palmas entusiasmadas: "A mulher sai com seu chefe quando ela quer e não quando o chefe exige".

A falta de garantias para a mulher grávida, os salários diferentes para funções iguais em relação aos homens, a inexistência de creches, e a participação política através de sindicatos e comissões de trabalho foram as propostas básicas das mulheres.

— A mulher tem que perceber seu peso político — resumiu uma das reladoras do congresso. Até agora sua participação tem sido praticamente nula e se não houver uma união dessas mulheres será difícil levar nossas reivindicações aos órgãos competentes. As mulheres tecelãs, por exemplo, provaram através das recentes greves que temos condições de readquirir nossos direitos e é isso que devemos fazer.

Folha de São Paulo, 7 de março de 1979

A Mulher e a repressão sexual

(Inês Castilho e Denise Natale)

"De que me vale ser filho da santa, melhor seria ser filho da outra, outra realidade menos morta, tanta mentira tanta

força bruta". Estes versos de *Cálice*, música de Chico Buarque e Gilberto Gil, revela a dupla moral que há séculos vem confinando a sexualidade feminina: a mãe de família assexuada, e a prostituta, mulher que é identificada com a sujeira. Essa moral, que vem negando o prazer sexual à mulher sob vários pretextos é pela primeira vez questionada publicamente por mais de 500 mulheres (e mesmo alguns homens) que participaram dos trabalhos do 1º Congresso da Mulher Paulista, no Teatro Ruth Escobar. Mulheres de classe média e da periferia, a maioria com família de formação cristã, aplaudiram a proposta de um dos grupos de trabalho de se cortar o hímen da menina logo ao nascer (uma réplica da circuncisão?) para se acabar de vez com o tabu da virgindade. Falaram de masturbação, da falta que sentem do carinho masculino, de vergonha e medo do marido. Da educação cristã repressora, do cansaço pelo trabalho excessivo, do uso que a propaganda faz do sexo e que deveria ser substituída pela informação sobre a sexualidade. Da tensão criada pelo medo de engravidar, do sexo contido antes do casamento, das dificuldades financeiras.

Essas questões foram levantadas em torno da pergunta "quais as causas da frigidez feminina?", introduzida por Daïse Beker, há sete anos médica psiquiatra do Serviço de Orientação Familiar, que falou de uma pesquisa feita em 1971, entre 4000 mulheres de baixa renda familiar, entre as quais 50% eram frígidas, ou seja, não sentiam nenhum prazer na relação sexual. Alguns depoimentos dessas mulheres. "Sou fria porque tenho medo de ficar grávida; meu marido não me faz carinho e não me dá dinheiro". "Ele não me agrada, só eu que agrado ele; só eu evito filho, ele só quer saber de boa vida".

Entre as mulheres presentes ao Congresso, as idéias eram as mesmas: "É por causa da educação que a gente recebe, tem curso de sexualidade que fala que o homem faz xixi dentro da gente. A gente tem que servir ao marido, ele casa só para ter de graça algumas tarefas, e na cama é a mesma coisa. A gente tem muito sentimento de culpa e de vergonha. Eu tinha vontade mas não conseguia, quando ficava nervosa não adiantava que não conseguia, tinha muita coisa pra fazer, muito com que me preocupar. Acho que a gente tem é que falar qual o jeito que a gente prefere: porque ele tem que adivinhar, coitado? A educação diz que sexo é sujeira e pecado, não é coisa de mulher direita. A brasileira não tem direito a desejar um homem nem liberdade nenhuma, daí demorar muito para ter prazer."

c) A palavra do homem

Folha de São Paulo, 7 de março de 1979

(depoimentos colhidos pelo jornal junto ao grupo de homens que se formou no 1º Congresso da Mulher, apresentando suas resoluções, como os outros subgrupos, nas plenárias dos dias 3 e 4).

"A gente deve tirar a capa de machismo que sempre nos acompanhou e passar a viver todos os problemas com as mulheres. Não gostamos de ser chamados de machões, mas parece difícil às mulheres que as coisas estão mudando. Eu divido algumas tarefas com minha mulher, e devo isso somente a ela que sempre me obrigou a encarar a realidade. Mas ainda não venci todos os meus preconceitos. Estou lutando contra eles para realmente participar da vida dentro da minha casa." (Ubiraci Dantas de Oliveira, líder ativista do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo).

"A estrutura do sistema capitalista também não está do nosso lado. O trabalho noturno e as horas extras nos deixam tão exaustos, no fim do dia, que nem queremos ouvir falar dos problemas da casa. Além disso, quase sempre surgem problemas de ordem sexual. As esposas reclamam, e com razão".

"Quando casei, pela educação que recebi, era só chegar lá, subir em cima meter bronca e acabou. A própria companheira começou a travar uma intensa luta, dizendo assim também não dá, meu chapa, eu também que entrar nesse processo aí. Tive que mudar".

"Qual de nós conhece a curva de prazer da mulher?" "Precisamos impulsionar ao máximo sua libertação. Tem que ter carinho, dialogar sobre os problemas sexuais. A gente vive dentro de uma sociedade machista e impõe à mulher esse comportamento. Vamos fazer um chamado público contra toda a exploração sexual da mulher, que é objeto de gozo, mercadoria para a TV, o cinema, a publicidade. Vamos chamar todos os jornalistas e artistas para colaborarem nesta campanha."

"Dentro do sistema capitalista, o que importa é o vigor, a posse e o poder. Para que? Para consumir. A mulher entra apenas como mais um objeto de consumo."

"Há gente da oposição falando de libertar o proletariado e se esquecendo de libertar em suas relações pessoais: são oprimidos e estão oprimindo também."

VII - A IMPRENSA FEMINISTA DOS ANOS 1975/80

*Procuro a palavra
fenda
que não se cava
nem se lavra
Procuro a palavra
ânsia
que me salve
de mim.*

(Lúcia Villares, 1980).

1. Primeiros Passos

O Brasil é o único país, dentro da América Latina, que conheceu desde os fins do século XIX uma imprensa feita por mulheres, e não somente para as mulheres, como sucedia na maior parte dos casos. O Sexo Feminino, de Francisca Senhora Motta Diniz, editado em Minas Gerais, de 1873; O Domingo, de 1874, de Violante de Bivar e Velasco, no Rio de Janeiro; Myosotis, de Maria Heraclia, em Recife, 1875 e o Echo das Damas, de 1879, pertencente a Amélia Carolina de Silva Couto e editado no Rio de Janeiro testemunharam a presença desta imprensa feminina na plena acepção da palavra, esintomaticamente localizada nos então principais centros urbanos do país. Hahner (1980) fornece esta e outras informações sobre o movimento de mulheres no Brasil entre 1850/1930, demonstrando, ademais, que a presença feminina na imprensa, neste período, foi praticamente ignorada por estudiosos do tema imprensa e do tema mulher. Assim, ela comenta que Nelson Werneck Sodré, A história da imprensa no Brasil (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966) "menciona mais de mil jornais mas ignora qualquer dos periódicos feministas consideradas no presente artigo", enquanto Heleieth I. B. Saffioti, A mulher na sociedade de classes. Mito e realidade (São Paulo: Quatro Artes 1969) a autora de extenso estudo sobre a mulher no Brasil, "não se refere a nenhum jornal feminista nem cita outra feminista do século dezoito além de Nísia Floresta", (Hahner, 1980, p. 104).

A imprensa feminina "alternativa" - entendendo-se por tal epíteto a independência frente aos grandes econômicos; o caráter artesanal com que é feita, a pequena circulação e ausência de propaganda paga - continua presente no século XX, mas com características distintas. Enquanto o Momento Feminino, que foi editado a partir de 1947, tinha sua existência totalmente subordinada ao semi-legal Partido Comunista Brasileiro, o Brasil-Mulher, cujo número zero apareceu em outubro de 1975, manteve relações mais ou menos tênues com organismos políticos e/ou tendências políticas semi-organizadas, não obstante ser dirigido e editado por mulheres. O Brasil-Mulher retoma a tradição do século XIX, em termos de imprensa feita por mulheres; perfila-se na linha de defesa dos direitos da mulher, inovando e ampliando o enfoque desta defesa, por um lado, mas persiste em subordinar esta luta a interesses mais amplos, negando na prática a contradição entre os dois sexos. Em outras palavras, busca legitimar-se frente aos interesses masculinos, afirmando sempre a comunidade de interesses entre os dois sexos e insistindo em "aprimorar" a mulher, tomando como paradigma o modelo masculino.

É o surgimento do Nós Mulheres - em junho de 1976, fruto da criação caótica de mais de vinte mulheres que, em sua maior parte, desconheciam a militância política organizada, pois estavam fazendo ali sua primeira experiência de intervenção social através da luta ideológica - que permite a conquista de um novo espaço ao privilegiar o tema mulher tout court e, principalmente, ao proclamar-se feminista como vimos anteriormente, no seu primeiro editorial.

O Nós Mulheres também influenciou a linha editorial do Brasil-Mulher pois, apesar do silêncio guardado frente ao primeiro número do Nós Mulheres (quando uma solidariedade mínima obrigava saudá-lo, como fizeram outros órgãos da imprensa alternativa), as principais inovações temáticas deste último acabaram, muitas vezes, sendo incorporadas tal como sucedeu na matéria "mulher e música" e no tema sexo/sexualidade, por exemplo. Quando o Brasil-Mulher esteve mais subordinado à linha política de duas tendências semi-organizadas da esquerda brasileira quase que perdeu sua identidade feminina, aproximando-se dos padrões da imprensa "nanica" convencional, como o Movimento e o Em Tempo. Este foi, principalmente, o período seguinte à saída de Joana Lopes do jornal que fundara, como já foi assinalado a partir do oitavo número, em agosto de 1977.

Se a maior ou menor adesão ao feminismo constitui a principal diferença existente entre os dois jornais, as afinidades mais evidentes concernem à mesma adesão a uma tomada de posição anti-capitalista e anti-ditadura. São que a afirmação da necessidade do fim do capitalismo para a libertação da mulher assume características diversas para os dois grupos, quando se trata de explicar o caráter das transformações que deverão propiciar tal libertação. Ambos concentram-se na denúncia da miserável condição de vida do povo brasileiro, e, ainda mais sofrida pelas mulheres, vale dizer, entendem que a mulher é vítima especial da "exploração do sistema". Mas, o NM também foi capaz de denunciar a opressão que o homem/igual (ou seja, das classes trabalhadoras) exerce sobre sua companheira tratando de colocar, ainda que muito timidamente, a discussão sobre o mais especificamente feminino, além das adversas condições de vida e de trabalho sofridas pelo conjunto das classes dominadas. Neste sentido, criou um espaço de denúncia e reflexão sobre a questão feminina.

Mais importante do que isto, o NM conseguiu desenvolver um estilo original de pensamento feminista, respondendo de maneira dialética às permanentes acusações que os setores conservadores da esquerda faziam ao movimento de mulheres: "o feminismo vai dividir a luta dos trabalhadores". "só a burguesia tem interesse na luta da mulher"; "como é que a mulher vai se libertar se é o capitalismo que oprime"? e, mais frequentemente: "agora temos de lutar pelas liberdades democráticas; depois lutaremos pelos direitos da mulher"(..) (SIC). Pensando no feminismo como movimento radical, entenderam que ele era a perspectiva através da qual as mulheres defendiam e lutavam pela democracia.

Por isto, o editorial nº 6 de agosto de 1977, continua sendo o melhor exemplo de como as mulheres começaram a pensar na política a partir de sua condição de sexo oprimido, entendendo e enriquecendo o conteúdo manifesto da luta pela democracia:

"É comum ouvirmos hoje em dia, das mais variadas pessoas e inclusive de mulheres verdadeiramente democratas, as seguintes frases: 'O feminismo não é uma luta para países subdesenvolvidos como o nosso' ou 'A luta pela emancipação feminina é importante, mas a luta pela emancipação dos trabalhadores é muito mais importante'".

"A tendência de todas nós, mulheres feministas, é a de responder a esta pergunta de uma maneira defensiva: 'Nós não separamos a luta pela emancipação feminina da luta mais ampla pela emancipação do ser humano em geral'. Defensiva porque, ao dizermos isto, apenas estamos querendo mostrar que não somos contra os homens, que não somos contra isto e aquilo. Ou seja, dizemos o que não somos e o que não pensamos, mas não definimos claramente o que entendemos por emancipação feminina, por emancipação do ser humano e a ligação que existe entre essas duas coisas.

A grande aspiração da maioria do povo brasileiro, hoje em dia, é viver numa sociedade em que todos tenham suas necessidades básicas atendidas. Ou seja onde todos tenham o que comer, onde dormir, o que vestir, possam estudar, trabalhar, cuidar da sua saúde, se divertir, pensar, falar, agir, e se organizar livremente. Essa aspiração, nada mais é do que a vontade de viver numa sociedade democrática e onde haja uma justa distribuição da renda. É lógico que essa maravilha não vai cair do céu e que vai precisar de muita luta para que essa sociedade seja conquistada".

"Assim, lutar para que a mulher contribua ativamente, junto com o homem, para as transformações da sociedade é também lutar pela emancipação feminina. A luta pela emancipação feminina é, portanto, parte integrante da luta por uma sociedade mais justa e democrática".

"O fato é que a luta feminista não é só isso, ela vai além disso. A mulher sofre também uma opressão específica pelo simples fato de ser mulher. Ela tem mais dificuldade de arrumar emprego, principalmente se for casada e ter filhos, ela é despedida do emprego se casar ou ficar grávida, ela ganha menos que o homem pelo mesmo trabalho, ela cumpre, quando trabalha fora, uma dupla jornada de trabalho, ela se responsabiliza sozinha pelo trabalho doméstico e pela educação dos filhos (tarefa que deveria ser em muitos aspectos assumida pelo Estado, e, em outros, assumida pelo casal), ela

sofre constantes ataques sexuais, seja em casa, na rua ou no trabalho. Enfim, a mulher não é tratada como um ser que tem os mesmos direitos e os mesmos deveres que o homem. São muitos os homens que acham que a mulher é e deve ser tratada como um ser igual ao homem. Mas são somente as mulheres, porque isto as toca diretamente, organizadas e lutando por suas reivindicações específicas, que terão a força necessária para mudar essa situação. Mas, nos dizem 'será que todos esses problemas específicos da mulher não serão resolvidos numa sociedade em que haja uma melhor distribuição de renda e uma maior participação política?'

Sabemos que é somente numa sociedade que garanta a toda a população boas condições de existência, de trabalho, de estudo e liberdade e independência para se organizar política e sindicalmente, que estarão dadas as condições para se alcançar a emancipação feminina. Nesse sentido, pode-se dizer também que a luta por esse tipo de sociedade é parte integrante da luta pela emancipação feminina. Ou seja, a democracia brasileira, entendida dessa forma, precisa da mulher assim como a mulher precisa da democracia. Mas se esse tipo de sociedade é uma condição necessária para a emancipação feminina, essa condição não é suficiente. A história mostra que mesmo nas sociedades que já conseguiram alcançar um maior grau da igualdade e democracia, a mulher continuou a sofrer uma opressão específica. Enquanto a mulher não atingir a plena igualdade de direito e deveres é necessário, portanto, que exista uma luta organizada e independente de mulheres.

O feminismo, entendido dessa forma, serve não somente aos países subdesenvolvidos, mas a qualquer país onde ainda existam homens e mulheres oprimidos".

2 - A Leitora Típica

O Brasil Mulher situa-se entre os que assumem a posição atualmente incômoda de discutir, informar, debater idéias e tenta em seu número 1 e última desta Ano Internacional da Mulher, apesar da modesta tiragem de 5.000 exemplares - contribuir para elevar o nível cultural e de informação das mulheres que nos lêem.

Nem sempre teremos, como já nos indicou o número 0, a felicidade de atingir com nosso material editorial, a todas as classes sociais despertando o interesse indiscriminadamente. A tradição da informação dirigida às mulheres é articulada por homens e mulheres para a coisificação feminina como sujeito e como objetivo e a esse condicionamento a maioria das leitoras de revistas femininas já se habituou.

A mulher é discriminada; ocupa os postos mais baixos nas empresas ligadas à produção de mercadorias e serviços; sindicaliza-se menos do que os homens; participa menos da vida política organizada: eis as evidências que fundamentam o discurso das mulheres buscando legitimação e compreensão para a sua problemática. Lendo as coleções completas do BM e do NM percebe-se a dificuldade em romper com a subordinação; em chegar a formular corretamente a questão da opressão da mulher; em tomar consciência desta opressão, reconhecendo-se com sujeito da luta pela emancipação. Assim, o diálogo com a leitora é revelador das dificuldades do corpo editorial em expor abertamente as próprias dúvidas e o comprometimento pessoal com a luta das mulheres. Fala-se em "elevar o nível cultural da mulher" a idéia é a transformar a mulher segundo o modelo masculino pois os parâmetros aceitos são exatamente aqueles que deveriam ser postos em questão. Em outras palavras, não se trata simplesmente de propor que as mulheres "avancem", igualando-se aos homens nos espaços econômicos e políticos em que eles predominam, mas de entender as causas das diferenças. Não é o padrão que deve ser tomado como exemplo pelo operário: o fato de alguns poucos operários se transformarem em patrões não implica que todos pudessem fazê-lo. As mulheres bem sucedidas, neste sentido, são exceções que confirmam a regra da opressão. Pois para que as mulheres se igualem aos homens, em termos de participação econômica e política, é necessário que alguém ocupe os lugares e papéis que as mulheres hoje ocupam no espaço do "privado".

A dificuldade em equacionar corretamente a questão feminina - entender as múltiplas determinações sintetizadas no "ser mulher" - constitui a principal dificuldade para as mulheres preocupadas em defender seus interesses de sexo oprimido sem perder de vista a contradição de classe. Enfim, feminismo e socialismo: como uni-los? Já vimos a resposta do NM e pela timidez do BM podemos imaginar o isolamento relativo dos pronunciamentos do grupo NM, no citado editorial nº 6. Enquanto a unidade editorial do NM tinha muito a haver com o fato de que o grupo era fiel ao seu próprio desenvolvimento, não recebendo diretrizes prontas de tendências políticas não-nomeadas, o BM vivia um processo oposto. Inicialmente, ligado ao Movimento Feminino pela Anistia e, do ponto de vista das informações políticas, mais próximo à linha ortodoxa do Partido Comunista Brasileiro, apesar da independência de suas editoras. Posteriormente, com a tomada de assalto por militantes afiliadas político-ideologicamente,

tanto ao então pró-chinês Partido Comunista Brasil (a preocupação com a questão da terra é sempre significativa a respeito) quanto a seus oponentes políticos (no interior da esquerda), remanescentes dos extintos grupos da nova-esquerda (pós 1968 e responsável pela luta armada) que, em meados dos anos 70 organizavam-se no movimento estudantil sob o nome de "Refazendo". Em reuniões que não congregavam mais de uma vintena de mulheres, tínhamos representadas várias tendências semi-organizadas do país, quase todas bastante desinformadas em relação ao feminismo.

Esta problemática, como não poderia deixar de suceder, atingia de maneira especial a definição da leitora típica. Por um lado, porque a dificuldade em equacionar a questão feminina - e frente a desconfiança dos aliados da esquerda - fazia com que a melhor maneira de legitimar a militância feminista fosse através da defesa exclusiva da mulher operária e das mulheres das classes dominadas. Também o Nós Mulheres apontava a mulher operária - a da dupla-jornada - como símbolo de luta, por entendê-la como a mais oprimida entre os explorados (atualmente, a mulher símbolo seria, ademais de operária, negra e lésbica - eis uma diferença marcante do feminismo 75/80 para o feminismo de 80, do Encontro de Valinhos). Mas enquanto definíamos a leitora "privilegiada" (jargão de imprensa alternativa para designar aquele leitor cujos interesses de classe seriam defendidos prioritariamente do ponto-de-vista editorial) como sendo a mulher das classes trabalhadoras, o que praticamente se deixava de lado as donas-de-casas das classes dominante, o BM tratava de restringir ao máximo o leque de mulheres cujos interesses defenderia. Por trás desta questão encontra-se, portanto, o próprio programa político para o país que as feministas, enquanto militantes de esquerda, defendiam. Assim, se para o PC do Brasil a revolução resultaria do cerco das cidades pelo campo (daí a importância estratégica do bloco operário-camponês, etc.) a figura da camponesa seria endeusada, mesmo que toda a redação do jornal nunca tivesse visto uma camponesa na vida. As operárias, como é evidente, constituíam figuras aplaudidas por todos. E o interesse é que quanto mais doutrinário fosse o agrupamento político - e mais distante estivesse da prática social concreta - mais esquerdistas eram suas feministas e mais abstratas suas "operárias"; "dona-de-casa da periferia", etc. Neste sentido, a segunda fase do BM, dominado por mulheres com certezas políticas, que dispensavam maiores comprovações para falarem sobre e pela mulher operária,

é a mais doutrinária e paternalista: substituindo as reportagens com pessoas e fatos por certezas tiradas de programas políticos, acadêmicos na linguagem e vazios de conteúdo o suficiente para não passarem de uma soma de generalidade de inspiração marxista.

As feministas portanto, usaram as operárias como símbolo, legitimando-se com a bandeira de sua defesa. Ao mesmo tempo, usaram o símbolo como alibi, escondendo-se atrás dele (não estou incorrendo em subjetivismo e falando de mim; estou sendo científica e falando de la, a operária...). As mais doutrinárias, evidentemente, eram as que mais temiam receber a pecha de "pequeno-burguesas" e epítetos similares, de intenções insultuosas. Assim, terminaram por reduzir a questão feminina quase que exclusivamente à operária: as outras mulheres não tinham qualificação suficiente para serem oprimidas. Além disso — e o que é mais grave — reduziram a operária a um conceito, empobrecendo a dimensão de sua luta, por melhores condições de luta e de trabalho. Finalmente, enquanto Joana Lopes, no acima citado editorial nº 1 do BM abordou de maneira honesta o problema do público leitor, concluindo que dificilmente o jornal seria tão universal quando o desejado, as responsáveis pela segunda fase do BM partiam da premissa de que leitora símbolo e público leitor eram exatamente idênticos, escamotenado o fato de que jovens universitárias e de classe média — de condição similar à das editoras do BM e do NM — constituíam o público mais receptivo do jornal, não obstante o fato dele ter sido bastante distribuído entre os clubes de mães com as quais feministas mantinham contato. Assim, em maio de 1978, as feministas do BM ainda produziam editoriais em que esclareciam seu compromisso "*com a luta pela libertação da mulher, especialmente a trabalhadora, a operária, a empregada doméstica e mesmo a dona-de-casa da periferia, que faz o impossível com o salário do marido*" (editorial do nº 12).

Desta maneira, a leitora típica tornou-se uma fantasia que não deixava de ser, ao mesmo tempo "projeção", no sentido psicanalítico do termo. Imagem construída pelas próprias redatoras, a leitora se definia primeiramente, como vimos, por sua classe social. Assim, se achamos importante dialogar (monologar seria mais preciso) com as operárias, imediatamente imaginamos/fantasiemos "a operária". Pobre, com problemas de dupla jornada, cansada ao final do dia. Enfim, somos capazes de enumerar todas suas desgraças cotidianas, mas, excluindo o fundamental — a operária vive, ama, sofre, ri, chora e

é de carne-e-osso - e falamos então com uma abstração. Com nossa fantasia de operária; perfeitamente caracterizada do ponto de vista da inserção na esfera produtiva mas dessexualizada enquanto pessoa. Nossa operária não tem sexo: é só uma máquina de trabalhar em casa e na fábrica. Concedemos que tenha consciência de classe mas lhe negamos o direito às emoções. Projetamos nela todos nossos medos, inseguranças e falta de perspectiva. É porque "ela" poderia não entender direito é que não falávamos dos abortos, do prazer, do amor, do ressentimento, da identidade feminina. Dizíamos que "ela" deveria estar muito preocupada com o problema do custo de vida para poder pensar no resto. Com isto, fugíamos de nossos próprios temores; da dificuldade em falar da nossa opressão, quando alguma de nós eram esposas convencionais que viviam com homens que lhe causavam repulsa física.

É evidente que os métodos de trabalho das feministas terminaram por influir neste conceito de leitora típica. O NM que indiscutivelmente defendia uma concepção mais ampla de feminino, considerando importante prestigiar literatas, como Lygia Fagundes Telles e Carolina de Jesus (que unia esta condição à de ex-favelada); atrizes / cantoras como Norma Bengell; teatróloga como Leila Assumpção, contava também com maior número de jornalistas profissionais. Estes dois fatos conjugados explicam a maior preocupação deste jornal com reportagens, depoimentos, material colhido do cotidiano da cidade. Como íamos conversar com espírito menos pré-concebido (sem termos a operária revolucionária como meta e "ganhá-la" ou "ampliá-la" para a Causa, como objetivo) ouvíamos mais, isto é, aprendíamos mais. É por isto que falamos e ouvimos operárias, donas-de-casa, faveladas, empregadas domésticas, como o Brasil Mulher. Mas, também, de ascensoristas, margaridas, mulheres negras, torcedoras do Corinthians, prostitutas, mulheres intelectuais de classe média, etc. Ao mesmo tempo, existia uma maior preocupação em ser fiel aos depoimentos: a matéria realizada com operárias da fábrica Arno, por exemplo, não tinha outro objetivo do que dar espaço para que as mulheres que fabricam eletrodomésticos, quando questionadas sobre sua reação, frente ao acúmulo de queixas que tinham realizado a respeito das condições de trabalho e do desrespeito masculino na fábrica, a resposta dada foi publicada na íntegra, não obstante o certo desalento que ela trazia: "Não se faz nada. Ficamos comentando uma com a outra. Só reparando..." (NM nº 6).

Ademais, na medida em que o trabalho de distribuição do jornal era também um momento de discussão e conscientização dos grupos de mulheres com as quais tínhamos contatos, o resultado é que, pouco a pouco, fomos comprovando na prática a universalidade de certas sensações; o mal-estar do "ser mulher"; o sentimento de sofrer uma injustiça sem conhecer exatamente suas proporções. Jung, em Resposta a Jô (1979, p. 59) fala do "processo de libertação de um estado de inconsciência suda e impotente". Muitas vezes, os encontros entre feministas e mulheres moradoras da periferia, participantes de clubes de mães, provocou efeito semelhante, como se a reflexão da outra sobre sua condição impulsionasse a auto-reflexão e a libertação de emoções e percepções reprimidas. Quanto mais entendíamos a condição da mulher maior a concretidade dos personagens que passaram a povoar as páginas dos jornais, e maior segurança na exposição de temas até então considerados "delicados". Passamos a distinguir o discurso sobre os clubes de mães, dos responsáveis ligados à hierarquia católica, que também falavam de mulheres-modelos e não das necessidades e anseios daquelas que tinham todas as quintas-feiras às reuniões dos clubes de mães. De fato, eram as freiras, e não as mulheres que se reuniam sob sua supervisão, que reduziam a questão sexual à esfera da procriação e entravavam discussões sobre aborto e divórcio. Em outras palavras, testemunhamos, como repórteres do Nós Mulheres, a limitação dos espaços concedidos pela Igreja à organização das mulheres: limitação perfeitamente coerente, diga-se de passagem, com os cânones e valores da religião católica. O que implica, por outro lado, que esta forma de organização só leva em conta a mulher enquanto membro de uma comunidade pobre, logo, sofrendo problemas ligados à ausência de equipamentos básicos (água/ esgoto/energia elétrica/transporte) e coisas no estilo: mulheres que deveriam ser organizadas por sua condição sócio-econômica e nunca a partir de seus problemas como sexo oprimido.

10.3. Mulher Fragmentada

Unir os pedaços em que a mulher está dividida, proposta do 29 Congresso da Mulher paulista, é exatamente tocar o dedo no ponto sensível; equacionar de maneira correta a questão da opressão feminina. Pois a descoberta da identidade — do sentido e dos limites do "ser mulher" — passa pela compreensão da dinâmica que integra e dá coerência aos pedaços "mãe"; "esposa"; "dona-de-casa"; "operária", etc. Em outras palavras, o que distingue a operária do operário não é a capacidade de trabalho, inteligência, produtividade ou características do gênero; tampouco se reduz à maior exploração de que a mulher é vítima no processo de produção, ao receber menor salário por trabalho igual, ter dificuldades de acesso a cargos mais altos, etc. A distinção fundamental é que o homem, quando trabalha, cumpre aquilo que a sociedade espera dele; está quites com seu "dever", enquanto que a mulher não pode de se desligar do trabalho doméstico — tanto no sentido material (desgaste de energias físicas para cozinhar, lavar, passar roupa, etc) quanto no espiritual (desgaste psíquico, pois está permanentemente preocupada com a gestão dos filhos — buscar e trazer da creche; preocupa-se quando estão doentes, etc). Esta diferença fundamental existe, e se reproduz, graças à assimétrica e desigual atribuição de papéis (e do trabalho) no interior da família.

A fragmentação imposta pela vida social entre trabalho e lazer (a própria oposição entre trabalho e prazer), cronometrando e delimitando o tempo a ser passado invariavelmente nas fábricas (e outras unidades relacionadas ao processo de produção e circulação de mercadorias); o tempo gasto em transportes e o pequeno tempo para o "privado", já é uma maneira de despedaçar os indivíduos. A ela se soma a fragmentação — e rigidez — do "ser homem" e "ser mulher" e suas múltiplas decorrências: ser pai/mãe; ser marido/ser mulher... Os filhos enxergam a mulher como mãe; esta mesma que o marido vê como esposa dócil e boa dona-de-casa; o patrão esperando o sorriso sempre servil e eficiente; e os homens em geral, sentem-se à vontade para fazer

gracejos — mais ou menos pesados — quando as encontram sãs e sempre vulneráveis. Eis algumas dimensões universais do difícil aprendizado de tornar-se mulher numa sociedade capitalista e patriarcal.

A própria organização das mulheres na última década e meia é bastante sugestiva das dimensões da fragmentação: unidas em torno de sua condição de mães (os clubes de mães), de dona-de-casa (associações de donas-de-casa) e, via de regra, atuando nos exatos limites destes papéis familiares, na medida em que o objetivo subjacente a tais espaços de atuação reside mais em fazer a mulher participar de experiências coletivas/comunitárias a partir de sua condição familiar do que propriamente fazer a crítica desta condição. E o fato de que as primeiras interlocutoras das feministas fossem exatamente estas mulheres — organizadas como mães e donas-de-casa — pesou significativamente na linguagem e conteúdo de nossos jornais.

Quando conhecemos nossas leitoras de carne-osso — pois nos deslocamos até seu bairro de residência, levamos os jornais para a discussão, escutamos sua maneira de entender o que foi escrito e as matérias que mais lhe agradaram — estamos também nos comprometendo com seus problemas. E como as mulheres — nos primeiros contatos e diante da presença de estranhos — falam principalmente dos problemas comunitários (pois foi exatamente um deles — a água; o posto de saúde; etc — que propiciou as primeiras tentativas de trabalho organizado) a maior solicitação que recebíamos era a de denunciar tais problemas, colaborando no sentido de pressionar as autoridades competentes. Nesta medida, as matérias sobre condições de vida na periferia constituem uma presença marcante em ambos jornais feministas. Mas, por outro lado, reduzimos a problemática destas mulheres às suas condições materiais de existência, limitando-os a retratar o mais visível. Muitas vezes, naquelas reuniões em que quinze ou vinte mulheres, com a presença de alguém da hierarquia católica (padre ou freira) expunham seus problemas, tínhamos a sensação de assistir uma peça de papéis bem definidos, onde cada um já conhecia de antemão o que diria o outro. Com o tempo, aprendemos que falar com mulheres através de um coletivo de trabalho é ouvir os objetivos deste último e nunca a mulher concreta. O que dona Maria dizia na reunião do clube de mães era bem diferente do que ela viesse posteriormente dizer em um grupo de discussão não hierárquico, tal como se observou no 1º Congresso da Mulher Paulista.

Parque das Américas /Parque do Lixo

- um bairro que não tem pior, nem muito melhor que os outros.

Por isso, talvez seja um bom retrato da maioria dos nossos bairros da periferia.

Mas seriam essas condições de vida adequadas e satisfatórias para a população?"

(Título e "chamada" de matéria de página inteira no Nós Mulheres nº 2 setembro/outubro de 1976).

"O LESTE DE SÃO PAULO"

A região Leste situa-se na periferia de São Paulo e compreende vários bairros: São Francisco (...). Essa região tem uma população de mais ou menos 50 mil habitantes. Os homens são em sua maioria operários e as mulheres, empregadas domésticas.

Como diz uma de suas moradoras: "Como todo bairro da periferia de São Paulo, é um bairro muito pobre. Aqui, o salário mais alto de uma pessoa que tem cinco pessoas para sustentar, é de Cr\$1.800,00.

A Zona Leste 2, como toda a periferia de São Paulo, não possui as condições mínimas para que sua população leve uma vida ao menos sadia.

(Título e "chamada" e primeiro parágrafo de matéria de página inteira publicada no Nós Mulheres nº 3, novembro/dezembro de 1976).

As matérias sobre condições de vida em bairros de periferia — que não se afastavam do modelo acima, ou seja, uma radiografia da pobreza em que o exemplo era menos importante do que a acusação implícita aos responsáveis pela manutenção do status quo — foram, pouco a pouco, sendo substituídas por ampla cobertura ao Movimento pelo Custo de Vida e reportagens com a Associação das Donas de Casa e Associação das Empregadas Domésticas. O Brasil Mulher, na verdade, especializou-se primeiramente no tema "custo de vida" e, a partir de 1978 principalmente, concentrou-se na questão da participação sindical feminina: estes dois, assim como a importância dada à luta pela anistia, são marcantes em termos de presença editorial. Também no Nós Mulheres estes temas aparecem mas existe uma maior presença de matérias sobre figuras de mulher (desde o primeiro histórico sobre o feminismo brasileiro aos depoimento de escritoras, cantoras, prostitutas, etc) e reivindicações por creches.

Anistia não é perdão: é um direito.

"Tiradentes condenado e executado por ter lutado pela liberdade de sua pátria é hoje um herói do Brasil".

(Título e "chamada" de matéria de página inteira, BM nº 2/1976).

CUSTO DE VIDA o mutirão chega à Praça da Sé.

As mulheres vão se juntando na escadaria da Catedral da Sé. No começo são poucas, mas depois de algum tempo já são bem mais de 100. Populares começam a ficar curiosos para ler os cartazes carregados por elas: "Somos contra a carestia", "o preço do custo de vida sobe de elevador enquanto nosso salário sobe pela escada", "Como pode um povo viver nessa carestia".

Essas mulheres estão vindo de bairros bem distantes do centro. Demoraram mais de uma hora para chegar na Praça da Sé. São na grande maioria donas-de-casa, moradoras na periferia. Foram elas que organizaram o mutirão de coleta de assinaturas para o abaixo-assinado que o Movimento do Custo de Vida lançou três meses atrás. Esses mutirões já vêm sendo realizados nos bairros: grupos de pessoas interessadas nessas lutas, vão de casa em casa colher assinaturas e mostrar a necessidade de participação nesse movimento, muitos moradores dos bairros, a partir desse tipo de encontro, passam a aderir ao movimento".

(Título e "chamada" e dois primeiros parágrafos de matéria página inteira publicada no BM, nº 13/junho de 1978).

MULHER NA CHAPA DA OPOSIÇÃO

A mulher precisa tomar seu lugar como participante consciente, não como espectadora. Para tanto, é necessário que participe politicamente das entidades de classe.

A luta que norteia as divisas da Chapa 2 dos metalúrgicos do Rio de Janeiro, é a luta de todos nós, "por salários compatíveis com o real aumento do custo de vida, pelo cumprimento dos direitos conquistados pelos trabalhadores, por salários iguais para todo trabalho igual, pelo adicional de insalubridade, contra a exploração de mão-de-obra feminina, pelo incentivo à mulher na participação da vida sindical, pela garantia de emprego da mulher durante a gestação, pela criação de berçários nas empresas, por liberdades sindicais", pelo direito de viver".

(Título e dois primeiros parágrafos de matéria de página inteira. BM nº 11, março de 1978).

Este era o estilo: autoritário: impositivo — "A mulher precisa tomar seu lugar como participante consciente" — e simplista — "para tanto é necessário que participe politicamente das entidades de classe". Deslindar a complexidade do "porquê a mulher não participa" supõe, como já falamos anteriormente, entender os papéis femininos e masculinos no interior da família, a dupla moral sexual, enfim, o patriarcalismo dominante. Senão, estamos chamando as mulheres de comodistas pois tudo se resume a "participar", como se elas não participassem de inúmeras outras atividades; como se elas não fossem, muitas vezes, impedidas pelo machismo do marido/pai/homem-da-casa de frequentar o sindicato ("Mulher direita fica em casa sô saí para ir na Igreja"), como se não existisse o problema de não ter com quem deixar os filhos, enfim, como se sua decisão de participar do sindicato dependesse apenas de boa vontade. Mas se as matérias "didáticas" — através das quais as editoras passavam seus recados políticos eram, em geral, tão doutrinárias e superficiais o mesmo não acontecia quando as operárias eram entrevistadas. No mesmo número do BM, por exemplo, em matéria de três páginas são publicados os resultados de pesquisa com operárias participantes do 1º Congresso da Mulher Metalúrgica. Algumas frases das entrevistadas:

"Fazemos o mesmo trabalho mas não ganhamos igual: os homens são registrados como prensistas e as mulheres como práticas de injetora. Isso não tá certo. Pelo menos serviço tem que ganhar a mesma coisa. a não ser que o homem faça um serviço que a mulher não tem condição de fazer".

"Os homens são mais unidos, se reúnem, eles ameaçam a mulher ela se conforma mais".

"Não há união entre as mulheres. Os homens têm mais força, por isso as mulheres ficam por baixo".

"Eles são todos homens e se protegem. O dono da fábrica é homem e acha que o homem trabalha mais".

"Acho que a virgindade deve ser conservada porque os homens dão importância a isso e se a mulher não é mais virgem eles não confiam".

"Virgindade é problema que não vale mais! Hoje em dia é até errado casar cedo demais".

"Aborto é errado! Deve ter a criança. O que é feito, é feito".

"Sim, deve fazer o aborto. Sei que fazer é errado, a gente deve evitar ficar grávida, mas deve-se também evitar que venha al-

guem no mundo pra sofrer",

"Cabe ao homem sustentar a casa e a mulher cuidar dos filhos".

"Ter um lar é bom porque arruma a vida da gente; se o marido trabalha, a gente não precisa trabalhar".

"Quero abandonar o trabalho já estou cheia".

"A mulher trabalha em casa e na fábrica, se desgasta mais, envelhesce e o homem fica todo boneco".

"O homem só faz o trabalho de casa quanto não tem nenhuma mulher que faça por ele".

"Ser casada e ter filhos é uma responsabilidade muito grande. Sem saber como estão os filhos, não se trabalha direito".

"Acho que devia dividir o serviço de casa com o marido, caso a mulher trabalhe fora".

"Não concordo com hora extra pra mulher, que tem que cuidar da casa. Homem pode porque não tem o que fazer em casa, fica a toa.

"Se os homens acham que são melhores do que as mulheres então trabalhem à noite. Mas tem que ter tempo também pra namorar".

(BM, nº 11, março 1978)

Entre o discurso das feministas sobre as operárias e discurso das operárias sobre si mesmas, existia, nestes primeiros anos de contato, um visível abismo. Paulatinamente, como já acentuamos, as mulheres falando de sua situação concreta enriqueceram as matérias comprovando, apesar das feministas não tirarem, naquele então, as consequências políticas, a importância do trabalho comunitário quando acompanhado da prática de reflexão em grupos. Uma reportagem exemplar, neste sentido, foi realizada pelo Brasil Mulher (nº 12 maio de 1978) junto à Associação das Donas de Casa:

"Burgo Paulista é um bairro da periferia de São Paulo. Fica a mais de uma hora de distância do centro da Penha, por ruas estreitas e mal asfaltadas, estragadas por um trânsito intenso. Lá não tem água encanada, esgoto ou telefone. E o centro do bairro é uma capelinha, 'a igreja do padre Xavier'".

"A Associação das Donas de Casa do Burgo Paulista é parte de uma associação maior, que reúne mulheres de todos os bairros da Zona Leste de São Paulo. Essa associação existe desde 1963 e foi formada, inicialmente, por mulheres que trabalhavam na Ação Católica Operária (ACO). Com os homens, elas discutiam problemas relacionados à produção, às condições de trabalho e aos sa

lários. Mas começaram a sentir necessidade de se reunirem separadamente — são as mulheres — para discutir os problemas delas".

"Sabe? Alguns problemas interessam mais às mulheres, são problemas que elas têm que enfrentar mais de perto do que o homem, que fica o dia inteiro fora de casa, trabalhando". Hoje, a associação já tem núcleos funcionando em vários bairros e tem um lema: "Amizade, Formação, Ação".

A ação inclui as lutas por melhorias no bairro, pesquisas, e também trabalhos como que elas fizeram para participar das comemorações do 8 de março, e que ficou conhecido como "Jogral da Zona Leste". E tem mais coisas que o grupo faz junto. Discute, como disse a Cida, a educação das crianças: se deve ser a chamada "educação libertadora", se as mães devem ou não usar a repressão. Outro problema que debatem muito nos grupos é o relacionamento com o marido. "No começo foi difícil, o pessoal tinha vergonha de falar", explicaram. Conversando, elas descobriram que a maioria das mulheres não sente prazer em nenhuma relação sexual. Descobriram, também, que a falta do prazer é decorrência da "educação de ser inferior ao homem"; "Porque casou, tem obrigação de dar", disse uma: E arrematou: "Mas não pode ser assim. Tem que ter prazer".

Todas elas sabem que a indiferença sexual pode ser razão para desquites e separações. "Tinha uma moça que estava nessa situação. E ela conversava com a gente e dizia: prá quê que eu quero esse homem? Sô prá me sustentar, né? Aí nós conversamos com ela, e ela conversou com o marido. Tem muita gente que melhora, sai da associação e discute com os maridos, em casa".

É o caso de Maria José, que antigamente chorava muito cada vez que o marido ameaçava de separação. "Eu achava que mulher sem marido não prestava. Hoje, eu cheguei à conclusão de que ou a gente presta ou a gente não presta. Pode bater porta, bater guarda-roupa, mas a minha opinião é essa. Acho que hoje eu teria coragem de viver sozinha. Ia ser difícil, mas agora eu vivo com meu marido porque quero, não porque ele traz dinheiro ou me dá nome".

E o que é que os maridos pensam? Uns acham que está certo elas se reunirem e discutirem os problemas do bairro. Eles dizem que não podem fazer nada, são operários e "são mais observados". Outros não ligam que a mulher participe, "mas não dão valor". E

tem alguns que acham que é coisa de quem não tem o que fazer: "O meu marido fala que é tudo putaria", reclama uma das associadas. E arremata: "Eles não gostam disso porque sentem que cada vez mais perdem as rédeas... Mulher participante quer ser dona de seu nariz, tem opinião e eles não estão acostumados com isso".

Mas o grande problema de fato era enfrentar a questão do opressor. Enquanto operária a mulher é explorada pelo patrão capitalista; enquanto assalariada em geral pelo empregador; assim abrir as baterias contra o patrão, o empregador, e os poderes constituídos representa tarefa política de amplo respaldo no interior da oposição. Mas quando o opressor se individualiza - não é mais o "regime" ou o "sistema" nem exclusivamente o "capital" - a questão passa para a esfera daquilo que, precisamente, é entendido como domínio privado: as relações afetivas e familiares entre homens e mulheres. Neste sentido, a sucessão de temas privilegiados esclarece bastante esta necessidade - inconsciente, é claro - de tratar do externo (o patrão, o governo, etc.) e não do privado (o marido, o amante, o pai, etc.). Assim, o mesmo processo que levava as feministas a fazerem dos problemas e da opressão da "outra" (a operária; a mulher pobre, etc.), fugindo dos seus próprios problemas e opressão, está na base da dificuldade em tratar da questão fundamental: o opressor direto.

Os marxistas estão cansados de saber que a destruição do capitalismo supõe o término da relação social que sustenta a re-alimentação; a reprodução do par proprietário dos meios de produção versus proprietário da força-de-trabalho. Esta diferenciação elementar não elimina, entretanto, as dificuldades de se atuar na prática, de definir os caminhos e as lutas que ponham fim ao par oprimido/opressor. De um lado, está o opressor pouco consciente ou pouco disposto a abrir mão de seus privilégios; do outro, o oprimido, tentando ter consciência temeroso, também, de fazer face a aquele que o oprime.

O face-a-face com o patrão - com quem temos pouco laços de amor - já é difícil: como enfrentar o opressor no cotidiano, quando ele é o pai, o irmão, o marido? Entende-se, então, porque a imprensa feminista, permanece sempre na opressão particularizado na figura dos inimigos comuns dos explorados.

E, neste sentido, a figura da operária era especialmente oportuna, por aliar as duas opressões e nos permitir, portanto, tratar principalmente daquela que se processa na fábrica. Em relação ao trabalho doméstico: jogar sua responsabilidade aos poderes públicos, reclamando creches, lavanderia coletiva, etc. Dividi-lo com os operários, os maridos? Nunca! Eles também chegam cansados, dizíamos nós... É por isto também que a única maneira de divulgar a existência das donas-de-casa (dos Clubes de Mães e Associações de Donas-de-Casa) enfim, das mulheres que exerciam em tempo integral a atividade doméstica, não tendo nenhum patrão em cima do qual pudessemos jogar a culpa de tudo, era falar de suas condições de vida e nunca delas mesmo. Elas personificavam a miséria do custo de vida, da falta de transportes, da inexistência de postos de saúde, etc. Por isto, enfim, a necessidade de fragmentação: algumas mulheres personificando a miséria das condições de vida no capitalismo; outras a superexploração da força-de-trabalho; outra a falta de direitos políticos. Cada uma contando a história de uma forma de opressão, ao mesmo tempo que denunciando os excessos da opressão sobre o sexo feminino. Mas nenhuma delas trazendo a questão integral, o realmente específico: a opressão masculina.

4 - Trabalho e Política: os eixos temáticos da imprensa feminista

A crescente participação feminina nas atividades remuneradas extra-lar, como bem registram os dados da Pesquisa Nacional por Amostra a Domicílio (PNAD), (apontando a porcentagem de 33% de mulheres no total da população economicamente ativa, em 1978) constitui uma das razões pelas quais o tema mulher/trabalho é largamente majoritário nas páginas da imprensa feminista. Mas, a predileção das feministas pelo tema trabalho está também relacionada à convicção de que a autonomia econômica da mulher é condição necessária para sua emancipação. Primeiramente, dado o fato de que existe uma diferença essencial entre depender ou não do marido como única fonte provedora de recursos monetários da família. Em outras palavras, mesmo que o trabalho doméstico executado fosse reconhecido em sua condição de trabalho, as mulheres que o exerce em gratuitamente continuariam dependendo do marido como provedor de recursos monetários.

A segunda ordem de razão do tema mulher/trabalho diz respeito à importância da prática de trabalho coletivo para a tomada de consciência do caráter do sistema capitalista. É vivendo que se aprende, diz o ditado, o quê, deduziam as feministas, implica na necessidade da experiência das fábricas e outras unidades de produção capitalista. Daí a importância - símbolo da mulher operária: aquela que vive a condição de classe operária tanto através da família (o pai, o marido) quanto através da sua subordinação direta à lógica do lucro. E como os jornais feministas eram também anticapitalistas a passagem da mulher à condição operária era vista como um avanço relativo. Hoje, outras possibilidades de conscientização são levantadas, assim como estão sendo criados novos espaços de atuação política. Mas, alguns anos atrás, quando a experiência da organização pela base ainda engatinhava - e estava bastante circunscrita a área de atuação da Igreja - a importância da luta operária era supervalorizada. Já vi-

mos a crítica realizada pelo BM à não participação da mulher nos sindicatos: crítica que, como já se tornara um hábito, incriminava a vítima. Em artigos como esse prevalecia a omissão de outro dado importante: se as mulheres participam pouco dos sindicatos (e conhecemos as razões de ordem familiar que concorrem grandemente para esta ausência), os homens também são pouco ativos. Em poucas palavras, a classe operária brasileira, em grande medida, ainda enxerga seu sindicato como uma espécie de instituição de prestação de serviços médicos, jurídicos, etc., participando pouco tanto da vida sindical quanto da luta operária propriamente dita. Inúmeras são as razões históricas que explicam tais fatos mas tem sido a prática - e o reinício de um autêntico sindicalismo a partir das bases, como se tornado visível nos últimos anos - que vem transformando a relação do operário com a luta pelos seus interesses de classe. Dados cedidos pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, conhecido exatamente por representar um dos setores operários mais combativos, informam a existência de cerca de 400 mil trabalhadores na categoria, dos quais apenas 65 mil são associados ao sindicato: isto é, apenas 13% de sindicalização em 1980.

O reanimar das lutas operárias, a partir de meados dos anos 70, demonstrou a presença marcante das mulheres, capazes não somente de prestar decisiva contribuição no período de greves como, também, de mostrar suficiente capacidade de mobilização para organizar os vários congressos de mulheres trabalhadoras, já citados anteriormente. O 1º Congresso das Metalúrgicas recebeu enorme ressonância nas páginas do BM e do NM; sua importância, neste sentido, foi mais acentuada que o próprio 1º Congresso de Mulheres em São Paulo.

O estilo das matérias com operárias não variava muito. As péssimas condições de trabalho eram acentuadas; falava-se da dupla jornada a que estão submetidas as mulheres por também realizarem o trabalho doméstico; a inexistência de creches apesar da legislação a respeito e, invariavelmente, apontava-se para a necessidade da sindicalização. Em relação a algumas propostas - como a liberalização do trabalho noturno - tiveram atuação marcante, denunciando suas consequências negativas que o ponto-de-vista oficial omitia.

"Trabalhando à noite a mulher faria todo o trabalho da casa, cuidaria dos filhos no momento em que estes dão mais trabalho e passaria ao marido apenas o cuidado com as crianças enquanto dormissem. Estaria assim caracterizada totalmente a tão falada e denunciada dupla jornada de trabalho em toda sua extensão. Dormir, mesmo, que é bom e necessário só quando as crianças dessem uma folguinha, fossem brincar ou para escola.

E esse não é o único problema. Todas as entrevistadas por Nós Mulheres falam em seu medo de serem assaltadas, violentadas, no caminho de ida e volta do trabalho. Esta é, aliás mais uma característica de uma sociedade machista que simplesmente não respeita a mulher que é vista à noite nas ruas.

O que fazer, então, diante de tal situação? Se a mulher trabalha de dia, deixa as crianças sozinhas — dada a falta de creches — que deveriam ser mantidas pelas empresas com mais de 30 funcionárias, como manda a lei — e quando chega em casa ainda tem que fazer todo o trabalho doméstico. Além disso, ganha menos. Se, por outro lado, trabalha à noite, enfrenta a situação já exposta. Que fazer?

Talvez lutar para que caia a proibição legal do trabalho noturno, dando forma de lei a uma realidade que já está aí faz tempo. Reivindicar então, que na nova legislação sejam previstas maneiras de proteção a esse trabalho. Que sejam dadas condições de segurança para que a mulher possa transitar sem os temores atuais. Talvez.

Sim, talvez. Porque se um dia a nossa sociedade puder assegurar tais direitos, é bem provável que não seja mais necessário, para ninguém, o trabalho na hora em que todos devem dormir.

O que não tem talvez, é a necessidade de sobreviver, de criar os filhos.

O que não tem talvez é a necessidade de adequar as leis à realidade, é a urgência de não permitir que leis como a que garante estabilidade da mulher grávida, por exemplo, encontrem em seu próprio texto 'feitinhos' para não serem cumpridas, pois se sabe que geralmente a mulher que engravida é demitida, mesmo que com seus direitos pagos.

Enfim, é uma situação tão delicada que chega quase a ser o drama de um condenado à morte, ao qual é dado o 'direito' de escolher entre morrer na forca ou por fuzilamento. Trabalhar de dia ou à noite?

'Acorda menina, que é hora de trabalhar, papai está trabalhando, mamãe também já vai!'

(Nós Mulheres nº 5, junho/julho de 1977)

Os depoimentos constituíam outra maneira de abordar a questão, proporcionando uma riqueza de detalhes e emoções que uma matéria não alcançaria:

"Pagamento. Pagamento é a última coisa que os patrões pensam em pagar pra gente. Eles pensam em tudo, em passar a mão nas empregadas, cantar as empregadas, há até aquelas que se vendem por um lurgazinho mais alto que as outras, mas o fator moeda, aí é mais difícil. Inclusive na última firma que eu trabalhei tinha um mestre que não era de cantar, não. Ele era muito bonito. Quer dizer... em terra de cego, quem tem um olho é rei. Mas ele era o único que tinha um olho. Ele tinha um sorriso tão bonito que por causa disso todo mundo ficava quieto e topava qualquer coisa só pra ver o homem sorrindo era pra ele não ficar danado. Quando eu entrei na firma, elas ficaram tudo na marcação, achando que era mais uma para entrar no rol. Mas eu não, eu sempre entrei na firma pra ganhar dinheiro. Então quando o aumento não apareceu eu perguntei pras moças: 'vocês foram falar?', porque elas eram mais velhas de firma, tinham mais amizade como o homem. 'Vocês perguntaram pro chefe aí quando é que vai sair o aumento?' 'Ah, eu fui falar com ele, mas o seu José disse que vai sair no mês que vem' é não sei mais o que. Aí eu disse: 'O homem sorriu e vocês calaram todas'. Todo mundo desconversou e eu disse: 'É isso mesmo. O dia que o vendeiro aceitar o meu sorriso como pagamento da mercadoria que eu levo pra casa, eu aceito mas quando ele não aceitar, eu também não aceito'. O homem ficou na marcação comigo, ficou de mal, até eu ter que apelar pra ser mandada embora. Eu tinha um patrão que já chegava e vinha pondo as mãos nos ombros de todo mundo. Aí, um dia eu perguntei pra ele meio na brincadeira, porque é que ele fazia isso. Ele disse: 'é porque eu gosto de por as mãos nas bonitas e como eu não posso fazer isso só com as bonitas, eu tenho que por as mãos em todas, senão fica mal'.

Geralmente os patrões são aceitam homens como chefe. Mulher quando é chefe, fica de chefe de sala de pano, onde você compra roupa, uma chefinha assim de terceira categoria, porque chefe mesmo é homem, todos eles. Mulher tem capacidade, mas eles não põem mulher como chefe. Em todos os lugares em que trabalhei, era tudo homem: o gerente, o mestre, o contramestre, era tudo homem. Desde o ajudante. Agora, tem vigia mulher. Em todas as fábricas, desde as menores até as maiores, existem as espãs. Isto é o maior problema das tecelagens. Eu acho que quando a gente desco^{br}risse um devia linchar, ele ou ela, no caso. Porque eu não ad-

mito isso. Na *textil Mococa* tinha as vigias que ficavam marcando no relógio quantos minutos você ficava no banheiro. Eu acho que isso é uma escravidão desgraçada, porque se a pessoa está desarranjada, está frita, porque tem que marcar hora pra entrar e pra sair".

"TODOS OS CHEFES SÃO HOMENS"

"É o banheiro em geral é fora. Não sei se você conhece uma tecelagem: a gente tem que passar o fio numa malhinha muito pequenininha e depois o pente é mais ou menos como o buraquinho de uma agulha e você tem que enfiar os fios um por vez. E os pentes são muitos fininhos, muito mais fino que pente fino, e você tem que ter uma lâmpada perto e uma vista muito boa. As luzes geralmente ficam muito embaixo pra você enxergar e nesse caso ela esquenta. A temperatura lá dentro não é brincadeira, é sempre quente. Agora você sai de lá fora em baixo de chuva, é fogo. Tanto que eu fiquei com quatro bicos de papagaio, é uma calcificação na espinha, de friagem de ir ao banheiro na chuva. E a luz prejudica os olhos, a maioria do pessoal usa óculos, eu também uso. As condições de trabalho em geral são uma tristeza. Geralmente não se tem bebedouro, a pessoa tem que levar uma moringuinha de água e por embaixo dos teares. Agora, não, ultimamente parece que estão dando em cima e estão havendo um pouco de limpeza. Mas no tempo que eu estava trabalhando era uma porcaria. Não tinha lugar pra comer, não tinha lugar pra sentar. Às vezes você comia mesmo no meio dos teares, sentava num banquinho ou caixão, na caixa das espulas, e comia aí mesmo, amontoada como qualquer coisa, uma coisa triste.

Mas quem é que vai andar atrás da lei? Quem olha a lei? Os fiscais entram aí, entram no dinheiro e pronto. Não verificam e se verificam fazem olho cego".

(Nões Mulheres, nº 1 junho de 1976).

Enquanto as matérias com entrevistas ou os depoimentos publicados na *Íntegra* proporcionavam informações e reflexões sobre a condição operária, fugindo, em geral, ao doutrinário e ao simplismo, o material editado sob a rubrica "política" revelava não somente a própria mediocridade da compreensão política das redatoras dos jornais, feministas como sua elitista frente à leitora. Em outras palavras, ainda pensávamos política no seu sentido mais restritivo — limitada à vida

parlamentar e ao funcionamento da máquina burocrático-administrativa, — ao mesmo tempo que reduzíamos ainda mais esta problemática para "ficar no nível da nossa leitora". Esta concepção paternalista era típica das mulheres responsáveis pelas matérias políticas que, via de regra, expressavam os pontos de vista das tendências com as quais se identificavam. A contribuição do Nós Mulheres às eleições municipais de novembro de 76 foi uma matéria no estilo "popular-didático" em que o povo terminava sendo responsabilizado por situações evidentemente criadas pelo terror político-policia! dos anos anteriores. Algumas frases exemplificam bem esta postura:

"Se até agora a população tinha uma atitude conformada (sic) diante de seus problemas, a situação começa a mudar, tanto que vários trabalhadores decidiram disputar eles mesmos as eleições (...).

Esta nova atitude de querer participar na solução dos problemas aparece neste trecho do jornal da Associação das Donas de Casa (...).

(Nós Mulheres, nº 2 setembro/outubro 1976)

A participação nas eleições transforma-se, assim, no resultado da "atitude" de querer participar: a população agora resolveu querer participar... Seria difícil encontrar estilo mais superficial e despido de emoções do que o imperante nas matérias políticas dos jornais feministas. Em que algumas palavras mágicas deveriam dizer aquilo que o artigo não conseguia — condições de vida e trabalho, participação, povo, democracia.

A própria ilustração das matérias e dos temas exemplifica a dificuldade em desvincular política de estereótipos: o Brazil Mulher nº 14, de novembro de 1978, tem sua contra-capa ocupada por uma charge em que DÃ-LHE POVO é a legenda para um negro desdentado — camisa listrada, sandálias havaianas — que dá uma banana (para o governador) enquanto coloca na urna o voto MDB.

A figura masculina demonstra bem como a "política geral" era pensada em termos dos homens — : inconscientemente assumia-se a visão dominante da maior qualificação/seriedade que o sexo masculino concede a um tema, enquanto que as mulheres são mais próprias para simbolizar situações mais frívolas. Ao mesmo tempo, cumpre assinalar o conteúdo populista da utilização de um negro : a questão do racismo praticamente inexistia nas páginas do BM.

O didatismo político aliava-se ao machismo das colocações em que a leitora era desrespeitada duas vezes: por ser considerada pobre ela também era pensada como intelectualmente incapaz e, por ser mulher, ainda mais incapaz e conformista. Este é o caso da matéria de página inteira do Brasil Mulher nº3, uma contribuição às eleições de 76, em que a "chamada" pergunta: "*A mulher votará baseando-se em seu desenvolvimento emocional, acomodando-se ou de forma mais participante?*" O enunciado contém uma implícita censura ao "emocional" que, não se sabe bem porque, é sinônimo de "acomodação". A matéria, ademais, demonstra profunda ignorância acerca da participação política da mulher brasileira, assim como do fato de muitas das pioneiras do feminismo terem tencido às classes sociais dominantes, graças ao que tiveram acesso saber dominante, como professoras, intelectuais, etc. Basta lembrar nomes de Nísia Floresta. Berta Lutz, etc. sem se dizer do Partido Republicano Feminino, criado em 1910 (antes mesmo do voto feminino), que tinha como presidente de honra a mulher do então presidente da República, Orsina da Fonseca! (Hahner, 1980). Mas nada melhor do que a transcrição de alguns trechos do incriminado artigo:

"Embora a mulher tivesse direito de voto desde 1932, ela passa a participar mais ativamente da política no Brasil a partir da década de 60, quando começa a mudar a composição do emprego feminino. Acentua-se a presença da mulher nas profissões liberais, nas fábricas, etc. É a partir dessa mudança na composição do trabalho da mulher que ela passa a inter interesses a defender. (pasmem: até então ela não teria interesses a defender!!!), e a participar do processo político".

"Os argumentos de que o voto feminino é irracional, aleatório, não são inteiramente justos". (mas são, então, parcialmente justos...).

(Brasil Mulher nº 3)

Era, contudo, sobre o tema específico — a organização das mulheres — que a maior ou menor maturidade política das feministas revelava-se ainda claramente. Porque falar da opressão em termos gerais, ou, ainda, utilizar-se da opressão da mulher para denunciar a miséria ou a pobreza, não implicava em maiores trabalhos do que copiar o ponto de vista político dos jornais alternativos de tendências ideologicamente próximas ao maoísmo; ortodoxia soviética, trotskismo, etc. Quando se tratava da proposta de alternativas de luta comum para as mulheres, só o

Nós Mulheres ousava defender a organização feminina, a partir de seus problemas específicos (se bem que não chegávamos a aprofundá-los muito), insistindo sempre na necessidade de desenvolver este espaço unitário, além do estímulo para que as mulheres participassem de associações comunitárias, sindicatos e partidos. Analisando o conjunto dos números do Brasil Mulher esta omissão salta aos olhos, ainda mais que a insistência na participação sindical e partidária constituía uma das tônicas do jornal. Ele só foi tratar da questão, pressionado pelo próprio amadurecimento da reflexão do conjunto das feministas, no seu 169 e último editorial; de setembro de 1979, tendo de reproduzir um texto da Associação das Mulheres sobre o tema autonomia. Sintomaticamente, o último editorial do Nós Mulheres de junho de 1978, também falava da autonomia relacionando-a a temas importantes, como a heterogeneidade do corpo social, a diversidade de interesses a serem levado em consideração — da natureza a relação mais profunda entre homem/mulher — e a parcialidade do economicismo:

1978. Alguma coisa está mudando.

É verdade que as mulheres sempre estiveram presentes na história; mas foram mantidas nos bastidores. Entretanto, as mudanças nas condições históricas trouxeram a necessidade da participação direta da mulher na produção, marcando a sua presença no cenário das lutas sociais. Hoje, esse é um fato visível. Em nosso país, as mulheres não só participam ao lado dos homens na conquista da democracia, como também, e isso é novo, dão a essa luta uma outra dimensão, reivindicando seus direitos enquanto mulheres.

Mas não apenas as mulheres. Na luta por melhores condições de vida e trabalho, surgem movimentos específicos de setores diversos da população. Os negros organizam-se pelo fim da discriminação racial; os índios defendem o direito de viver em suas terras; os homossexuais fazem-se reconhecer através de um jornal. Cada vez mais, discute-se a família, a moral, a sexualidade, a condição dos velhos e a educação das crianças. Os movimentos ecológicos vêm alertar contra violência e a devastação da natureza.

Esses fatos estão aí, basta abrir os olhos para vê-los. Cabe perguntar sobre o seu significado.

Uma coisa parece clara e a história é quem se encarrega de nos mostrar: a transformação das estruturas econômicas e sociais não é suficiente para a libertação de homens e mulheres. Se ela é, sem dúvida a condição necessária de qualquer revolução, ela, por

si sô, não garante a transformação de todos os níveis da existência humana. Mesmo nos países socialistas restam muitas questões a serem resolvidas. A questão da democracia não é um problema solucionado nem sequer nesses países. É parte implícita de qualquer revolução democrática o fim de todo e qualquer tipo de discriminação.

Alguns dirão que, para aqueles que sentem fome e frio, a questão econômica é a única (ou a mais) premente. Concordamos. No entanto, isso não invalida o argumento de que a batalha deve ser travada em todos os campos. Seria negar o grande desafio que nos é colocado: a transformação da sociedade envolve mudanças profundas no pensamento, na arte e nas relações afetivo-sexuais entre homens e mulheres.

Se fazer política significa deixar que o "individual" se mantenha fragmentado, separado do "social" e esquecer que somos homens, mulheres, velhos, crianças, negros, brancos ou índios, com os problemas específicos dessa diversidade de condições, então, certamente resultará daí apenas uma mudança parcial, nunca uma verdadeira revolução.

O feminismo aparece dentro dessa nova concepção de política.

Se as idéias feministas ainda não conseguiram uma organicidade que permita às mulheres atuar como um movimento social organizado alguns passos importantes já foram dados. Pela primeira vez, em nosso país, as forças democráticas incluem em seu programa político as reivindicações das mulheres e preocupam-se com a sua participação efetiva. Nos sindicatos o mesmo acontece.

A questão principal é, então, como manter a autonomia da organização das mulheres democratas, enquanto um movimento social específico, garantindo que ela seja incorporada à luta pela democracia, não de forma isolada, mas como parte implícita dessa luta.

É com essa problemática que nos defrontamos".

5. Sexo e família na imprensa feminista

O silêncio não deixa de ser uma das maneiras de se falar de um assunto tal como revela a ausência da questão sexual nos jornais feministas: eloquente prova das dificuldades de se enfrentar diretamente temas proscritos pela moral burguesa. Enquanto se tratou de denúncias ou proposições doutrinárias e abstratas as feministas repudiaram a repressão sexual de que a mulher é vítima e que tem na dupla moral sexual seu aspecto central, como bem observara Freud ao relacionar as neuroses do homem moderno ao conteúdo da moral sexual de nossa cultura. Mas, quando o próprio processo de amadurecimento das mulheres que faziam os jornais levou ao questionamento da prática comum e às características pessoais de cada uma, e estas, por sua vez, ao "subjetivo" e à sexualidade feminina, neste momento as feministas recuaram, alegando razões de ordem política. Em outras palavras, quando era preciso falar das coisas, aberta e despojadamente, as feministas tentaram fugir ao enfrentamento das questões das pessoais (que muitas vezes explicavam a dificuldade no trabalho unitário) sob o pretexto de que "trata-se de discutir politicamente e não pessoalmente". E lançavam o "político" para a exclusiva responsabilidade de fatores externos tentando assim justificar a timidez no trato das questões relacionadas à moral sexual: afinal, a Igreja não perdia oportunidade para reafirmar o casamento indissolúvel; o sexo para fins procriativos; o pecado da lascívia, sem se dizer da condenação mais do que veemente do aborto. Além disso, argumentava-se, as mulheres pobres poderiam não absorver colocações mais críticas a respeito da moral sexual e da família, devendo estar mais preocupados com o custo de vida.

Concomitantemente a esta dupla ordem de razões - que não eram apenas desculpas dado o reboquismo das feministas e a determinação das tendências ascéticas da esquerda brasileira - existia o problema bem mais complicado relacionado à ignorância das feministas com respeito à sexualidade em geral e a feminina em particular. Ignorância explicável, diga-se de passagem, não somente pelos imperativos morais dominantes como, principalmente, pelo caráter de enigma assumido pela sexualidade feminina, como atesta a relativa escassez de obras científicas a respeito. Em síntese, ademais do medo de se expor existia pouca reflexão e elaboração teórica que permitisse um falar fluente por parte desta geração de feministas pós-maio 1968. Neste sentido, basta observar a relação do movimento feminista, no período 75/80, com a psicanálise e, em particular com a obra de Freud.

De fato, herdaram da esquerda brasileira uma grande desconfiança da ciência do inconsciente, como se percepção da importância dos grupos sociais mais amplos, e das classes sociais, implicasse no esvaziamento da problemática pessoal. Excluindo Reich, que aprofundou uma linha de pensamento freudiano - e se inspirou amplamente no texto que vimos de discutir -, os marxistas pouco avançaram na compreensão das consequências profundas da ordem familiar e social para estruturação psíquica do indivíduo. A violência, então, passou a ser relacionada aos aparelhos repressivos de Estado e analisada exclusivamente da perspectiva da esfera pública. Ora, para as mulheres, justamente a opressão familiar é o primeiro elo de uma cadeia que pode, também, incluir a exploração de classe. E a desqualificação do tema família, enquanto objeto de reflexão e ação política, terminou por distanciar os jornais feministas das questões mais específicas de seu sexo. A esta ordem de considerações soma-se a intolerância contra Freud, cuja obra continha evidentes e previsíveis limitações, impostas pela própria ordem familiar, política e econômica de sua época. Porque erigiu o "falo" como símbolo do poder - e como poderia deixar de ser diferente em uma ordem patriarcal? -; aprofundou-se na sexualidade masculina (mas, inúmeras vezes, confessou não ter conseguido entender a sexualidade feminina) e, em inúmeras passagens, pecou por moralismo e anti-feminismo. A obra de Freud permaneceu incompreendida pelas feministas que, assim, deixaram de conhecer reflexões fundamentais sobre sua condição.

O resultado é que a política do corpo - que fala da repressão sexual; do rebaixamento das expectativas humanas; da violência, etc - reduziu-se a denúncia sobre as condições de saúde da população, sobre os efeitos negativos da pílula e esclarecimentos sobre a fisiologia feminina. Os jornais feministas colocaram-se contra o planejamento familiar tal como o entendia o governo, denunciando a violência das esterilizações, por exemplo. Mas nunca chegaram a aprofundar a discussão da revolução permitida pelas anticoncepcionais, única maneira de se separar o prazer da procriação. Omitiram-se também sobre a questão do aborto, como se o problema residisse simplesmente em estar a favor ou contra e não na proposta de solução para milhões de abortos clandestinos, realizados em péssimas condições higiênicas. O Brasil Mulher nº 13, de julho de 1978, toca na questão de maneira fria, impessoal, terminando por permanecer

em posição neutra. O medo de enfrentar a Igreja pesava evidentemente nesta omissão, mas as causas mais profundas vinculam-se à própria definição do espaço e dos temas que os jornais feministas trariam. E como quem cala, consente, o silêncio sobre a vida familiar e sexual das mulheres não deixava de ser um compromisso implícito dos limites em que a imprensa feminista atuaria. Assim, o divórcio, direito evidente dos cidadãos, veio pela metade, numa tentativa de conciliação governamental com as forças mais reacionárias que apoiavam. Frente a ele, o Nós Mulheres nº 6 opta pelo esquerdismo doutrinário, acusando-o por não ter sido "resultado de uma reivindicação popular, espontânea" (SIC) e porque "não será regulamentação do divórcio que alterará o quadro do relacionamento homem/mulher nem a concepção de casamento existente em nossa sociedade" (e outras considerações no estilo, deixando o leitor sem saber, a final, se o jornal defendia a situação anterior. Mas o mesmo tempo neste mesmo número do jornal aparecia a primeira matéria em que a questão sexual era tratada de maneira a incluir, se bem que timidamente, a importância do prazer:

E é isso também que fica reduzida, na maior parte dos casos, a vida sexual das mulheres: agradar ao marido e procriar.

No entanto, a sexualidade é muito mais do que isso; é uma fonte inesgotável de prazeres físicos e psicológicos, de enriquecimento e de ampliação da afetividade. (...)

... é preciso destruir os preconceitos; é preciso enxergar o próprio corpo não como instrumento do prazer do outro mas como fonte de prazer para ambos os sexos; é preciso ver que o sexo é bom, saudável e que o amor é uma das necessidades mais vitais de homens e mulheres.

(Nós Mulheres, nº 6)

Lindonêia ou o Peso da Vida, matéria que Maria Rita Kehl escreveu para o jornal Movimento e que a censura proibira, foi editada no Nós Mulheres número 1 e constitui, pela força da história e da narração, a honrosa exceção em que a opressão sexual é tratada na sua maneira mais cotidiana (e mais escondida): a mulher obrigada a viver perto de um homem que não ama. E sua fuga da

situação opressiva através da "loucura": ela foi internada como maníaca-depressiva crônica. Esta matéria aparece em um espaço que pretendia retratar a violência cotidiana que terminou, sintomaticamente, desaparecendo nos outros números do jornal. A chamada para a matéria dizia: "A violência de todos os dias, essa que aos poucos vai acabando com as pessoas. Uma violência que não é feita só de pancada, mas às vezes até é feita de amor e boa intenção". De fato, a estória de Lindonêia, dona-de-casa e mãe, de 28 anos, casada com um homem que a repugna sexualmente e culpando-se por desejar outros homens, toca em um ponto nevrálgico da opressão feminina, que é a proibição social da mulher reconhecer-se como sujeito do desejo. Ela, depois de narrar os horrores de sua vida conjugal, conta que:

Bem que tem vez que eu vejo uns moços assim bonitos na rua, cabelo grande calça justa, me dá uns pensamentos de beijar eles, de abraçar eles, mais novos e mais bonitos' que o Dito.

- Tem uns que mexe comigo, diz que eu sou bonita, nem trair ele não posso. Não é por causa de pecado, que pra isso de pecado já era, mas é que ele não merece. Gosta tanto de mim, que culpa ele tem de eu não ter a tração? Mulher que casa e não atrai o marido é que tem toda culpa. Mulher tem que amar o homem que casou na Igreja com ela. Depois, como é que eu posso querer ficar com a fama de mulher que não presta que larga o marido? Eu tenho minha filhinha pra criar e não quero que os outros chame ela de filha de uma coisa que eu não sou. A gente não deve ser aventureira. Esses moços da rua é muito bonito, mas quero ver qual deles vai ser bom como o Dito, me dar sustento e garantir o futuro da menina? Eu sozinha não consigo, tenho até medo de pensar.

A vida de Lindonêia exemplifica, portanto, a afirmações de Freud sobre a relação entre repressão social e doenças nervosas no caso da mulher:

"Sob as atuais normas culturais o casamento deixou de ser, há muito tempo, o remédio geral para todas as afecções nervosas da mulher. Nós, médico, já sabemos que, contrariamente, é para 'sustentar' o casamento as mulheres têm de possuir grande saúde, e tratamos de dissuadir nossos clientes de contrair-lo com jovens que já de solteiras tenham dado mostras de nervosismo originado no casamento seria a infidelidade conjugal. Mas quanto mais severamente uma mulher foi educada e mais seriamente se submeteu às exigências da cultura, tanto mais horror lhe inspira este recurso, e seu conflito entre seus desejos e seus deveres busca um refúgio na neurose. Nada protege mais seguramente sua virtude do que a enfermidade. (Freud, 1973, p. 257).

De fato, comenta, a conduta sexual de uma pessoa constitui uma espécie de "protótipo de outras reações suas, vale dizer, aqueles que perseguem com maior tenacidade seus objetivos sexuais demonstram também maior energia para a consecução de outros fins, ao passo que os que renunciam rapidamente a satisfação de seus instintos sexuais também demonstram maior propensão à resignação e à conciliação. Ora, a repressão aos instintos sexuais é ainda maior no casos de mulheres causando danos aprofundados e revelando como a sujeição das atividades sexuais sujeita também a mente. Nas mulheres pode-se facilmente comprovar um caso especial deste princípio da condição prototípica da vida sexual com respeito ao exercício das demais funções. A educação lhes proíbe toda e laboração intelectual dos problemas sexuais, o quais lhes inspiram sempre a máxima curiosidade, e lhes atemorizam com a afirmação de que toda curiosidade é pouco feminina e denota uma disposição viciosa. Esta intimidação coarta sua atividade física e diminui em seu ânimo o valor de todo o conhecimento, pois a proibição de pensar se estende além da esfera sexual, em parte como consequência das de relações inevitáveis e, em parte, automaticamente, processo análogo ao provocado pelos dogmas no pensamento do homem religioso ou as idéias dinásticas no dos monárquicos incodicionais. (Freud, 1973, p. 1258/9).

A citação tão longa justifica-se pelo empenho de manter ipsis litteris a formulação de Freud, extremamente esclarecedora das relações entre a incorporação inconsciente de valores paralisantes e amorfos e a estruturação de um Eu empobrecido, acorrentado à dominação cultural. Aquilatar a importância da contribuição de Freud para os dias correm - pois poucos formulariam tão precisamente o nó da questão da opressão feminina - é, portanto, ren-

der homenagem a um homem que conseguiu se libertar teoricamente dos limites culturais de sua época histórica, abrindo espaço para a mais radical das ciências : a psicanálise. Que em nome da psicanálise ou outras formas de repressão sexual tenham sido instauradas - como fartamente comprovam a própria orientação psicológica das revistas femininas; o sucesso recente da sexologia, etc. - não pode espantar mais do que em nome da democracia, dos proletários e do materialismo histórico tem sido dito e feito. Desconhecendo a importância do inconsciente na formação das características culturais "femininas", as feministas permaneciam manietadas por uma camisa de força teórica que remetia à biologia as diferenças entre homens e mulheres. Em outras palavras, se as diferenças não são principalmente internas - ligadas à estruturas distintas da psique - elas só poderiam se explicar pelas características físicas, ou seja, pelas distinções anatómicas. É esta sacralização do biológico que está atrás da proposta delirante de Shulamith Firestone, feminista norte-americana de formação marxista, de que o bebê de proveta poria fim às diferenças entre os dois sexos... Entende-se, no caso, a constatação atribuída a Lenin, de que um bom idealista é mais materialista do que certos materialistas vulgares.

BIBLIOGRAFIA

- ADORNO, THW.: L'Industrie Culturel. Communications, (3) Paris, Seuil, 1964.
- ADORNO, Theodor & HORKHEIMER, Mas. La sociedad. Buenos Aires, Editorial Proteo, 1969.
- ALTHUSSER, Louis. Positions. Paris, Editions Sociales, 1976.
- ALVES, Branca Moreira et alii. O espelho de Vênus. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1979. mimeo.
- ARIÈS, Philippe. L'enfant e la vie familiale sous L'ancien regime. Paris, Seuil, 1973.
- AULAGNIER, Piera. A violência de interpretação: do pictograma ao enunciado. Rio de Janeiro, Imago Editora, 1979.
- _____. Le désir et la perversion. Paris, Seuil, 1967.
- _____. Les destins du plaisir, Paris, Presses Université de France, 1978.
- BAMBERGER, Joan. The myth of matriarchy: why men role in primitive society. In: WOMAN, culture and society. California, Stanford University Press, 1974.
- BARTHES, Roland. Mitologias. Rio de Janeiro, DIFEL, 1978.
- BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo. São Paulo, Difusão Européia do livro, 1960.
- _____. Présentation: Les femmes s'entêtent. Les Temps Modernes, (333/334) abr./mai, 1979.
- BEECHEY, Veronica. Woman and production: a critical analysis of sociological theories of women's work. In: KUHN, Annette, ed. Feminism and materialism. Routledge and Kegan Paul, 1978.
- BETTELHEIM, Bruno. Heridas simbólicas: los ritos de puberdade y el macho envidioso. Barcelona, Barral Editores, 1974.
- BESTON, Margaret. The political economy of Women's liberation, Monthly Review, 21(4) set. 1969.
- ILAC, Elizabeth Dória. Famílias de trabalhadores: estratégias de sobrevivência. São Paulo, Edições Símbolo, 1978.
- LANQUART, Louissette & LUGAN-DARDIGNA, Anne Marie. La reproduction de modèles dans la presse féminine: a qui profite le rêve des femmes? In: LA CONDITION Féminine. C. E. R. M., 1978.
- BLAY, Eva Alterman. Mulher, escola e profissão. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras/USP, 1969 mimeo. Tese de Mestrado.

- BOFF, Leonardo. Masculino e feminino: o que é? Revista de Cultura ... Voices, Petrópolis, (68) nov. 1974.
- BOLETIN CINTERFOR, Montevideo (37/38) jan/abr. 1975.
- BOLTANSKY, Luc. Prime éducation et morale de classe. Paris, Mouton, 1977.
- BOSI, Eclêa. Cultura de massa e cultura popular. Editora vozes, Petrópolis, 1977.
- BOURDIER, Pierre. Esquisse d'une théorie de la pratique. Genève, Droz, 1972.
- CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de & BEREZOVSKY, Melanie. Comunicação de massa: a mulher e o sonho. Cadernos Sebrap, São Paulo, (29) 1978.
- CHÂTELET, François. Historie des idéologies. Paris, Hachete, 1978.
- CHAUÍ, Marilena. A não-violência dos brasileiros, um mito interesantíssimo. Almanaque, São Paulo (11) 1980.
- CHODOROW, Nancy. The reproduction of mothering. Berkeley, University of California, 1978.
- CLASTRES, Pierre. La société contre l'Etat. Paris, Les Editions de Minuit, 1974.
- COHN, Gabriel. Sociologia da comunicação, teoria e ideologia. São Paulo, Pioneira, 1973.
- _____, org. Comunicação e indústria cultural. São Paulo, Cia. Nacional/EDUSP, 1978.
- COSTA, Jurandir Freire. Ordem médica e norma familiar. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- COULSON, Margaret et alli. The housewife and her labour under capitalism, a critique. New left Review; Londres, (89) 1975.
- DALLA COSTA, Mariarosa & JAMES, Selma. The power of women and the subversion of the community. Inglaterra, The Falling Wall Press, 1972.
- DARDIGNA, Anne Marie. La presse féminine: fonction idéologique, Paris, François Maspéro, 1978.
- DEERE, Carmen Diana. Rural women's subsistence production in the capitalist periphery. Review of Radical Political Economics; 8(1) 1976.
- DURHAN, Eunice R. A caminho da cidade. São Paulo, Perspectiva, 1978.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. . La mujer en las sociedades primitivas. Barcelona, Ediciones Península, 1971.
- FIGES, Eva. Patriarchal attitudes. Londres, Faber, 1970.
- FIRESTONE, Shulamith. La dialectique du sexe. Paris. Editions Estock, 1972.

- FLANDRIN, Jean Louis. Familles (parenté, maison, sexualité dans l'ancienne société) Hachete, 1976.
- FOULCALT, Michel. História da sexualidade (I) Rio de Janeiro, Graal, 1977
- FRAIRE, Manuella. Teorie del feminismo. Milano, Edizioni Gulliver, 1978.
- FREUD, Sigmund. La feminidad. In: _____. Obras completas. Madrid, Biblioteca Nueva, 1973. Tomo III.
- _____. El malestar en la cultura. In: _____. Tomo I.
- _____. La moral sexual "cultura" y la nerviosidade moderna. In: _____. Tomo III
- _____. Totem y tabu. In: _____. Tomo II.
- FRIDMAN, Betty. La femme mystifiée. Paris, Editions Gonthier, 1964.
- GARDINER, Jean. Women's domestic labour. New left Review, Londres, (89) 1975.
- GODELIER, Maurice. Rationalité et irrationalité en économie (II). Paris, Petite Collection Măsero, 1969.
- _____. Le sexe comme fondamente ultime de l'ordre social et cosmique chez les Baruya de Nouvelle Guinée. In: VERDIGLIONE, ed. Sexualité et pouvoir. Paris, Payot, 1976.
- _____. Sur les sociétés pré capitalistes. Paris, C.E.R.M. Editions Sociles, 1970.
- GREGOIRE, Mėnie. La presse feminine. Esprit, Paris (78) 1959.
- GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organizaçăo da cultura. Rio de Janeiro, Civilizaçăo Brasileira, 1978.
- _____. Literatura e vida nacional. Rio de Janeiro, Civilizaçăo Brasileira, 1968.
- GUILLAUMIN, Colete. L'idéologie raciste, genėse el langage actuel. Paris, Mouton, 1972.
- GUIMARĂES, Ercy Parreira. A imagem refletida: contribuiçăo ao estudo dos papėis da mulher casada. Unicamp, 1978. mimeo. Tese de mestrado.
- HOGGART, Richard. As utilizaçăes da cultura. Lisboa, Editorial Presença, 1973.
- IRIGARAY, Luce. Speculum de L'autre femme. Paris, Minuit, 1974.
- JELIN, Elizabeth. Formas de organizaçăo de atividade econômica e estrutural ocupacional; o caso de Salvador, Estado da Bahia - Brasil. Estudos CEBRAP, Săo Paulo, (9) 1974.
- _____. O trabalho feminino na Bahia. Revista Dados, (12) 1979.

- KOLLONTAI, Alexandra. A família e o Estado Socialista. In: A LIBERTAÇÃO da mulher. São Paulo, Global, 1979.
- KOSIK, Karel. El individuo y la historia. In: CORAZON; Alberto, ed. Problemas actuales de la dialectica. Españã, s.d.
- LEFEBVRE, Henry. Critique de la vie quotidienne. Paris, L'Arche editeur, 1958.
- _____. Vie quotidienne et sociologie (a propos de presse du coeur); Recherches Sociologiques. (2) 1955.
- MACEDO, Carmen Cinira. A reprodução da desigualdade. São Paulo, Hucitec, 1979.
- MADEIRA, Felícia & MORAES, Maria. Notas preliminares sobre a evolução do trabalho feminino no Brasil 68/78: algumas reflexões sobre o tema "mulher e trabalho". In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, VI. Rio de Janeiro, 1980.
- MADEIRA, Felícia & Singer, P. Estrutura do emprego e trabalho feminino no Brasil: 1920-1970. Cadernos CEBRAP; São Paulo, 1978.
- MARX, Karl. Critique de l'economie politique. In: _____. Oeuvre des Karl Marx. Paris, Gallimard, 1968. Tomo II.
- _____. Le manifeste comuniste. In: _____. _____. Tomo I.
- _____. Matériaux pour l'économie. In: _____. _____. Tomo II.
- _____. Misère de la philosophie. In: _____. _____. Tomo I.
- _____. Salaire, prix et profit. In: _____. _____. Tomo I.
- _____. & Engels, Friedrich. L'idéologie allemande. Paris, Editions Sociales, 1968.
- MATTELART, Armand. Comunicación y cultura de masa. In: COMUNICACION masiva y revolución socialista. Chile, Ediciones Prensa latinoamericana, 1971.
- MATTELART, Michelle. La cultura de la opresión feminina. México, Ediciones Eras, 1977.
- MAUCO, Georges. Psicanálise e educação. Lisboa, Moraes Editores, s.d.
- MEAD, Margareth. L'un et l'autre sexe. Paris, Denoel/Gonthier, 1966.
- MEILLASSOUX, Claude. Femmes, greniers & capitaux. Paris, Maspéro, 1975.
- MERCIER-JOSA, Solange. Femme et servitude. In: LA CONDITION Féminine. Paris, C.E.R.M., Editions Sociales, 1978.
- METRAL, Marie-Odile. Le mariage. Paris, Editions Stock, 1974.
- _____. Les femmes dans la société marchande. Paris, PUF, 1978.

- MICHEL, ANDRÉE. Sociologie de la famille et du mariage. Paris, PUF, 1972.
- MISSE, Michel. O estigma do passivo sexual. Rio de Janeiro, Achiamê 1979.
- MITCHELL, Juliet. L'âge de femme. Paris, Editions de Femmes, 1974.
- MORAES, Maria. A questão feminina. Estudos CEBRAP, São Paulo, (16). 1976.
- _____. O sexo nas Revistas Femininas. Ensaio/Escreita, São Paulo, 3(5) 1979.
- _____. A "Nova" moral sexual das Revistas Femininas. Sexo e Poder, São Paulo, Brasiliense, 1979.
- MORAES, Maria & MANTEGA, Guido. Acumulação de capital e crises no Brasil. São Paulo, Paz e Terra, 1980.
- _____. A economia política brasileira em questão. 1964/1975. São Paulo, Aparte, 1978.
- MORAES, Maria & SARTI, Cynthia. Aí a porca torce o rabo. In: VIVÊNCIA: história, sexualidade e imagens femininas. São Paulo, Brasiliense, 1980.
- MORIN, Edgar. Cultura de massas no século XX. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1975.
- NOVINSKY, Ilana. A mulher no Brasil colonial (nordeste, séculos XVI e XVII). Fundação Carlos Chagas, 1975. mimeo.
- OAKLEY, Ann. Woman's work. New York, Vintage Books, 1976.
- OLIVEIRA, Francisco. A produção dos homens: notas sobre a reprodução da população sob o capital. Estudos CEBRAP, São Paulo (16) 1976.
- OLIVIERA, Maria Coleta F. A. A individualização da força de trabalho e o trabalho feminino em Pederneiras - São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DA ABEP, I. Anais ... 1978.
- PIERUCCI, Antonio Flávio de Oliveira. Igreja: contradições e acomodação. Cadernos CEBRAP, São Paulo (30) 1978.
- PFROMM NETTO, S. Imagens dos meios de comunicação de massa; contribuição para o estudo da psicologia da comunicação de massa. Universidade de São Paulo, 1969. Tese de doutoramento.
- PIETTRE, Monique. La condition féminine à travers les âges. Paris, Editions France-Empire, 1974.
- POLHYANTHEIA comemorativa da inauguração das aulas para o sexo feminino do imperial Lycêo de Artes e Ofícios. Rio de Janeiro, 1981.
- PRADO, Adélia. Bagagem. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1979.

- REED, Evelyn. Woman's Evolution. 1975.
- REICH, William. La Révolution sexuelle. Paris, Payot, 1970.
- _____. O que é a consciência de classe? Textos Exemplares, Porto, (6) 1976.
- REUTHER, R. R. Mujer Nueva, tierra nueva. Buenos Aires, Ediciones, Megápolis, 1977.
- ROTT, Renate. Mercado de trabalho feminino: uma análise comparada. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, III. Belo Horizonte, 1979. mimeo.
- ROWBOTHAM, Sheila. Conscience de femmes, monde de l'homme. Paris, Editions des femmes, 1974.
- SAFFIOTI, Heleieth. O trabalho feminino sob o capitalismo dependente In: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS. Anais ... São Paulo, ABEP, 1978.
- SECCOMBE, Wally. Housework under capitalism. New left Review, (83). 1973.
- SIMÕES, Celso Cardoso da Silva et alii. Algumas características da participação dos membros da família na força de trabalho: 1950 - 1970. In: ENCONTRO BRASILEIROS DE ESTUDOS POPULACIONAIS. Rio de Janeiro, IBGE, 1976.
- SINGER, Paul Israel. Emprego, produção e reprodução da força de trabalho: CEBRAP, 1976. mimeo.
- SINGER, Paul Israel. O feminino e o feminismo. In São Paulo: o Povo em movimento. Petrópolis, Vozes/CEBRAP, 1980. p.109-141.
- SOUZA, Lúcia Ribeiro de. O trabalho feminino e a estrutura familiar. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, III. Belo Horizonte, 1979.
- SULLEROT, Evelyne. La presse féminine. Paris, Armand Colin, 1966.
- TAVARES, Maria da Conceição. La dinámica cíclica de la industrialización reciente del Brasil. El Trimestre Economico, México, 47(185) ene/mar. 1980.
- THIBAUT, Odette. Le fait biologique. In: SULLEROT, Evelyne, ed. Le fait féminin. Paris, Fayard, 1978.
- VASCONCELOS, Francisco Figueira de Mello e. Educação sexual da mulher. Rio de Janeiro, 1915.
- WOOLF, Virginia. Mrs. Dalloway. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.

INDICE

INTRODUÇÃO.....	pg.. 1
CAPÍTULO I: A FAMÍLIA E OPRESSÃO FEMININA	pg. 13
1. Apresentação da questão	pg. 14
2. Cultura e subordinação da mulher: a proibição do incesto	pg. 16
3. Evelyn Reed e a reintrodução contemporânea do tema do matriarcado.....	pg. 20
4. Assémetria sexual e monopólio de violência: a questão do poder masculino	pg. 23
CAPÍTULO II: FAMÍLIA E PAPEIS FEMININOS	pg. 31
1. Introdução	pg. 32
2. Maternidade e sexualização: mãe versus a outra. pg. 35	
3. Trabalho doméstico, produção doméstica: A dona-de-casa	pg. 49
4. Mulher e trabalho remunerado	pg. 57
5. Famílias no Brasil contemporâneo	pg. 63
5.1. A família trabalhadora	pg. 64
5.2. Vida familiar e condições de reprodução da força de trabalho na última década	pg. 68
CAPÍTULO III: IDEOLOGIA E PAPEIS FEMININOS	pg. 72
1. Transmissão de ideologias: a entrada no universo simbólico	pg. 73
2. Papéis femininos e transmissão de ideologia ...	pg. 83
CAPÍTULO IV: A HISTÓRIA DAS REVISTAS FEMININAS	pg. 86
1. A guiza de introdução	pg. 87
2. As origens	pg. 88
3. As revistas femininas no Brasil	pg. 93
4. Três mitos de mulher	pg.103
4.1. <u>Claudia</u>	pg.
4.2. <u>Carícia</u>	pg.105
4.3. <u>NOVA</u>	pg.108
5. Mais um produto da Editora Abril	pg.110
6. O perfil da leitora	pg.113
7. As condições de trabalho	pg.121
8. A vida em receitas prontas	pg.125
9. A solidão rompida	pg.129
ANEXO I - Entrevista das produtoras	pg.133

CAPÍTULO V: PAPEIS FEMININOS E FAMÍLIA NA IMPRENSA PARA MULHERES.....	pg.161
1. A imprensa especializada	pg.162
2. O específico feminino	pg.164
3. Duas décadas de imprensa feminina	pg.166
4. A magia dos contos de Amor	pg.173
4.1. Rememorando	pg.174
4.2. O homem e a mulher segundo Mills & Boon	pg.176
4.3. As leis do amor	pg.180
ANEXO II - Os heróis e heroínas	pg.192
CAPÍTULO VI: O FEMINISMO EM ASCENSÃO	pg.197
1. Introdução	pg.198
2. A atual conjuntura	pg.199
3. 1975 - O ano internacional da mulher	pg.203
3.1. Encontro para o diagnóstico da mulher paulista	pg.203
3.2. O CDMB/BM/MFA	pg.206
4. 1976 - <u>NÓS MULHERES</u>	pg.211
4.1. O primeiro editorial	pg.213
4.2. O processo de produção	pg.215
4.3. As produtoras	pg.218
5. 1977 - NOVOS PROBLEMAS.....	pg.220
5.1. 8 de março em São Paulo	pg.220
5.2. Falando do Nós	pg.222
5.3. A associação de mulheres/A coordenação	pg.225
6. <u>1978 - A POLITIZAÇÃO DO MOVIMENTO DE MULHERES</u> .	pg.231
6.1. Comitê	pg.231
6.2. As feministas e o movimento operário	pg.236
6.3. Diversificando os objetivos	pg.239
6.4. As eleições	pg.242
7. <u>1979 - MOVIMENTO DE MULHERES: em busca de uma</u> <u>identidade</u>	pg.246
7.1. A nova realidade	pg.248
7.2. O encontro nacional de mulheres	pg.251
7.3. As resoluções do 1º Congresso	pg.254
7.4. 1979: Se é o Ano Internacional da criança é o Ano da Creche	pg.259
7.5. O Congresso das metalúrgicas	pg.261

8.	<u>1980 - A VIOLENCIA CONTRA A MULHER</u>	pg.263
8.1.	Os preparativos para o 2º Congresso da mulher paulista	pg.264
8.2.	O 2º Congresso da mulher paulista	pg.267
8.3.	As consequências do 2º Congresso	pg.273
	ANEXO III -	pg.277
CAPÍTULO VII:	<u>A IMPRENSA FEMINISTA DOS ANOS 1975/80</u>	pg.286
1.	Primeiros passos	pg.287
2.	A leitora teórica	pg.291
3.	A mulher fragmentada	pg.297
4.	Trabalho e Política: os eixos temáticos da imprensa feminista	pg.306
5.	Sexo e família na imprensa feminista	pg.315
	BIBLIOGRAFIA	pg.321